

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO**

**A PROSTITUIÇÃO NO BRASIL: UMA INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 229 DO
CÓDIGO PENAL BRASILEIRO DE 1940 – A VEDAÇÃO ÀS CASAS DE
PROSTITUIÇÃO E A PLASTICIDADE DO TERMO “EXPLORAÇÃO SEXUAL”**

YURI MARQUES PEÇANHA

**RIO DE JANEIRO
2021 / 1º SEMESTRE**

YURI MARQUES PEÇANHA

**A PROSTITUIÇÃO NO BRASIL: UMA INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 229 DO
CÓDIGO PENAL BRASILEIRO DE 1940 – A VEDAÇÃO ÀS CASAS DE
PROSTITUIÇÃO E A PLASTICIDADE DO TERMO “EXPLORAÇÃO SEXUAL”**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do Professor Dr. Thiago Joffily.

**RIO DE JANEIRO
2021 / 1º SEMESTRE**

CIP - Catalogação na Publicação

PP364p Peçanha, Yuri Marques
A PROSTITUIÇÃO NO BRASIL: UMA INTERPRETAÇÃO DO
ARTIGO 229 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO DE 1940 - A
VEDAÇÃO ÀS CASAS DE PROSTITUIÇÃO E A PLASTICIDADE DO
TERMO "EXPLORAÇÃO SEXUAL" / Yuri Marques Peçanha. --
Rio de Janeiro, 2021.
163 f.

Orientador: Tiago Joffily.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2021.

1. Prostituição. 2. Exploração Sexual. 3.
Universidade Federal do Rio de Janeiro. I. Joffily,
Tiago, orient. II. Título.

YURI MARQUES PEÇANHA

**A PROSTITUIÇÃO NO BRASIL: UMA INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 229 DO
CÓDIGO PENAL BRASILEIRO DE 1940 – A VEDAÇÃO ÀS CASAS DE
PROSTITUIÇÃO E A PLASTICIDADE DO TERMO “EXPLORAÇÃO SEXUAL”**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do Professor Dr. Thiago Joffily.

Data da Aprovação: ____/____/____.

Banca Examinadora:

Orientador

Membro da Banca

Membro da Banca

**RIO DE JANEIRO
2021 / 1º SEMESTRE**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho àqueles que são os reais responsáveis por sua existência: as prostitutas e os garotos de programa que tive a indescritível honra de entrevistar ao longo de um ano. Palavras são insuficientes para mensurar o respeito e a admiração que carrego por cada uma das dezesseis pessoas que, com imensa bravura, compartilharam comigo suas histórias. Sigo ciente de que tudo isso ainda representa pouco em comparação ao silêncio que as é imposto há tantos anos, mas tenho a esperança de que represente, de algum modo, um começo para dias mais prósperos. Não trago comigo a pretensão de fazer jus ao pronome de “Doutor” no futuro. Porém, levarei para sempre junto ao peito a alegria de ter sido, ainda que de forma rápida, o “Doutor Yuri” dos dezesseis operários do sexo que participaram deste processo.

À minha segunda entrevistada, aqui chamada de Entrevistada B, dedico uma atenção especial. Nos conhecemos no início do ano de 2019, e, meses depois, ela partiu. Dela, guardo a lembrança do mais puro significado que já encontrei para o ato de “resistir”. Uma mulher transexual, violentada sexualmente aos 16 anos de idade e rejeitada pela própria família. Com ela, experimentei, receoso, a sensação de deixar o papel de pesquisador e assumir o de pesquisado. Ali, no café em que conversamos, despimo-nos os dois de qualquer vaidade, segredo ou temores. Naquele momento, abraçamo-nos, uma mulher transexual e um homem gay, cheios de dores e marcas que tão bem conhecíamos. Fomos entrega recíproca e integral, sem em momento algum deixar que isso comprometesse a qualidade de nosso encontro e o conteúdo que precisava ser debatido. Passamos por cada assunto previsto na pauta, conciliando a razão e a emoção conforme avançávamos. A dedico este trabalho não por ter feito de mim um pesquisador do qual possa me orgulhar, mas sim por tudo que me proporcionou a partir disso. À Entrevistada B o meu agradecimento por me ensinar que o Direito ultrapassa a técnica e a norma, que a ciência não se resume puramente aos dados e suas análises. O meu “muito obrigado” a ela, que sem qualquer pretensão, me ensinou aquilo que os livros não comportam.

Por fim, dedico este trabalho aos meus dois velhinhos. Ao meu avô Mário, cuja partida seguiu o meu nascimento, dedico o amor pela escrita, aqui tão presente. Dele, jornalista e escritor, herdei o afeto pelas palavras e sigo fazendo delas a minha principal arma. Ao meu avô Itamar, dedico esta pesquisa como o ato final de uma caminhada que, desde o início, contou com seu apoio. Carrego na memória a voz emocionada com a qual me parabenizou pela aprovação para UFRJ e me orientou que fizesse bom uso de minha conquista. Não mais os tenho comigo fisicamente, mas preservo-os na memória e no coração a cada batida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, à minha família. Aos meu pais, Ana e Raul, e ao meu irmão, Caio, o meu “muito obrigado” pelos 24 anos de amor ininterrupto e da mais singela aceitação. Ao lado de vocês três eu me sinto mais forte e capaz de enfrentar toda e qualquer batalha do mundo. Sou grato pela nossa cumplicidade, troca e união. Trago comigo a maior felicidade do universo pelo simples fato de saber que teremos para sempre uns aos outros. Eu vos amo.

Aos mestres que cruzaram o meu caminho ao longo da escola e da universidade, o meu mais pungente agradecimento. Em especial, ao meu orientador, Tiago Joffily, e ao meu professor e amigo, Hamilton Ferraz. Valeu por acreditarem neste trabalho quando eu mesmo não fui capaz de fazê-lo, por vislumbrarem a sua importância e por, com maestria, me orientarem a fazer um bom uso de um material tão único.

Agradeço aos amigos que fiz durante os anos de faculdade. Ressalto, aqui, aquelas que chamo de “minhas meninas”: Lê Romão, Lê Cariello, Samara, Helô e Isa. Vocês cinco tornaram os últimos anos inesquecíveis e extremamente prazerosos. Me sinto honrado por ter dividido essa etapa da vida com pessoas que admiro e por quem nutro um carinho tão grande. Que possamos seguir partilhando e crescendo juntos, tê-las por perto me faz feliz.

Aos amigos que fiz antes da vida acadêmica, o meu “obrigado”: Juliana Vinchon, Mari Villari e Carolina Maciel, sem vocês três é provável que eu já tivesse sucumbido à ansiedade e à pressão. A vocês, o meu amor e todos os sonhos do mundo, que sigamos trocando, no olhar, os sentimentos que carregamos no peito. À minha amada Luana Bastos, me faltam formas de agradecer. A ti, minha amiga, devo a gratidão por me receber no seio da tua família que, desde o longínquo começo dessa história universitária, viveu comigo cada nova etapa. Obrigado, Lu, Tio André, Tia Valéria, Dani e Vó Judith por serem uma parte tão linda de mim.

Por fim, agradeço aos colegas de profissão que conheci durante todos os meus estágios na faculdade. À Daniella Alvarez Prado, a quem sempre chamarei de “minha juíza” e à Thatiana Meirelles, o meu agradecimento pelos dias de aprendizado e evolução no nosso tão amado gabinete. Aos amigos do DETRO: Mariana, Alessandra, Pia, Victor, Simone, Juliane, Sueli, Patrícia, Robson, Lidiane e Waldemir: muito obrigado! Endosso, aqui, o que já disse em outras oportunidades: vocês todos fizeram de mim um profissional e um homem muito maior do que eu jamais sonhei me tornar. Obrigado pela confiança no meu trabalho e pelos 9 meses de alegrias, risos e confidências.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – A METODOLOGIA EMPREGADA NA PESQUISA	9
CAPÍTULO II – A INFÂNCIA DOS ENTREVISTADOS E A SUA INSERÇÃO NO UNIVERSO DA PROSTITUIÇÃO	12
2.1 Os aspectos múltiplos da infância dos profissionais	12
2.2 O ingresso na mercancia do sexo	16
CAPÍTULO III – A VIVÊNCIA DOS ENTREVISTADOS NAS CASAS DE PROSTITUIÇÃO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL MANIFESTADA NA VIOLÊNCIA	20
CAPÍTULO IV – A CONTRAPOSIÇÃO ENTRE A EXPLORAÇÃO VIVIDA NOS PROSTÍBULOS E A EXPLORAÇÃO DAS RUAS	30
CAPÍTULO V – OUTRAS ÓTICAS DE SIGNIFICAÇÃO DA EXPRESSÃO “EXPLORAÇÃO SEXUAL” APRESENTADAS NAS ENTREVISTAS	37
CAPÍTULO VI – A LEITURA HISTÓRICA DA PROFISSIONAL DO SEXO E A PERSPECTIVA ÍNTIMA DE AUTOVALORAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	41
6.1 A “mulher da vida” pelos olhos da história	41
6.2 O significado do “ser puta” nas palavras das profissionais	43
CAPÍTULO VII – A PROSTITUIÇÃO DISCUTIDA INTERNACIONAL E NACIONALMENTE	47
7.1 A convenção de nova york e o protocolo de palermo	47
7.2 O estado brasileiro e a forma de trabalhar a prostituição	48
7.3 A mercancia sexual enquanto forma ocupacional	49
CAPÍTULO VIII – O ARTIGO 229 DO CÓDIGO PENAL DE 1940, A ABERTURA DO TIPO PENAL E A APLICAÇÃO PRÁTICA DA NORMA	51
8.1 O grau de abertura do tipo penal	51
8.2 A aplicação prática pelos tribunais do artigo 229 do código	52
CAPÍTULO IX – PROJETO DE REGULAMENTAÇÃO DO OFÍCIO DO SEXO E OS DIÁLOGOS COM O FEMINISMO E O CONGRESSO NACIONAL	57
9.1 O Projeto de Lei Gabriela Leite e o movimento feminista	57
9.2 A regulamentação e o choque com o Congresso Nacional	60
CAPÍTULO X – A TEMÁTICA DA GARANTIA DE DIREITOS E SUA CORRELAÇÃO COM O PROJETO DE LEI GABRIELA LEITE	65
10.1 A efetivação de direitos e o preconceito	65

10.2 O direito de receber pelos serviços sexuais	68
10.3 O direito à aposentadoria	69
10.4 O direito à remuneração justa e proteção no trabalho	70
10.5 O direito à carteira de trabalho assinada.....	73
CONCLUSÃO.....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
APÊNDICE A	88
APÊNDICE B.....	90
APÊNDICE C	98
APÊNDICE D	110
APÊNDICE E.....	121
APÊNDICE F	130
APÊNDICE G	141
APÊNDICE H.....	151

INTRODUÇÃO

Esta monografia tem por objeto de análise o fenômeno da exploração sexual, exposto no texto do artigo 229 do Código Penal de 1940. A partir do emprego de um método de pesquisa empírica qualitativa, o pesquisador foi às ruas da Cidade do Rio de Janeiro a fim de reunir um grupo de prostitutas e garotos de programa para uma série de entrevistas sobre o assunto. Foram entrevistados dezesseis profissionais do sexo ainda na ativa, que exploraram seu passado, expuseram seu presente e discorreram sobre suas projeções pessoais de futuro ao se desnudar diante do pesquisador. Seus depoimentos foram esmiuçados para uma melhor compreensão de como uma expressão vaga e subjetiva inserida no texto legal pode impactar na vida dos operários do sexo.

Os depoimentos obtidos ao longo do processo de entrevistas ultrapassaram as expectativas do pesquisador, ao passo que contribuíram para um entendimento muito mais humano e visceral de seu objeto de estudo. Nesta pesquisa estão inseridas as histórias de vida de pessoas que, com admirável coragem, apresentaram suas cicatrizes mais profundas – literal e metaforicamente – e dividiram o que significa ser um trabalhador do sexo no Brasil. Ciente da riqueza e da importância das falas a ele destinadas através dos encontros, o pesquisador reuniu oito das dezesseis histórias em um livro. A publicação foi lançada no mês de maio do ano de 2020 por sua própria conta.

Este trabalho combina os relatos das profissionais entrevistadas com a bibliografia existente sobre a temática da prostituição e da exploração sexual. Ultrapassando uma proposta de conceituação do fenômeno da prática exploratória, a pesquisa realizada destrinchou as diversas ramificações que o assunto origina, buscando introduzir uma nova forma de debater a matéria. Isso posto, temas como a infância dos participantes, a experiência dentro dos prostíbulos e a vivência nas ruas foram complementados por análises de decisões judiciais e dos projetos de regulamentação do ofício do sexo, de modo a evidenciar como a abertura excessiva do tipo penal se materializa no plano fático.

CAPÍTULO I – A METODOLOGIA EMPREGADA NA PESQUISA

Este trabalho foi orientado por uma metodologia de pesquisa empírica qualitativa. Segundo Demo (2000, p. 21) é empírica “a pesquisa dedicada ao tratamento da face empírica e factual da realidade; produz e analisa dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e factual”. A natureza qualitativa do modelo foi construída ao passo em que buscou-se ultrapassar a análise dos dados objetivos e alcançar uma esfera de maior abrangência e subjetividade a respeito do objeto de estudo.

A pesquisa foi inteiramente conduzida com o intuito de abrir espaço para uma visão que ainda é pouco suscitada sobre a questão da exploração sexual, qual seja: a da própria categoria profissional. Diante da extensa gama de instrumentos a serem possivelmente adotados no processo, o escolhido foi o de realização de entrevistas com os operadores do sexo. Um dos motivos que deu ensejo à escolha foi a multiplicidade que marca a classe. As entrevistas apresentaram boa adaptação frente a essa característica, visto que possibilitaram maior maleabilidade e adaptação na construção do conteúdo. Além disso, elas permitiram a solidificação de um elo mais estreito de intimidade entre pesquisador e pesquisado, um importante elemento em vista da natureza delicada e pessoal dos assuntos discutidos.

Por questões de ordem geográfica, as entrevistas foram realizadas na Cidade do Rio de Janeiro, logradouro do próprio pesquisador. Imperioso ressaltar, desde o início, que não houve qualquer “filtragem” para a seleção dos profissionais ouvidos. Isto é, os entrevistados não foram escolhidos por suas condições de gênero, orientação sexual, idade, raça, cor, tempo no ofício ou qualquer outro critério. Em um primeiro momento, os encontros foram planejados para que seguissem uma cartilha de questionamentos. Essa, contudo, se assemelhou a um “roteiro em aberto”, onde algumas das perguntas previstas foram substituídas por outras, de acordo com as particularidades e singularidades da história de cada participante.

A fim de zelar pela segurança de todos os que contribuíram, não foi realizado qualquer registro em formato audiovisual. Trata-se de uma medida que fora pensada pelo pesquisador, e uma forma de atender a pedidos da maioria das profissionais envolvidas no processo. De modo a conseguir registrar o maior volume possível do material obtido nos encontros, as falas foram transcritas em tempo real em um computador portátil (notebook). Antes de dar início ao diálogo, foi esclarecido a cada um dos mercantes do sexo o intuito da pesquisa realizada, bem como o compromisso de não expor diretamente qualquer dado que possibilitasse a sua identificação. Assim, os nomes dos profissionais ouvidos serão aqui substituídos por nomenclaturas

sequenciais, como “Entrevistada A” para sinalizar a primeira profissional, “B” para a segunda e assim sucessivamente.

No que tange ao mecanismo utilizado para estabelecer contato com a categoria, foram realizadas tentativas de diálogo através da intermediação por grupos e organizações sociais de apoio. Entretanto, elas não lograram êxito. O pesquisador obteve retornos, mas todas as respostas foram negativas. Em linhas gerais, os grupos interpelados afirmaram possuir o dever de zelar pela segurança e pela proteção dos profissionais do sexo por eles atendidos. Dessa forma, concluíram sinalizando não poder intermediar encontros com a classe, tampouco estabelecer qualquer ponte de comunicação para auxiliar na formulação desta pesquisa.

Frustrada a primeira tentativa de aproximação do grupo, o pesquisador adotou, então, um formato mais clássico de pesquisa. Verificada a impossibilidade de contar com terceiros para intermediar o acesso ao grupo, decidiu fazer ele mesmo o contato. Para tal, realizou buscas sobre uma forma de “mapa geográfico da prostituição” na Cidade do Rio de Janeiro, valendo-se principalmente de reportagens e matérias disponíveis na rede virtual. Munido desses dados, mapeou as áreas consideradas como os maiores polos do ofício na região, chegando, assim, aos bairros de Copacabana, Jardim Botânico e São Cristóvão.

Em seguida, promoveu algumas visitas de campo nas ruas dos bairros supracitados. Observado que o período noturno é o de maior concentração para a prostituição nas ruas – por ser, também, o de maior volume de clientes – todas as visitas foram feitas no seu decorrer. A abordagem de aproximação utilizada foi simples e objetiva. Em suma, era feita uma breve apresentação pessoal do pesquisador, seguida pela explanação dos motivos de seu contato e, por fim, um convite para a realização de uma entrevista em oportunidade futura. A linguagem adotada foi descomplicada e direta, evitando o emprego de qualquer termo jurídico.

No total, foram entrevistados 16 profissionais do sexo. Embora o intuito primário fosse o de que de todos os encontros ocorressem presencialmente, a proposta foi modificada ao longo do processo. Ocorre que a medida em que o pesquisador conheceu mais profundamente o seu campo de estudo, tornou-se evidente o seu elevado nível de complexidade, onde outras faces de vender o sexo, até então não pensadas, foram descobertas. Uma delas, por exemplo, foi o comércio sexual ofertado através da rede virtual de computadores (a internet). Isso posto, a maior parte dos encontros ocorreu de forma presencial, enquanto uma parcela menor foi realizada por intermédio de salas para reuniões virtuais ou sistemas de vídeoconferência.

O presente trabalho não cuidará nos capítulos seguintes de cada uma das entrevistas de forma singular. Pretende-se, na realidade, tecer uma análise comparativa e integrada das

múltiplas visões dos profissionais ouvidos sobre temas que foram comuns às entrevistas, buscando agrupar os entendimentos convergentes e os divergentes. Importante esclarecer que nenhum dos encontros contou com um tempo de duração previamente estipulado, de modo que o seu término ficava a critério do pesquisador e do participante. Todavia, a duração média das entrevistas foi de 1h (uma hora) de duração, na qual diversos assuntos foram abordados. Com isso, optar-se-á, para fins comparativos, pela utilização das primeiras 7 entrevistas, a fim de possibilitar uma análise mais profunda e detalhada, porém menos exaustiva.

CAPÍTULO II – A INFÂNCIA DOS ENTREVISTADOS E A SUA INSERÇÃO NO UNIVERSO DA PROSTITUIÇÃO

Para conduzir os encontros promovidos com os participantes da pesquisa, foi necessário fixar um ponto de partida. O pesquisador definiu, logo de imediato, que não começaria com perguntas sobre o labor propriamente dito ou a ele correlatas. Essa decisão teve fulcro, principalmente, no desejo de criar um espaço que proporcionasse uma sensação de conforto e proteção para os profissionais. Assim, buscou iniciar dedilhando temas que guardassem relação com o seu objeto de estudo, mas que não soassem invasivos ou “precoces” para o momento.

Seguindo uma premissa quase popular, escolheu seguir o que parecia lógico, isto é, “começar pelo começo”. Nesse sentido, os questionamentos primários remontaram ao período da infância das prostitutas e dos garotos de programa ouvidos. O tópico não recebeu abordagem idêntica em todos os casos, posto que alguns participantes demonstraram maior resistência em narrar a referida etapa de suas vidas. Nesse momento, a estrutura familiar e suas condições socioeconômicas, os responsáveis pela criação, o acesso à escola, as relações interpessoais dentro e fora da família foram alguns dos assuntos abordados. Esses, acabaram se apresentando como elementos de valioso conhecimento para análises posteriores.

2.1 Os aspectos múltiplos da infância dos profissionais

A primeira entrevista realizada pelo pesquisador se deu com a Entrevistada A. A profissional nasceu em uma comunidade situada na Zona Norte da Capital Fluminense. Questionada sobre sua infância, em um primeiro momento limitou-se a responder de forma sucinta e objetiva. Compartilhou ter nascido em uma família onde a pobreza era latente e as dificuldades financeiras significativamente marcantes. Foi criada por uma mãe solteira. A respeito de seu pai, disse apenas que não fez parte de sua criação, já que, em suas próprias palavras, teria “metido o pé” ao saber de sua existência, antes mesmo de seu nascimento.

Quanto ao seu contato com o universo da educação, respondeu que frequentou a escola apenas até a quarta série. A evasão precoce do sistema educacional é uma realidade que já havia sido constatada pelo Ministério Público do Trabalho em 2002, endossada pela primeira entrevistada e por outras que a ela sucederam. Confessou nunca ter sentido um real pertencimento enquanto fez parte das instituições de ensino. Frisou, ainda, que não tinha aptidão com a língua portuguesa e que odiava frações e números. Deixou a casa da mãe, com quem

morou desde seu nascimento ainda muito cedo – sem precisar com que idade – para “viver com as próprias pernas”. Instada pelo pesquisador a melhor esclarecer esse ponto, disse:

A gente que é pobre de favela, morre pobre de favela, Seu Yuri. Num tem essa de lutar pra ser melhor, porque num tem nada de melhor pra gente, não. Eu num queria ser caixa de supermercado que nem ela (a mãe). Eu sabia que se eu fizesse tudo direitinho, esse era o melhor que ia dar pra mim. Aí eu preferi fazer tudo errado mesmo. Porque é melhor ter dor de cabeça do que ter dor de fome (APÊNDICE B, ENTREVISTADA A, 2019).

O pesquisador a perguntou se acreditava que sua infância teria durado pouco tempo, ao que ela respondeu que “sim”. Justificou pontuando que deixou a casa de sua mãe muito cedo. Para sobreviver, precisou amadurecer em uma enorme monta para alguém de pouca idade e em um curto espaço de tempo. Por isso, concluiu, se via incapaz de identificar um período de sua vida extenso o suficiente para a ele se referir como sua infância.

O relato da primeira entrevistada sobre a sua infância (ou sua ausência) guardam algumas semelhanças com os obtidos durante o terceiro encontro realizado. O Entrevistado C, assim como a Entrevistada A, nasceu em uma região pobre da Cidade do Rio de Janeiro. Compartilhou ter passado por uma série de dificuldades financeiras em sua infância. Foi criado por sua mãe, que, segundo seu depoimento, trabalhava como profissional do sexo. Contudo, ela faleceu em decorrência de complicações causadas pelo vírus do HIV. O garoto de programa falou o que segue sobre o tema:

Eu sou filho de puta, moço. Puta mesmo. Desde os 14 anos de idade, até a doença não permitir mais. Minha mãe morreu de HIV. Na época ninguém sabia como tratar direito quando se é muito pobre, a gente nunca teve informação ou acesso à porra nenhuma. Eu fiquei com uma tia por muitos anos. Com dezessete eu percebi que não merecia aquela vida insuportável. Minha tia via em mim a figura da minha mãe, daí a gente nunca teve uma relação boa, até que a Proprietária C me ofereceu abrigo (APÊNDICE D, ENTREVISTADO C, 2019).

O Entrevistado C, apesar de não ter se recusado a discorrer sobre sua infância, apresentou resistência perceptível quando feita a abordagem do tema. Ao término de sua entrevista, a conclusão mais evidente era a de que o profissional, agora adulto, possuía algo como uma aversão ao processo de lembrar o que já havia vivido. Sinalizava um desejo de poder apagar as dores sofridas e de passar algo como uma borracha em tudo de ruim que havia lhe acometido e machucado na vida. Dessa forma, não foi possível conhecer de forma profunda o seu passado, seu grau de instrução ou escolaridade. Por fim, em alguns momentos do

encontro, embora não tenha falado muito sobre seu pai, reforçou que sua mãe, até seu falecimento, o criou sozinho, exatamente aquilo que a primeira entrevistada disse ter vivido.

A quarta entrevista realizada, sediada em um bar no bairro da Tijuca, Zona Norte do Rio, escolhido pela entrevistada, foi com a Entrevistada D. Essa, desde o primeiro momento em que foi abordada pelo pesquisador, ainda na rua, assumiu postura ríspida e cortante, dizendo a ele que jamais seria capaz de mudar o mundo tão jovem. Disse ser uma “puta” e que por esse motivo não tinha direito à fala, que nascia ignorada e morria como indigente.

Após uma longa conversa, a profissional concordou em passar seu contato de telefone ao pesquisador, frisando que isso não significava uma anuência quanto à realização da entrevista. Somente cerca de um mês após o primeiro contato de ambos, a Entrevistada D concordou em conceder poucos minutos de seu tempo. Na ligação que antecedeu o encontro, chamou atenção para a duração da conversa, que não poderia ser longa. Felizmente, a participante não se importou com o relógio no dia em que contribuiu com esta pesquisa.

Quando revisitou sua infância, o fez de forma honesta e profunda. A profissional foi sincera quanto aos desafios de ter crescido em um lar com um pai alcoólico. Desde o início, procurou demonstrar ao seu ouvinte o porquê de acreditar que a doença do pai fora decisiva para o seu ingresso na prostituição e para o desencadeamento de marcas irreparáveis em sua vida e na de sua mãe, à época já falecida. Sobre seu pai, disse:

Meu pai era um homem bom de espírito, Yuri. Quando eu era pequena, ele me levava até a praia e a gente brincava de pular ondinhas juntos. Era só a porra de uma marolinha, mas ele fazia eu me sentir a maior super-heroína do planeta, como se eu fosse capaz de tudo, forte e invencível. Mas ele era fraco, perdeu a vida inteira pra bebida e me fez perder a minha também. Minha mãe morreu de desgosto, Seu Bacana. E eu, bom, eu tô morrendo já tem dois meses (APÊNDICE E, ENTREVISTADA D, 2019).

Dando continuidade ao assunto, explicou que seu pai desenvolveu o hábito de beber de forma doentia quando ela ainda era muito nova. Ele laborava como jornalista em uma editora no Rio de Janeiro. A entrevistada disse não ter nascido em uma família rica, considerando-a como pertencente a um padrão de “classe-média baixa”. A grande mudança na rotina familiar ocorreu com um quadro de crise econômica que assolou o país, responsável por atingir diversos empreendimentos, entre eles a empregadora de seu pai. Disse que após a demissão pela editora, seu pai empreendeu buscas sucessivas por um novo emprego, tendo levado, contudo, muito tempo até conseguir uma nova contratação. Se referiu a esse período como o causador do alcoolismo, visto que nessa época ele começou a ingerir álcool em maior quantidade.

Quanto às dinâmicas de convívio familiar, falou que seu pai se tornava um homem violento por causa do abuso do álcool. Ressaltou, todavia, que ele nunca chegou a machucá-la ou a “tocar de forma significativa” em sua mãe. Vez ou outra, segundo ela, ele segurava os braços da esposa com um pouco mais de força, mas não o suficiente para causar alguma lesão ou deixar marcas. Frisou que o pai era um “bom homem” e que ele lhe dizia coisas bonitas e sensíveis, principalmente quando ainda era pequena. A bebida, no entanto, o teria tornado um homem mais quieto e reservado com o passar do tempo.

A fim de melhor ilustrar as vivências e os relatos fornecidos pela Entrevistada D, o pesquisador pediu que narrasse uma lembrança de sua infância que considerava como aquela de caráter mais traumático e difícil de superar. Segue o relato:

A pior coisa que eu vivi foi no meu aniversário de 10 anos de idade. Meu pai já tinha virado escravo da cachaça e de qualquer bebida com álcool no meio. Minha mãe tinha convencido ele a tentar ficar pelo menos durante a semana das minhas comemorações sem beber. Ele disse que pela menininha dele, ele faria isso. No dia da minha festinha de aniversário, eu tava muito feliz e contente, sabe?! Meu pai já tava há uns quatro dias, quase uma eternidade, sem beber. Mas ele tremia, parecia nervoso e qualquer coisa tirava ele do sério. Eu ignorei isso. Eu tinha 10 anos agora e tudo que me importava era que as minhas amiguinhas do colégio iam lá em casa comer bolo e brincar de boneca e pique. Minha mãe pediu ao meu pai que saísse pra comprar as velas do bolo, isso ainda era começo da tarde e a festa tava marcada pro início da noite. Meu pai precisava ir na vendinha, mas, pra isso, tinha que passar pelo botequim. Aí você já viu, né, carne de adicto é fraca porque o álcool já comeu tudo. Ele sumiu a tarde toda e só foi aparecer de noite, no meio da festa. Minha mãe tava preocupada com o sumiço dele, mas os convidados estavam lá em casa e a gente tentava esconder o que tava acontecendo. Ele chegou completamente bêbado. Eu consigo sentir até hoje o cheiro da pinga barata em que ele meteu os córneos naquele dia. Bêbado, ele começou a gritar na frente das minhas amigas que aquele era o dia mais feliz da vida dele. Até aí ele era um alcoólatra animado, mas um alcoólatra, né. Só que ele logo perdeu o equilíbrio e caiu em cima da mesa. Meu pai abriu o supercílio e quebrou a mesa do bolo. Os docinhos ficaram no chão, junto com o glacê do bolo, tudo molhado no sangue que tava jorrando da cara do meu pai. Mas o pior foi o dia seguinte. Minhas amigas do colégio não podiam mais pisar na minha casa pra sempre, além de que elas espalharam pra turma inteira que “o pai da Entrevistada D é maluco” (APÊNDICE E, ENTREVISTADA D, 2019).

Falar sobre o tema da prostituição significa ter de, obrigatoriamente, ao menos dedilhar questões relacionadas às disparidades sociais e dificuldades econômicas características no Brasil. Segundo Bosco Filho (1996, p. 223): “o desencadeamento da crise econômica trouxe para profissão não só mulheres, mas crianças e adolescentes, de ambos os sexos, que perderam sua infância devido à necessidade de obter capital para sobreviver. Não obstante, tal entendimento acaba sendo complementado por França (1994, p. 146) que diz: “a prostituição vem da pobreza geral, da miséria proletária, da promiscuidade, das habitações coletivas, da falta

de educação profissional e de trabalho honesto, dos lares defeituosos, do alcoolismo paterno, da infância desarrimada (...).”

Muitos dos fatores aqui elencados, tanto aqueles suscitados por Bosco Filho (1996) quanto por França (1994), foram retratados pelos profissionais entrevistados como presentes em sua infância. A “pobreza geral” citada no excerto supracitado é aquela em que a Entrevistada A disse ter nascido e crescido. A “falta de educação profissional”, por sua vez, foi levantada por praticamente a totalidade de entrevistados, ao passo que disseram ter deixado a escola para ingressar na prostituição ainda muito cedo. Os “lares defeituosos” e o “alcoolismo paterno” também figuraram nas narrativas apresentadas ao pesquisador.

2.2 O ingresso na mercancia do sexo

Ao longo dos encontros promovidos, findados os questionamentos sobre a infância dos profissionais, o tema imediatamente seguinte era o ingresso no ofício do sexo. Embora as histórias de vida de cada uma das prostitutas gozassem de especificidades únicas, a introdução no mercado do sexo foi vinculada a um motivo comum em mais da metade das narrativas. Esse, se consubstancia na falta de oportunidades e de escolhas.

Necessário ter cuidado, no entanto, para evitar generalizações a respeito desse ponto, visto que, apesar de presente em muitos relatos, sua forma de abordagem não foi uníssona. A Entrevistada A explanou que a prostituição não havia sido uma escolha, ponto que fez questão de endossar por diversas vezes. Explicou ao pesquisador que comercializar o sexo, ao contrário do que as pessoas pensam, nunca foi uma opção, mas sim algo que decorreu da ausência dela. Disse ter sido privada de opções na vida desde o momento em que nasceu. Se apresentou como impossibilitada, desde pequena, de trilhar o seu próprio caminho. A criação por uma mãe solteira, o abandono por parte do pai, as dificuldades da pobreza e da vida na Comunidade teriam, em conjunto, determinado o destino da jovem. A prostituição seria apenas uma das decorrências múltiplas de uma vida que a mesma não controlava.

Além disso, a profissional é mãe de uma menina, à época do encontro com apenas 4 anos de idade. Sua história, embora não seja idêntica, se assemelha à de sua própria mãe, visto que também sustenta a “sua menina” – como a ela se refere – sozinha. Disse ter começado a vender o sexo porque não tinha outra atividade “melhor” da qual pudesse retirar o seu sustento. Após dar à luz, sentia que essa “vida sem escolhas” havia aumentado de intensidade, posto que

não era mais responsável apenas por si, mas também pela filha. Emocionada, explicou como, ao seu ver, a prostituição é um retrato da miséria que assola o Brasil:

Exploração é a miséria, Seu Yuri. Tu falou agora que não conhece a minha verdade, mas eu conto. Eu sou branca, mas sou favelada, nasci na Maré, num tive pai e perdi um pouco da minha mãe para as escolhas que eu mesma fiz na vida. Exploração é a minha filha volta e meia comer mistura porque eu ganho setenta pilas por programa. Mas tu quer a sexual né? Aí eu num sei dizer, Dr. Na verdade, num sei dizer quando que ela não tá lá. Eu sou explorada todo dia, quando eles falam comigo, na voz gritando, na base do tapa. Sou explorada porque eu deixo eles me dizerem como gemer, quando dou metade do meu dinheiro pra moça que cuida do ponto e quando eu deixo alguém marcar o meu corpo. Exploração sexual é dar a buceta por um dinheiro que paga nem o mercado. Eu sou explorada, sim, toda noite, por várias horas. Mas ou eu sou explorada ou eu morro de fome, e minha menina também morre. E de dor de estômago, meu senhor, ela não vai chorar, porque eu prefiro morrer agora do que deixar minha filha morrer vivendo (APÊNDICE B, ENTREVISTADA A, 2019).

O tema recebeu abordagem diversa por parte da segunda prostituta ouvida, a Entrevistada B. A profissional do sexo foi cirúrgica ao afirmar que nunca teve o desejo de se prostituir e não “escolheu” essa vida, mas que quando nela ingressou inexistiam outros mecanismos para garantir sua sobrevivência. Assim como a primeira entrevistada, a segunda também retratou o ofício como uma espécie de *ultima ratio*, uma medida extrema e desgostosa, que não configura uma opção, mas sim um caminho por vezes inevitável. A diferença, contudo, reside nos motivos por detrás de uma ótica comum. A Entrevistada B não nasceu em uma família com condições econômicas desfavoráveis como a Entrevistada A, provavelmente desconhecia o sabor da mistura e a sensação de dor de um estômago vazio. De modo diverso, confidenciou ter nascido em uma família que dispunha de bons recursos financeiros, ter residido desde cedo em um bairro nobre da cidade e tido acesso a boas escolas, viagens e restaurantes.

Para a Entrevistada B, a prostituição não esteve associada à pobreza ou à miséria, mas sim à opressão. A profissional, uma mulher transexual, foi violentada sexualmente dentro de casa, aos 16 anos de idade, pelo irmão mais velho, após o primeiro – e único – diálogo aberto com a família sobre sua identidade de gênero. Disse ao pesquisador que após ser estuprada teve a certeza de que acabaria morrendo dentro de casa pelas mãos do pai, por ela apresentado como um homem machista e intolerante, ou do irmão. Ao deixar a residência da família na calada da noite, não vislumbrou outra saída que não a de ganhar dinheiro com o próprio corpo, o que pretendia fazer pelo tempo suficiente para arcar com as despesas cirúrgicas e procedimentos cartoriais. Relatou ao pesquisador que, enquanto conversavam, já carregava oito anos de prostituição nas costas. No entanto, tinha, ainda que com dificuldades, conseguido arcar com as cirurgias principais e as mudanças de documentos. Permanecia na prostituição porque a “falta

de opções” tornara-se outra, agora, a entrevistada não conseguia mudar de profissão porque já havia sido marcada pelo carimbo de “prostituta”, cuja tinta a acompanharia para o resto da vida. Em seus termos: “eu vou morrer puta”.

É possível extrair um entendimento comum que atravessa os relatos das duas primeiras prostitutas entrevistadas. Quando apresentaram a prostituição sob o formato de uma “última saída”, o fizeram como uma espécie de sacrifício necessário, ainda que cada uma ao seu modo. A primeira profissional trata do ofício como um sacrifício que, mesmo doloroso, deveria suportar para que pudesse sustentar a si e a filha. A segunda, por sua vez, retrata ter recorrido a esse sacrifício a fim de fugir de uma família que não a aceitava e que a fazia temer por sua própria vida. A falta de recursos financeiros seria, portanto, um dos fatores que legitimam a prática do comércio sexual, mas não o único.

Reduzir tema tão vasto como os motivos que levam ao ingresso na mercancia sexual a uma causa única resultaria em uma noção equivocada da realidade da matéria. Nesse diapasão, existem outros elementos que podem figurar nessa equação como, por exemplo, o prazer. De maneira categórica, o Entrevistado C afirmou operar com o sexo por seu desejo pessoal e íntimo, dizendo que sempre gostou de sexo e que a atividade, apesar de seus sabores, lhe era prazerosa. A Entrevistada D, por sua vez, não se referiu ao prazer como um motivo preponderante para sua imersão na prostituição, mas disse ao pesquisador que o fato de gostar de sexo colabora para tornar a profissão menos penosa, permitindo, inclusive, que certos episódios sejam divertidos ou prazerosos.

Necessário apontar, ainda, como a presença prévia em outros submundos torna-se uma importante porta de entrada para a prostituição. Desses aqui chamados “submundos”, os mais abordados nos encontros estiveram relacionados à adicção em substâncias lícitas e ilícitas. Trata-se de um tema que exige atenção em sua tratativa, posto que o uso desenfreado de drogas pode se comunicar com a prostituição de formas variadas. Em alguns casos, o uso de entorpecentes motiva o ingresso na indústria do sexo, em outros, não figura com esse aspecto, mas sim como uma decorrência do ingresso, até então desconhecida.

Pensando inicialmente no papel das drogas enquanto fatores que propulsionam a introdução na prostituição, a Entrevistada F contribuiu de forma significativa para o tópico. Elucidou ao pesquisador que, muitas vezes, uma menina começa a fazer uso de drogas ainda na adolescência, até desenvolver preferência por uma em particular. Uma vez sedimentada a dependência, a agora adicta promove esforços sucessivos que a permitam juntar dinheiro e sustentar o vício. Segundo a entrevistada, é comum que, nessa etapa, eletrodomésticos e

aparelhos eletrônicos de uso pessoal sejam vendidos, empréstimos com familiares e amigos sejam feitos até que, em determinado momento, já não seja viável agir dessa forma. Esse, apontou, é comumente o cenário em que essa mulher, ainda jovem, entende que possui uma moeda de troca, a priori, perpétua para conseguir as drogas: seu próprio corpo. Dessa forma, concluiu a Entrevistada F, muitas meninas começam a se prostituir de forma não eventual, tendo em mente o objetivo de utilizar os rendimentos do ofício para financiar seu vício ou trocando o sexo pela droga como forma de pagamento.

De outro lado, também é possível pensar nas drogas como motivos que asseguram a manutenção dentro do comércio sexual. O Ministério da Saúde (2003, p. 2) sinaliza que o consumo de drogas, tanto lícitas quanto ilícitas, está profundamente associado ao cotidiano das profissionais do sexo. Indica, ainda, que a maior parte dos membros da categoria faz uso das substâncias enquanto “instrumentos de trabalho”, mas, geralmente, permanece atenta e diligente para não incorrer em uma utilização abusiva.

O que o Ministério da Saúde pontua foi bem ilustrado pelo depoimento da Entrevistada G em encontro com o pesquisador. Ela relatou que seu primeiro contato com a dependência se deu quando ainda laborava na indústria de filmes adultos. Explicou que começou a fazer uso de medicamentos não prescritos a partir da quinta produção em que atuou, dando preferência àqueles que faziam com que sua pressão arterial ficasse mais baixa do que o normal. A prostituição, disse, não só potencializou sua adicção em remédios, como também possibilitou o acesso a uma nova gama de drogas. Findou afirmando que fazia uso das substâncias pois tornavam o labor no sexo menos árduo e doloroso, assim como quando operava com filmes pornô. Disse ter certeza do quanto podia tomar antes de iniciar cada programa e que as drogas a ajudavam a “não processar muito as coisas”, discorrendo sobre seus efeitos como se indicasse estar versando sobre um material que, à época do encontro, era indispensável para a sobrevivência no desempenho do ofício.

CAPÍTULO III – A VIVÊNCIA DOS ENTREVISTADOS NAS CASAS DE PROSTITUIÇÃO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL MANIFESTADA NA VIOLÊNCIA

O artigo 229 do Código Penal de 1940 cuida das chamadas “Casas de Prostituição”. O capítulo que agora se inicia reúne alguns dos relatos recolhidos nas entrevistas feitas pelo pesquisador a respeito desses locais. Necessário lembrar, nesta oportunidade, que nenhum filtro fora adotado para a seleção dos profissionais envolvidos neste trabalho. Todavia, todos contribuíram para a discussão sobre os prostíbulos. Aqueles que já haviam laborado em tais Casas compartilharam suas experiências pessoais, ao passo que os demais, ainda que com outro histórico, dividiram opiniões e narrativas sobre os estabelecimentos onde amigos e colegas de profissão já haviam atuado.

De modo a sanar, de antemão, possíveis dúvidas, é preciso esclarecer que o Código Penal adota a terminologia “Casa de Prostituição”. Contudo, ao longo das entrevistas, outros nomes foram empregados pelos profissionais enquanto sinônimos para se referir aos mesmos locais. Dentre aqueles utilizados com maior frequência estiveram: prostíbulos, puteiros, casas de massagem, boates e “casinha”.

Os participantes expuseram de forma harmônica ao pesquisador um entendimento indispensável para o tema. A medida em que narravam as casas onde trabalharam, as apresentavam de uma forma diversa daquela que o senso popular costuma imaginar. Esclareceram, assim, que já não faz mais sentido pensar nesses estabelecimentos como restritos a ruas ermas e escondidas, onde não há iluminação pública e as portas de entrada se camuflam na paisagem lideira. As Casas de Prostituição, disseram, não só funcionam, como o fazem sob o alcance desembaraçado das lentes sociais, mas com a devida cautela.

Em muitos dos depoimentos, as prostitutas disseram ter operado em locais que não se limitavam a manter a mercancia sexual. O mais comum, segundo elas, é que o produto central seja o sexo, mas que ele venha acompanhado de outros serviços. Desses, o mais citado foi o de venda de bebidas alcoólicas para os clientes, seguido da oferta de pequenos espetáculos de caráter burlesco ou de strip-tease. O ato de disponibilizar outros serviços à clientela facilita a ocultação do que, de fato, sustenta o negócio: a prostituição. Além disso, as profissionais explicaram ao pesquisador que a necessidade de oferecer algo além do sexo advém do fato de que, se não o fizessem, não haveria o que anunciar em seus letreiros.

A mera manutenção de um prostíbulo não configura crime. Isto dito, poder-se-ia supor a inexistência de qualquer problema em anunciar publicamente o que está, de fato, sendo

ofertado. Porém, esse tipo de anúncio traria para o local uma visibilidade que a maioria de seus responsáveis teme e evita. Um letreiro luminoso e chamativo com o vocábulo “prostituição” ou outros a ele afins implicaria em uma maior atenção por parte de autoridades policiais e de fiscalização, bem como tornaria o estabelecimento mais suscetível a sofrer possíveis protestos e retaliações públicas.

Dando início à discussão do tema com os profissionais interpelados pelo pesquisador, a primeira fala a ser aqui reproduzida foi da Entrevistada E. À época, a profissional laborava única e exclusivamente nas ruas, mas já havia trabalhado em um prostíbulo. A respeito desse período de sua vida, narrou:

Ser puta na rua é uma coisa, ser puta em casa é outra completamente diferente. Eu já fui puta de puteiro, mas lá eu num era explorada, não. Eles me respeitavam e até cuidavam de mim, eu tinha toda liberdade pra recusar um cliente, desde que tivesse um bom motivo pra isso. Eu sou meio cavalona, então ninguém nunca se meteu lá de besta comigo e levantou um dedo pra mim. Mas as meninas lá da casa apanhavam toda hora, e elas nunca mais eram colocadas com aquele cliente. Na verdade, ele era até banido lá de casa. Agora, ser puta na rua é muito pior, por um lado. Tu tira mais dinheiro, é claro, já que não tem que dividir o teu ganho com ninguém, mas é bem mais perigoso. Não dá pra ficar gritando e esperando alguém pra te socorrer. É você e Deus, isso se você tiver fé nele. Por ser travesti, eu acho que a exploração é, sim, bem maior. A verdade é aquilo que eu falei. Quem procura travesti, normalmente, é meio mal resolvido sexualmente. Ou são homens gays que não aceitam a sua homossexualidade, ou são homens heterossexuais que, graças ao bom deus, descobriram o prazer anal. Eu tenho cliente que me procura só pra receber uma dedada, Doutor. Não tem penetração de pinto, mas eles descobriram o prazer lá do cu e têm vergonha de pedir pra mulher, aí eles procuram a trava, que meio que une os dois mundos. Só que quando a pessoa é mal resolvida com si mesma, ela acaba sendo mal resolvida com os outros. Daí a gente é muito humilhada e pisada. Chamam a gente de lixo, de aberração e de coisa estranha. Tem muito mais exploração por parte da freguesia quando se é trava e puta (APÊNDICE F, ENTREVISTADA E, 2019).

O depoimento apresentado pela quinta entrevistada terminou por ser minoritário quando comparado à totalidade daqueles obtidos sobre o mesmo tema. A operária do sexo, ao discorrer sobre seu antigo local de trabalho, foi firme ao pontuar que não era explorada e aparentou, ainda, revisitar uma época que, mesmo doída, agora já não mais lhe parecia totalmente ruim. Todavia, em falas futuras, explanou ter consciência de que a realidade por ela conhecida não era uma regra, já que em muitos desses estabelecimentos as prostitutas costumam ser submetidas a práticas de violência e exploração.

Apesar de o depoimento da Entrevistada E ser minoritário quando comparado aos demais, ele não foi o único nesse sentido. A Entrevistada D, que à época da entrevista possuía apenas dois meses de trabalho como profissional do sexo nas ruas, disse:

Como eu falei, eu ouvi pouca coisa. Duas das meninas com quem eu tenho algum tipo de “intimidade” (sinal de aspas com as mãos) gostaram dos lugares em que ficaram. Assim, elas nunca falaram muito e eu também não era de perguntar, mas elas disseram que, mesmo com muita regra pra respeitar e você tendo menos controle do que na rua, elas se sentiam mais protegidas. E nem era só a proteção da casa, pelo que eu entendi, era mais a proteção de uma rede mesmo. Elas falaram já que lá a barra pode ficar pesada, mas que é melhor do que na rua (APÊNDICE E, ENTREVISTADA D, 2019).

A Entrevistada D, como dito, contava com pouca experiência prática no ofício, jamais tendo laborado dentro de um prostíbulo. Contudo, questionada pelo pesquisador se possuía algum conhecimento sobre a realidade desse tipo de local, prestou o relato supracitado. Nele, mais uma vez é possível identificar o emprego do termo “proteção”, no mesmo contexto daquele em que a palavra foi utilizada pela Entrevistada E, qual seja, o de comparação entre o ofício do comércio sexual realizado nas ruas e aquele realizado nas Casas de Prostituição.

Em oposição aos pontos de vista anteriormente expostos, o terceiro profissional ouvido, o Entrevistado C, expôs suas experiências pessoais e uma forma de enxergar estabelecimentos voltados para prostituição por lentes totalmente diferentes. O garoto de programa relatou ao pesquisador que ingressou em uma Casa de Prostituição gerenciada por uma conhecida de sua mãe, intitulada aqui de Proprietária C. Frisou que sua decisão em entrar para o universo da prostituição foi influenciada, em grande medida, pelo relacionamento conflituoso com uma tia, com quem passou a morar após o falecimento de sua mãe. Entretanto, disse que o prazer e sua boa performance sexual também foram fatores importantes para conduzir à decisão.

De início, valioso citar a fala do entrevistado em que, além de ressaltar o que chamou de “origens boas” da proprietária do local – fazendo clara alusão às suas condições socioeconômicas – declarou que para alguém ocupar o papel de cafetina, é necessário gozar de “muita sagacidade”. Disse, também, que a Proprietária C não gostava do termo “cafetina”, de modo a orientar seus funcionários a lhe chamarem de “administradora”. Indagado sobre o que queria dizer com “sagacidade”, explicou que saber delegar tarefas e distribuir ordens não é suficiente para comandar e gerir um local de prostituição, sendo imprescindível ter, para além disso, “lábria” e “manha”.

A respeito do que viveu em seu tempo no prostíbulo, o Entrevistado C disse que, para ele, a pior coisa sobre o local que chamou de “casinha” era a rigidez no tratamento com os clientes do estabelecimento. Sobre isso, disse:

A casa era muito rígida sobre o tratamento dos nossos clientes. O problema é que todo mundo entra em um puteiro, Yuri. Entra policial fardado, entra agente sanitário, jovem, velho, homem, mulher e menor de idade. Mas não entra ética, bom senso e nem a moral. Lá existia uma lei máxima: se o cliente concordou em usar o

preservativo, a sua obrigação é concordar com tudo que ele pedir, como uma forma de “agradecimento”. Daí eu simplesmente virava um animal, era como se o cara me desse um biscoitinho e, só por isso, eu fosse abanar o rabo para ele por horas adentro. Mas eu não sou animal, nunca fui; só que na época eu precisei aprender a ser, até não suportar mais e poder me dar ao luxo de partir. (APÊNDICE D, ENTREVISTADO C, 2019).

Após pedido do pesquisador para ilustrar suas vivências na casa, o entrevistado compartilhou o que chamou de “o fato mais marcante” em seu tempo de serviço. Relatou que em um dos programas realizados teve de atender a um cliente que, de prontidão, sinalizou ter “um fetiche pouco comum”. O profissional chamou a atenção do pesquisador para como esse tipo de situação é extremamente comum na prostituição e disse que, com o tempo, lidar com fetiches e “gostos estranhos” acaba se tornando uma atividade rotineira e que passa quase despercebida. Entretanto, aquela não foi uma delas.

O cliente a quem atendeu no dia possuía um fetiche que, em termos simples, consistia em manter relações sexuais com um parceiro que permanecesse durante todo o ato em uma mesma posição. Porém, o entrevistado relatou ter sentido fortes dores em decorrência da conjunção carnal, razão essa que, por motivos claros, dificultava a imobilidade e a satisfação dos desejos expostos pelo cliente. Disse que, com o avançar do tempo, o mesmo demonstrou insatisfação com o fato de o Entrevistado C não estar conseguindo se manter estático, passando a apresentar comportamento cada vez mais agressivo. Narrou, em seguida, as agressões que sofreu durante o programa, dizendo, por fim, que naquele dia havia apanhado tanto que até mesmo esquecera da dor que o sexo estava lhe causando.

Uma vez encerrado o programa em questão, procurou pela Proprietária C e contou a ela todo o ocorrido. Segue abaixo seu depoimento sobre o que lhe aconteceu neste episódio:

Eu fui até a Proprietária C e o Funcionário C, que era o responsável por recolher o dinheiro e passar a nossa parte depois do programa. Disse que eu nunca mais atenderia aquele cliente e que ele tinha me batido. Falei que aquilo era um absurdo e que, da próxima vez, eu chamaria a polícia. O Funcionário C me chamou pra falar melhor e “com mais calma” num canto, e eu fui. Ele chamou dois seguranças da casa e mandou que me trancassem na dispensa do bar. E ali eu fiquei, sem comida e sem sair por algo que eu acredito ter durado um dia inteiro. Eu me urinei e cheguei a defecar um pouco nas minhas calças, vomitei bile porque a dispensa era o lugar mais nojento daquela casa, e meu estômago estava vazio. Quando finalmente me tiraram de lá, me disseram que tinham sido “leves” comigo, mas aquilo era pra eu aprender a nunca mais falar em polícia lá dentro. Hoje, eu entendo que deveria ter sumido naquele dia, mas a Proprietária C era sedutora e eu precisava de uma figura materna. Ela vendia a imagem de mãezona de nós, os profissionais, só que era meio que uma mãe tihosa, sabe? daquelas que brigam, mas só porque amam muito. A Proprietária C foi o meu único relacionamento abusivo da vida, Yuri, pena que eu só fui ver isso muito tempo mais tarde (APÊNDICE D, ENTREVISTADO C, 2019).

De todos os relatos obtidos ao longo do processo de entrevistas a respeito da vida dentro das Casas de Prostituição, o de maior impacto foi o do Entrevistado C. Contudo, outras entrevistadas abordaram formas diversas de violência que teriam vivido em outras Casas. Segundo a Entrevistada B, sua experiência dentro do único prostíbulo no qual trabalhou não foi completamente ruim, mas também esteve longe de ser positiva. A respeito do tema, compartilhou o que segue:

Se eu já passei por alguma merda naquela espelunca? Ai, “bicha”, eu nem sei por onde eu começo a contar. Mas vamos como você ensinou: do começo. Quando você chega num prostíbulo, tudo é bem “encantador” por parte dos donos e desafiador pras meninas e pros meninos. Como o público que “me comia” não era o mesmo que queria as meninas, elas não se sentiram ameaçadas por mim, até eu ter a combinação perfeita de um belo par de seios e um pênis que ainda funciona. As primeiras semanas foram ótimas; eu até podia parar de trabalhar se eu estivesse cansada. Só que logo começaram os abusos. Eles tinham uns caras que meio que “colocavam a gente na casinha” quando alguém se rebelava. Ninguém nunca encostou a mão em mim, mas eles cortavam a nossa comida se desse uma da tarde de um dia de movimento e a gente não tivesse revertido nada de lucro pra casa. O movimento pesado era de noite, na real, e a regra da casa era clara; tinha até uma frase que era tipo uma riminha: “o cliente tem razão, só precisa de ereção” (gargalhou). A ideia era de que a gente não podia se negar a fazer nada, desde que o cliente fosse capaz de fazer aquilo que ele estava pedindo. Se o pau subia, tudo a gente fazia, esse era o lema. Só que uma hora eu cansei de sofrer, de limpar porra do meu rosto, de ser chamada de “homem” por caras de masculinidade duvidosa, cansei daquela merda toda e fui viver da rua, entendeu? (APÊNDICE C, ENTREVISTADA B, 2019).

Posteriormente, questionada de forma mais direta se já teria presenciado alguma violência ou agressão dentro da Casa, a entrevistada respondeu que suspender a comida das profissionais como uma forma de punição era, por si só, uma enorme violência. Relatou ao seu ouvinte que a violência física costuma ser mais frequente nas Casas de Prostituição de “maior porte”, ou seja, aquelas dotadas de estrutura mais robusta e com mais profissionais do sexo e funcionários do dono ou gerente. Sua visão divergia da exposta pela Entrevistada E, que disse acreditar que a violência era maior em prostíbulos de menor estrutura.

Em contrapartida, a Entrevistada B foi clara ao afirmar que, onde trabalhou, apesar de a violência física não ser comum, a psicológica o era. Chamou atenção para as ameaças frequentes, que disse estarem comumente relacionadas à insatisfação de alguma das meninas da Casa com determinado episódio ou um ocorrido em específico. Disse, ainda, ser muito forte o uso da chantagem emocional, sem esclarecer, contudo, qual era a sua fonte. Segundo a Entrevistada B (2019): “Quem comanda esses lugares não é idiota, eles sabem te prender lá, mesmo que a porta esteja aberta”.

Em linhas simples, as formas de agressão que permeiam o ofício do sexo puderam, em essência, ser divididas em três espécies: (1) a física; (2) a psicológica e (3) a sexual. Todas elas podem, segundo os entrevistados, ser identificadas tanto dentro dos prostíbulos quanto nas ruas. A violência psicológica dentro daqueles estabelecimentos foi minuciosamente explanada pela Entrevistada B:

Aí depende! Depende de quando a menina entrou lá principalmente. Porque aí que tá a questão: cafetina, quando vê menina novinha chegando, dá logo um jeito de fazer a garota enxergar ela como mãe. Te juro! Parece absurdo, mas elas sempre conseguem. A menina se abre toda, fala por que foi parar lá, e fala do primeiro namorado, se foi traída, quem foi a primeira amiguinha. E eu não tô chamando essas meninas de burras, não! Eu mesma fiz isso. E eu fiz pelo mesmo motivo que as outras fazem: a gente cai no canto da sereia. Uma pessoa que chega num puteiro, chega cheia de machucados. A maioria chega como eu: depois de ser violentada. Ou chega depois de ser expulsa ou fugir de casa, como eu também. Eles (do prostíbulo) sabem bater o olho e ver se a menina chegou frágil e, de repente, a gente se vê enxergando a cafetina no lugar da nossa mãe. E aí, quando a garota se rebela, quando diz que tá sendo explorada ou pisa fora do quadradinho que deram pra ela, a primeira coisa que fazem é jogar na cara dela que, se ela tá viva e se tem algum dinheiro, é “porque a mamãe ajudou”. Daí que entra toda a violência psicológica, porque o discurso é tão, mas tão bom, tão perfeito que, no final, você nem lembra mais por que reclamou de alguma coisa. No final, você nem lembra que reclamou porque não te deixaram dormir e te obrigaram a pegar vários programas seguidos mesmo você já tendo batido o caixa do dia, a única coisa na sua cabeça é o quão ingrata você é por ter ousado falar mal de quem te “ajudou”. É isso, falei demais. Chega. Virei puta de rua e acabou (APÊNDICE C, ENTREVISTADA B, 2019).

A fala supracitada destrincha de forma clara o que a Entrevistada B considerou como sendo a agressão psicológica mais comum dentro das Casas de Prostituição. Ainda em sentido muito semelhante, a sétima entrevistada, Entrevistada G, contribuiu com o tema, mesmo não tendo trabalhado em um estabelecimento dessa natureza.

O ingresso da Entrevistada G na mercancia sexual se deu, primeiramente, com o auxílio da agente com quem trabalhava quando era atriz de filmes adultos. Ela explicou ao pesquisador que, nesse ramo, muitas das atrizes são ex profissionais do sexo. Da mesma forma que muitas das mulheres que começaram trabalhando como atrizes, ao precisar deixar a indústria, ingressam no mercado da prostituição. Questionada pelo pesquisador sobre o que conhecia do mundo dos prostíbulos, disse:

Sei pouco, mas sei o suficiente pra não querer colocar meus pés num lugar desse. Conheci meninas nas ruas né, muitas delas vieram de puteiro. O mais comum, pelo que eu vejo, é começar nos puteiros e depois ir para as ruas, porque o contrário é muito mais complicado. Posso dizer por mim. Mas as meninas falaram que tem que dar sorte com o dono do lugar, mas que em muitos eles até batem nelas, que em muitos também eles mesmos não chegam a bater, mas protegem os clientes que batem. Ou não protegem diretamente, mas impedem elas de procurar a polícia porque tem medo de

que acabe sujando a coisa pra eles (os donos do prostíbulo). Enfim, sei pouco, mas isso basta (APÊNDICE H, ENTREVISTADA G, 2019).

Ao instigar suas entrevistadas a conceituar “exploração sexual”, a referência a práticas de violência esteve presente em todas as respostas dadas ao pesquisador. Todavia, importante esclarecer que em tais narrativas as agressões foram apresentadas por maneiras diferentes. Além de suas várias formas de manifestação, os episódios de violência também receberam abordagens variadas no que tange àquele que os perpetra, isto é, o agressor. A violência, por si própria, é uma realidade que costuma caminhar de mãos dadas com o comércio sexual. Moreira e Monteiro (2012, p. 3) dizem que o ambiente em que a profissão da prostituição se desenvolve se apresenta como um meio que facilita a ocorrência das violências contra as trabalhadoras do sexo. Nessa esteira, elencam como principais causadores as figuras da polícia, dos clientes e da sociedade.

Válido destacar, ainda, que em nenhum dos depoimentos obtidos nas entrevistas a violência foi apontada pelos entrevistados como sendo “gratuita” ou “desmotivada”. Na realidade, o que mais se testemunhou foram relatos em que o seu uso esteve vinculado a uma natureza punitivista e sancionatória. O termo “regras” foi utilizado por dezessete vezes apenas nas sete primeiras entrevistas. Concluiu-se, então, que dentro das Casas de Prostituição a existência de um sistema rígido de regras é muito comum. Essas regras se dividem em segmentos, sendo as três espécies mais verificadas nos diálogos: (1) regras de convivência entre os profissionais do sexo de um mesmo estabelecimento, (2) regras quanto à política de tratamento dos clientes da casa e (3) regras quanto ao sistema de contribuição dentro do estabelecimento e de cumprimento de tarefas e obrigações por parte das prostitutas.

A existência dessa chamada “política de regras” despontou como o principal fator responsável por fazer com que uma face pouco discutida da violência acabe sendo imposta aos profissionais do sexo. Em várias narrativas as interpeladas disseram ter sofrido alguma forma de opressão ou constrangimento após terem descumprido uma das diretrizes imperativas no estabelecimento em que laboravam. A intensidade e o grau de violência empregada, por sua vez, variavam de acordo com o local em questão, assim como o nível de “gravidade” vislumbrado na regra violada.

De início, é primordial pontuar que, como bem indicam Cunha (2014, p. 57) e Lobo & Sampaio (2016, p. 922), a violência e o preconceito são apenas alguns dentre os propulsores do estigma que atinge a vida das profissionais do sexo. A violência, em específico, muitas vezes tem início antes mesmo do ingresso no ofício da prostituição. Piazza et. al. (2013, p. 84)

ilustram que, em muitos casos, crianças e adolescentes que presenciam suas mães sendo maltratadas, acabam por revoltar-se e decidem sair de casa, ingressando, assim, em um mundo de prostituição para conseguir garantir a sua própria sobrevivência. Pinheiro (2006, p. 118), em sua Tese de Doutorado cujo objeto era a relação entre socialização, violência e prostituição, sustentou que: “Além das deficiências materiais, onipresentes em sua trajetória, encontramos a violência em várias modalidades influenciando a opção destas mulheres pela prostituição”.

Ainda no mesmo tema, sua interseção com a atuação repressiva policial também merece destaque. Moreira e Monteiro (2012, p. 5) dão atenção ao fato de que a violência policial para com as (os) profissionais do sexo é, infelizmente, uma parte recorrente do cotidiano da categoria. Para além das vias de fato, com as agressões físicas, o uso de ameaças também é constante. Essas, por sua vez, costumam versar sobre possíveis detenções, conduções coercitivas a delegacias ou a promessa de algum mal, imediato ou mediato. Ademais, ainda são frequentes os xingamentos e falas de cunho preconceituoso, o que, segundo Moreira e Monteiro (2012, p. 5), denota grande contradição, observado que os profissionais que em tese deveriam proteger a classe acabam, na realidade, contribuindo para a perpetuação de práticas de agressão e violência. Lima et. al. (2017), a respeito do tema, explicam que:

A violência policial contra mulheres profissionais do sexo é um fenômeno mundial e ocorre tanto onde o trabalho sexual é criminalizado quanto onde é legalizado. Estudos diversos associam a violência cometida pela polícia contra mulheres profissionais do sexo com o uso de drogas e de álcool e com o comércio sexual nas ruas. A confluência desses fatores torna as mulheres mais vulneráveis a esse tipo de violência (LIMA et. al., 2017, p. 12).

No que tange à violência perpetrada pelas autoridades policiais, tem-se nela um fator que agrava ainda mais a situação das (os) profissionais do sexo, contribuindo para o aumento da sua marginalização. Como bem aponta Penha (2013, p. 988), essa realidade dificulta que prostitutas e garotos de programa levem às delegacias e à Justiça o conhecimento acerca de agressões cometidas por seus clientes ou agenciadores. Nesse contexto, a **Entrevistada E**, questionada pelo pesquisador se acreditava que o tratamento dado às prostitutas pelos policiais era diferente daquele dado aos demais cidadãos, respondeu:

Claro que é, mas é óbvio que é. Nas delegacias, você tem que ter muita coragem pra pisar. Se o policial bate em mim na rua, por que diabos ele vai me ajudar na delegacia? No máximo vai preencher um papel, jogar lá meia dúzia de palavras, me dar uma cópia e, assim que eu sair, vai jogar a que ficou com ele (a cópia) no lixo. E não vai acontecer mais nada (APÊNDICE F, ENTREVISTADA E, 2019).

Através de sua fala, a Entrevistada E endossou a exposição supracitada de Penha (2013, p. 988). Nela, evidencia como, ao passo que as autoridades policiais começam a ocupar o papel de agressoras da categoria, a crença dos profissionais na possibilidade de conquistar auxílio e proteção despenca vertiginosamente. A insuficiência de denúncias, além de ser um produto desse cenário, também possui ligações com um forte sentimento de exclusão social e de desmerecimento de cuidado e apoio.

A violência praticada pelos sujeitos que deveriam combatê-la, não se restringe, contudo, à esfera policial. Durante os encontros, outras faces dessa mesma moeda foram apresentadas pelos (as) entrevistados (as). Uma delas reside no momento de acesso à área da saúde, incorporada nos profissionais que nela atuam (médicos, enfermeiros e auxiliares), bem como nas próprias instituições em si. Novamente, a Entrevistada E suscitou importante debate sobre o tema na fala que segue:

Depende de onde tu vai cair pra ser atendido. Nunca me negaram atendimento e tal, isso eu não posso falar. Mas a gente acaba evitando hospital porque muitas vezes a gente acaba sendo escorraçada lá dentro. Principalmente por quem atende, desde a primeira pessoa até a última. Não são todas, claro. Só que se a gente foi estuprada, dão a entender que a gente tava pedindo, afinal, tava vendendo o corpo na rua. Se a gente foi espancada, falam que a gente deve ter provocado. A gente nunca é totalmente vítima pra eles, eles sempre dão algum jeitinho de fazer com que a gente saia como vilã, mesmo que seja um pouco, mas eles fazem. E o pior é que tem menina que, numa dessas, começa a acreditar que realmente tem culpa. Que realmente pediu, que realmente merece, daí se mata, cai deprimida, essas coisas. É difícil porque a gente que é puta não tem ajuda, e aí os poucos lugares em que a gente poderia pedir a ajudar, a gente não só não consegue ela como ainda é esculachada. A gente não fica calada porque quer, a gente tapa a nossa boca porque, se a gente tentar abrir, ninguém vai acreditar. Ou, o que é ainda pior: vão tentar virar o jogo contra a gente, e o povo acredita. Ninguém fica do lado da puta. Puta ou policial? Puta ou médico? Você acha que alguém vai preferir acreditar na puta? (APÊNDICE F, ENTREVISTADA E, 2019).

A passagem acima permite a expansão do debate sobre o modo com o qual a violência atravessa a vida na prostituição. O depoimento da Entrevistada E aborda o modo com o qual o fenômeno da culpabilização da vítima contribui para a manutenção das práticas de violência contra as (os) profissionais do sexo. Por “culpabilização da vítima”, em linhas gerais, entende-se o ato que a retira, parcial ou totalmente, do papel de sujeito passivo da agressão, alçando-a, em seguida, ao de responsável pelo mal sofrido. Quando a agressão em tela envolve aspectos de gênero, é comum que se verifique uma culpabilização da vítima, mulher, acompanhada do processo de vitimização do agressor, homem. Hauser, Castro, Mendonça e Satler (2017, p. 8) discorrem sobre como, nessas situações, termos como “paixão” e “ciúmes”, frequentemente adotados pelas plataformas de mídia, acabam por contribuir para que o agressor tenha a sua

culpabilidade suavizada pelas lentes sociais, ao contrapasso em que a vítima primária, ou seja, a mulher, passe a ser lida pela sociedade como a responsável por ensejar a agressão que sofreu.

O processo de culpabilização da vítima no Brasil atinge, essencialmente, as mulheres, principalmente em casos como os de violência e abuso sexual, violência doméstica e familiar contra a mulher e feminicídio. Quando o sujeito passivo desses crimes, além de mulher, labora como profissional do sexo, a culpabilização pode ser potencializada em níveis alarmantes. O machismo e o patriarcado, somados ao preconceito social e a estigmatização das profissionais da classe contribuem para a descredibilização do discurso da vítima, que, assim, é submetida a uma segunda esfera de violência.

Tratando-se dessa classe, a culpabilização acaba refletindo, ainda, nas poucas instituições às quais poderiam recorrer para solicitar ajuda e apoio. O temor de retaliações e ridicularizações vindas daqueles que deveriam auxiliá-las, como policiais e médicos, contribui para que doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) não sejam diagnosticadas, bem como para que episódios de violência não sejam levados ao conhecimento das autoridades, concorrendo para que os agressores sigam impunes.

Por fim, é de extrema valia indicar que, na fase de entrevistas, as profissionais reconheceram na negligência estatal uma outra vertente da violência. Os termos “ver” e “enxergar” foram amplamente empregados para ilustrar um sentimento comum de pouca relevância para o Governo, manifestado através das autoridades políticas que o representam. Alguns dos participantes se referiram a esse sentimento como sendo um dos maiores obstáculos com o qual a classe se depara no cotidiano.

Segundo a Entrevistada D, no Brasil, as prostitutas e os garotos de programa não são realmente vistos pela sociedade. Em seu depoimento, disse que, em sua opinião, todo mundo “olha”, mas ninguém, de fato, “vê”. Irresignada, expôs total insatisfação ao observar que as poucas lentes direcionadas para o comércio do sexo são movidas pela curiosidade, mas não por preocupação ou cuidado. Pediu ao pesquisador que se atentasse ao modo com o qual as profissionais do sexo raramente costumam ganhar protagonismo em qualquer discussão. “Curiosidade”, disse, “não significa gostar ou se preocupar”. Isso, segundo a mesma, vale tanto para a sociedade em si como para os políticos. Disse, ainda, que tratar o ofício da mesma forma que se trata uma profissão “qualquer”, não é a solução. Essa postura, em sua ótica, seria apenas uma das muitas violências perpetradas contra a categoria.

CAPÍTULO IV – A CONTRAPOSIÇÃO ENTRE A EXPLORAÇÃO VIVIDA NOS PROSTÍBULOS E A EXPLORAÇÃO DAS RUAS

Embora o artigo 229 do Código Penal trate especificamente das Casas de Prostituição, o comércio do sexo não se restringe aos estabelecimentos fechados. Os sete profissionais que participaram desta pesquisa laboravam, à época de suas entrevistas, nas ruas do Rio de Janeiro. O pesquisador observou desde os primeiros encontros como as ruas e os prostíbulo eram frequentemente contrapostos nas falas daqueles que ouvia. Ainda que a norma em análise não se debruce sobre essa outra forma de exercer o labor do sexo, é de enorme valor trazer à luz como as avenidas conversam com os bordéis e de que modo a exploração sexual se faz presente nesse diálogo.

A Entrevistada B começou a operar com o sexo com apenas dezesseis anos de idade. Iniciou trabalhando em um prostíbulo, deixando-o anos depois para laborar nas ruas e avenidas da Cidade do Rio. Disse ao pesquisador que é preciso separar esses dois universos, pois guardam diferenças cujo conhecimento é muito importante. Sobre essas diferenças, relatou:

Um dos grandes atrativos de fazer ponto na rua é o fato de que, até certo nível, você é a sua própria cafetina. Basicamente: você escolhe quem atende e quem rejeita, quanto vai cobrar (...) você pode até fazer as suas próprias regras. Tipo, “ah, eu não faço anal”. Se você tá na rua, por conta própria, tu tem a liberdade de virar pro cliente e falar que não faz e ponto final. Agora, se você tá no puteiro, não tem essa de “isso eu faço, aquilo eu não faço”, isso não existe! Você faz o que o cliente quiser e acabou, eu até já te disse isso. Em termos de grana, como você cobra o seu valor, dá pra ganhar mais, claro. Só que as ruas aqui no Rio que são boas pra gente, todas estão com donas já (APÊNDICE C, ENTREVISTADA B, 2019).

Quando o pesquisador a questionou quem seriam as “donas de rua”, a entrevistada respondeu que o termo correto seria “donas de ponto”. Disse que, na prática, desconfiava que a expressão era uma criação das próprias prostitutas. Segundo sua explicação, o “ponto” seria o espaço geográfico em que uma profissional do sexo aguarda por clientes em potencial. A “dona” desse ponto seria o que a participante nomeou de “uma cafetina do ar livre”. Ela é a responsável por garantir a ordem entre as meninas que operam na área de seu controle. Disse que vender o sexo nas ruas é uma atividade que requer regras bem fixadas, caso contrário ocorreriam muitas brigas e conflitos em decorrência de disputas e competições.

A dona do ponto fiscaliza a distância entre as prostitutas, evitando desentendimentos ou dúvidas acerca de “quem o cliente quer levar para casa”. Esse controle, segundo a entrevistada, precisa ser feito com cuidado e rigidez, a fim de que comportamentos inoportunos não acabem por gerar prejuízos. Não suficiente, é a dona do ponto quem determina quem poderá ou não

trabalhar em sua área de comando. Sua permissão, por óbvio, possui um preço que é pago através do repasse de uma parcela do rendimento das profissionais com os programas feitos. A prostituta ouvida relatou que não são todas as ruas que possuem alguém exercendo o seu controle, sendo mais comum verificar esse tipo de procedimento nos locais mais movimentados, onde a captação da clientela tende a ser maior e mais fácil.

A Entrevistada B expôs muitas opiniões desfavoráveis e negativas a respeito de bordéis e prostíbulo no decorrer de sua entrevista. Quando abordou a sua vida nas ruas, reforçou que poder definir o quanto cobrava por seus serviços a permitia atingir um lucro maior, o que não seria possível em um estabelecimento fechado. Nesse tipo de local o preço do programa é fixado por quem o administra. Embora tenha sido bastante crítica ao falar sobre as Casas de Prostituição, confessou ao pesquisador que ter de escolher entre se prostituir na rua ou em um prostíbulo não é uma tarefa tão simples quanto pode parecer. Disse nesse sentido:

Trabalhar na rua é mais perigoso, Dr. Yuri. A concorrência na rua é pauleira. Todo mundo se vê como inimiga, é uma tentando usar uma roupa mais curta que a outra, uma tentando pegar o cliente da outra, é tipo selva. Nas “casinhas”, não. Lá a gente acaba meio que se acolhendo, o convívio é maior, a gente termina se conhecendo, cria afeto e carinho. A gente se protege. Fora que é mais seguro, o controle é maior de quem entra e quem sai. Só que é mais seguro de um lado e mais perigoso do outro, ao mesmo tempo, nas ruas a gente apanha de cliente, isso acontece volta e meia. Agora, no puteiro, além de se preocupar em apanhar do cliente, a gente ainda precisa viver com o medo de apanhar da cafetina, dos seguranças, do gerente e tal (APÊNDICE C, ENTREVISTADA B, 2019).

A Entrevistada E endossou alguns dos pontos que foram levantados pela segunda profissional ouvida pelo pesquisador. Disse que trabalhar nas ruas permite um rendimento maior para a prostituta, ainda que ela siga tendo que repartir seus ganhos com uma cafetina. Nesse sentido, explicou que quando o ponto escolhido não possui um dono, a profissional consegue reter a totalidade do valor cobrado pelos serviços. De outro modo, mesmo que o ponto tenha alguém realizando seu controle, as frações adotadas para repartição do lucro costumam ser mais favoráveis nas ruas do que nos bordéis. Contudo, relatou que vender o corpo “ao ar livre” é uma forma de trabalhar que representa mais perigo à profissional do que fazer o mesmo em um prostíbulo. Nessa esteira, a Entrevistada E (APÊNDICE F, 2019) falou: “não dá pra ficar gritando e esperando alguém pra te socorrer. É você e Deus, isso se você tiver fé nele (...)”.

A primeira entrevistada também abordou a temática da segurança que a categoria tem nos prostíbulos e aquela verificada nas ruas. Falou que naqueles a profissional fica mais sujeita às arbitrariedades dos administradores e às surras “corretivas”. Em contrapartida, nas ruas a prostituta fica mais exposta – ou “mais na cara”, como ela mesma disse – o que tende a aumentar

a possibilidade de sofrer alguma agressão, principalmente por parte dos clientes ou apenas por preconceito de transeuntes.

Da mesma forma que a Entrevistada B, a Entrevistada A relatou ao pesquisador que a escolha sobre o ambiente de trabalho não é simples, e que muito do que será vivido pelo profissional a partir de sua decisão está sob a influência da sorte. Se prostituir nas ruas, disse, permite que a operária do sexo goze de maior controle sobre o seu serviço, o que é praticamente inexistente dentro de um bordel. Ao mesmo tempo, compartilhou que começar no ofício através de um local fechado pode ser positivo para os que não têm experiência, pois permite que desenvolvam forças para encarar um universo completamente diferente (o da rua).

Quando o pesquisador questionou a profissional onde acreditava ser mais extensa a exploração, se nos calçadões ou nos puteiros, a Entrevistada A explanou que esses dois campos manifestam explorações distintas. Em um prostíbulo, disse, é muito improvável que a prostituta tenha que fazer apenas os serviços sexuais e nada mais. Explicou que em casas onde as meninas que se prostituem vivem juntas, existem várias outras tarefas a serem cumpridas por elas. Nesses locais, concluiu, não há controle por parte do profissional do sexo. Nas ruas, por sua vez, esse controle é bem maior – ainda que limitado por alguns fatores – mas a prostituta está mais exposta à repressão pelas autoridades policiais e por clientes, por exemplo.

Para além de todos os pontos que a primeira entrevistada levantou em seu encontro com o pesquisador, ela foi a responsável por abordar um tópico que nenhum outro participante o fez. Trata-se de um ponto relevante sobre como a escolha do local de trabalho influencia no sucesso dos serviços sexuais que estão oferecidos. Nesse sentido, ela disse:

Tem uma coisa que eu acho que acaba sendo melhor no puteiro. É que lá, você consegue ter clientes mais certos. Porque, assim, no puteiro, se você fizer tudo certinho, respeitar as regras e tal, você pode ficar no mesmo lugar por um bom tempo. Na rua, o tempo que você fica num mesmo ponto é menor, é difícil conseguir ficar no mesmo lugar muito tempo, as donas mudam ou você se mete em briga e acaba sendo expulsa de lá, ou ainda a polícia percebe que lá é ponto fácil e a gente precisa sair (APÊNDICE B, ENTREVISTADA A, 2019).

O pesquisador pediu à profissional que melhor explicasse a sua fala, e ela o fez de maneira extremamente clara. A entrevistada disse que, para quem se prostitui, é muito importante solidificar uma gama de clientes fixos. Como em qualquer outro empreendimento, a clientela é uma parte valiosa para a prosperidade e longevidade do negócio, visto que quanto mais clientes retornam para obter o serviço que admiram, maior a obtenção de lucro.

Nesse viés, a participante esclareceu que a fidelização de clientes é uma tarefa muito mais simples nos puteiros do que nas ruas. Explicou que quando alguém que a prostituta atende

gosta do serviço sexual que ela oferece, pode desejar contratá-la novamente. Para isso, é preciso que esse indivíduo saiba onde poderá encontrar a profissional. Nas Casas de Prostituição, isso é bem mais fácil, visto que são locais fixos no espaço. Quando o cliente encontra a profissional na rua, por sua vez, a garantia de que poderá chegar até ela em outro momento naquele mesmo local não é tão robusta. A entrevistada disse que é mais fácil conseguir permanecer em um único bordel por muito tempo do que em um mesmo ponto por igual período.

Nesse sentido, relatou que permanecer nas ruas é difícil quando o assunto é a estabilidade. Os clientes que buscam profissionais do sexo que transitam por calçadas e meios-fios costumam fazê-lo de dentro de seus veículos particulares. Procuram um contato breve, a fim de evitar ao máximo sua identificação e garantir o seu sigilo. As próprias donas de ponto tendem a ser rigorosas quanto ao comportamento das profissionais exatamente em virtude do perfil dos contratantes do sexo pago. Brigas e confusões geram atenção e atraem olhares curiosos, isso é exatamente aquilo que um homem casado, por exemplo, não deseja enfrentar quando está contratando os serviços de uma prostituta.

Por isso, explicou a Entrevistada A, quando as meninas se desentendem, deixam de realizar algum repasse ou violam uma regra estabelecida pela dona do ponto, podem acabar sendo banidas do local. Existem, ainda, os casos em que a própria controladora da área é substituída por outra. Não raro, a substituta modifica as taxas de divisão de lucros, expulsa determinados profissionais da região por motivos pessoais e muda o funcionamento até então utilizado por aquela que deixou a função.

Quando uma prostituta que laborava em um local específico é vetada de ali continuar trabalhando, tem que começar do zero a captação de sua clientela. A Entrevistada A explanou ao pesquisador que as profissionais do sexo não costumam pedir os números de telefone de seus clientes ou qualquer outro dado para contato. No entanto, sinalizou que os clientes podem pedir o contato da profissional – que decide se deseja ou não passar. Considerando que as prostitutas costumam não dispor de formas para contactar seus clientes, torna-se quase impossível comunicar a mudança de ponto e onde passaram a laborar. A entrevistada disse que nos prostíbulos a realidade não é tão severa, posto que mesmo que uma profissional tenha deixado a casa ou sido expulsa dela, o cliente pode conseguir seu contato através das colegas que lá permaneceram ou por meio de outros mecanismos.

Outro depoimento muito esclarecedor sobre as diferenças nos modos de se prostituir foi dado pelo Entrevistado C. Esse profissional, como já fora exposto, narrou uma série de abusos por ele sofridos no prostíbulo em que trabalhou, chamado de “casinha”. Por tais motivos, o

pesquisador supunha, de forma equivocada, que o participante não teria qualquer comentário positivo a fazer sobre estabelecimentos dessa natureza. Ainda assim, perguntou se ele considerava que o período no puteiro havia sido, ainda que de forma mínima, importante ou bom para sua trajetória. Para sua surpresa, o jovem garoto de programa tratou da questão de forma extremamente madura e profunda, evidenciando sua visão acerca dela enquanto algo que requer uma análise de extremo cuidado. Disse:

Eu tenho certeza que sim. Só que esse é um assunto que é delicado, na minha opinião. Não dá pra tratar desse tema como se viver em um puteiro fosse, em alguma hipótese, uma “coisa boa”. Nunca é, não de forma total. Mas, eu acho que é um ponto de partida importante e, talvez, necessário. A questão é saber acertar na dosagem, e é aí onde mora o perigo (APÊNDICE D, ENTREVISTADO C, 2019).

A expressão “ponto de partida” escolhida pelo entrevistado não soou completamente clara para o pesquisador que o ouvia, que a interpretou de dois modos diferentes. Com isso, pediu que o profissional explicasse, se pudesse, o que ela significava. Ele respondeu que, diferente do que o imaginário popular cultiva, a prostituição permeia nichos e ambientes variados. Pediu ao pesquisador que considerasse esse fato, mas que a partir daquele momento mantivesse em mente apenas duas formas de vender o sexo: nos calçadões e nos puteiros. Explicou, em seguida, que eles não são universos apartados, já que um indivíduo que nunca se prostituiu em um local fechado dificilmente suportará o peso de fazer o mesmo nas ruas.

O jovem, cuja idade em muito se aproximava da do pesquisador, manteve ao longo de toda a explicação a postura que assumiu desde o início. Isto é, a de alguém que dominava o conteúdo que expunha, mas que a todo momento pretendia provar que havia conseguido se destacar e melhorar de vida, ainda que continuasse na prostituição. Com a voz firme, frisou que os outros garotos de programa não compunham seu núcleo de amigos, mas que alguns poucos se tornaram – apenas – colegas. Desse seletivo grupo, quase todos operaram em prostíbulos e vivenciaram experiências semelhantes às suas, embora as violências e as intimidações variassem em grau. Apesar de todo esse histórico, disse, foram esses lugares – os puteiros – que possibilitaram que ele e seus colegas, todos novatos no ramo, pudessem aprender as táticas e os comportamentos indispensáveis para sua futura imersão nas ruas.

O Entrevistado C expôs o seu entendimento de que quando alguém que nunca se prostituiu vai de cara para as avenidas e ruelas, o processo de aprendizado do ofício é totalmente autônomo. Todavia, ressaltou que a vida nesse meio é feroz e não permite que os iniciantes insistam em seus erros até aprender o que podem ou não fazer. Comumente, relatou, um novato incorre em uma conduta “imperdoável” e as consequências são muito drásticas ou até mesmo

fatais. Começar o ofício na rua seria, então, um enorme perigo. Ao concluir essa fala, endossou que seu ponto de vista sobre o tema não apagava ou neutralizava tudo que havia dito de negativo anteriormente sobre a “casinha” (a Casa em que trabalhou quando mais novo).

O pesquisador questionou o profissional se, ao refletir sobre sua própria fala, não se assustava em pensar na Casa de Prostituição como um curso de sobrevivência para a categoria. O Entrevistado C respondeu que seu discurso poderia parecer louco para seu ouvinte, que desconhecia o que é trabalhar com o sexo. Deixou claro que considerava o prostíbulo como um lugar ruim, cheio de violências, onde os profissionais são constantemente “pisados” e tratados de forma animalesca. Porém, ainda que tudo isso fosse real, explicitou que não poderia deixar de reconhecer que nesses locais existem vários indivíduos em uma mesma situação. A concorrência existe, disse, mas não tanto quanto na rua.

Esse contato, segundo apresentou, permite que um recém-chegado possa aprender com os outros. Pelo relato do entrevistado, os aprendizados vêm por parte dos colegas e versam sobre como o novato deve se comportar em situações que são comuns nesse ofício, mas estranhas a outros. A título de exemplo, falou sobre aprender a lidar com um cliente que se recusa a cumprir com o pagamento pelo serviço e como encarar fregueses com fetiches que provocam nojo. Um mergulho direto nas ruas traz consigo uma carga exacerbada de informações que o novo operário do sexo não consegue processar de uma só vez. O jovem profissional arrematou o assunto servindo-se de uma curiosa metáfora. Disse que a rua é como uma vitrine, onde cada profissional é o único responsável por si mesmo. De outro modo, comparou o puteiro a um menu, onde cada profissional representa um prato e também se vende. Contudo, esse menu não chega sozinho até o cliente, sendo conduzido por um garçom que sabe identificar que prato (no caso, qual profissional) melhor atende ao seu gosto. Nesse menu, explicou, cada um faz a sua parte, mas não está tão desamparado e solto como em uma vitrine, cuja exposição é indiscriminada e você não sabe quem pagará pelo seu preço.

No desenrolar dos encontros, os profissionais participantes abordaram o tema esmiuçado nesse capítulo de forma a atrelá-lo com suas conceituações sobre a exploração sexual. Nenhum deles ofereceu uma resposta categórica para taxar onde o fenômeno se faz mais intenso em sua rotina de trabalho. Na realidade, o que mais foi dito ao pesquisador é que o assunto precisa ser lido com a complexidade que exige, isto é, reconhecendo que a rua goza de benefícios que os puteiros não oferecem. De igual modo, frisaram que existem formas de exploração que atravessam a rua com mais intensidade do que os bordéis. A conclusão mais

incidente na pesquisa foi a de que não é possível oferecer uma resposta estanque para um fenômeno cuja manifestação é inconstante e variável.

CAPÍTULO V – OUTRAS ÓTICAS DE SIGNIFICAÇÃO DA EXPRESSÃO “EXPLORAÇÃO SEXUAL” APRESENTADAS NAS ENTREVISTAS

Durante as entrevistas, o pesquisador pediu expressamente aos participantes que conceituassem o que entendiam por “exploração sexual”. Antes de fazer o pedido, realizou a leitura do texto do artigo 229 do Código Penal em voz alta e explicou o que ele significava. Nessa explanação, o pesquisador não citou qualquer entendimento adotado por tribunais ou teóricos, a fim de evitar que os participantes sofressem qualquer tipo de influência em suas respostas. Em todas elas, a exposição a qualquer prática de violência foi apresentada como uma forma de explorar o operário do sexo. Contudo, essa vertente, já esmiuçada em capítulo anterior, não foi a única, estando acompanhada de outras que serão aqui trabalhadas.

A Entrevistada A deu, de início, uma resposta um pouco mais abrangente para o pesquisador. Retratou a exploração como um sinônimo para a miséria e para a vida sem opções que já havia comentado anteriormente. Em fala seguinte, já direcionada a um sentido mais específico para o objeto em discussão, disse que os valores que conseguia reter dos serviços sexuais prestados era um abuso e, portanto, uma realidade exploratória. Esse dinheiro, em suas palavras literais, “não paga nem mesmo o mercado”. Relatou que dava metade do valor do programa para a dona de ponto e que isso a fazia se sentir explorada. Ademais, falou que quando não a permitiam ter controle sobre o que fazia, a sensação era a mesma.

Interessante sinalizar que quando a primeira entrevistada abordou o aspecto da “falta de controle”, o pesquisador teve o contato inicial com o que mais tarde identificou ser uma categoria de amplitude bem maior. Várias entrevistadas empregaram o termo “controle” e atrelaram a sua ausência ao fenômeno da exploração, porém, de modos diversificados. A Entrevistada E abordou o tema dando enfoque à impossibilidade de que as prostitutas possam comandar suas jornadas de trabalho nos puteiros. Esse mesmo ponto foi levantado pela Entrevistada B. Em seus depoimentos, as duas prostitutas esclareceram que, nas Casas de Prostituição, quem estabelece a quantidade de programas a serem feitos, o início e o término da jornada de labor é quem as comanda. Com isso, é comum que a carga horária de trabalho se torne abusiva, onde as operárias do sexo são privadas de intervalos para descanso ou repouso entre os atendimentos. De igual modo, não é permitido que encerrem o expediente ainda em horário de movimento, mesmo que já tenham batido as metas de lucro arbitradas. Nas ruas, relataram, a profissional tende a gozar de maior autonomia em tais aspectos.

O Entrevistado C, por sua vez, se posicionou afirmando que o garoto de programa é explorado a partir do momento em que lhe é vedado selecionar os seus clientes. Exemplificou dizendo que isso ocorre quando o profissional é obrigado ou coagido a atender um freguês que não deseja por conhecer seu comportamento agressivo. Completou apontando que ser punido por ter recusado ou declinado um serviço também configura a exploração.

Já a Entrevistada G tratou de uma outra espécie de “controle”. Ela relatou que nas Casas de Prostituição a exploração se manifesta quando o profissional do sexo não pode sedimentar as fronteiras e os muros dos serviços que presta. A participante, indicando não querer soar irrazoável, disse ao pesquisador que quem vende o sexo não pode fixar muitos critérios e condições para trabalhar. Isso, explicou, seria ruim para o indivíduo, visto que poderia afunilar os clientes nele interessados e diminuir, por consequência, os seus lucros.

A entrevistada buscou diferenciar o que poderiam ser considerados “caprichos” de “fundamentos robustos”, ou seja, aqueles que justificariam reduzir o serviço oferecido. Deu como exemplo o de uma prostituta que se recusa a praticar sexo oral em seus clientes, afirmando que não o fará porque “não gosta do ato”. Essa pessoa, explicou, não é explorada apenas porque a Casa a obriga a fazer. Isso aconteceria porque, segundo o que expôs, certas práticas são basilares e essenciais na profissão, assim como alguns ossos do ofício. Nessa linha, explanou que ter que fazer algo que é intrínseco ao seu trabalho não é um sinônimo para exploração.

Em contrapartida, a Entrevistada G disse que quando a profissional é impedida de conduzir o seu serviço e isso representa um real desrespeito para com ela, ter-se-á uma exploração dela. Ilustrou sua fala expondo que nas ruas e nos prostíbulos é muito frequente receber clientes com preferências sexuais incomuns. Em suas palavras, alguns expõem “pedidos nojentos e realmente horríveis”.

Assim, compartilhou que uma prostituta que se recusa a atender um cliente que lhe pede algo degradante e desumano deve ser respeitada e defendida. Nos puteiros, dificilmente isso é o que ocorre. Nas ruas, por sua vez, a recusa parte da profissional, que não depende de autorizações de terceiros para definir o que faz ou não no programa. Concluiu afirmando que não via sentido em deixar as ruas e enveredar para uma Casa de Prostituição, posto que, ainda que sofresse menos violências pelos clientes, não gostaria de ser obrigada a fazer algo que acha errado. A profissional fez menção posteriormente aos fetiches sexuais de natureza escatológica, como aqueles envolvendo urinas e fezes. Disse que nos puteiros as taras desse tipo costumam ser tratadas como irrelevantes. Em poucos casos, contudo, cobra-se uma “tarifa adicional” ao cliente em nome do “esforço” que seu desejo demanda de quem o atenderá.

A Entrevistada G reforçou que não julgava as colegas de profissão que concordavam em realizar tais fetiches, mas explicou que, por serem incomuns e muito particulares, ninguém deveria ser coagido a atendê-los.

Em sua conversa com o pesquisador, a Entrevistada E apresentou a exploração sexual como relacionada às péssimas condições de higiene dos bordéis. Disse que era desumano e uma “coisa de bicho” pensar em um cenário em que, não raro, as prostitutas são obrigadas a prestar seus serviços por cima de roupas de cama sujas, principalmente de sêmen e lubrificante. Falou que isso era uma exploração porque, apesar de parecer o contrário, não havia saída no caso.

Nesse diapasão, explicou ao pesquisador que dentre as muitas regras que imperam nos prostíbulos, as que tratam do uso da lavanderia são estabelecidas com enorme rigor. Disse ser comum que se imponha um limite para a frequência com a qual a roupa de cama é levada para lavar, sendo muito importante que ele seja observado. Por isso, substituir as peças sempre que estiverem sujas é inviável. O “jeitinho” encontrado pelas profissionais para tornar a situação menos repugnante é virar os lençóis e fronhas para o lado avesso, de modo a fazer da sua troca uma medida de último caso. Quando o limite fixado para o uso da lavanderia é ultrapassado, a funcionária acaba pagando pela lavagem com o dinheiro de seu próprio bolso. A Entrevistada E sinalizou que a profissional pode decidir não fazer a lavagem e permanecer com a roupa suja, mas que essa é uma decisão arriscada. Explicou que se a prostituta agir desse modo, deve torcer para que nenhum cliente se queixe das condições em que foi atendido para a cafetina, o cafetão ou o gerente. Disse que quando isso ocorre a prostituta acaba tendo que pagar pelo serviço que adiou e, por vezes, é adicionada uma taxa ao valor, como uma espécie de punição pelo seu comportamento e pela reclamação registrada pelo freguês.

O Entrevistado C não tratou do tópico da higiene pelo mesmo prima que a Entrevistada E. Isto é, atrelou a exploração à precariedade nas condições mínimas para o exercício da prática, o que inclui, dentre outros elementos, a higiene dos profissionais. Explicitou que nos prostíbulos menores, onde a clientela tende a gozar de um poder aquisitivo reduzido, os KITS que são dados aos profissionais são deficitários ou até mesmo inexitem. Frisou que, como tais locais não dispõem de muito lucro, seria impossível conceder cestas fartas e realmente completas. Entretanto, materiais que considerou como básicos não poderiam faltar.

Os produtos básicos elencados pelo profissional estiveram relacionados à higiene para as áreas íntimas, desodorante, sabonete, preservativos, lubrificantes e potencializadores sexuais. Esses, pontuou, são importantes para os homens que não conseguem sustentar uma ereção de forma natural com certos clientes. Disse que os operários do sexo não têm intervalos

para tomar banhos rápidos a cada dois ou três programas. Por isso, considerou imprescindível que ao menos recebam os itens essenciais para disfarçar sua condição até que cheguem os raros momentos em que poderão fazer sua higiene de forma digna. Esse descaso, indicou, é desrespeitoso com o profissional e com o cliente que ele atende, que não deseja pagar por um serviço sexual (cuja natureza pressupõe o toque e o contato íntimo) prestado por alguém com aspecto sujo e de pouco cuidado.

O entrevistado compartilhou, ainda, que quando o estabelecimento impede que os profissionais possam ter o cuidado desejado com seus serviços, são eles que suportam as consequências. Nessa esteira, explicou que quando um garoto de programa não está limpo, o raciocínio mais comum feito pelos clientes é de que seu mau odor ou sua má aparência decorrem de um desleixo pessoal. Afinal, eles desconhecem o que se passa nos bastidores do local, não sabem da insuficiência de materiais para higiene e da rotina sem pausas de labor. Assim, quem acaba sendo preterido pelo cliente ou sujeito a punições é o profissional, não a Casa.

O jovem relatou ao pesquisador que alguns administradores encaram os KITs como se fossem uma benevolência de sua parte, e não uma obrigação. Disse, também, que em alguns prostíbulo as cestas são entregues com prazos para sua durabilidade. Quando o prazo chega, o profissional recebe uma nova cesta. O entrevistado explanou que os períodos fixados para o KIT durar são absurdos e muito difíceis de cumprir. Desse modo, as prostitutas e os garotos de programa acabam precisando comprar os materiais que acabam com o seu próprio dinheiro. Concluiu dizendo que o tempo minúsculo para fazer as refeições, muitas vezes em pé e dentro de quartos fechados também é uma exploração.

O último elemento configurador da exploração que será aqui exposto esteve presente na primeira e na terceira entrevista. Ambos os participantes relataram que obrigar o profissional do sexo a realizar outra função que não esteja relacionada ao serviço sexual é uma forma de exploração. Essas outras tarefas por eles realizadas costumam estar vinculadas aos serviços complementares que os estabelecimentos oferecem. Por isso, as prostitutas acabam vendendo o sexo e, além disso, limpando os balcões dos bares, tirando o pó da fachada ou desempenhando serviços básicos de manutenção. Os profissionais relataram que a exploração surge ao passo que nenhuma dessas atividades extras é remunerada, recebendo apenas os ganhos que decorrem dos programas sexuais.

CAPÍTULO VI – A LEITURA HISTÓRICA DA PROFISSIONAL DO SEXO E A PERSPECTIVA ÍNTIMA DE AUTOVALORAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Uma grande parte da literatura que se debruça sobre a mercancia sexual dá especial atenção à forma por meio da qual as prostitutas eram lidas em cada período da história. Isto é, o que diziam a seu respeito, que tratamento recebiam e que lugar ocupavam dentro de uma vida em sociedade. Pretende-se neste capítulo fazer uma breve exposição da evolução na interpretação que recai sobre a categoria, conciliando-a com o que as profissionais entrevistadas pelo pesquisador diziam quando refletiam sobre suas vidas.

6.1 A “mulher da vida” pelos olhos da história

Compreender como a prostituição se insere em um contexto histórico-social é indispensável para alcançar uma reflexão de qualidade sobre a prática na atualidade. Tratar o ofício como se fosse algo essencialmente natural e orgânico, cujo surgimento e manutenção são fluidos, é o mesmo que nulificar a sua complexidade. Rago (2011, p. 224) chama atenção para o fato de que o prisma histórico goza de papel relevante nesse quadro:

Historicizar o acontecimento e problematizar a experiência, por mais dolorosos e difíceis que possam ser, são possivelmente maneiras de se aproximar dessas realidades, enfrentá-las e, quem sabe, encontrar novos elementos para lidar e responder a elas de uma maneira mais eficaz e construtiva (RAGO, 2011, p. 224).

De início, é preciso ter em mente que a forma com a qual a prática de comercializar o sexo é vista está diretamente conectada ao período social e cultural em que se manifesta. Assim, Ceccarelli (2008, p. 1) aponta que a prostituição nem sempre esteve tão atrelada ao estigma que o Ocidente costuma a ela atribuir. Nesse sentido, explica que nas sociedades em que não existia a propriedade privada ou uma estrutura preponderante de família monogâmica, a maneira de interpretar e lidar com o sexo era completamente diferente. Diz, ainda, que em certas civilizações existia um ritual natural de passagem para meninas que chegavam à puberdade. Em outras, os homens eram os responsáveis por iniciar sexualmente as mulheres mais novas em troca de presentes.

Contudo, quando sexo e moral se tornaram duas esferas cada vez mais indissociáveis, a prostituição passou a ser encarada por uma ótica de reprovação e condenação. Ceccarelli (2008, p. 3) explana como a prática sexual tornou-se uma pauta comum das doutrinas religiosas através

de seus templos e líderes. A maneira através da qual uma religião vislumbrava a conjunção da carne refletia, por óbvio, no que ela pregava sobre quem se prostituía. O autor diz que para a moral cristã a venda do corpo era intolerável, sendo até mesmo considerada uma fonte responsável por disseminar as doenças sexualmente transmissíveis. Quanto mais sagrado e circunscrito era interpretado o ato sexual, mais profana a mercancia sexual se tornava.

Silva (2018, p. 16) ilustra que a sociedade ocidental tem retratado as prostitutas como mulheres que causam vergonha às suas famílias e não raro são vistas como “sujas”, “corrompidas” e “atrevidas”. A mulher que comercializa o sexo provoca vexame porque não se insere em padrões comportamentais hegemônicos e não dá ao ato sexual a destinação considerada moral e ética. Guimarães & Merchán-Hamann (2005, p. 530) complementam esse raciocínio ao apontar que a prostituta assume a posição de transgressora de regras e normas sociais para a manifestação de sua feminilidade.

A visão social ilustrada acima a respeito da categoria das operárias do sexo foi uma das grandes influências para o surgimento de ideais higienistas no Brasil. Guimarães & Merchán-Hamann (2005, p. 530) e Pereira (2014, p. 321) esclarecerem que essa política higienista considerava a prostituta como uma ameaça à construção da família que o Estado pretendia ver consolidada. Pautada em uma lógica intensamente moral, expunha que a atividade do sexo era um mal que precisava ser eliminado do seio social, visto que ameaçava o que se pregava como a mãe e a esposa “de valor”.

A sociedade ocidental trata a prostituta como uma mulher que, além de transgredir parâmetros básicos da moralidade, desrespeita a si mesma. A prostituição também é frequentemente vista como uma forma de “vadiagem”, nos dois sentidos mais clássicos para o termo. Isto é, no primeiro deles, o de uma prática que remete à promiscuidade e à lascívia. Aquele que vende o próprio corpo é comumente taxado de tarado e despudorado, cuja relação com o prazer é doentia e desmedida. No segundo sentido, a prática é atribuída ao sujeito vadio, ou seja, àquele que tem preguiça ou pouca vontade de buscar por um “emprego de verdade” (leia-se, aqui, um emprego no mercado formal de trabalho).

Silva (2018, p. 16) explana que a prostituta chegou a ser encarada como alguém que se beneficiava de uma cidade em que muitos viviam no ócio e na preguiça. Esse marasmo da vida social abria espaço para o prazer exacerbado, cujas mulheres de educação deficitária e temperamento altamente erótico corriam para atender. A autora chama atenção para como esse discurso do masculino influencia na estigmatização e recriminação social da mulher que opera com o sexo, ainda que o número de prostitutas siga em crescimento.

6.2 o significado do “ser puta” nas palavras das profissionais

Anteriormente, o que se expôs foi um apanhado de algumas formas de reconhecer os agentes que laboram com o sexo feitas pelo corpo social. Ali, o observador é um terceiro que, distante, faz os seus apontamentos sobre quem é a mulher prostituta e o que significa a sua profissão. Agora, o cenário passa por uma mudança. Pretende-se, então, expor o que a própria prostituta e o garoto de programa pensam de si e do que fazem, da vida que levam nas ruas ou prostíbulos e como encaram suas realidades dispostas na balança.

Em sua primeira entrevista, o pesquisador perguntou à profissional quem ela era, pedindo que falasse um pouco sobre si. A primeira coisa que ela disse é que era “uma puta”. Emendou dizendo que também era mãe, filha e a responsável pelo provimento da casa. A pedidos, a Entrevistada A respondeu o que entendia por “ser uma puta”.

E tu não sabe o que uma puta faz, meu filho? A gente dá pra eles o que eles não conseguem em casa. Pra mim num tem problema se ele quer me enforcar (...) pode me chamar de cachorra, de vadia ou de putinha. Ser puta é ter que sobreviver, meu amor, mesmo que pra isso você se odeie um pouco mais a cada dia que passe (APÊNDICE B, ENTREVISTADA A, 2019).

A profissional explicou alguns minutos mais tarde o porquê de a prostituição fazer com que se odiasse cada vez mais. Disse ao pesquisador – que chamara de Doutor – que se prostituir não era algo completamente errado, mas que em certo grau, o era. Exemplificou narrando que ter que transar com “homem de anel no dedo” (um indicativo de que está comprometido amorosamente) não é fácil e correto. Explicou entender o ofício como minimamente “errado” porque a sua essência – vender sexo – não é normal. A entrevistada falou que sua profissão pode destruir uma família e fazer com que uma outra mulher se sinta mal, e isso não pode ser visto como algo pequeno. Concluiu afirmando que, apesar de ter consciência de tudo o que disse, não tinha outra saída para manter sua filha e a si mesma com vida, logo, era necessário passar por cima de tudo que expusera.

A entrevistada apontou que, mesmo sua profissão não sendo algo que considerava correto, isso não justificava sua perseguição e execração social. Ela explicou como o fato de ter se tornado uma prostituta estava ligado à sua história, ao lugar em que nasceu e às dificuldades que enfrentou na vida. Por isso, sinalizou que a sociedade deveria ter mais empatia e se colocar no lugar de quem opera com o sexo. Falou ao pesquisador que a prostituição nunca foi um instrumento que utilizou para prejudicar o outro, mas sim para sobreviver.

A Entrevistada D foi ao encontro do que a Entrevistada A relatou acerca das dores que o ofício traz para quem o pratica. Uma de suas frases mais interessantes foi no sentido de afirmar ao pesquisador que era uma puta e que, quando alguém se torna uma prostituta, morre dessa forma. Imediatamente explicou que isso não significava que morreria exercendo o labor. Disse que o “ser uma puta” era algo de valor interno, pessoal e íntimo. A dor que a profissão gera não pode ser apagada por uma borracha, segundo a profissional. Em contrapartida, disse que é fácil que o tempo acabe borrando e desconfigurando as recordações “legais” do ofício.

A entrevistada, uma menina ainda muito jovem, esclareceu que não pretendia mentir e negar que enxergava um lado divertido na prostituição. Foi clara ao pontuar que vender sexo envolvia, para ela, prazer, e isso era ótimo. Frisou que em alguns dias não tinha sorte e precisava atender a clientes desagradáveis, mas que isso não significava que era impossível ver um lado positivo no que fazia. Narrou que atendia homens engraçados e alguns deles com o que chamou de “manias toscas”. Explicou que a prostituta vende, obviamente, o sexo, mas que nem todos os clientes querem apenas isso. Confidenciou que um de seus clientes fixos – no pouco tempo que tinha de atividade – pagava pelo programa apenas para discutirem juntos o projeto de decoração de um imóvel de sua propriedade. Outro freguês, por sofrer de ejaculação precoce, a contratava mas não procurava qualquer ato sexual, destinando o tempo dos serviços apenas para que “fungassem” um ao outro. Concluiu reafirmando que conseguia se divertir, mas que a prostituição era como uma roda gigante: em um momento você está no topo (fazendo alusão aos bons momentos) e no outro você está no canto oposto (fazendo menção aos clientes desrespeitosos e abusivos, bem como aos demais sabores do ofício).

A profissional não retratou o que fazia como sendo algo errado ou sujo, mas sim doloroso em muitas das vezes. Ainda que não lesse a prostituição como um “mal social”, relatou que a entendia como uma passagem em sua vida, e que não pretendia permanecer nela por muito tempo. Disse ao pesquisador que seu sonho era ingressar em uma universidade. Nesse momento, citou o pai – já falecido – que possuía o ensino superior completo e muito se orgulhava de tal feito. A jovem compartilhou nutrir o desejo de poder seguir os caminhos do progenitor, indicando que já tinha um curso de graduação em mente: serviço social. A fala da profissional pareceu completamente contraditória com aquela que ofereceu ao pesquisador no primeiro contato que tiveram, ainda na rua. Naquela oportunidade, disse que por ser uma prostituta, estava fadada a morrer como uma indigente. Todavia, durante sua entrevista disse que o ofício era temporário e que não pretendia morrer desempenhando-o.

A Entrevistada E apresentou a prostituição como uma espécie de dicotomia. Disse que ser uma puta é ser, simultaneamente, liberdade e aprisionamento. A mulher que vende o sexo, esclareceu, é aquela que mais sabe do que gosta, o que provoca o seu prazer e melhor conhece o próprio corpo. Por isso, enquanto profissional do sexo, se entendia como uma mulher que dominava a sua intimidade e o seu gozo (metafórica e literalmente). De outro modo, pintou a prostituta como uma pessoa que é aprisionada a uma sociedade que não sabe valorizá-la e que entende que seu labor a torna menos importante. Se disse presa a uma realidade muito triste, ao mesmo tempo em que se sentia livre.

O Entrevistado C, por sua vez, disse que não tinha a pretensão de deixar o ofício e que não cultivava qualquer vergonha do que fazia. Elencou de forma exibida tudo o que havia conseguido adquirir trabalhando com o sexo (moto, um bom aparelho celular e roupas caras). É importante explicar, nesta oportunidade, que o jovem entrevistado já tinha trabalhado em um prostíbulo, mas que à época de sua conversa com o pesquisador estava no mercado da prostituição de alto-padrão (ou “prostituição de luxo”). Disse que, independente do nicho em que se alocava, seu trabalho possuía um propósito e pagava suas contas. Entretanto, confessou que gostaria de poder parar, mas que desejar não significava poder.

É de extrema valia trazer à luz, nesta oportunidade, como o Entrevistado C apresentou sua profissão ao pesquisador. Perguntado se preferia a alcunha de “garoto de programa” ou alguma outra, respondeu que ela era a melhor, pois a entendia como a menos ofensiva. Explicou que não vendia apenas o sexo, como as prostitutas fazem. O garoto de programa, segundo o jovem, vende romance. Falou que alguns clientes buscam, sim, por sexo e nada além disso, mas que essa não é a maioria. Ele compartilhou que seu público era o masculino e que suas demandas eram específicas.

O pesquisador pediu que desenvolvesse o assunto. O jovem disse que se considerava um “profissional do romance de alto padrão”, mas que não se importava se quisessem chamar isso de prostituição de luxo. Relatou que vendia um pacote completo, onde o sexo era um dos produtos, mas não o único. Logo, seu trabalho envolvia contribuir para a autoestima do cliente, comendo sua comida, tecendo elogios, fazendo-o se sentir importante. A visão do jovem pode ser interpretada por diversos prismas. Por um deles, é possível indicar um processo de romantização que pode, em algum nível, funcionar como um escudo para suportar o ofício. Por outro, nada impede que o “profissional do romance” entenda o que faz como algo que ultrapassa o prazer carnal e repercute em outros campos da vida de seus clientes. Disse, por fim, que já havia perdido muito para o HIV (em referência à perda de sua mãe), por ser homossexual e por

ser garoto de programa, mas que lutava diariamente para não perder a si mesmo, que, com sorte, um dia seria “o mundo de alguém”.

Analisando os discursos expostos sobre a vida na prostituição e o significado do “ser um comerciante do sexo”, é possível tecer algumas comparações com a literatura existente. A Entrevistada A foi incisiva ao expor que não via sua atividade como inofensiva, reconhecendo nela um caráter de erro. Ela demonstrou ir ao encontro de uma lógica que observa a prática do sexo vendido como um desvio de conduta e moral, como Guimarães & Merchán-Hamann (2005, p. 530) dizem existir. Contudo, combina a sua sustentação com uma fala quase “justificadora” ao expor que é essa prática que garante o seu sustento e a permite afastar a filha de vivenciar a dor da fome. Embora tenha endossado a visão de deturpação da natureza do ofício, negou os estigmas da mulher prostituta como uma pervertida ou uma vadia, reforçando o aspecto de sobrevivência que fundamenta o labor.

Quando o Entrevistado C falou sobre sentir prazer com o trabalho e a Entrevistada D disse que se diverte com momentos de sua rotina, evidenciaram que a prostituição pode, sim, ser mirada por um viés positivo. Rago (2008, p. 168) explicita que essa “face” da mercancia sexual pode ser vislumbrada, mas é necessário se desprender de modelos conceituais dominantes para fazê-lo. A pesquisadora explana que a prática de comercializar o sexo representava uma contrariedade para a exclusividade sexual, se manifestando por jogos e brincadeiras que invadiam os cabarés e as pensões. Quando os dois entrevistados expuseram que o trabalho pode envolver prazer e diversão, foram de encontro à ideia da prostituição enquanto uma atividade que só traz desconforto. Eles fortalecem o que Nahra (2000, p. 21) sinaliza a respeito da concepção jesuítica da mercancia sexual. Qual seja, a de que o profissional do sexo está nesse ramo apenas por causa de suas condições adversas de vida e, por isso, clama por sua salvação, que se dará com sua retirada da vida do sexo comercializado.

CAPÍTULO VII – A PROSTITUIÇÃO DISCUTIDA INTERNACIONAL E NACIONALMENTE

Em face do passado histórico que a prostituição carrega, a atividade recebe tratamento pelo Estado tanto em âmbito interno quanto na esfera internacional. Em um primeiro momento, o objetivo é esmiuçar esse último campo, dando enfoque a dois acordos interestatais. São eles: a Convenção de Nova York, concluída no ano de 1950, e o Protocolo de Palermo, redigido nos anos 2000. Esses dois documentos versam em primeiro lugar sobre o tráfico de pessoas para fins de prostituição, mas seu escopo se destrincha para assuntos análogos.

7.1 a convenção de nova york e o protocolo de palermo

A Convenção de Nova York traz, logo em seu preâmbulo, o entendimento de que o tráfico de pessoas é uma atividade necessariamente vinculada à prostituição. Se refere a esses dois fenômenos como lesões à dignidade e ao valor da pessoa humana, representando risco ao indivíduo, sua família e a toda comunidade. Por isso, o acordo elenca medidas para reprimir o tráfico de pessoas, bem como para conter a mercancia sexual. Quando o seu texto trata da prostituição como algo que não se pode dissociar do tráfico, propõe uma luta conjunta. Ele assume como premissa o fato de que a prostituição é manejada para obter lucro, e o tráfico de pessoas é um instrumento para reunir os agentes que desempenharão o ofício. Logo, se é necessário combater o tráfico, também é preciso coibir aquilo que o estimula (a sua causa).

A Convenção de Nova York se debruça essencialmente sobre as figuras das crianças e das mulheres. Propõe uma reeducação e a readaptação dos indivíduos que operam com o sexo. Seu bojo carrega uma proposta de abolir por completo a prostituição, por entendê-la como uma prática danosa ao sujeito e ao meio social. Todavia, Gaspar (1985, p. 70-71) explana que esse objetivo não foi atingido, posto que o acordo acabou levando à criação de novas formas para o exercício do labor.

Cerca de cinquenta anos depois, o panorama internacional começou a passar por mudanças. O Brasil ratificou o Protocolo de Palermo no ano de 2004, apenas um ano após o acordo entrar em vigor. O acordo é considerado mais moderno quando posto em comparação com a Convenção de Nova York, visto que foi apresentado com o discurso de promoção de um olhar mais cuidadoso e humanizado para os profissionais do sexo. O Protocolo rompeu com a relação de indissociabilidade entre tráfico de pessoas e prostituição que o outro instrumento

jurídico defendia. Com isso, apontam Piscitelli & Vasconcelos (2008, p. 1), o tráfico de pessoas assumiu uma nova leitura, deixando de ser um sinônimo para a mercancia sexual. Não suficiente, os países que ratificaram o Protocolo de Palermo adequaram suas leis nacionais e implementaram programas para combater o tráfico de pessoas, associando-os às reflexões críticas sobre o problema e à produção de conhecimento.

Castilho (2007, p. 104) apresenta o acordo como sendo o responsável por inaugurar uma nova fase na política de controle internacional sobre o tráfico de pessoas e o comércio do sexo. O foco seguiu nas mulheres e crianças, mas o espectro de proteção se tornou mais abrangente, abarcando todos os seres humanos. Castilho defende que o Protocolo nega a situação da prostituta como uma “vítima-criminosa”, deixando de lado qualquer culpabilização de sua prática. A atenção é voltada, então, para o reconhecimento dos direitos dessas mulheres que passam por violações, objetivando lhes oferecer maior proteção e aumentar os índices de denúncias. Além disso, o acordo introduziu a expressão “exploração sexual”, que seria composta, entre outras práticas, pela prostituição e a pornografia infantil e a escravidão sexual.

7.2 O estado brasileiro e a forma de trabalhar a prostituição

A passagem entre a ratificação da Convenção de Nova York e a ratificação do Protocolo de Palermo pelo Estado Brasileiro pode ser entendida, em um primeiro momento, como um sinal de mudança de postura. Todavia, a maneira com a qual o Estado trata a temática da prostituição é confusa e denota sérios problemas. Os ideais da política higienista e sanitarista deixaram resquícios que, hoje, conflitam com os valores que clamam por um tratamento mais atualizado e humano para a questão.

No Brasil, a prostituição não é considerada um crime, tampouco uma contravenção penal. O Código Penal de 1940 trouxe consigo a postura abolicionista para a tratativa da temática. Essa, segundo Langenest (1960, p. 137-138) não criminaliza a atividade da mercancia pois parte do princípio de que a prostituta é uma vítima de uma estrutura socioeconômica deficitária. Ela não é considerada criminosa, mas a prática que desempenha não é regulamentada. Nesse modelo, a atenção penal fica no rufião e na cafetina, o terceiro que explora essa mulher vítima e exerce a chamada “cafetinagem”. Assim, a premissa é a de que a atividade deve ser erradicada, visto que ela fere os direitos básicos de quem a exerce.

Hoje, a vertente abolicionista não goza de defesa hegemônica, o que significa que coabita o cenário atual com outros ideais para discussão do tema. O mais forte deles é a proposta

regulamentarista. Essa, teve como grande precursora a França e sustenta que a prostituição é uma realidade que não se pode erradicar, posto que isso é impossível. Por isso, sua proposta essencial é a regulamentação do labor com o sexo, a fim de efetivar direitos e garantias para a categoria. Tavares (2002, p. 4) retrata o regulamentarismo como um modelo que sugere um Poder Público fortemente interventor, fazendo-se presente nas áreas da saúde, segurança social, cobrança de impostos e associação.

Os regulamentaristas apresentam alguns motivos para defender a relevância de sua pauta. Alguns países como a Holanda e a Alemanha já fizeram a passagem para o sistema de regulamentação da prostituição. Muito se fala sobre os resultados que disso decorreram. Dentre aqueles levantados como positivos estão: a redução de episódios de violência contra a categoria e as melhorias nas condições para o trabalho. Além disso, atingiu-se uma maior efetivação no acesso às redes de segurança, saúde e seguridade.

No que tange ao cenário brasileiro, os críticos ao modelo de abolição da prostituição alegam que ele vem fracassando. A prática de comercializar o sexo não foi erradicada no país e, na verdade, o que se percebe é o seu aumento. Aqui, é importante ter atenção ao termo “perceber”, pois o tema carece de dados estatísticos para respaldar uma argumentação mais robusta e precisa. Existem poucas pesquisas sobre o número de profissionais do sexo na ativa no país, sua faixa-etária, média de remuneração, estrutura familiar e dados afins. Além disso, o Estado parece insistir em manter um véu encobertando o tema, como se a categoria sequer existisse e, por isso, não fosse necessário falar sobre ela.

7.3 A mercancia sexual enquanto forma ocupacional

Embora a situação das prostitutas e garotos de programa seja preocupante, é preciso dizer que, mesmo aos tropeços, avanços foram conquistados pela classe. O mais relevante foi o reconhecimento da prostituição enquanto uma forma ocupacional legítima. Essa conquista não foi produto de uma atenção espontânea governamental, mas sim da crescente união e integração que atravessou as operárias do sexo. Isso se deu principalmente no início dos anos 2000, com especial enfoque na luta pela efetivação dos direitos da categoria.

Em 2002, a atividade foi oficialmente reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). É preciso ter cuidado para não confundir esse marco com a regulamentação do ofício. As duas coisas não são sinônimas. A inclusão feita pela CBO representa um avanço pois permitiu que a prostituição ganhasse

maior legitimidade enquanto uma atividade profissional de trabalho. Contudo, apenas a regulamentação é capaz de consolidar direitos e garantias, como a fixação de um piso salarial, jornadas de trabalho, férias e ganhos adicionais.

A categoria recebeu a numeração 5198 na CBO, com o título de “profissionais do sexo”. A previsão não se limitou às relações de comércio do sexo, abarcando, também, os serviços de acompanhante e confidência. O texto trata do operário do sexo como aquele que trabalha por sua própria conta, em lugares múltiplos e com horários incertos. Ele ainda aborda a exposição a elementos que podem ser prejudiciais à saúde, como gases liberados por veículos automotores e a poluição sonora, bem como a maior suscetibilidade às doenças sexualmente transmissíveis (DST) e a episódios de violência.

CAPÍTULO VIII – O ARTIGO 229 DO CÓDIGO PENAL DE 1940, A ABERTURA DO TIPO PENAL E A APLICAÇÃO PRÁTICA DA NORMA

Neste capítulo, será abordada a redação do artigo 229 do Código Penal Brasileiro. Não se pretende, aqui, fazer uma análise criteriosa e profunda da norma quanto aos seus sujeitos, núcleo ou suas classificações. O foco residirá no impacto que a introdução da expressão “exploração sexual” trouxe para o dispositivo, traçando a sua interdisciplinaridade com a abertura da norma. Além disso, será feita, também, uma exposição sobre como o dispositivo tende a ser interpretado no cenário atual. De início, é imprescindível saber o que ele diz:

Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente:
Pena – Reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco anos), e multa (BRASIL, 1948).

O artigo 229 do Código Penal versa sobre a conduta de manutenção das Casas de Prostituição. É importante saber que o dispositivo teve a sua redação alterada pela Lei nº 12.015/09. Essa mudança atingiu o título em que o artigo está inserido. Antes, ele era intitulado “Dos crimes contra os costumes”. Depois da lei, tornou-se “Dos crimes contra a dignidade sexual”. Além disso, onde estava “casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso”, lê-se, agora, “estabelecimento em que ocorra exploração sexual”.

A permanência do dispositivo no diploma penal já tem, em si mesma, uma natureza polêmica. Bittencourt (2014, p. 395-397) defende que a manutenção da norma na legislação representa uma postura paradoxal do legislador, que proíbe, reflexamente, a prostituição ao confundir direito e moral. Assim, enxerga os artigos que tratam da prostituição como uma negativa à evolução social, uma forma de anular o fato de que as reflexões sobre a moral sexual e os chamados “bons costumes” passaram por transformações. Nesse sentido, a legislação penal teria se tornado fossilizada, insistindo em cuidar de comportamentos que em 1940 eram taxados de abjetos e extravagantes e, agora, não recebem o mesmo tratamento.

8.1 O grau de abertura do tipo penal

No século XIX, o Direito Penal era muito influenciado pelas Teorias Causalistas. Essas, defendiam que essa área do saber jurídico não deveria manifestar juízos de valor. Com isso, dava-se primazia ao uso de critérios e elementos objetivos, principalmente para cuidar da tipicidade. Com os avanços trazidos pelo tempo, novas teorias foram desenvolvidas e

trabalhadas, como a Neokantista. Cunha (2016, p. 181) expõe a Teoria Neokantista como uma representação do rompimento com um monismo que mirava as ciências apenas de uma forma causal. Passou-se, então, a admitir a valoração, substituindo a leitura da lei meramente objetiva.

Tendo em mente esse processo por meio do qual a norma começou a admitir juízos de valor e um processo de racionalização, introduz-se o conceito do tipo penal aberto. Um tipo penal deve, a rigor, ser descrito pelo legislador de modo completo e exauriente. Assim, quando se deparar com a norma, o magistrado não precisará de maiores esforços para visualizar o seu alcance. É importante que o aplicador da lei consiga identificar onde ela se aplica e qual é a sua forma de materialização fática.

O tipo penal aberto é aquele em que o legislador discorre sobre uma situação que não se esgota em si mesma. Diante desse tipo de norma, o magistrado não consegue enxergar com clareza os limites do seu sentido. Por isso, precisa buscar por elementos externos para conseguir delimitar a sua abrangência. É comum que um tipo penal evidencie um maior grau de abertura em virtude do uso de termos ou conceitos na sua redação que denotam subjetivismo ou plasticidade. Esses termos, por não gozarem de um significado claro e unívoco, abrem espaço para significações várias.

O maior problema que uma norma penal excessivamente aberta carrega é a possibilidade de colocar em risco a efetivação do Princípio da Legalidade. Ao passo que ela não é tão clara, a discricionariedade em sua interpretação e aplicação é alargada, o que pode comprometer a certeza quanto ao modo de se efetivar a Justiça no caso concreto. Não suficiente, um tipo penal aberto pode colocar em dúvida a coesão e a harmonia de um ordenamento jurídico a respeito da maneira com a qual determinada matéria é aplicada.

A discussão sobre a abertura do tipo penal é necessária pois o artigo 229 do Código Penal se insere nesse contexto. Ao ser introduzida a expressão “exploração sexual” sem qualquer conceituação para sua materialização, a norma tornou-se demasiadamente aberta e vaga. O que se pretende ver, em seguida, são as repercussões desse cenário.

8.2 A aplicação prática pelos tribunais do artigo 229 do código

O artigo 229 do Código Penal elenca a ocorrência de exploração sexual como um elemento necessário para a configuração da conduta criminosa em questão. Por isso, o simples ato de manter uma Casa de Prostituição, por si próprio, não é uma atividade típica. A tutela punitiva estatal só se faz necessária quando o estabelecimento é mantido com a finalidade de

explorar sexualmente os profissionais do sexo. O problema, contudo, é que o diploma legal não discorre em momento algum sobre o conceito desse tipo de prática. Como inexistente qualquer conceituação nesse sentido, é preciso analisar como a matéria tem sido tratada no ordenamento jurídico brasileiro.

A primeira ação penal a ser exposta é a de nº 0062916-95.2018.8.13.0521, processada e julgada no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) no ano de 2020. Nesse caso, o réu foi acusado de manter Casa de Prostituição com incurso no artigo 229 do Código Penal. O pedido de condenação foi julgado procedente. O fenômeno da exploração sexual foi lido pela magistrada como presente, posto que mulheres viviam no lugar – cuja fachada era de uma boate – de propriedade do réu e lá prestavam serviços sexuais. Entendeu-se que o acusado era conivente com a prática, visto que relatou acreditar que ela existia, mas que nunca interferiu no assunto por entender ser algo particular das meninas. Não restou comprovado que ele auferia lucro direto com a mercancia sexual, contudo, era beneficiado de forma reflexa, já que os clientes das profissionais consumiam bebidas e alimentos no serviço de bar do local. É interessante notar como, nesse caso, prostituição e exploração sexual receberam interpretação como duas práticas equivalentes.

De modo totalmente diverso, a apelação criminal de nº 1507306-77.2019.8.26.0228 teve seu provimento negado em sessão permanente e virtual da 02ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Inicialmente, traz-se à luz o modo com o qual a decisão ressalta que a prática sexualmente exploratória é imprescindível para a configuração do tipo penal. Por isso, é clara ao expor, na literalidade, que a prostituição não é um sinônimo de exploração sexual, indo de encontro ao que o TJMG demonstrou entender na decisão supracitada.

Valendo-se de precedente do próprio Tribunal de Justiça de São Paulo, expôs que a exploração sexual surge ao passo em que a mulher prostituta se torna vítima. Isto é, quando vende o sexo sem vontade própria ou tendo-a ludibriada, bem como a sua boa-fé. O simples fato de atos sexuais serem praticados em ambientes fechados e clientes pagarem por isso não é suficiente para configurar a exploração. É necessário, portanto, que a mercancia tenha sido imposta através de ardil ou violência, seja ela física ou moral, de modo a atingir a dignidade sexual do indivíduo.

Em sentido semelhante, a apelação criminal de nº 0000605-60.2014.8.26.0646 teve provimento deferido em sessão da 16ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo em 17/03/2021. O Relator Osni Pereira sustentou voto no sentido de absolver a ré

que havia sido condenada com incurso no artigo 229 do Código Penal. A decisão fundamentou-se no entendimento de que o fenômeno da exploração sexual não restou evidente. Restou claro que a ré não impunha a realização das performances de strip-tease ou dos trabalhos de natureza sexual por parte das prostitutas. Além disso, as profissionais foram ouvidas em juízo e relataram não sofrer restrições em sua liberdade de locomoção. Não suficiente, não havia qualquer indicação de que a acusada auferia lucros com exploração sexual das funcionárias.

Por fim, imperioso trazer à luz o entendimento cristalizado no julgamento do Recurso Especial de nº 0003862-29.2012.8.26.0302, SP, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 14 de agosto de 2018. O voto da Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura apresentou uma conceituação do fenômeno exploratório mais clara e objetiva. A exploração sexual foi, nessa linha, interpretada como a violação à liberdade das pessoas que exercem a mercancia sexual. Exigiu-se, ainda, a destinação exclusiva do estabelecimento para a prática do labor com o sexo, bem como que o acusado aufera proveitos da atividade mediante o emprego de ameaças, coerção ou violência. A Ministra indicou, também, que se o caso envolver incapazes, não há que se discutir a presença de tolhimento da liberdade para a prática do comércio sexual.

Comparando os julgados precitados, é possível demarcar alguns pontos importantes. O primeiro deles está no fato de que ainda existem discordâncias sobre as diferenças entre a mercancia sexual e o fenômeno exploratório. Em termos simples: alguns tribunais sustentam que a prostituição é, por natureza, uma exploração. Isto considerado, aquele indivíduo que a facilita, ainda que não o faça com violência ou má-fé, está sendo conivente e estimulando uma prática vedada por lei. Esse é o posicionamento que se pode extrair da leitura do primeiro caso exposto, processado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Outros tribunais, como o que se viu no caso do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) apontam para caminho diverso, em que a prática de vender o sexo não é, por si mesma, uma exploração.

Essa divergência quanto à separação dos dois institutos é uma decorrência da redação do artigo 229 do Código Penal de 1940. O legislador, ao inovar na redação da norma a partir da Lei nº 12.015/09, não indicou de forma clara se a exploração sexual assume o caráter de gênero ou de espécie. Com isso, abriu-se margem para interpretações essencialmente particulares e moralistas.

Marcão e Gentil (2014, p. 308) indicam que, da forma com a qual o artigo fora redigido, o que pode ser extraído do mesmo é que a exploração sexual assume essência de gênero, e a prostituição é uma de suas espécies. Dentre outras espécies, segundo os autores, estariam o ato

de expor uma pessoa com o intuito de movimentar o turismo sexual e a utilização de material de cunho pornográfico. Greco (2016, p. 819) endossa essa interpretação, frisando que a prostituição é uma espécie da exploração sexual e que isso independe do consentimento das partes.

Nucci (2009, p. 74) sustenta entendimento diverso ao expor que a prostituição não pode ser tida como, obrigatoriamente, uma forma de exploração sexual. O autor reforça que é necessário que o ordenamento jurídico se construa de forma harmônica e coerente. Isso considerado, se a mercancia sexual não é uma atividade considerada criminosa, não há que se falar em uma essência de exploração por parte daquele que a facilita sem utilizar violência ou grave ameaça.

Outro aspecto que merece ser abordado a partir do estudo dos julgados selecionados é a destinação do estabelecimento. No voto da Ministra Maria Thereza de Assis Moura, resta claro e expresso que o local deve funcionar com a finalidade exclusiva de prestação de serviços sexuais com caráter exploratório. Na decisão do TJMG, por sua vez, o fato de a propriedade do réu sediar um serviço de bar não impediu sua condenação. Percebe-se, então, que ainda pairam dúvidas sobre a temática.

Esse é um ponto polêmico e extremamente turbulento, tendo em vista que a maioria das entrevistadas relatou ao pesquisador que os prostíbulos raramente ostentam esse caráter de exclusividade em seu funcionamento. Como exposto, costumam se travestir de boates, casas de massagem, bares com quartos em anexo e afins. Quando se exige a finalidade única para a prostituição, tem-se em conta uma exigência que não condiz com a realidade que atravessa esses estabelecimentos, comprometendo, assim, a aplicabilidade da norma.

A matéria ganhou maior destaque a partir de um caso amplamente divulgado envolvendo uma grande boate do país. O Bahamas Hotel Club, localizado no nobre bairro de Moema, em São Paulo (SP), ostenta uma história que mistura luxo, fama, sucesso e polêmicas. De propriedade do empresário Oscar Maroni, o que se nota é que seu dono nunca teve o desejo de ocultar que, para além de coquetéis alcoólicos e serviços de festas e celebrações, o Bahamas oferece a seus clientes um farto catálogo de prostitutas.

No ano de 2011, Oscar foi condenado pela 05ª Vara Criminal de São Paulo à pena de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses de reclusão pelos crimes de favorecimento à prostituição e manutenção de casa de prostituição. Todavia, o empresário foi absolvido em sede recursal. O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) interpôs agravo cujo seguimento foi indeferido. O Ministro Rogério Schietti, da 06ª Turma Recursal do Superior Tribunal de Justiça (STJ),

manteve o entendimento favorável à absolvição de Oscar. Reforçou, na oportunidade, que o empreendimento tinha a prostituição de mulheres como apenas um dos muitos serviços que oferecia, sendo, em primeiro lugar, uma casa noturna. O Bahamas Hotel Club foi reaberto após a decisão do ministro.

Tratando-se do que é adotado pelos tribunais no momento de conceituação do fenômeno, alguns pontos denotam convergência. Ou seja, o que mais se verificou foi o emprego do binômio “voluntariedade X exploração”. Isso significa que a prática tornar-se-ia exploratória quando o comércio do sexo for imposto ao indivíduo contra a sua vontade, tolhendo sua liberdade de escolha. Além disso, a ausência total de remuneração e o uso de violência e coação foram amplamente utilizados. No voto da Ministra Maria Thereza de Assis Moura, a exploração também é vinculada à exposição a práticas de trabalho análogas à escravidão.

Gomes (2009, p. 1) expõe que o comércio do sexo em que ambas as partes, comerciante e consumidor, são maiores de idade, e em que as medidas básicas de higiene e segurança são garantidas, não revela sinais de práticas exploratórias. Essas, por sua vez, surgiriam quando as realidades envolverem abusos, aproveitamento e favorecimento de terceiros com base no serviço que o profissional do sexo presta. Prado (2013, p. 887) apresenta um conceito mais sucinto, em que a exploração expressa o ato de dominar, abusar ou tirar vantagens do ato sexual por outrem. Brodt (2010, p. 14) adota a compreensão de que o fenômeno consiste em tirar proveito do ato sexual de outra pessoa através de chantagens ou engodo, sem utilizar a violência e ainda que a vítima se dedique à prostituição com caráter de habitualidade.

CAPÍTULO IX – PROJETO DE REGULAMENTAÇÃO DO OFÍCIO DO SEXO E OS DIÁLOGOS COM O FEMINISMO E O CONGRESSO NACIONAL

Recapitulando o que já fora exposto anteriormente neste trabalho, existem ideais regulamentaristas no Brasil que, com o tempo, se fortalecem e se expandem no que tange à temática da prostituição. Isso considerado, o presente capítulo objetiva analisar o Projeto de Lei nº 4.211/2012, cuja proposta é a regulamentação da mercancia sexual, por ser o mais recente nessa categoria. Aqui, contudo, não se encontra o intuito de destrinchar o seu escopo pela ótica legal, passando cuidadosamente por cada um de seus dispositivos. A proposta, na realidade, é a de alocar o debate sobre o projeto no que diz respeito a dois de seus diálogos de maior importância: o com o movimento feminista e aquele que se dá com o Congresso Nacional.

9.1 O projeto de lei Gabriela Leite e o movimento feminista

O Projeto de Lei nº 4.211/2012 é de autoria do Deputado Federal Jean Wyllys, filiado ao Partido Socialismo e Liberdade do Rio de Janeiro (PSOL-RJ). Todavia, como já indicado, o PL não foi pioneiro na abordagem do tema no cenário brasileiro, visto que fora precedido por outros com o mesmo objetivo. De início, é importante mencionar que a proposta ganhou uma espécie de “nome popular”, qual seja, o de “Projeto de Lei Gabriela Leite”.

O “apelido” que seu deu ao PL, como se espera, goza de uma notável justificativa para sua escolha. A alcunha simboliza uma homenagem à Gabriela Leite, uma mulher considerada responsável por apresentar à sociedade brasileira aquilo que, até então, não se via dentro do universo da prostituição. Gabriela deixou para trás uma vida repleta de privilégios, com acesso a boas oportunidades de estudo e trabalho, para ingressar no ofício com o sexo, subvertendo, então, a lógica da prostituição enquanto, obrigatoriamente, “a última opção a ser seguida por uma mulher”. Nessa ótica, Leite promoveu uma revisão identitária da mulher prostituta, dando início a uma nova forma de encarar a profissão, agora sob as óticas políticas e sociais. Fortaleceu o combate contra o preconceito sofrido pela classe, incentivando e levantando com vigor a importância de enrijecer a luta pela efetivação de seus direitos e garantias. A profissional do sexo e ativista conseguiu levar a visibilidade da categoria para níveis que até então eram considerados inatingíveis. Com livre acesso ao púlpito em encontros de sede nacional e também internacional, Leite contribuiu para que a realidade que demarcava a prostituição começasse a se desvencilhar dos baús que antes a ocultava.

O Projeto de Lei nº 4.211/2012 trouxe, na ótica de Feijó e Pereira (2014, p. 52), a proposta da regulamentação do ofício consubstanciada no argumento de que sua regulamentação representará a retirada da classe da vida marginal, hoje decorrente da ausência de uma normatização para a prática. Em poucos artigos, a proposta cuida de temas como a conceituação do (a) profissional do sexo, a exigibilidade jurídica do pagamento pelos serviços sexuais prestados, a vedação à exploração sexual, as formas de exercer o labor, modificações na redação de dispositivos do Código Penal e a previsão de um regime para aposentadoria.

Dentre as previsões feitas no escopo do PL Gabriela Leite, a de maior valia para o objeto deste trabalho está exposta em seu artigo 2º, que estabelece o que segue:

Artigo 2º - É vedada a prática de exploração sexual.

Parágrafo único: São espécies de exploração sexual, além de outras estipuladas em legislação específica:

I – Apropriação total ou maior que 50% do rendimento de prestação de serviço sexual por terceiro;

II – O não pagamento pelo serviço sexual contratado;

III – Forçar alguém a praticar prostituição mediante grave ameaça ou violência.

(BRASIL, 2012).

O dispositivo supracitado é muito relevante para esta produção, visto que seu parágrafo único pretende encerrar a polêmica atual que a subjetividade da expressão “exploração sexual” carrega. A conceituação proposta no Projeto de Lei tem dois pilares básicos: a remuneração e o uso de violência e grave ameaça. O primeiro pilar se subdivide em dois campos. O primeiro cuida da relação entre a prostituta e um terceiro, no caso, um rufião ou uma cafetina que, com a aprovação do projeto, passam a respeitar um valor limite para repartir os rendimentos que resultam dos serviços sexuais. O segundo campo se debruça sobre os clientes, sendo um dispositivo conectado com a previsão do §1º do artigo que o antecede, responsável por dispor sobre a exigibilidade jurídica do pagamento por parte do contratante.

Desde que foi protocolada, no ano de 2012, a proposta já deu ensejo a vários debates. Esses, tiveram uma forte participação das integrantes do movimento feminista no Brasil. Válido destacar que o PL Gabriela Leite não foi o responsável por inaugurar o diálogo com o movimento, posto que as teorias feministas estiveram, desde o começo, envolvidas na temática da prostituição feminina. Todavia, em comparação com os demais projetos, o de nº 4.211/2012 demarca uma intensidade muito maior nessa conversação.

Inicialmente, é preciso ter em mente que os projetos de lei que antecederam ao Gabriela Leite surgiram em momentos diferentes da história nacional. Com o passar dos anos, o pensamento social acerca de inúmeros assuntos foi revisado, transformado e substituído por

outros. De igual modo, aquilo que antes era aceito de forma passiva, hoje já não é recebido da mesma forma. O machismo e a estrutura social patriarcal, nesse contexto, tornaram-se temas cada vez mais debatidos e problematizados, o que potencializou o engendramento e a articulação do movimento feminista. Isso posto, o Projeto de Lei nº 4.211/2012 encontrou, desde o início, um movimento mais forte, bem sedimentado e organizado do que os que o antecederam.

Não obstante, o advento da internet também foi essencial para que o projeto chegasse às feministas em maior monta. A proposta de regulamentação de Jean Wyllys nasceu em um seio social no qual o acesso à rede virtual de computadores é significativamente superior àquele que existia quando Gabeira propôs o seu projeto, no ano de 2003, por exemplo. A luta feminista foi impactada positivamente pela tecnologia virtual. Em momento pretérito, os ideais do movimento tinham um potencial reduzido de propagação e difusão, visto que eram muito dependentes dos meios de comunicação tradicionais. Moraes (2001, p. 2) explica que, com a internet, o filtro que antes era realizado por tais meios começa a ser desviado e superado, rompendo com a até então existente necessidade de intermediação. Isso, por sua vez, permitiu que os movimentos sociais conseguissem alçar voos maiores e com melhor sustentação.

A fim de melhor compreender a discussão, é necessário ter atenção ao fato de que existem diversos nichos internos que, juntos, compõem a luta feminista. Trata-se de um dado relevante, pois a forma com a qual a proposta de regulamentação da prostituição é lida não é a mesma para todos os grupos. Embora levantem e defendam uma mesma causa, rodeados em torno de valores compartilhados, esses nichos possuem suas particularidades. Portanto, podem assumir posicionamentos diferentes acerca de um mesmo objeto.

Cuidando, de início, do primeiro grupo, qual seja, o feminismo liberal. Para esse, o Projeto de Lei Gabriela Lei veio na forma de uma agradável surpresa. Rodrigues (2003, p. 68) explana que a condução pelas lentes liberais confere maior espaço para as liberdades individuais, levando à uma releitura da figura da prostituta. Com esse enfoque nas liberdades individuais, a profissional do sexo passa a ser vista como uma prestadora de serviços de cunho sexual que, como os de qualquer outra natureza, são negociados com o cliente quanto ao seu modo de prestação, valor cobrado e tempo de duração.

Ainda que o escopo do Projeto de Lei nº 4.211/2012 cause desconfortos pontuais, as feministas liberais se posicionam de forma contrária ao modelo legal que prega a abolição da prostituição. O grupo sustenta que o modelo marginaliza a prostituta e nega o reconhecimento de que mulheres podem, sim, exercer o ofício por vontade própria e para garantir seu sustento.

A partir desses argumentos, defendem a regulamentação como um mecanismo nevrálgico para efetivar a proteção da categoria, assegurando ambientes mais seguros para o labor e direitos em esferas que não se limitem à penal.

De outro lado, diametralmente oposto, deve-se falar na corrente do feminismo radical, cujo diálogo com a proposta de regulamentação da profissão do sexo é bem mais espinhoso e áspero. Caracterizado por ânimos frequentemente exaltados, o debate decorre do fato de que, para essa linha feminista, a prostituição sempre será um sinônimo de escravidão feminina. Pateman (1993, p. 285) explicita que, partindo desse raciocínio, uma ótica pró-regulamentarista terminaria por resultar em um reconhecimento legal pelo Estado de que o controle dos corpos e da vida da mulher, inclusive de sua sexualidade, pertence aos homens.

Em um universo de inúmeras críticas que as feministas radicais tecem sobre o PL Gabriela Leite, algumas recebem maior destaque. Uma delas se baseia na alegação de que a proposta maquia o que, na verdade, é um instrumento de “legalização da cafetinagem”. O rufianismo é, atualmente, uma conduta criminosa, devidamente tipificada no Código Penal Brasileiro. Para o grupo, ao prever parâmetros para a divisão dos rendimentos e possibilitar a prática do ofício em cooperativa, o projeto está protegendo os rufiões e legalizando as funções que exercem.

O Deputado Jean Wyllys, frente à essa crítica, já se manifestou publicamente no sentido de refutá-las. Para ele, esse tipo de fala apenas contribui para aumentar o poder das bancadas conversadoras do Congresso Nacional (que serão vistas a seguir). Diz, também, que vedar o funcionamento de bordéis e prostíbulo não os impede de seguir funcionando. Isso ocorre ao passo em que as autoridades policiais e de fiscalização se envolvem em esquemas de propina negociados com os responsáveis pela manutenção dos estabelecimentos.

O Projeto de Lei Gabriela Leite segue em diálogo com o movimento feminista, mostrando estar coadunado ao pensamento contratualista e liberal, enquanto rebate as alegações feitas pela corrente radical e abolicionista. Continua se baseando na premissa de que a regulamentação reduzirá a marginalização que atinge a categoria e na alegação do fracasso de desempenho do modelo atual utilizado para tratativa do tema.

9.2 A regulamentação e o choque com o congresso nacional

O PL nº 4.211/2012 não tem como único embate o diálogo com o feminismo radical, encontrando em seu percurso outro significativo obstáculo: o Congresso Nacional. A proposta

surgiu em um momento desafiador da história, visto que, desde o início, teve de encarar o titular do Poder Legislativo Federal considerado como “o mais conservador da história”. Tal conservadorismo se torna um problema de difícil superação para o projeto em virtude da presença marcante da bancada evangélica, principalmente na Câmara dos Deputados.

Necessário direcionar as lentes, então, para a relação entre a Igreja Evangélica e a mercancia sexual. Segundo os preceitos dessa religião, o sexo deve ser praticado apenas pela mulher casada, caso contrário, ela estará entregue às garras da carne, cuja natureza é diabólica e condenável. Observada essa premissa, o labor sexual torna-se, na concepção evangélica, uma atividade pecaminosa, que conflita com o que Deus espera do homem. Lopes (2017, p. 35) indica que esse é o motivo que leva a igreja a pregar que qualquer prática de comércio sexual deve ser reprimida e afastada, visto que ela é intolerável aos olhos de Deus. Esse abandono, por sua vez, deve partir da própria pessoa, homem ou mulher que, com o auxílio da religião, na forma de seu templo sagrado, passa por um processo de conversão.

A partir do aludido processo de conversão que surge a figura da “ex-prostituta”. Essa, designa a mulher que, com a ajuda religiosa, deixou o universo profano para alcançar o sagrado. Não raro, as chamadas “ex-prostitutas” passam a conduzir pregões em suas igrejas, compartilhando com os presentes as experiências por elas vivida. Lopes (2017, p. 37) demonstra em sua produção como tais discursos costumam tratar a conversão como um sinônimo de salvação. Nessa esteira, o “tratamento religioso” é apontado como o instrumento responsável por afastar a ex-prostituta de um mundo de promiscuidade, drogas e bebidas, permitindo-a alcançar uma vida repleta de “bençãos divinas”.

A breve elucidação feita acerca da relação entre a religião evangélica e o comércio do sexo permite, agora, visualizar como a presença da bancada evangélica no Congresso Nacional reflete nos projetos de regulamentação da prática. A denominada “bancada evangélica” representa a participação na seara política de discípulos da religião evangélica de origem pentecostal. Cowan (2014, p. 105-107) aponta uma transformação na forma desses indivíduos de ler a política. Nessa linha, esclarece que antigamente essa área era vista como profana, um ambiente conduzido por forças diabólicas e que, portanto, todo cidadão devoto deveria manter distância da mesma. Hoje, todavia, a ideia é completamente outra, uma vez que tal espaço representa um mecanismo valioso para que as demandas dos evangélicos possam ser atendidas.

O fortalecimento da bancada evangélica na Câmara dos Deputados encontra origem no volume significativo de fiéis que lotam os templos evangélicos dispersos no território nacional. Nas “casas do Senhor”, a política é discutida em suas várias nuances, manifestando-se muitas

vezes através de discursos inflamados e literais. Madeira e Quadros (2018, p. 494-496) explanam se tratar de uma lógica de fácil entendimento. Ou seja, através dos encontros religiosos, os fiéis pentecostais são apresentados a falas que apresentam discursos políticos divergentes dos valores e dos princípios evangélicos, postos como ameaças à palavra de Deus. Em seguida, com os ouvintes conscientes de como os movimentos do tabuleiro político podem dar lugar a pensamentos ditos “perigosos” e “imorais”, os pastores e líderes da igreja são apontados como as peças fundamentais para garantir o bom resultado da partida. Deixam claro, contudo, que para que isso ocorra cabe aos fiéis fazer um bom uso de seus votos, colocando no parlamento os indivíduos que sabem compartilhar de sua fé e que se comprometem a conter as ameaças ao que é probo e correto.

Nessa esteira, a bancada evangélica representa a materialização de uma necessidade dos pentecostais de, por meio do exercício político, institucionalizar os seus valores religiosos e morais. Conforme os líderes religiosos intensificam sua influência e seu poder na área política, projetos de lei que possam soar progressistas tornam-se alvos declarados. A regulamentação da prostituição é apenas uma dentre as diversas matérias que tais autoridades buscam frear. A descriminalização do aborto, a união civil entre homossexuais e a legalização da maconha são algumas das outras pautas que a bancada se dedica ou já se dedicou a combater.

Em termos práticos, a regulamentação do ofício do sexo vai de encontro aos interesses daqueles que compõem a bancada evangélica. Em um ambiente onde política e religião se interseccionam, regulamentar a prática representaria a institucionalização do pecado e daquilo que remonta ao satânico. Ademais, o próprio processo de conversão teria suas estruturas abaladas, posto que retirar mulheres do mercado do sexo tornar-se-ia uma tarefa mais difícil. Com a mercancia do sexo regulamentada, o discurso acerca da urgência em abandonar “a vida profana” perderia parte do seu poder de impacto, uma vez que a realidade vivenciada dentro prostituição estaria amparada por direitos e garantias.

O Projeto de Lei nº 4.211/2012 foi oficialmente arquivado após apreciação pela Câmara dos Deputados em 31/01/2019. Todavia, a materialização da bancada evangélica enquanto entrave para o projeto se deu de forma mais cristalina em momento anterior. Em 13/06/2013, o PL teve seu conteúdo rejeitado pela Comissão de Direitos Humanos (CDHM), cujo relator do parecer foi o Deputado Pastor Eurico (PSB-PE).

O parecer do Deputado Pastor Eurico indica, desde o início, que o argumento utilizado pelos defensores da regulamentação da mercancia sexual no Brasil é uma falácia. A falácia residiria em tratar o profissional do sexo, homem ou mulher, como aquele que escolhe exercer

o labor por decisão própria. Servindo-se da mais pura literalidade, o pastor diz que esse indivíduo que opta livremente pela prostituição por desejar fazê-lo nem mesmo existe. Pontua que “a legalização da prostituição favorece mais os cafetões, hoje chamados de empresários, e promove a expansão da indústria do sexo” (BRASIL, 2013).

Ao longo do parecer, o deputado traz à luz como a regulamentação do ofício na Holanda e na Alemanha seria uma demonstração clara do caráter prejudicial presente na medida. Nessa esteira, o crescimento da indústria do sexo verificado em tais países após o processo de regulamentação do comércio é apresentado como um importante porquê para a rejeição do PL Gabriela Leite. Não obstante, o fracasso do sistema legal em sede internacional também é endossado ao passo que a regulamentação da prostituição é apontada como uma prática diretamente relacionada e indissociável ao tráfico de pessoas.

O relator discorre, ainda, sobre inúmeros outros motivos para embargar o avanço do PL de autoria de Jean Wyllys. Aponta que o baixo número de propostas para a mesma matéria na história da Câmara Legislativa seria um indicativo da inexistência de interesse em sua discussão por parte da sociedade brasileira. Diz, ainda, que a regulamentação da prostituição terminaria por endossar o papel do Brasil dentro de uma cadeia de turismo sexual, o que seria prejudicial para a imagem do país perante as nações estrangeiras.

O parecer do Deputado Pastor Eurico evidencia o conservadorismo do Congresso Nacional em sua forma mais crua apenas em seus momentos finais. Como um de seus argumentos derradeiros, aponta que uma leitura deturpada da bíblia estaria sendo utilizada para ensejar a pauta erguida pelos defensores da regulamentação. Para o pastor, uma passagem do texto bíblico onde Jesus defende uma prostituta da morte por apedrejamento estaria sendo usada como uma justificativa para afirmar que ele apoiava o labor sexual. Se posicionou no parecer ao dizer que “trata-se de uma leitura totalmente descontextualizada da Bíblia. Jesus defende a pessoa que cometeu o pecado, mas não a prostituição” (BRASIL, 2013, p. 9). Finda afirmando não existir qualquer passagem no Novo Testamento que apresente uma tolerância ao comércio do sexo, tampouco um incentivo.

O Estado é laico, segundo o que se depreende da leitura do artigo 5º, inciso VI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Todavia, o que se extrai da passagem citada no parágrafo acima é a corporificação de como os membros da bancada evangélica, em sua atuação no Congresso Nacional, parecem se recusar a reconhecer a laicidade estatal. Nas entrelinhas, ao pontuar que Jesus não defendia a prostituição, mas frisar que defendia a pessoa

pecadora, o Pastor Eurico demonstra como as crenças religiosas são frequentemente utilizadas como fundamentos para conter o avanço de pautas que conflitam com os seus preceitos.

Essa, no entanto, não foi a primeira vez em que o deputado demonstrou tratar política e religião como um corpo uno e indivisível. No que diz respeito à homossexualidade, o parlamentar apresentou projeto à Câmara, em 2016, com a sugestão de incentivo às pesquisas científicas sobre o comportamento de pessoas homossexuais. Em 08/11/2017, o pastor, coadunado a demais autoridades da bancada, passou a atuar de forma mais incisiva na temática do aborto. À época, o grupo de parlamentares propôs a inclusão de uma disposição em uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que discutia a possibilidade de dilatação do período de licença-maternidade para mulheres que haviam dado à luz a crianças prematuras. A disposição proposta pela bancada previa a inclusão da proibição de toda e qualquer forma de aborto. Atualmente, o aborto é proibido, sendo autorizado, contudo, nos casos em que a gravidez decorrer de violência sexual (estupro) ou nas situações em que o aborto for necessário para preservação da vida da gestante.

Os posicionamentos do Deputado Pastor Eurico aludidos no parágrafo anterior trazem consigo um importante denominador comum: eles carregam em seu cerne pautas que conflitam com os interesses da igreja evangélica pentecostal. Ao propor, ainda que de maneira velada, um Projeto de Lei para promoção de uma “cura gay”, sob a fachada de “pesquisas científicas”, o parlamentar insere na esfera política a visão religiosa da homossexualidade enquanto uma anomalia e uma doença. Quando interveio, junto a outros membros da bancada evangélica, na PEC de 2017 para tornar proibida toda e qualquer prática abortiva, o deputado federal levou para a Câmara dos Deputados a ótica evangélica do aborto como sendo uma prática cruel e que viola a ordem natural do ciclo da vida. A regulamentação da prostituição, bem como os temas referidos anteriormente, denota um perigo para uma bancada que vivencia atualmente o auge de seu poder político. Apesar de o portal virtual da Câmara dos Deputados indicar que as atividades do Deputado Federal Francisco Eurico da Silva como pastor na Igreja da Assembleia de Deus tenham cessado no ano de 2010, sua atuação política sugere entendimento contrário. O que se torna cada vez mais límpido na política atual é o surgimento de um novo formato de templo religioso, agora, sediado nas casas do Congresso Nacional, na figura dos representantes que nele atuam.

CAPÍTULO X – A TEMÁTICA DA GARANTIA DE DIREITOS E SUA CORRELAÇÃO COM O PROJETO DE LEI GABRIELA LEITE

No decurso dos diálogos entre o pesquisador e os profissionais do sexo escutados, o tópico acerca dos direitos e garantias assegurados à categoria foi recorrente. O tema foi mirado por numerosas abordagens e alocado em momentos distintos dentro de cada encontro. Os operários do sexo que contribuíram para a matéria abordaram os avanços que gostariam de visualizar como também expuseram o que acreditavam ser obstáculos para sua ocorrência. No presente capítulo, busca-se promover a interdisciplinaridade entre o referido objeto e como ele se insere dentro das disposições levantadas pelo Projeto de Lei Gabriela Leite.

10.1 A efetivação de direitos e o preconceito

Dentre os vários obstáculos atinentes à esfera de direitos apontados pelos profissionais, muitos tiveram sua explanação vinculada ao preconceito experimentado pela classe. A segunda entrevistada, Entrevistada B, relatou que o tratamento hostil decorrente do preconceito termina por massacrar a vida da categoria. A rejeição popular, disse, estaria diretamente vinculada ao Brasil enquanto um país machista, onde a proteção é na maioria das vezes direcionada ao homem (cliente) e o escárnio à mulher (prostituta). Relatou, ainda, que o fato de a maioria dos homens que buscam pelo sexo pago serem casados origina um cenário de rivalidade feminina responsável por intensificar o estigma que recai sobre a classe. Nessa linha, disse:

(...) Só que a mulher não tem que me odiar, não tem que catar o meu número no celular do babaca do marido dela e enviar mensagem e áudio me ameaçando. Ela tem que lidar com o cara que foi infiel e traidor com ela, porque eu tô aqui fazendo a única coisa que eu sei, pra poder sobreviver, sabe? E quando a própria mulher prefere colocar a gente, que é puta, como vilãs, fica ainda mais difícil de acabar com esse machismo (...) (APÊNDICE C, ENTREVISTADA B, 2019).

Para a profissional, o machismo e o preconceito guardam uma relação direta e síncrona, de modo que a intensificação de um acarreta a do outro e vice-versa. Somados, acabam por assegurar a manutenção dos riscos elevados que hoje são enfrentados pelas garotas de programa no desempenho do ofício. Disse acreditar que a união feminina é indispensável para a inversão do panorama contemporâneo, cuja polarização inviabiliza a solidificação de uma rede de apoio mútuo que contribua para redução do estigma que hoje encobre a mulher prostituta. Deixou claro querer evitar uma interpretação equivocada de sua menção à “união entre as mulheres”.

Foi possível extrair de seu discurso o entendimento de que a “união” aludida pela Entrevistada B melhor se aproximava da necessidade de desconstruir e superar óticas machistas ainda em vigor na sociedade. Esclareceu de forma literal ao pesquisador que não esperava que uma mulher traída a procurasse para lhe agradecer por evidenciar a real face de sua relação conjugal. “União”, disse, não carregava esse significado, mas sim o de reconhecer a dignidade do ofício e os motivos que ensejam seu exercício, assumindo a necessidade de respeito e cordialidade com o sujeito, homem ou mulher, que o desempenha.

Ainda sobre a questão do preconceito, a Entrevistada D disse que o enxerga como sendo maior por parte do público feminino, em decorrência do que chamou de um “sentimento de ameaça” despertado pela categoria. Engatou uma longa fala expondo não atribuir qualquer culpa às mulheres, apresentando o tópico como sendo produto de uma estrutura de ordem social e cultural. Assim como outras das entrevistadas, ressaltou que a maioria dos homens que buscam por serviços sexuais está em uma relação de matrimônio e, via de regra, monogâmica. Isso, indicou, seria o principal fator responsável por levar as operárias do sexo ao posto de “predadoras” ou de “riscos” para relacionamentos estáveis e sérios.

A Entrevistada A, em contrapartida, defendeu não acreditar que o preconceito seja o maior problema vivenciado pela classe. Deixou claro que ninguém deve ser forçado a “gostar de puta”, a apreciar e admirar seu ofício ou a aplaudi-las em vias públicas. Contudo, o apresentou como um obstáculo para que as profissionais consigam ser respeitadas, protegidas e para que conquistem mais direitos e garantias. Pontuou que é preciso explicar aos cidadãos brasileiros os verdadeiros motivos que levam ao ingresso no mercado do sexo, desconstruindo o pensamento de que a prostituta é um mal social e evidenciando que seu labor é a única forma por ela encontrada para garantir seu sustento. Em suas próprias palavras, disse acreditar que se o preconceito diminuir, a qualidade de vida dos membros do grupo poderá progredir.

O estigma que ainda hoje circunda a mulher prostituta está ligado a duas causas primordiais. A primeira está diretamente vinculada aos ideais de moralidade, que retratam a mercancia sexual como prática de cunho imoral. A segunda reside na correlação entre o ofício e os parâmetros de hierarquia de gêneros, principalmente na permanência de uma mentalidade social que identifica a mulher e sua sexualidade como sendo de controle, por direito, dos homens, se destinando a atender seus anseios e satisfazer seus desejos.

Complementando o exposto acima, Barreto (2008, p. 14) expõe que em sociedades passadas, as mulheres que exerciam a prostituição eram interpretadas de duas formas: ou como pervertidas ou como escravas sexuais. O autor explica que, nessa lógica, o sexo seria

instrumento adotado pela mulher apenas por visar a constituição de uma família e a manutenção de um bom vínculo afetivo com seu parceiro. Dessa forma, o sexo feito exclusivamente por prazer ou por dinheiro, enquanto forma de labor, acabaria construindo a figura das mulheres “más”, ao passo em que as demais, que apenas o exerciam para aqueles tidos como os “propósitos devidos e probos” seriam tidas como “boas”.

A exposição feita por Barreto (2008) foi endossada durante o processo de entrevistas por uma das profissionais, indicando que a estrutura aludida na passagem parece vigorar ainda atualmente. Isso ocorreu em um fala da Entrevistada E, que disse acreditar que a rejeição social vem, essencialmente, do medo. Ressaltou que a estranheza e a recusa em aceitar a mulher prostituta vem de um choque com os paradigmas do que chamou de “a mulher do lar, a que fica cozinhando o dia inteiro e vendo dever de casa do filho”. Para a profissional, a sociedade brasileira ainda se assusta com a mulher que assume sua vida sexual. Assim, disse, o preconceito já é naturalmente forte, mas acaba sendo ainda maior com aquela que não só não o esconde como também faz do sexo a sua fonte de renda. O “medo” apontado pela Entrevistada, a seu ver, seria a causa para as prostitutas serem taxadas de “piranhas”, promíscuas, ninfomaníacas e ameaças aos relacionamentos alheios. Dessa forma, as Entrevistadas A, B, D e E apontaram o preconceito como sendo um enclave para a conquista de direitos para a classe, sustentando, em comum, que por serem rechaçadas popularmente, não existe interesse em garantir sua proteção e lhes conceder melhores condições de vida.

Dentro da seara do preconceito que hoje recai sobre a classe dos comerciantes do sexo, o Projeto de Lei nº 4.211/2012 traz como um de seus intuitos a busca pela desconstrução desse cenário. Em seu bojo está a ideia de que, ao legalizar o ofício, o estigma que circunda as profissionais do sexo entraria em processo de mitigação. O que se espera é que, com a regulamentação, a nova postura assumida pelo Estado perante o ofício possa influir numa revisão por parte do campo social sobre a visão popular acerca da categoria. Uma intervenção estatal no sentido de efetivar direitos para os garotos e garotas de programa poderia, nessa lógica, dar início a um processo paulatino de questionamentos sociais, concorrendo para uma mudança que não se circunscreverá à esfera legislativa.

O Entrevistado C reforçou o exposto pelo Projeto de Lei. Disse acreditar que a regulamentação do ofício ajudaria a classe inteira, não somente aqueles (as) que laboram em Casas de Prostituição. A maior contribuição, segundo o Entrevistado, seria justamente na esfera do preconceito. Relatou acreditar que a sociedade contemporânea jamais aceitará, de fato, quem comercia o sexo, ao menos não de forma sincera. Por isso, vislumbra na regulamentação uma

forma de impor o respeito à classe. Em sua opinião, para a geração atual de garotos e garotas de programa, o máximo que se pode atingir seria uma espécie de “respeito forçado” materializado em disposições legais. Contudo, confidenciou que, a longo prazo, gerações futuras poderiam vivenciar uma aceitação mais genuína e orgânica.

10.2 O direito de receber pelos serviços sexuais

Outro aspecto muito presente ao longo das reuniões realizadas foi o desejo das profissionais de ter garantido o seu direito de receber pelos serviços sexuais prestados. A Entrevistada B e a Entrevistada E apontaram ser muito comum enfrentar situações no cotidiano da profissão em que aquele que recebeu o serviço se recusa a oferecer a contraprestação previamente acordada. A Entrevistada B disse que, em casos como esse, a profissional que labora na rua acaba não tendo muitas saídas. Por outro lado, aquela que opera em um estabelecimento fechado, pode, ao menos, contar com o apoio da administração e da gerência da casa. Isso ocorreria posto que, nas ruas, a profissional nem sempre pode contar com o auxílio das autoridades policiais. Dessa forma, o jeito mais efetivo de agir, segundo a mesma, é torcer para que existam pessoas nos arredores, para que uma possível gritaria ou ameaças de escândalos terminem por intimidar o coagir o cliente a pagar.

A respeito da realização do pagamento, a Entrevistada A indicou compartilhar do desejo de ter o direito, amparado por lei, de exigir que o cliente cumpra com a sua obrigação ao término do programa. Indo além, a profissional disse querer poder contar, realmente, com a proteção da polícia em situações dessa natureza. Narrou que, à época da entrevista (2019), se ligasse para uma unidade de atendimento policial, provavelmente teria que lidar com agentes que, em suas palavras, “vão virar o jogo contra mim”. Sugeriu, ainda, já ter requerido o apoio da polícia e tido que lidar com a impunidade para o cliente que não a remunerou, bem como falas maldosas e repugnantes sugerindo que ela prestasse seus serviços para o próprio agente, que assumiria, então, a responsabilidade de pagar o valor referente a dois programas.

Nessa esteira, o Projeto de Lei Gabriela Leite denota atuação clara. Inspirado no modelo alemão de regulamentação do ofício, o PL nº 4.211/2012 prevê a exigibilidade jurídica de que os serviços de natureza sexual efetivamente prestados sejam remunerados por quem os tiver contratado. Prevê, ainda, que a obrigação de prestação do serviço sexual possui essência pessoal e intransferível, indicando seguir os passos já dados pelo Projeto de Lei nº 98/2003, de Gabeira.

10.3 O direito à aposentadoria

Outros tópicos expostos pelos profissionais ouvidos foram a garantia ao direito a um regime de aposentadoria. A Entrevistada G informou desejar se aposentar, posto que, segundo ela, “a prostituição vem com um prazo de validade”. Justificou sua fala ao compartilhar com o pesquisador que laborar com o sexo torna-se mais difícil com o avançar da idade. A luta contra o tilintar dos ponteiros viria do fato de os clientes terem preferência por moças mais jovens, tornando o mercado do sexo exponencialmente reduzido para as profissionais que não mais estão no fulgor de seus vinte ou trinta anos de idade. Com isso, a Entrevistada disse não saber o que fazer para sobreviver se, no futuro, apenas tiver trabalhado com o sexo, mas não puder mais seguir no ramo em virtude do desinteresse do público. A possibilidade de aposentadoria, nesse sentido, representaria uma melhor perspectiva de futuro para a classe.

O Entrevistado C disse achar interessante e positiva a ideia de garantir aos mercantes do sexo a possibilidade de se aposentarem. O Projeto de Lei nº 4.211/2012 traz em seu artigo 5º a previsão de que o (a) profissional do sexo terá direito à aposentadoria especial com o total de 25 anos de serviço, nos termos do que estipula o artigo 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. A referida lei, em seu artigo 57, levanta a figura denominada de “Aposentadoria Especial”, devida a partir do cumprimento da carência de cento e oitenta contribuições mensais, ao segurado ou segurada que tiver trabalhado em condições especiais que causem prejuízo à sua saúde ou integridade física durante quinze, vinte ou vinte e cinco anos.

A fim de justificar a garantia prevista no artigo 5º do PL, o Deputado Jean Wyllys atentou-se às principais realidades e temores que marcam os membros da classe. Segundo o político, as condições precárias de trabalho, a tendência ao envelhecimento precoce e a falta de oportunidades de carreira seriam os principais fatores aptos a justificar a necessidade de um regime especial de aposentadoria. Nesse rol, chamou atenção, ainda, para o tempo curto no exercício do ofício, indo ao encontro do depoimento dado pela Entrevistada G. Entretanto, a proposta ainda divide opiniões. Um dos pontos de maior desconforto reside no fato de que, segundo a Lei de Benefícios da Previdência (Lei nº 8.213/1991), a aposentadoria requer o cumprimento de carência de cento e oitenta contribuições mensais. Questiona-se se, de fato, a maior parte das prostitutas e garotos de programa poderia adimplir a essas parcelas. Não obstante, o prazo de vinte e cinco anos de prestação de serviços também soa problemático, posto que a expectativa de “durabilidade” no ramo parece incompatível com o referido patamar.

10.4 O direito à remuneração justa e proteção no trabalho

O ponto mais controverso do Projeto de Lei Gabriela Leite, bem como o de maior valia para o objeto da presente pesquisa, está na proposta de alteração da redação do artigo 229 do Código Penal. Ao prever as espécies de materialização da prática de exploração sexual, o inciso I do parágrafo único do artigo 2º do PL traz como causa de configuração a apropriação integral ou superior a 50% (cinquenta por cento) do rendimento obtido com a prestação de serviço sexual por terceiro. Os relatos reunidos pelo pesquisador a partir do contato com os (as) profissionais do sexo aparentaram não gozar de harmonia com a previsão do Projeto.

A Entrevistada A relatou que ter o comércio do sexo como única fonte de renda no Brasil é um enorme desafio. Em diversas oportunidades compartilhou com o pesquisador que, com o que ganhava com os serviços sexuais feitos, mal conseguia pagar suas contas e garantir o seu sustento e o de sua filha. Disse que, em prostíbulo, a retenção do lucro do profissional é enorme, restando apenas uma parcela ínfima para o próprio. Finalizou afirmando que permitir que o estabelecimento recolha a metade do valor obtido com o serviço prestado pela prostituta não lhe agradava. Na rua, completou, encontrava “donas de ponto” que arbitravam percentuais menores para a divisão dos lucros, além de lhes oferecer maior controle sobre o exercício do trabalho, o que também era de seu interesse.

Ao tratar especificamente do Projeto de Lei para regulamentação do ofício, a Entrevistada B afirmou discordar veemente da previsão feita no inciso aludido. O motivo por ela apresentado para sua insatisfação foi a inexistência de um padrão de valores cobrados pela categoria pelos serviços prestados. Disse não achar correto o arbitramento de um valor fixo para regular uma questão que, por si só, é variável. Ilustrou seu raciocínio ao expor que uma profissional que cobra R\$60,00 (sessenta reais) por programa, não terá sofrerá o mesmo impacto com a disposição que aquela cujo preço do serviço é o dobro.

Para a entrevistada, pensar em uma Casa de Prostituição em que não haja exploração sexual não é tarefa simples. Disse que, ao mesmo tempo que acreditava ser algo viável, pensava se tratar de uma utopia. Foi assertiva ao dizer que o lucro que move tais estabelecimentos e o volume substancial que preenche o caixa vem do sexo. Serviços de bar com o fornecimento de bebidas e alimentos ou sessões de massagem seriam, nesse sentido, apenas coadjuvantes, enquanto o sexo, em contrapartida, ocuparia o grande lugar de protagonismo. A seu ver, a exploração, se totalmente coibida e reprimida, levaria os prostíbulo à falência. A obrigação de contribuir com tributos, arcar com vistorias, respeitar jornadas dignas de trabalho e demais

fatores para garantir um exercício correto e legal do local impossibilitariam que, ao término do mês, os ganhos superassem os gastos. Contudo, apegada ao que parecia um fio de esperança, disse acreditar que, de alguma forma, poderia funcionar, mas não saber como.

O Entrevistado C confessou não se sentir satisfeito com a disposição do Projeto de Lei acerca do valor apto a configurar a exploração sexual. Disse que em muitos prostíbulos o percentual retido pela gerência é superior a 50% do lucro total resultante do serviço sexual, logo, a previsão do PL poderia ser encarada como potencialmente boa quando se tem em mentes lugares como esses. Contudo, ressaltou, permitir uma divisão de rendimentos que poderia chegar a 45%, por exemplo, para os administradores, ainda seria uma medida, em sua opinião, demasiadamente injusta e prejudicial. Para ele, o parâmetro matemático arbitrado representava o maior problema.

Por fim, importante trazer à luz o depoimento da Entrevistada F a respeito do tema. A interpelada, embora à época do encontro estivesse laborando como prostituta, já havia, em tempos pretéritos, gerenciado uma Casa de Prostituição. Deixou claro ao pesquisador que não gostava de ser chamada de “cafetina”, uma vez que considerava o termo pejorativo e ofensivo, dando preferência ao emprego da alcunha de “administradora”. Em sua fala, esclareceu que apenas poderia falar com propriedade e segurança do estabelecimento que construiu e administrou por anos. Em locais como esse, disse acreditar ser possível a manutenção de um prostíbulo em que práticas exploratórias não ocorram.

Em contrapartida, confessou crer que o mesmo não é possível em “casas menores”. Essas, explanou, seriam aquelas situadas em bairros menos privilegiados da cidade, onde os clientes costumam gozar de menor poder aquisitivo e viver em condições não tão opulentas de vida. Nesses casos, em seus próprios termos, “é uma outra história”. Dentro desse contexto, ao prever 50% como o valor limite para divisão de lucros entre empregador e empregado, o PL nº 4.211/2012 estaria, para a Entrevistada, sustentando uma grave utopia. Ressaltou que a manutenção de uma casa é altamente dispendiosa, logo, quando os clientes não podem pagar por serviços caros em decorrência de seu reduzido poder de consumo, torna-se difícil não reter uma grande proporção dos rendimentos oriundos daqueles que, de fato, prestam o serviço de natureza sexual. Concluiu, nessa esteira, que arbitrar um valor máximo para a divisão de lucros pode ser uma medida agradável para “o papel”, mas que, no plano fático, inviabiliza o funcionamento das próprias Casas de Prostituição.

Não suficiente, os (as) profissionais entrevistados (as) ainda abordaram o desejo de ver garantida e assegurada uma real proteção para a classe em relação ao tratamento que recebem

dentro das Casas de Prostituição. O Entrevistado C contribuiu de forma significativa para tal discussão. Em seu depoimento, frisou que os prostíbulos, boates e casas de massagem são, em sua maioria, permeados por um forte esquema de corrupção. Essa, nesse contexto, é a moeda de troca para obstaculizar a realização correta e proba das atividades de controle pelos órgãos de fiscalização. Para o profissional, o Projeto de Lei não é capaz de modificar tal realidade.

Questionado pelo pesquisador sobre os porquês de sua descrença em uma mudança no cenário atual, o Entrevistado C foi assertivo em sua resposta. Disse que o Brasil é, de forma geral, um país corrupto e, dentro dos estabelecimentos voltados para a prostituição, tal regra não é excepcionada. Relatou não acreditar que um Projeto de Lei para regulamentação do ofício seja capaz de, sozinho, assegurar que a fiscalização correta dos locais seja realizada. Os interesses escusos existentes, a seu ver, iriam perdurar, dando origem a novas formas de burlar a lei. Ressaltou entender que sua visão não deve ser vista como pessimista, mas sim como realista. Concluiu afirmando que a “cegueira” dos fiscais continuaria a ter um preço que, uma vez pago pelos proprietários dos estabelecimentos, garantiria a permanência das práticas de exploração sexual e das condições abusivas de trabalho.

Outro depoimento de extrema relevância foi fornecido pela Entrevistada F que, como já informado, gerenciou um prostíbulo. De início, é importante esclarecer que ao longo de seu encontro com o pesquisador, a “administradora” afirmou por diversas vezes que em seu estabelecimento jamais houve exploração com as profissionais do sexo. Apesar de endossar que não explorava suas funcionárias, disse que, ainda assim, travar uma luta com as autoridades policiais e de fiscalização era uma atividade rotineira. Explicou, nesse sentido, que a palavra de um policial sempre era tida como mais relevante ou confiável do que a sua, enquanto responsável pelo local, ou a de “suas meninas”.

Desse modo, afirmou que, mesmo sem práticas exploratórias, negociar o silêncio das autoridades era uma medida indispensável para sobrevivência do negócio, cujo caráter, em seu caso, seria mais “preventivo”. Assim, explanou que o responsável por uma Casa de Prostituição precisa ter cuidado para identificar qual o “esquema” em que deve se inserir para garantir sua proteção e evitar problemas com a lei. A fala da Entrevistada F é de imperiosa valia para a discussão. Segundo seu relato, mesmo sem submeter suas funcionárias à exploração, a corrupção e a propina já se faziam presentes em seu negócio.

Um dos aspectos suscitados pelo Projeto de Lei Gabriela Leite é o de que a regulamentação do ofício significa uma mudança do cenário explicitado nos parágrafos anteriores. Ou seja, traz-se a ideia de que, ao tornar a prostituição uma profissão regulamentada,

as atividades de fiscalização tornar-se-ão frequentes, bem como serão munidas de maior rigidez em sua execução. As divergências quanto à matéria surgem no tocante ao quão viável é, de fato, assegurar uma fiscalização de tal magnitude sem, com isso, impossibilitar que as Casas de Prostituição consigam manter suas portas abertas para funcionamento. Sobre o tema, os (as) profissionais entrevistados (as) compartilharam não conseguir afirmar, com segurança, se um controle robusto pelas autoridades, associado às demais medidas impostas para o funcionamento legal dos prostíbulos é realmente compatível com as necessidades de lucro para que um empreendimento do tipo possa manter seu pulmões financeiros ainda em ventilação.

10.5 O direito à carteira de trabalho assinada

Seguindo, ainda, uma linha de pensamento sobre as medidas de regulamentação do ofício e uma análise em termos de viabilidade prática, outro assunto assume face polêmica: a garantia de carteira de trabalho assinada. O Projeto de Lei nº 98/2003, capitaneado por Fernando Gabeira, trazia, dentre outras previsões, o direito à carteira assinada para a (o) profissional do sexo. O PL Gabriela Leite não trata da matéria de forma direta em nenhum de seus artigos. Contudo, ao dispor sobre a inclusão do (a) profissional do sexo no regime especial de aposentadoria, o Projeto de Lei abarca, ainda que de forma indireta, a questão. No Brasil, ainda hoje, não raro se fala sobre o tão importante “sonho da carteira assinada”. A expressão popular, famosa há anos, encontra respaldo no fato de que muitos cidadãos ainda não possuem seu vínculo reconhecido na CTPS, o que os impossibilita de gozar de inúmeros benefícios. Dentre eles, a possibilidade de contribuição para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), maior facilidade de acesso à uma aposentadoria digna, bem como às linhas de crédito e financiamento, haja vista que, ainda hoje, sua concessão se vincula à comprovação de uma renda fixa que, em termos simples, está ligada à existência de uma carteira de trabalho assinada.

O Projeto de Lei nº 98/2003 previa a anotação da CTPS com o emprego da expressão “profissional da sexualidade”. Embora a carteira assinada ainda seja frequentemente associada a um sonho, militantes da luta empenhada pelas prostitutas enfatizam que generalizações, nesse âmbito, podem ser perigosas. O aspecto mais controverso da discussão está no significado que o reconhecimento do vínculo pode gerar na capacidade de empregabilidade futura da pessoa que, naquele momento, labora com o sexo. Assim, o que se apresenta é o receio de que a assinatura da CTPS traga consigo um estigma que jamais possa ser vencido pela pessoa, homem ou mulher, que em certo período de sua vida atuou como profissional do sexo.

A Entrevistada A foi literal quando disse ao pesquisador que ter sua carteira de trabalho assinada não era um desejo seu, tampouco uma prioridade. Ainda que de forma sucinta, a profissional disse acreditar que, com o reconhecimento do ofício em um documento de trabalho oficial, suas chances de mudar de vida seriam reduzidas a zero. A carteira assinada, para o universo da mercancia sexual, acaba se desvelando como uma perigosa via mão de dupla. Ao mesmo tempo em que garante direitos e benefícios para o profissional, gera o risco de que, em decorrência do preconceito social, a anotação oficial acabe o impedindo de conseguir oportunidades de emprego futuras em áreas outras que não a da prostituição.

Além dos possíveis prejuízos gerados para a própria classe, o intuito de garantir a assinatura da carteira de trabalho para os (as) profissionais do sexo ainda traz problemas para o outro polo dessa relação: os cafetões e cafetinas que, com isso, tornam-se legítimos empregadores. Discute-se se, com a medida, as Casas de Prostituição, defendidas pelo projeto como espaços de maior segurança e proteção para a classe, não estariam tendo o seu funcionamento severamente dificultado. Isso se dá uma vez que, ao assinar a CTPS dos comerciantes do sexo, os responsáveis pela manutenção do estabelecimento assumirão uma série de obrigações, como o pagamento de diversos benefícios, a realização de repasses ao Estado e, com possíveis descumprimentos, o adimplemento de multas e sanções determinadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Nessa ótica, a carteira de trabalho assinada, bem como uma maior legalização e oficialização de tais espaços de labor podem se tornar uma dor de cabeça indesejada para os cafetões e cafetinas.

Assim, é possível tecer questionamentos acerca da compatibilidade entre as propostas que são levantadas pelos projetos de lei de regulamentação do ofício da prostituição. Os profissionais entrevistados, enquanto metonímia para a classe, evidenciaram gozar de dificuldades em vislumbrar um local que, ao seguir todas as regras que podem advir da aprovação do PL Gabriela Leite, não acabe indo à falência. Por fim, perdura a dúvida acerca de quem são os reais favorecidos pelo projeto: os rufiões ou aqueles que prestam os serviços sexuais.

CONCLUSÃO

Visando compreender os impactos do emprego da expressão “exploração sexual” pelo legislador na redação do artigo 229 do Código Penal Brasileiro, o presente trabalho abordou, ainda, outras esferas correlatas à questão. Unindo análises debruçadas em diferentes esferas, deu-se ao tema uma tratativa interdisciplinar que contextualiza o recorte central escolhido pelo pesquisador. Por meio de uma pesquisa empírica qualitativa, instrumentalizada através de entrevistas estruturadas com profissionais da categoria em estudo, buscou-se promover um debate mais humanizado e íntimo.

Esta pesquisa foi conduzida com a proposta central de apresentar uma conceituação sobre a exploração sexual que parte de lentes diferentes das tradicionais. Ou seja, os protagonistas, aqui, não foram os operadores do direito, sociólogos ou historiadores, mas sim os próprios profissionais do sexo. Este trabalho se propôs a introduzir um novo interlocutor na discussão sobre o tema, mas não se limitou a esmiuçar suas contribuições de maneira isolada. O que se pretendeu, na verdade, foi tecer comparações entre essas diferentes formas de ler um objeto em comum. Para fins de análise, as percepções do grupo participante, extraídas das entrevistas, foram contrapostas com o que a literatura apresenta sobre o assunto, bem como com a maneira através da qual o mesmo é abordado no ordenamento jurídico brasileiro.

Com o advento da Lei nº 12.015/09, o artigo 229 do Código Penal passou a exigir a ocorrência de exploração sexual para a configuração do delito de manutenção de Casa de Prostituição. Como trabalhado, essa inovação legislativa traz impactos turbulentos, visto que a redação da norma não destrincha os elementos configuradores do fenômeno. Isso observado, o dispositivo denota um grau exacerbado de abertura, abrindo espaço para uma grande margem de discricionariedade em sua interpretação e consequente aplicação prática. A partir da análise de alguns julgados, foi possível notar que o fenômeno tende a ser vinculado à ausência de voluntariedade na prática de ofertar o serviço sexual, bem como às condições análogas à de escravidão e ao emprego de violência e ameaças.

Entretanto, quando o pesquisador reuniu os relatos dos profissionais ouvidos sobre o que entendiam por “exploração sexual”, pode perceber que a conceituação por eles feita carregava maior amplitude. Embora tenham endossado os pontos de maior utilização por parte dos tribunais, não se limitaram aos mesmos. Os discursos assumiram caráter uníssono ao indicar que a exploração reside, em maior monta, na exposição rotineira a práticas de violência.

Reforçaram, contudo, que a dita violência não se restringe às vias de fato, estendendo-se, também, para a esfera psicológica e moral.

Ao comparar o que as prostitutas consideraram como práticas exploratórias com o que foi encontrado pelo pesquisador na jurisprudência, o entendimento aplicado pelos tribunais soa anacrônico e simplista. Interessante pontuar que as conceituações que surgiram ao longo das entrevistas tiveram por base primária a vivência dos profissionais dentro dos prostíbulos em que já haviam trabalhado. Assim, vincularam o fenômeno às condições degradantes de trabalho, às punições excessivamente arbitrárias e desmedidas impostas pela gerência, às agressões sutis e até às mais escrachadas, bem como à rotina maçante no labor, fortemente assemelhada a uma lógica escravocrata de funcionamento.

Tornou-se claro que a inclusão da expressão “exploração sexual” no texto legal pelo legislador pode até ostentar uma intenção positiva de sua parte, mas fracassa em sua finalização. Em uma lógica abolicionista da prática da mercancia sexual, vedar por completo o funcionamento das Casas de Prostituição seria uma medida totalmente irrazoável. É ilógico pensar em um sistema legal que não criminaliza a mulher prostituta, que faz do sexo a sua fonte de renda, mas, simultaneamente, embaraça toda e qualquer forma para o exercício de seu ofício. Seria o mesmo, a título exemplificativo, que formar professores, mas vedar o funcionamento das instituições de ensino.

A “intenção positiva” há pouco citada está no fato de que o legislador não proibiu a manutenção das Casas de Prostituição, mas teve cuidado para delimitar o seu funcionamento. Esse limite estabelecido, por óbvio, é a exigência de que os profissionais do sexo não sejam submetidos a práticas de exploração sexual. O “fracasso de finalização” surge quando a lei não esgota o seu próprio sentido, passando a exigir uma prática que se desconhece e cuja conceituação é tão subjetiva que entrava a sua aplicação. Considerando que a mudança redacional decorreu de uma vontade do legislador de proteger o profissional do sexo, a forma com a qual o processo se materializou a torna inútil. É custoso pensar em uma norma que consegue, de fato, proteger aquele a qual se destina de algo que ela cita, mas não explica e esmiuça, contribuindo, assim, para gerar um quadro severo de insegurança jurídica.

Como visto, o fenômeno já assume um caráter turbulento e questionável desde que fora incluído no escopo do Protocolo de Palermo, no ano de 2003. No acordo, a prostituição foi elencada como “uma das formas de exploração sexual”. Ou seja, o fenômeno foi alçado ao lugar de um gênero, e a prostituição ao de uma de suas espécies. Contudo, o gênero não fora conceituado em momento algum. O legislador brasileiro, a partir da Lei nº 12.015/09, fez uso

da expressão incorrendo no mesmo erro: não descrever o seu conteúdo. Trata-se de algo extremamente danoso, visto que ainda permite que se arraste a discussão sobre a possibilidade de dissociar a prostituição do fenômeno.

O que se defende neste trabalho é que interpretar a mercancia sexual como um sinônimo para a exploração sexual representa um contrassenso em inúmeras esferas. De início, se o sistema penal do país estabelece que o ato de se prostituir não é uma conduta criminosa, não faz sentido empregar um caráter negativo à sua essência. Importante ter em mente, ainda, que se a prostituição fosse sempre uma exploração sexual, a própria inovação redacional no artigo 229 seria absurda. Afinal, partindo do pressuposto de que se prostituir é, obrigatoriamente, ser explorado, todas as Casas de Prostituição estariam perpetrando o fenômeno, logo, todas estariam em contrariedade com a lei. Como já foi visto, o entendimento pacificado na jurisprudência brasileira é o de que a mera manutenção do prostíbulo não configura uma conduta típica. Portanto, defender que o comércio sexual é uma atividade naturalmente exploratória significa anular a capacidade de consentimento das partes e aquilo que o próprio diploma legal cristaliza.

Diferenciar a prostituição do fenômeno exploratório é necessário, ainda, para não violar e ferir a capacidade e o direito de autodeterminação individual do sujeito. O legislador, ao não explicitar o que configura ou não a prática, criou um terreno favorável a discursos que confundem o Direito e a Moral. Nessa esteira, ainda existem julgados em que o simples ato de colaborar com a prática sexual, sem uso de violência, ameaças ou com o emprego de condições desumanizantes acaba sendo considerado criminoso. É preciso conceituar o fenômeno a fim de evitar que o diploma legal seja permeado por ideais meramente moralistas, cujos pilares são vertentes religiosas ou entendimentos puramente pessoais. As visões singulares de cada cidadão sobre o valor do sexo e da carne não devem se sobrepor aos juízos de racionalidade que devem respaldar a tipificação ou não de uma conduta. Negar o consentimento livre do sujeito plenamente capaz em comercializar o sexo e fazer dele a sua forma de sustento é tolher o controle de sua sexualidade e de seu corpo. De igual modo, aquele que apenas o facilita a fazê-lo, sem dele se aproveitar ou prejudicar, permitindo que pratique o ofício com maior segurança, não deve ser por isso punido.

Por meio dos encontros realizados com o grupo de profissionais ouvidos, tornou-se claro que ao conceituar a exploração sexual é imprescindível levar em consideração que ela é uma forma de trabalho. Os julgados analisados e as definições da doutrina costumam enxergar o fenômeno com enfoque quase exclusivo para as questões sexuais propriamente ditas. Contudo,

os entrevistados indicaram uma pobreza nessa forma de interpretar a prática exploratória, ao passo em que a discutiram tendo em mente que o que fazem é um ofício. O Estado reconhece o comércio do sexo enquanto um trabalho, visto que ele possui previsão na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) desde o ano de 2002. Portanto, limitar o conceito de exploração sexual ao cerceamento da liberdade ou a práticas de violência é, indubitavelmente, uma atitude deficitária. É preciso, portanto, assumir, também, uma ideia de “exploração da atividade sexual”, abarcando as condições para prestação dos serviços, a divisão dos rendimentos e a jornada de trabalho do profissional.

Restou claro para o pesquisador que, antes de intentar promover qualquer conceituação do fenômeno ou mudança no diploma penal, o legislador precisa cumprir uma tarefa essencial. Essa, em termos claros, é de se dedicar a conhecer o objeto da norma: as Casas de Prostituição. Hoje, esse objeto é mirado por lentes desfocadas e destreinadas que tratam de uma realidade que, na prática, não conhecem como deveriam. É infrutífero pensar em uma lei que aborda uma prática de exploração que não conceitua, perpetrada em um estabelecimento que o legislador pouco – ou quase nada – sabe a respeito.

Esse distanciamento que separa aquele que cria a norma do objeto da mesma é prejudicial para a categoria dos profissionais do sexo. Deve-se ter em mente que as prostitutas são extremamente estigmatizadas e estereotipadas, por isso, muito do que se fala a respeito dessas mulheres é fruto de um senso comum e de processos de generalização. Se o operador da lei não busca conhecê-las para além dessa superfície, é significativa a probabilidade de que trate das questões atinentes ao grupo de forma insatisfatória. Necessário pontuar, ainda, que a profissão do sexo é desempenhada em maior volume por mulheres, enquanto a maioria esmagadora dos legisladores brasileiros são homens. Isso é, inquestionavelmente, um problema que deve ser levado em conta em relação à capacidade do grupo de compreender a realidade de que está tratando. Nessa esteira, conclui-se que é importante empreender essa aproximação dos prostíbulos para entender como a exploração se faz presente.

A cada relato passado ao pesquisador, mais cristalino se tornou o entendimento de que as Casas de Prostituição podem gozar de enorme complexidade. Esses estabelecimentos foram expostos através de falas por vezes longas, outrora curtas, que alternavam sentimentos que para o ouvido leigo pareciam diametralmente opostos e contraditórios. Ao passo em que os participantes explicavam como um sistema rígido de regras costuma vigorar nos bordéis, contribuíram para a conclusão de que a exploração sexual não pode e não deve ser encarada como um tema qualquer. Quando se conhece esse complexo de medidas a serem cumpridas, é

possível entender como a violência e o terrorismo psicológico se alastram pelos puteiros e casas de massagem. Contudo, também se torna possível compreender por que esses lugares, ainda que pareçam tão horríveis, podem ser positivos para a categoria.

Uma das principais e mais valiosas conclusões desta pesquisa é que as Casas de Prostituição devem começar a ser lidas de forma mais realista. O discurso que romantiza esses locais é ilusório e acarreta a negligência da rotina muitas vezes degradante e desumana dos profissionais do sexo. Entretanto, vilanizar os prostíbulos significa nulificar como eles podem ter um importante papel para as prostitutas, principalmente no que diz respeito à proteção das violências perpetradas por clientes e por autoridades policiais. Um sujeito que mantém um local para que outros prestem serviços sexuais, sem expô-los a mal algum, conferindo proteção e abrigo, não deve ser criminalizado, bem como esse local não deve ser vedado. O que importa é punir aquele que submete o profissional a uma realidade atroz, que fere sua dignidade, tolhe a sua liberdade de controle do próprio corpo e ofício, que o trata como se animal fosse e dele se aproveita.

Enveredar por um rol exaustivo e repleto de incisos para conceituar o fenômeno não é o que se defende nesta pesquisa. A prostituição não é una, ela não se materializa e se evidencia de formas idênticas em todo o território nacional. Conforme se extraiu dos relatos das entrevistadas, as próprias Casas de Prostituição não são idênticas umas às outras. Inúmeras participantes relataram ao pesquisador como é improdutivo supor que a exploração verificada em um prostíbulo de luxo é a mesma que ocorre naquele situado em uma região de intensa pobreza da mesma cidade. Tortuoso identificar, nesse cenário, qual seria o melhor instrumento a ser adotado para dosar o caráter exploratório de um bordel diante de tantas inconstâncias. Indica-se uma possível sugestão, nesta oportunidade, baseada na fala de uma das entrevistadas: ouvir o que a prostituta ou o garoto de programa tem a dizer.

Nas entrevistas, foi evidente como a interpretação pessoal e intimista dos participantes sobre o que entendiam pela exploração sexual remontava às suas experiências e memórias. Isso não significa, por óbvio, que manter o artigo 229 com a vagueza atual e passar a empregar uma conceituação *in casu* é o caminho. Porém, ainda que um rol de causas configuradoras seja elaborado em momento futuro, a escuta dos operários do sexo nos casos concretos é valiosa e imprescindível. Deve-se permitir que essas pessoas protagonizem e narrem as suas próprias histórias, que expliquem se eram ou não exploradas e, mais do que isso, que possam explicitar os motivos que ensejam suas respostas.

Concluiu-se, ainda, que a discussão sobre o universo da mercancia sexual não pode ser conduzida de modo apartado ao que postula o Princípio da Igualdade, sedimentado na Constituição Federal de 1988. Isto é, a lógica de que os iguais devem ser tratados igualmente, enquanto os desiguais devem receber tratamentos desiguais. O discurso de que “a prostituição deve ser vista como outra profissão qualquer” requer cautela em seu uso. Enquanto uma forma ocupacional legalmente prevista pela CBO, o comércio do sexo deve, sim, receber tratamento igual ao destinado a qualquer outro ofício. Ou seja, é necessário assegurar a proteção de quem opera com a prática, zelar por sua segurança e respeito dentro do campo social. As próprias entrevistadas explicaram ao pesquisador que a prostituição é como qualquer outro trabalho no que diz respeito ao que a move: a necessidade de sobreviver.

Todavia, é utópico pensar que a profissão do sexo é vista como a daquele que atua no campo da saúde ou que está à frente de uma grande multinacional. A venda do sexo remonta a épocas longínquas da história, conflitando com julgamentos de ordem moral e religiosa, despertando um processo de intensa estigmatização e condenação. Nesse diapasão, o tratamento dado à classe precisa ser diferenciado, individualizado e pensado especialmente para as suas necessidades.

Analisando as nuances dos relatos dos profissionais ouvidos, tornou-se possível perceber que operar com o sexo é uma atividade estafante e de difícil previsão. Enganam-se aqueles que esperam ouvir da categoria depoimentos única e exclusivamente sobre dor. O mesmo ocorre com os que anseiam escutar apenas histórias cômicas e recheadas de curiosidades sobre clientes e suas manias. Perpassando tudo que lhe fora confidenciado ao longo das entrevistas, o pesquisador concluiu que, embora a literatura sobre o tema seja farta, ainda se sabe pouco sobre quem integra essa classe de profissionais. O que comumente se imagina sobre suas dores e suas vidas é, na verdade, uma visão fossilizada da realidade. O estigma sobre o profissional do sexo ainda configura um muro metafórico que impede a conquista de avanços em direitos e garantias para as prostitutas e garotos de programa.

No que diz respeito à seara criminal, urge que o ordenamento jurídico brasileiro reconheça que a legislação penal atual é hipócrita. Faz-se necessária uma revisão do seu conteúdo, com a modificação da redação dos artigos que versam sobre a prostituição a fim de concorrerem para uma identidade harmônica e una. Hoje, as Casas de Prostituição ainda estão espalhadas pelo território do país e a realidade é que nem todas são realmente boas para quem nelas labora. Em contrapartida, é errôneo afirmar que todas são negativas para os profissionais. O correto é reformular a visão sobre esses estabelecimentos e como eles são tratados pelo

sistema legal. O prostíbulo, se reformulado por intermédio da lei, pode ser uma opção muito melhor do que laborar nas ruas e avenidas das cidades.

Contudo, não é suficiente enrijecer a intervenção estatal em bordéis e casas de show. Mais do que isso, as profissionais entrevistadas demonstraram ser essencial que aqueles que conduzem as leis consigam entender como tais locais se sustentam, o que acontece dentro deles e quando se tornam um problema para as prostitutas. Defende-se, aqui, que a melhor forma de materializar essa tarefa é através do contato direto, desembaraçado e desimpedido com quem conhece as particularidades dos prostíbulos: as prostitutas. Essa é uma atividade que deve anteceder qualquer tentativa de conceituação do fenômeno da exploração.

Cuidar dos interesses de um grupo que não se conhece de fato é, com sorte, meramente ineficaz. Ao versarem sobre os direitos e garantias que ansiavam, os entrevistados ultrapassaram o escopo do Projeto de Lei Gabriela Leite, bem como o de todos os seus antecessores. Isso não importa em uma crítica direta a seus formuladores ou apoiadores, mas sim ao método que insistem em empregar para formular projetos de regulamentação. É necessário ouvir a classe para saber o que é, ou não, de seu interesse. O sonho de uma carteira de trabalho assinada pode ser, a priori, tido como algo que atravessaria toda e qualquer profissão, mas não funciona desse modo com os operários do sexo. Prever um regime especial de aposentadoria, nas entrevistas, foi um ponto elogiado do escopo do PL nº 4.211/2012, mas a sua estruturação é questionável. Se valer de ideias padronizadas e gerais pode acarretar previsões que não alcançam seus objetivos, principalmente quando o objeto central é o comerciante do sexo. Quando a complexidade que recai sobre a prostituição não é considerada, torna-se dificultoso atingir mudanças que realmente satisfaçam a categoria.

Comparando os discursos dos entrevistados com a bibliografia disponível, concluiu-se que o Brasil ainda aparenta estar distante de um efetiva regulamentação do ofício do sexo. Os projetos de lei com a proposta não possuem uma barreira única a superar, mas sim várias. O conservadorismo do Congresso Nacional manifestado por meio de uma forte bancada evangélica, o preconceito social e a manutenção de pensamentos machistas e patriarcais na sociedade são apenas alguns dos obstáculos. Em pouquíssimos artigos, o escopo do Projeto de Lei Gabriela Leite não aborda todos os tópicos que foram levantados ao longo dos encontros realizados, mas goza, sim, de importância. Ao propor uma conceituação para o fenômeno da “exploração sexual”, a proposta inovou no sistema legal brasileiro, trazendo à luz um debate que ainda não havia sido feito através desse instrumento. Ainda que o desenvolvimento do conceito comporte várias críticas, já expostas em momento anterior, ele inaugura um caminho

para que projetos futuros, ao beber de sua fonte, retomem a discussão através de um olhar mais atento e ajustado.

Por fim, esta pesquisa rodeia um entendimento central: deve-se dar voz àqueles que se prostituem no Brasil. É preciso lhes ofertar um espaço de segurança, desprovido de julgamentos de qualquer natureza e oferecer a oportunidade de que conduzam o diálogo. É necessário entender o que vivem, por que ingressam nesse universo, se pretendem deixá-lo, o que extraem da leitura dos artigos da legislação que a eles dizem respeito, quando se sentem explorados e por quê. Reduzir as discussões sobre a prostituição à esfera penal significa anular a prática enquanto forma de ocupação devidamente reconhecida e fechar os olhos para a dignidade da pessoa humana assegurada em sede constitucional. Isso tornou-se claro a partir do contato com a própria categoria, visto que nenhuma das entrevistadas pleiteou uma maior intervenção penal como um instrumento legítimo para melhoria de suas condições de vida e trabalho. Em contrapartida, deram especial enfoque a outras áreas do direito como sendo de maior importância para promoção de mudanças em sua realidade atual.

Não é possível, tampouco justo, propor conceituações para a exploração sexual e promover mudanças legislativas no diploma penal enquanto cerram-se os olhos para as demais questões que se fazem presentes na vida das prostitutas que trabalham no Brasil. O ordenamento jurídico brasileiro, com sua postura atual, nega à classe o direito à saúde e à proteção, a enxerga com atenção exclusiva para cristalizar tipificações, mas não se interessa em assuntos de segmentos diversos. Contornar a problemática da exploração sexual, as violências, a marginalização e os abusos, demanda o abandono do olhar seletivo que recai sobre as prostitutas e uma desobstrução das vias auditivas dos operadores da lei diante de suas falas.

É preciso que os operadores do direito não se esqueçam que, por detrás de normas e diplomas legais, existem pessoas cujas vidas são complexas e repletas de cicatrizes. Não há voz alta o bastante que possa atravessar ouvidos que se negam a ouvir, ou grupo extenso o suficiente que possa ser visto por olhos que nele não se debruçam. Como as próprias entrevistadas insistiam em dizer ao pesquisador: “Sou puta, Doutor”. Urge que aqueles que aplicam e criam as leis saibam, de início, o que o “ser puta” significa para essas pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, L. C. **Prostituição, gênero e sexualidade: hierarquias sociais e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, 2008.

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte especial**. Vol. 4. 10. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BOSCO FILHO, J. et al. Prostituição de menores em Mossoró/RN. *In: Congresso Brasileiro De Enfermagem*, 48, São Paulo, 1996. Resumo. São Paulo, 1996.

BRASIL. Câmara dos Deputados. PL nº 4.211/2012. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551899>. Acesso em: 29 abr. 2021.

_____. **Decreto 5017. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5017.htm. Acesso em: 29 abr. 2021.

_____. **Decreto 6449. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 29 abr. 2021.

_____. **Decreto-lei 2848. Código Penal Brasileiro**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 29 abr. 2021.

_____. Ministério da Saúde. **Políticas e diretrizes de prevenção das DSTs/AIDS entre mulheres**. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2003.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Resp 0003862-29.2012.8.26.0302**. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/619214183/recurso-especial-resp-1683375-sp-2017-0168333-5>. Acesso em: 29 abr. 2021.

_____. **Autos n. 0062916-95.2018.8.13.0521**. Disponível em: <https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1101508990/629169520188130521-mg/inteiro-teor-1101509015>. Acesso em: 29 abr. 2021.

_____. **Autos n. 0212124-94.2007.8.13.0051**. Disponível em: <https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/857720448/2121249420078130051-mg/inteiro-teor-857720498>. Acesso em: 29 abr. 2021.

_____. **AC 0000605-60.2014.8.26.0646**. Disponível em: <https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1182037327/apelacao-criminal-apr-6056020148260646-sp-0000605-6020148260646/inteiro-teor-1182037635>. Acesso em: 29 abr. 2021.

BRODT. Dos Crimes Sexuais Contra a Dignidade Sexual: A nova maquiagem da velha senhora. **Ciências penais**, vol. 13, p. 170, jul. 2010.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. A criminalização do tráfico de mulheres: proteção das mulheres ou reforço da violência de gênero? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 31, p. 101-123, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332008000200006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 27 de mar. de 2021.

CECCARELLI, Paulo Roberto. Prostituição – Corpo como mercadoria. **Mente & Cérebro – Sexo**, vol. 4 (edição especial), dez. 2008. Disponível em: http://www.cpaqv.org/socioantrop/corpo_prostituicao.pdf Acesso em: 29 de abr. de 2021.

COWAN, B. “Nosso terreno”: crise moral, política-evangélica e a formação da “nova direita brasileira”. **Varia História**, v.30, n.52, 2014.

CUNHA, L. A. **Prostituição e Religião: A trajetória religiosa de mulheres que praticam a prostituição na região de Santo Amaro – São Paulo**. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal: parte geral**. 4 ed. Salvador: JusPODIVM, 2016.

DELMANTO, Celso. et al. **Código Penal Comentado: acompanhado de comentários, jurisprudência, súmulas em matéria penal e legislação complementar**. 8 ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000.

FEIJÓ, Maurício Eduardo de Vasconcelos; PEREIRA, Jesana Batista. Prostituição e Preconceito: Uma análise do Projeto de Lei Gabriela Leite e a violação da Dignidade da Pessoa Humana. **Cadernos da Graduação: Ciências Humanas e Sociais**, Maceió, v. 2, n. 1, p. 39 - 57.

FRANÇA, G.V. Prostituição: um enfoque político-social. **Feminina**, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p. 145-148, fev. 1994.

GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. 135 p.

GOMES, Luiz Flávio Gomes. **Norma e bem jurídico no Direito Penal**. Vol. 5. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

_____. **Crimes contra a Dignidade Sexual e outras Reformas Penais**. Disponível em: <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1872027/crimes-contra-a-dignidade-sexual-e-outras-reformas-penais#:~:text=Crimes%20contra%20a%20Dignidade%20Sexual%20e%20outras%20Reform>

as%20Penais.&text=Finalmente%2C%20com%20a%20Lei%2012.015,sexual%20de%20cada%20pessoa%20humana). Acesso em: 15 de mar. de 2021.

GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. 10 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

GUIMARÃES, K., & MERCHÁN-HAMANN, E. Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. **Revista Estudos Feministas**, vol. 13, n. 3, 525- 544, 2005.

HAUSER, E. E; CASTRO, A. G; CASTRO, C. C; MENDONÇA, N. L; SATLER; V. F. Crimes passionais: romantização da mídia e a tese da defesa de honra em homicídios “por amor”. *In: Salão do Conhecimento: a matemática está em tudo*, Rio Grande do Sul, jan. de 2017. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/7721/645>. Acesso em: 12 de mar. de 2021.

LAGENEST, Barruel. **Lenocínio e Prostituição no Brasil**. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

LIMA, F. S. S. et. al. Fatores associados à violência contra mulheres profissionais do sexo de dez cidades brasileiras. **Cadernos de Saúde Pública**, Brasília, DF, p. 1 – 16, mar. 2017.

LOBO, B. N. L., & SAMPAIO, J. A. L. A prostituição e a dignidade da pessoa humana: Crítica literária e musical à negação do direito fundamental ao trabalho. **Espaço Jurídico: Journal of Law**, vol. 17, n. 3, 913 – 932, 2016.

LOPES, N. “Prostituição sagrada” e a Prostituta como objeto Preferencial de conversão dos “crentes”. **Religião e Sociedade**, v.37, n.1, 2017.

MADEIRA, Rafael Machado & QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Revista do CESOP**, Campinas, vol. 24, n.3, set-dez, p. 486-522, 2018.

MARCÃO, Renato & GENTIL, Plínio. **Crimes contra a dignidade sexual**. São Paulo: Saraiva, 2014.

MORAES, Dênis de. O ativismo digital. Brasil. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>. Acesso em: 30 de mar. de 2021.

MOREIRA, I.C.C.C & MONTEIRO, C.F.S. A violência no cotidiano da prostituição: invisibilidades e ambiguidades. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, vol. 20, n. 5, 954-960, 2012.

NAHRA, Cinara. **Malditas defesas morais**. Natal, RN: Cooperativa Cultural UFRN, 2000.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Crimes contra a dignidade sexual: comentários à Lei nº 12.015/09**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

NUNES, P. C. M. Prostituição, políticas públicas e relações de poder: prostitutas no exercício da sua profissão. *In: IX Seminário Internacional de Direitos Humanos da UFPB*, out. 2016.

Disponível

em:<http://www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/ixsidh/ixsidh/paper/view/4452/1784>. Acesso em: 31 jul. 2017.

PARECER do Relator Deputado Pastor Eurico (PSB-PE) acerca do Projeto de Lei nº 4.211/2012 através da CDHM sobre a proposta de regulamentação do labor dos profissionais do sexo, 13/06/2012. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1100071&filename=PRL+1+CDHM+%3D%3E+PL+4211/2012 Acesso em: 06 de abr. de 2021.

PARENTE, Luciana Rachel Coutinho. As relações do turismo com a prostituição feminina de rua em Recife, Pernambuco – Brasil: permanências e transformações na dinâmica socioespacial. *In: XIII Colóquio Internacional de Geocrítica: El control del espacio y los espacios de control*, Barcelona, 2014.

PARKER, R.; BASTOS, C. **A AIDS no Brasil, 1982 – 1992**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, Tradução por Marta Avancini.

PENHA, J. C. **Violência contra a mulher: riscos e vulnerabilidades de prostitutas picoenses**. Tese de Monografia – Universidade Federal do Piauí, Graduação em Enfermagem. Piauí. 2013.

PEREIRA, Amanda Gomes. Estudos sobre prostituição: Uma revisão da bibliografia sobre o tema e sua inserção no campo dos estudos de gênero. **Revista História**, ano 5, v.1, n.1, 2014.

PIAZZA, A. A. F. et. al. Prostituição: Uma violência contra crianças e adolescentes. **Revista Científica FacMais**, vol. 3, n. 1, p. 1-10, 1º Semestre, Ano 2013. Disponível em: <https://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2013/05/2.-PROSTITUI%C3%87%C3%83O-UMA-VIOL%C3%8ANCIA-CONTRA-CRIAN%C3%87AS-E-ADOLESCENTES-Itatyara-Paula-Cintra-et-al..pdf>. Acesso em: 10 de mar. de 2021.

PINHEIRO, V. **Socialização, violência e prostituição**. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 2006.

PISCITELLI, Adriana; VASCONCELOS, Marcia. Apresentação. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 31, p. 9-28, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332008000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 de abr. de 2021.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. 12 ed. Editora Saraiva, 2013.

RAGO, Margareth. A prostituição ontem e hoje. *In: GRILLO, J. G. C.; GARRAFFONI, R. S.; FUNARI, P. P. A. (orgs.). Sexo e Violência – Realidades antigas e questões contemporâneas*. São Paulo: Annablume Editora, 2011.

_____. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, P. R. M. Sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. In: MAIA, Ana Cláudia Bertolozzi (Org.) **Sexualidade e infância**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Ensino Fundamental, 2005.

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1998.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. **Polícia e prostituição feminina em Brasília: um estudo de caso. 2003**. Tese de Doutorado em Sociologia – UNB. Brasília.

SILVA, Gabriela Natalia. As muitas faces da prostituição: uma abordagem histórica sobre o controle da sexualidade a partir de Foucault. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v.11, n.1, p. 15-25, jan./jun. 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/yurip/Downloads/51975-240388-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/yurip/Downloads/51975-240388-1-PB%20(2).pdf) Acesso em: 29 de abr. de 2021.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Crimes sexuais: bases críticas para a reforma do direito penal sexual**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

TAVARES, Manuela. **Prostituição: diferentes posicionamentos no movimento feminista**. Disponível em: <http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf/prostituicaomantavares.pdf>. Acesso em: 29 de mar. de 2021.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Como foi a sua infância? – **Perguntas complementares:**
 - 1.1) Como eram as relações em família?
 - 1.2) Quem foram os responsáveis pela sua criação?
 - 1.3) Qual o seu nível de escolaridade?
 - 1.4) Das recordações dessa etapa da vida, qual a melhor e qual é a pior?

2. O que te levou a ingressar na prostituição? - **Perguntas complementares:**
 - 2.1) Você pensou em associar o prazer à necessidade de ganhar dinheiro?
 - 2.2) A prostituição, ao seu ver, foi algo que você escolheu ou que te foi imposto?
 - 2.3) **No caso de ter sido uma escolha:** Por que a fez?
 - 2.4) **No caso de ter sido uma imposição:** De onde ela veio e quem foi o responsável por ela?
 - 2.5) O que faz uma profissional do sexo e o que significa “ser uma prostituta”?
 - 2.6) Qual a sua relação com o sexo?

3. Você já trabalhou em um prostíbulo? – **Perguntas complementares:**
 - 3.1) Como era ser uma profissional do sexo em um local desse tipo?
 - 3.2) Existem regras lá dentro?
 - 3.3) De que forma uma Casa de Prostituição costuma funcionar? Existe um padrão ou é algo variável?
 - 3.4) Qual a melhor recordação dessa época? Qual a pior?
 - 3.5) **Se nunca trabalhou em um:** Já ouviu algo a respeito dos prostíbulos?

4. O que você acha da realidade das ruas? – **Perguntas complementares:**
 - 4.1) Qual o maior desafio de ser uma puta de rua?
 - 4.2) Você sente medo quando está trabalhando?
 - 4.3) O ofício te diverte? Se sim, como? Se não, por quê?
 - 4.4) Trocaria as ruas por um puteiro? Por quê?

5. Como é a realidade de uma prostituta (ou um garoto de programa)? – **Perguntas complementares:**

5.1) O preconceito é muito grande?

5.2) Como você lida com a violência? Ela é muito frequente?

(Leitura do artigo 229 do Código Penal)

6. A partir do artigo que eu li pra você, se te pedissem para dizer o que você entende por “exploração sexual”, o que você responderia? – **Perguntas complementares:**

6.1) Quem pode dizer o que significa “exploração sexual”?

6.2) Você já se sentiu explorada (o) desde que começou a trabalhar como profissional do sexo?

7. Se alguém oferecesse regulamentar o serviço que você oferece, o que você acharia disso? (**explicar o sentido do procedimento de regulamentação e como ele poderia impactar na vida da categoria**).

8. Falando em termos de direitos, o que você gostaria que os profissionais do sexo pudessem ter? – **Perguntas complementares:**

8.1) Quais são os maiores desafios, na sua opinião, para esses direitos serem garantidos?

8.2) Se te dessem mais direitos, você deixaria a prostituição se pudesse?

8.3) Qual o direito que você considera ser mais afetado no seu trabalho?

8.4) Você acha que o Governo tem interesse em fazer algo pelas prostitutas?

APÊNDICE B

ENTREVISTADA A

Entrevistador: Quem é a Entrevistada A?

Entrevistada A: É uma puta, Dr. Só que é mãe também, e filha, e sustenta casa, sofre e vive de sexo. Sou puta, Dr.

Entrevistador: E o que é ser puta pra você? O que uma puta faz que é tão diferente dos outros?

Entrevistada A: E tu não sabe o que uma puta faz, meu filho? A gente dá pra eles o que eles não conseguem em casa. Pra mim num tem problema se ele quer me enforcar (...) pode me chamar de cachorra, de vadia ou de putinha. Ser puta é ter que sobreviver, meu amor, mesmo que pra isso você se odeie um pouco mais a cada dia que passe.

Entrevistador: Me conta um pouco como você começou a se prostituir?

Entrevistada A: Ah, então, nasci pobre, né. Daí nunca conheci meu pai porque ele meteu o pé quando soube de mim, isso eu tava no bucho. Aí minha mãe foi levando no que deu pra ela. Eu estudei até a quarta série só. Logo depois eu saí da casa da minha mãe.

Entrevistador: Mas você largou a escola na quarta série e logo depois caiu no mundo sozinha? Quanto tempo levou até sair de casa e por que saiu de lá? Me perdi um pouco nessa parte da história. Podemos voltar um pouquinho?

Entrevistada A: Posso sim. Ó, o tempo foi me tirando muita coisa da cabeça, tem anos da vida que eu já nem sei mais como foi. Mas, o que eu posso dizer pro Doutor é que a minha mãe sempre foi mulher guerreira, de mente forte, de fala forte, ela que me criou, criou eu e meus três irmãos. Ela nunca quis que a gente sofresse nessa vida como ela sofreu, não. Só que eu decidi sair de casa porque num tinha chance de nada lá. A gente que é pobre de favela, morre pobre de favela, Seu Yuri. Num tem essa de lutar pra ser melhor, porque num tem nada de melhor pra gente, não. Eu num queria ser caixa de supermercado que nem ela. Eu sabia que se eu fizesse tudo direitinho, esse era o melhor que ia dar pra mim. Aí eu preferi fazer tudo errado mesmo. Porque é melhor ter dor de cabeça do que ter dor de fome.

Entrevistador: E fazer tudo de errado pra você era virar prostituta? E por que ser puta, como você fala, é tão errado assim?

Entrevistada A: Ser puta num é de todo errado pra mim, Doutor. Mas é errado também, entendeu? Tu acha que eu gosto de sair por aí dando meu corpo pra homem de anel no dedo? Eu não acho certo o que eu faço, não. Mas ou eu dou a buceta ou eu não compro o leite em pó

no final da semana. É errado porque num é normal. Num é normal um homem que eu nunca vi, me jogar na cama e achar que pode me tocar. Num é normal eu destruir uma família e fazer uma mulher igual a mim se sentir uma merda. Mas mais errado do que isso, meu filho, é eu deixar de lutar pra continuar viva.

Entrevistador: Você, falou que é mãe, falou do leite em pó e tal. Com quantos anos você se tornou mãe? Você tem só um filho ou filha?

Entrevistada A: Minha menina tá com 4 aninhos. É a coisa mais linda. Eu falava que num queria ser mãe, mas o senhor sabe como é. Quase nenhum cliente quer usar “envelope”, aí tem uns que gozam dentro, outros querem tacar na cara, na boca (...) Daí eu embuchei e hoje eu tenho a Alice.

Entrevistador: E o pai dela? Pelo que você falou eu entendi que foi um cliente. Ele te ajuda, sabe dela e tudo mais? – falei sobre questões financeiras e apoio familiar – Ele sabe dela? Perdão perguntar.

(Resposta ouvida e não registrada simultaneamente)

Entrevistada A: (transcrição posterior à fala) Olha só, Dr. Escuta bem o que vou te dizer. Eu tô no risco pra estar aqui. Não preciso de café e pão de queijo (...). Vim porque você queria ouvir minha verdade, então a gente faz o seguinte: eu te conto o que você quer saber, mas você num se mete nessa história, ok?

Entrevistador: Desculpas. Mudando o assunto, então. Me diz numa frase por que você acabou escolhendo a profissão, se é que foi uma escolha, e não outros caminhos.

Entrevistada A: Porque a gente faz de profissão o que a gente sabe fazer bem-feito.

Entrevistador: Então você faz sexo porque gosta de sexo?

Entrevistada A: Vou mentir não. Sexo é bom e eu gostava da coisa quando eu comecei. Senão eu nem teria começado. Hoje eu num vejo tesão nisso mais não. Virou coisa de robô, mecânico demais, acho que pra ter prazer nisso só se um dia eu amar alguém. Só que isso não vai acontecer, né, Dr.

Entrevistador: E por que não vai acontecer? Afinal, o que é amor pra uma puta? É diferente do que é amor pra quem não é profissional do sexo? Você já amou alguém nesse sentido romântico de amar?

Entrevistada A: Ih, eu já amei sim, amei muito um homem que nem me amou de volta (...) Amei tanto que esqueci que tinha que ser amada por ele também. Ele me batia, sabe? Batia muito, nossa senhora, era quase Mulheres Apaixonadas. Conheci ele com dezoito anos, fazem poucos anos até. Só que eu já era garota de programa e escondi isso pelo tempo que Ele permitiu.

Depois que eu finalmente larguei daquele encosto, nunca mais que eu amei ninguém, e hoje num dá mais, sabe? Tô andando muito vazia.

Entrevistador: Mas vazia? Me explica melhor isso? Se quiser, claro. Ele dizia algo quando te batia? Era frequente, raro? E o que significa estar vazia?

Entrevistada A: Ele começou a me bater depois que foi me seguir até o ponto. Daí ele resolveu que num ia falar pra mim nadinha, que sabia de tudo. Eu falava pra ele que faxinava num comércio, mas que era só de noitinha, depois que fechava. Ele já sabia que era tudo mentira, mas eu acho que ficou esperando eu contar. Só que nunca contei, não, senhor. Nisso, qualquer motivo era motivo pra me bater. Um dia eu queimei o feijão e ele me bateu tanto que não deu pra trabalhar a semana inteira. Ninguém quer foder com um saco de pancada né. E quando eu falo que tô vazia, é porque eu tô. Num sei como é que vou explicar, mas vou tentar. Sabe quando “cê” sai da cama todo dia e nada salva? Então, isso é vida de puta. Tem dias que você pega um cliente ou outro mais carinhoso, um que só quer um ouvidinho ou uma prosa, mais do que trepar. Mas sempre, todo dia, tem um que te lembra que você é um saco de lixo. E eu faço isso há muito tempo, daí fiquei meio vazia, pegou? Eu já nem sinto mais nada, num sinto ódio, medo, felicidade, alegria (...) eu só levanto e saio da cama por causa da minha filha que precisa de mim.

(Resposta não transcrita simultaneamente).

Entrevistador: (resposta transcrita posteriormente) – Olha, eu sei que as nossas vidas são diferentes, que você “a minha verdade” e nem eu sei da sua. Só que a vida nem sempre foi carinhosa comigo também. Não carrego as tuas dores, mas carrego as minhas, e acredita em mim quando eu digo que são muitas. Não são maiores, menores e nem iguais, são minhas. Um conselho: até saco de lixo pode ser uma coisa boa. Se você acha que é um, eu lamento, mas também me sinto assim vez ou outra. Só que eu tento ser o melhor saco de lixo que dá (...) Eu quero ser o saco de 5L, o bom que não rasga e nem dá mau cheiro. Eu quero ser o melhor saco de lixo, mesmo se for um depósito de sujeira. Não sei por que estou falando isso, mas nem sempre eu sou inteligente. Também falo umas coisas sem sentido. Só acho que a gente precisa aprender a ver a nossa vida de forma mais gentil, pelo menos em relação à gente, eu e você, no caso.

(Entrevistada A concordou com a resposta com a cabeça) e disse que nunca pensou dessa forma.

Entrevistada A: Tem noite que eu tomo uns sete banhos. Não sete, mas tu entendeu. Aí você me pergunta se é pra tirar suor, porra, sebo? Num é não. É pra tentar lavar a dignidade, a minha

alma, meu peito. Eu costumo dizer pra minha colega que eu tô morrendo um pouco todo dia por ser puta.

Entrevistador: Mas não estamos todos? E se não for sobre quantas vezes você morreu, mas sim quantas vezes você viu num dia? Não diminui um pouquinho a dor?

Entrevistada A: O Sr. Sabe quantas vezes eu me sinto viva num dia de trabalho? Nenhuma, Dr. O melhor que dá é sentir que eu sobrevivi, quando o homem tá lá jogado na cama, brochando e eu começo a catar as minhas roupas. Ali, sim, ali eu sinto que eu sobrevivi, só que uma parte enorme de mim morreu e foi pro ralo.

(Entrevistada parece cansada e leva as mãos pro rosto, cabeça baixa).

(Leitura do artigo 229 do Código Penal e elucidação do tema).

Entrevistador: Agora que eu li esse artigo pra você, pensando em tudo que você já viveu desde que começou na prostituição: se o Presidente te ligasse e pedisse pra você falar pra ele o que é “exploração sexual”, o que você diria? Fala tudo, tudo mesmo, não come qualquer palavra, a ligação é gratuita!

Entrevistada A: Exploração é a miséria, Seu Yuri. Tu falou agora que não conhece a minha verdade, mas eu conto. Eu sou branca, mas sou favelada, nasci na Maré, num tive pai e perdi um pouco da minha mãe para as escolhas que eu mesma fiz na vida. Exploração é a minha filha volta e meia comer mistura porque eu ganho setenta pilas por programa. Mas tu quer a sexual né? Aí eu num sei dizer, Dr. Na verdade, num sei dizer quando que ela não tá lá. Eu sou explorada todo dia, quando eles falam comigo, na voz gritando, na base do tapa. Sou explorada porque eu deixo eles me dizerem como gemer, quando dou metade do meu dinheiro pra moça que cuida do ponto e quando eu deixo alguém marcar o meu corpo. Exploração sexual é dar a buceta por um dinheiro que paga nem o mercado. Eu sou explorada, sim, toda noite, por várias horas. Mas ou eu sou explorada ou eu morro de fome, e minha menina também morre. E de dor de estômago, meu senhor, ela não vai chorar, porque eu prefiro morrer agora do que deixar minha filha morrer vivendo.

Entrevistador: E em termos mais objetivos? Assim, a miséria é exploração, ter que fazer tudo aquilo que você, na realidade, não quer, é exploração. Mas falando de forma prática, coisas que alguém pudesse escrever na lei, logo abaixo do que eu li pra você, o que poderia ser colocado?

Entrevistada A: Tirar a maior parte do dinheiro, é exploração, porque em puteiro tem vezes que te tiram tanto do que você ganha que o que sobra é ridículo. E a maioria já ganha uma miséria, então imagina tirar uma parte do que já é uma miséria, né. Violência é exploração. Nas casas,

a exploração tá muito na questão do dinheiro, da porrada e do controle. Da falta de controle, na verdade.

(Conversa direta com a entrevistada não transcrita).

Entrevistador: E você acha que a exploração é maior nas ruas ou nas casas?

Entrevistada A: São explorações diferentes. Quando você tá numa casa, dificilmente a única coisa que você vai ser obrigada mesmo a fazer é o teu programa. Se for uma casa dessas em que as meninas ficam “tudo” no mesmo apartamento, por exemplo, elas vão ter que fazer mil outras coisas lá. E, na casa, você não tem o controle, você é controlada. Não que exista puta que tenha controle.

Entrevistador: Então na rua a exploração é menor?

Entrevistada A: Depende da sua sorte. A casa pode ser boa pra quem tá começando, porque lá você consegue crescer um pouco até estar forte pra ir pras ruas, onde é muito mais complicado. Na rua, você escolhe muito mais sobre o seu trabalho, então a exploração é menor por esse lado. Mas você fica mais na cara, né, então a chance de apanhar é maior. Você pode não ter cafetina mandando te darem uma lição, mas é mais fácil de apanhar do cliente ou apanhar só por preconceito mesmo.

Entrevistador: Algo além disso tudo que você consiga pensar?

Entrevistada A: Tem uma coisa que eu acho que acaba sendo melhor no puteiro. É que lá, você consegue ter clientes mais certos. Porque, assim, no puteiro, se você fizer tudo certinho, respeitar as regras e tal, você pode ficar no mesmo lugar por um bom tempo. Na rua, o tempo que você fica num mesmo ponto é menor, é difícil conseguir ficar no mesmo lugar muito tempo, as donas mudam ou você se mete em briga e acaba sendo expulsa de lá, ou ainda a polícia percebe que lá é ponto fácil e a gente precisa sair.

Entrevistador: Mas como assim “clientes mais certos”? Não entendi bem.

Entrevistada A: Vou explicar melhor, calma. Como dá pra ficar mais tempo num mesmo puteiro do que num mesmo ponto, é mais fácil da puta ter clientes fixos. Porque daí eles sabem que tem um lugar certo pra encontrar aquela garota específica. Na rua, não funciona assim. Puta não guarda número de cliente, só em filme que tem isso. Não tem como eu mandar uma carta avisando que agora eu tô na rua do lado ou que tô fazendo ponto em outro bairro. E ter clientes fixos é importante pra gente porque ajuda muito a nossa vida. Quando você tem aquele cara certo que já conhece o teu serviço, isso acaba virando renda fixa, é um dinheiro que você sabe que vai entrar toda semana, de 2 em 2, enfim, depende do que ele quer. Mas na rua complica isso de ter cliente fixo porque a gente roda demais, então a gente conseguir criar um cardápio

fixo é mais suado. Às vezes você passa muito tempo num ponto, consegue uma porrada de clientes e, por algum motivo, quando tem que sair de lá, precisa começar do zero. No puteiro é mais simples nesse sentido porque você tá sempre lá, então ele sabe onde te achar e, dependendo do caso, ainda consegue descobrir pra onde tu foi se já tiver saído.

(Diálogo inviável de transcrever).

Entrevistador: Então, retomando, se eu for retomar a sua última fala, todas as Casas de Prostituição estariam explorando as putas, ou não é isso que você quis dizer? Dá ou não pra ter um prostíbulo que não explore?

Entrevistada A: Depende, acho até que dá. Se prostituir já é exploração, mas acho que é do mundo, dessa injustiça toda que ele é. Só que dá pra não ter exploração, sim. Eu mesma conheci meninas que foram felizes dentro dos puteiros. Trabalhar em puteiro acaba sendo mais seguro que na rua, eu acho que é o melhor lugar pra começar, ainda mais quando é menina muito novinha ainda. Só que isso é muito da pessoa, num é, não? Tu não acha? Sei lá, acho que não dá pra escrever que que é. As meninas que precisam falar. Normalmente puteiro é um lugar ruim, mas nem todos são não.

Entrevistador: E tem mais alguma coisa que você queira falar hoje?

Entrevistada A: Ah, acho que tem. Eu quero falar que eu quero sair disso. Todo mundo quer, né. Mas eu vou sair, tenho fé que vou. Hoje eu moro numa outra comunidade, não falo com a minha mãe tem tempo, desde que ela soube do que eu faço pra viver. Ela nunca mais falou comigo, Dr. Na verdade, depois que eu saí da casa dela, ela ficou um tempo longo sem nem falar comigo. Custou muito pra gente se falar. Levei duas semanas só pra conseguir ligar pra ela. Acho que a minha mãe nunca conseguiu aceitar que eu não tinha como ser o que ela sonhava, entendeu?

Entrevistador: Eu confesso que entendi. Mas não peguei a parte do “boba”. Ela era “boba” por quê? Por ter ficado magoada com a sua saída de casa? Isso não era meio previsível? Sem querer ser grosseiro.

Entrevistada A: Não, Seu Yuri. Ela tava é certa em ficar chateada comigo, eu sabia que isso ia rolar quando eu pisei fora daquele barraco. Mas sabia que ia passar também, e com o tempo passou! Só que a minha mãe achava que eu ia virar “adevogada” como o senhor ou que podia até virar médica (...) achava que pra mim e pros meus irmãos tudo seria como um sonho, só que ela esqueceu que pobre só sonha, num realiza não.

Entrevistada A: (emendando outra fala antes de outra pergunta) – Ser puta no Brasil é fácil. Quer dizer, é difícil pra um caralho, na real. Mas é fácil pra começar. Você pode escolher

cafetão ou cafetina, ou simplesmente jogar aquela roupa safada no corpo e se tacar no meio de uma avenida movimentada. É fácil entrar, Yuri, difícil é sair, parece que depois que você começa, alguém coloca uma corrente no teu pé e isola a chave. Só tem uma coisa que me incomoda, Seu Yuri. É quando dizem que ser prostituta tá tudo bem, afinal, é uma opção da pessoa e as opções merecem respeito. Opção? Você acha que abrir as pernas pra homem casado é porque é uma opção? É falta de escolha, meu filho, é a falta de opção, não a sobra dela, eu queria te falar isso mais cedo, mas sei que tu não fez por maldade.

(Pedido de desculpas).

Entrevistador: Você acha que poderia falar um pouco mais da questão com a sua mãe?

Entrevistada A: Um dia uma vizinha fofoqueira contou tudo pra ela, sabe, Dr.? Comunidade é assim, fofoca corre, principalmente coisa ruim. Isso foi um golpe pra mim. Ela é minha mãe, claro que eu ia contar, mas naquela época eu tava até procurando emprego. Mas eu ia fazer o que? Colocar que eu tinha experiência em boquete no currículo? Num dava né. Tava difícil de conseguir um rolo, mas eu estava tentando. O problema é que a demônia da vizinha foi mais rápida e talaricou tudo pra minha mãe. Ela me ligou de noite, disse pra eu nunca mais aparecer por lá, que ela “não criou filha pra abrir as pernas pra homem”. Desligou e nunca mais me atendeu. Das poucas vezes em que eu fui na casa dela, acabei escorraçada. Daí eu entendi que ia viver sem mãe, e depois minha filha ia viver sem avó.

Entrevistador: Você acha que a sua mãe foi, nesse tempo todo, a pessoa que teve o maior preconceito com o seu trabalho? Ou, ao menos, o mais doloroso?

Entrevistada A: Talvez. O pior preconceito é aquele que a gente sofre por algo que a gente não escolhe, Dr. Preconceito porque eu sou puta, eu aguento, acho errado, mas eu aguento. Mas preconceito porque eu vim da favela eu num admito, não. Eu não nasci pobre porque quis, eu nasci pobre porque o mundo é uma merda. Não sou prostituta por opção, eu já disse, mas eu entendo um pouco do preconceito, só não acho que eu deva ser perseguida por isso.

Entrevistador: Então você acha que o preconceito não seria o maior problema pra sua classe?

Entrevistada A: Pra mim, num é o maior. Eu já disse: não acho que ninguém tenha que ser obrigado a gostar de puta, a achar legal o nosso trabalho e bater palma quando vê passa pela gente na rua. Mas a gente tem o direito de ser respeitada, de ser protegida. Deveria ter. Eu acho que o preconceito não é o maior problema, mas é um deles. Se ensinassem pro povo por que, de verdade, mulheres como eu viram putas, o preconceito diminuiria, e a gente ia melhorar de vida, ia ter mais direito, eu acho. Acho que precisam fazer o povo ver qual é a nossa vida, como entramos nessa e que não é pra fazer mal pra ninguém, não, é pra ter o que comer.

Entrevistador: Uma última pergunta: se assinarem a tua carteira, por exemplo, se te garantirem aposentadoria, e reconhecerem o teu trabalho de forma regulamentada (...) se, em troca disso você tiver que dar no máximo metade, 50%, do teu ganho pro cafetão, você acha que isso melhoraria a tua vida?

Entrevistada A: Assinar minha carteira pra que? Pra eu lembrar todo dia que sou puta e nunca mais conseguir qualquer chance de mudar de vida? Eu prefiro morrer logo. E 50%? Eu já dou menos que isso pra dona do ponto e pelo menos eu posso escolher os clientes. Não, quero ser tratada direito, isso tá bom, não.

Entrevistador: E o que mais você precisa e quer em termos de direitos?

Entrevistada A: Eu quero que o cliente que eu atendi me pague quando acabar o programa. E, se ele não pagar, quero poder chamar a polícia. Mas quero que a polícia chegue e lide com ele como sendo o cara errado, o que tá fazendo a merda. Não quero ter medo de chamar a polícia porque eles vão virar o jogo contra mim. Ou ter que ouvir do policial que ele deixou o cliente que não quis pagar ir embora, mas que se eu der pra ele, ele paga dois programas. Quero direito de auxílio, de saúde pra conseguir sempre ter os exames em dia. Quero respeito.

(Agradecimento pela entrevista).

(Encerramento da transcrição).

APÊNDICE C

ENTREVISTADA B

Entrevistador: Bom, vamos lá. Eu prometi por telefone que você que iria conduzir essa conversa, mas acho que dado o seu silêncio, você não pensou muito em como começar. Sem te dizer por onde, mas apenas sugerindo: começa pelo começo mesmo, é o que se faz normalmente. Se quiser, começa pelo final. Se solta e me surpreenda, como você me falou na rua que iria me surpreender. Você nem sabe, mas eu tenho um transtorno de atenção elevadíssimo, mas eu juro que vou tentar acompanhar. Fique confortável, esse espaço é seu.

Entrevistada B: Então vou fazer isso. Só que eu sou um pouco tímida de começo, mesmo que eu queira te falar muito sobre mim, eu não sei bem como vou fazer isso. Primeiro, me chame pelo meu apelido. Acho que preciso falar sobre a minha história, né? Bom, eu já te disse lá na rua que eu nasci com nome de menino. Vim de família pequena, papai, mamãe e irmão mais velho. Acho importante te falar da minha infância porque se você não entender meu passado, não vai desvendar o meu presente, muito menos me ajudar a ver o meu futuro.

Entrevistada B: Minha família era meio que um grande comercial de margarina de Natal, sabe? Você entende o que eu quero dizer? Minha mãe até onde eu sei, ainda é psicóloga, bem-sucedida e dona de uma clientela enorme. Meu pai administra um pequeno negócio na Zona Norte do Rio, mas também tinha boas condições financeiras. Morávamos lá na Zona Sul, onde eu e você nos conhecemos. Eu tive uma infância incrível, mas aí aos oito anos, bom, aí eu virei essa mulher.

Entrevistador: E como exatamente você virou a Entrevistada B? Não estou falando das mudanças físicas, disso a gente fala depois, mas eu quero entender como, com apenas 8 anos de idade, você entendeu o seu real gênero.

Entrevistada B: Vou ser direta, ok? Eu não gosto dessa história de que a gente se descobre transexual. Eu sempre soube que eu era uma mulher, mas acho que só com 8 anos de idade que eu tive alguma coragem, mesmo que inconscientemente, de falar para os outros o que eu já sabia fazia tempo: eu sou uma mulher!

(A Entrevistada segura os seios).

Entrevistada B: Sim, eu sou uma mulher, olha bem pra esse mega par de melões!

Entrevistador: E o que te fez saber disso? Eram os gostos considerados femininos, a identificação com as meninas, o que te levou a concluir isso?

Entrevistada B: Veja bem, ninguém se torna mulher apenas porque gosta de pó, base ou salto alto. A gente precisa parar um pouco com esse pensamento de que objetos ou hábitos definem nosso gênero de identificação. Eu sabia que eu era uma mulher porque é isso que eu sou, e você precisa mudar as suas perguntas, futuro Doutor, caso contrário eu não vou perder meu tempo aqui!

(Espaço de silêncio e desconforto. Contei à minha entrevistada sobre minha orientação sexual e permiti que ela me perguntasse tudo aquilo que tivesse curiosidade sobre esse assunto na minha vida. Disse que, depois de me ouvir, ela perceberia que, mesmo distantes, estávamos mais próximos do que ela imaginava naquele momento).

Entrevistada B: Eu acho que a minha infância em si foi até bem normal, sabe? Claro que depois dos 8 anos os conflitos começaram. Mas, eu acredito que lidei muito bem com tudo isso para uma criança. O problema maior e o ápice da merda foi com 16 anos. Eu já estava exausta de pesquisar coisas sobre transexualidade. Hoje a situação tá muito melhor pra gente, mas quando eu tinha essa idade, tinha pouco material pra ler e conseguir se entender. Porém, mesmo assim, com 16 anos eu chamei os meus pais pra conversar e meti na lata: sou menina, não sou menino. Daí, meu filho, foi caos seguido de caos. Minha mãe fez a mesma coisa que ela fez a vida inteira: ficou mais muda do que uma parede, não deu um pio. O meu pai ficou repetindo meu nome de registro aos berros, como se aquilo fosse me fazer “virar homem”. Depois disse eu teve dois filhos, não um filho e uma filha. Que eu tinha que ser cabra macho, uma coisa ridícula, parecia aquela música, sabe qual é que eu estou falando? Pra terminar, falou que não ia tolerar “viadinho” dentro da casa dele. O meu irmão, que nem era pra estar ali, ficou meio que dizendo entredentes um bando de bosta, como sempre. Minha mãe danou a pedir pro meu pai se acalmar e eu corri pro quarto, pra chorar, óbvio.

Entrevistada B: Eu lembro direitinho de tudo daquele dia, e olha que eu passei muitos anos tentando esquecer. No quarto, eu, tola, abri um computador novinho que eu tinha ganhado no meu último aniversário e comecei a procurar formas de me matar. Eu acho que eu nem teria conseguido. Fora que eu não ia me permitir me matar sem antes ser a mulher que eu nasci pra ser. Depois de um tempo e fui dormir, né, e aí (...).

(Pausa na fala. Entrevistada parece estar engasgada. Mão tremendo).

(Questionei se estava tudo bem e se deseja parar).

Entrevistada B: É pra eu falar de tudo? Quer dizer, eu posso mesmo falar de tudo com você?

Entrevistador: Claro que pode, eu já te disse, você fala tudo que você quiser falar.

Entrevistada B: Aquela acabou sendo, por outras razões, a pior noite da minha vida. Naquela noite (engasgo), meus pais foram dormir e obviamente nem falaram comigo. Só a minha mãe que teve a audácia de me falar pra não provocar mais o meu pai e o meu irmão. Ela me pediu pra ficar muda, pediu minha sentença de morte, queria me convencer de aquela era uma vida feliz! Aí no quarto, eu chorei por horas e horas. Até que dormi, como eu te falei. Só que, do nada, eu acordei com meu irmão em cima de mim. Ali eu morri, Yuri. Ali morreu uma parte do menino e uma boa parte da menina também.

Entrevistador: E o que exatamente o seu irmão fez? O que ele fez contigo? Fale se quiser e o que quiser, mas lembra que se existe alguma vítima aqui, se for o que eu suponho, é você, lembra disso, só disso.

Entrevistada B? Foi tudo muito rápido, sabe? Eu lembro que ele tapou a minha boca com uma força absurda. Hoje eu sou assim: forte e musculosa. Mas, na época, eu era um menino todo magro, quase esquelético até. Não tinha forças físicas pra soltar o corpo dele do meu. Ele abaixou as calças do pijama e disse no meu ouvido que se era pra ser mulher, então tinha que ser tratada como mulher. Mas, por sorte eu acho que ele tinha ejaculação precoce, porque, racionalmente falando, eu sei que não durou muito tempo. Mas, internamente, eu vivo os meus dias como se ainda desse pra sentir o pênis dele lá dentro até hoje.

Entrevistada B: Depois que tudo acabou, eu só sei que peguei as duas únicas malas que tinha no meu quarto, porque as outras ficavam no quarto dos meus pais. Na menor eu joguei um punhado de roupas, produtos de higiene, uns remédios que estavam no meu banheiro, perfumes, essas coisas. Na grande eu coloquei logo tudo que eu consegui catar no meu quarto e que era de valor. Mas eu só peguei o que era meu, não fiz a limpa na casa deles. E é o que te disse: meu pai era um péssimo pai, mas um excelente provedor. Coloquei o computador, celular, coloquei videogame, tudo que eu consegui achar que eu pudesse revender, eu levei. Mas só o que estava no meu quarto mesmo. Desci, peguei o porteiro já dormindo, abri a porta e saí. Depois, nunca mais voltei.

Entrevistador: Mas saiu e foi pra onde? Você tinha um plano pra uma situação dessas? Quer dizer, acho que ninguém tem um plano pra isso, né.

Entrevistada B: Yuri, plano para caso eu fosse violentada pelo meu próprio irmão, isso eu não tinha. Porém, plano para caso eu precisasse sair de casa depois de falar a verdade pros meus pais? Esse eu tinha. Zona Sul, lotada de boates, eu já conhecia umas duas que tinham garoto de programa. Só que meu plano inicial não era bater em nenhuma porta àquela hora, eu estava exausta, tinha acabado de ser estuprada, entende? Queria dormir apenas. Aí pensei em pernoitar

num motel, eu tinha dinheiro na carteira, meus pais sempre deram mesada pra gente e era em espécie. A bosta é que ninguém ia me permitir entrar em um motel com 16 anos, fora que eu não tinha um ID falsa. O jeito foi parar num dos prostíbulos que eu meio que conhecia por alta, bati na porta e disse que queria trabalhar. Aí que eu conheci a dona, a tal da Proprietária B.

Entrevistador: E basicamente você bateu na porta da mulher, pediu pra trabalhar e ela deixou? Fácil assim?

Entrevistada B: Meu querido, você acha que a gente faz o que pra virar puta? Psicotécnico que nem na autoescola? Bateu, gostou, entrou, é isso. No início eu não tinha dinheiro nem pra comprar umas roupas que combinassem com o trabalho. Fora que eu decidi que, se era pra viver fora de casa, então eu começaria a fazer o processo de mudança corporal logo. Só que pra fazer essas coisas, além de coragem, o que eu já tinha, eu precisava de dinheiro, o que faltava. Então o jeito foi apelar pra algo que fosse como um meio-termo, um visual tipo andrógono. Comecei a me vestir com roupas que as pessoas consideravam de mulher, enquanto a minha aparência física ainda era muito crua de um homem, daí acabava sendo uma mistura que atendia a um público bem específico. Aos poucos eu fui me virando com esse grupo de clientela pra juntar um dinheiro e começar os hormônios e todo o resto. Os homens ficavam “piradinhos” com aquele visual meio homem, meio mulher, que nem eles sabiam definir bem o que era.

Entrevistador: E como você lidou, à época, com o fato de estar entrando nesse universo da prostituição?

Entrevistada B: Entenda uma coisa: eu nunca quis virar puta. Só que a minha família era pequena, era preconceituosa, eu não tinha a quem recorrer. Se eu ficasse em casa, acho que meu pai me matava e, se ele falhasse, meu irmão ia finalizar o serviço. Daí eu entrei nessa e prometi pra mim que seria só até eu juntar a grana para as cirurgias e as mudanças de cartório. Depois eu ia parar. Mas daí você entende, né? Eu fiquei mais velha e o tempo passou mais devagar do que eu desejado. Nisso, aqui estou eu, com 8 anos de prostituição. E eu vou morrer puta.

Entrevistador: E como você sabe que vai morrer trabalhando como puta?

Entrevistada B: Se eu fosse viver até uns 80 ou 70 anos, tudo bem. Daí eu poderia trabalhar em uma casa de shows como garçonete, quem sabe numa cantina, não sei bem. Mas eu só poderia largar esse trampo de agora daqui a uns 3 anos, e até lá eu sei que eu vou morrer. Na autópsia (acho que se referiu ao atestado de óbito), esse governo de merda deveria colocar: Causa da Morte: negligência social e prostituição ao extremo!

Entrevistador: E o que você entende por essa “negligência social”? É negligência por você ser garota de programa, por ser transexual ou pelas duas coisas?

Entrevistada B: Pelas duas coisas. Olha só, quando você é mulher trans, os gastos com todos os procedimentos estéticos são muito altos, Yuri. Muito altos, mesmo. Hoje o governo ainda tem uma política de apoio um pouco maior e melhor com o SUS, e tal, mas ainda é pouco. E eu não ia ficar com a minha vida parada esperando o mundo ficar bom pra gente como eu. O jeito foi apelar, e eu apelei. Peguei grana com agiota, fiz viagem, mexi em queixo, afinei nariz, fui fazendo o que deu, quando deu e do jeito que deu. O sistema de saúde é ruim pra todo mundo aqui, mas pra quem é trans, ele é pior ainda. Quando eu comecei a tomar hormônios e a pensar no que eu queria fazer “na faca”, os procedimentos ainda eram muito toscos, volta e meia acabavam em desastre. Fora que os próprios médicos faziam muita seleção dos pacientes, porque essas cirurgias envolvem muitos riscos, aí eles queriam sempre o paciente mais saudável e que representasse a menor chance de morrer lá na mesa. E eu não tô nesse meio, não.

Entrevistador: Ok, eu peguei essa parte. Mas você falou que a negligência era com a sua prostituição e com a sua condição pessoal. A parte da falta de atenção do sistema com a trans, eu entendi, mas e com a puta?

Entrevistada B: Você sabe quantas prostitutas igual a mim eu conheci desde que eu comecei, Dr. Yuri? Umas 8. Dessas 8, duas estão vivas, sendo que só uma trabalha ainda que nem eu. Das 6 que já partiram, 5 morreram trabalhando. Não foi porque elas foram subversivas, maltrataram cliente (...) nada disso. A gente tá morrendo porque é puta, no nosso caso, porque além de puta, é trans. A gente é duas vezes uma aberração, tipo escória, acho que é isso, dessa sociedade nojenta que é o Brasil. E você sabe quantos dos assassinos estão presos? Em cana? Nenhum, meu caro. Porque homem branco não pega cadeia por matar gente que a vida não vale pra eles (o Estado). Quer falar sobre negligência com puta? Então eu falo pra você. Negligência é parar num hospital depois de apanhar de um cliente, e a enfermeira te receber de nariz torto e cara de desprezo, porque sabe que você dá o cu pra colocar comida na mesa. Negligência é ter que descer do ônibus no meio da rua porque o pinto tá marcando a saia e um cara nojento acha que pode passar a mão em você porque tá na cara que você é trans e é puta, e gente assim não merece respeito. Negligência é eu sair de casa toda noite e voltar chorando de alegria apenas porque eu voltei viva. Quer que eu continue ou já tá bom?!

Entrevistador: Já tá bom, sim. Agora, falando sobre a época que você passou no prostíbulo. Tinha uma rotina lá dentro? Você viveu alguma coisa que fez com que você se sentisse explorada naquele lugar?

Entrevistada B: Se eu já passei por alguma merda naquela espelunca? Ai, “bicha”, eu nem sei por onde eu começo a contar. Mas vamos como você ensinou: do começo. Quando você chega

num prostíbulo, tudo é bem “encantador” por parte dos donos e desafiador pras meninas e pros meninos. Como o público que “me comia” não era o mesmo que queria as meninas, elas não se sentiram ameaçadas por mim, até eu ter a combinação perfeita de um belo par de seios e um pênis que ainda funciona. As primeiras semanas foram ótimas; eu até podia parar de trabalhar se eu estivesse cansada. Só que logo começaram os abusos. Eles tinham uns caras que meio que “colocavam a gente na casinha” quando alguém se rebelava. Ninguém nunca encostou a mão em mim, mas eles cortavam a nossa comida se desse uma da tarde de um dia de movimento e a gente não tivesse revertido nada de lucro pra casa. O movimento pesado era de noite, na real, e a regra da casa era clara; tinha até uma frase que era tipo uma riminha: “o cliente tem razão, só precisa de ereção” (gargalhou). A ideia era de que a gente não podia se negar a fazer nada, desde que o cliente fosse capaz de fazer aquilo que ele estava pedindo. Se o pau subia, tudo a gente fazia, esse era o lema. Só que uma hora eu cansei de sofrer, de limpar porra do meu rosto, de ser chamada de “homem” por caras de masculinidade duvidosa, cansei daquela merda toda e fui viver da rua, entendeu?

Entrevistador: E você presenciou agressão lá dentro? Violência?

Entrevistada B: Ué, mas tirar uma refeição inteira nossa não é violência? Claro que tinha. Mas lá onde eu trabalhei não era um lugar tão grande. A violência costuma ser maior nos prostíbulos que são realmente muito grandes, que tem grana pesada no meio. Lá, a violência não vinha com tapa na cara, não deles. Mas vinha muito na cabeça, sabe? Na mente, psicológica mesmo. Era muita ameaça quando alguma menina dizia que ia meter o pé, muita chantagem emocional. Quem comanda esses lugares não é idiota, eles sabem te prender lá, mesmo que a porta esteja aberta. Onde eu trabalhei, pelo menos, a violência deles era mais emocional, psicológica, como eu disse. A violência física, quando vinha, era dos clientes.

Entrevistador: E a violência que você chama de psicológica vem de qual forma?

Entrevistada B: Aí depende! Depende de quando a menina entrou lá principalmente. Porque aí que tá a questão: cafetina, quando vê menina novinha chegando, dá logo um jeito de fazer a garota enxergar ela como mãe. Te juro! Parece absurdo, mas elas sempre conseguem. A menina se abre toda, fala por que foi parar lá, e fala do primeiro namorado, se foi traída, quem foi a primeira amiguinha. E eu não tô chamando essas meninas de burras, não! Eu mesma fiz isso. E eu fiz pelo mesmo motivo que as outras fazem: a gente cai no canto da sereia. Uma pessoa que chega num puteiro, chega cheia de machucados. A maioria chega como eu: depois de ser violentada. Ou chega depois de ser expulsa ou fugir de casa, como eu também. Eles (do prostíbulo) sabem bater o olho e ver se a menina chegou frágil e, de repente, a gente se vê

enxergando a cafetina no lugar da nossa mãe. E aí, quando a garota se rebela, quando diz que tá sendo explorada ou pisa fora do quadradinho que deram pra ela, a primeira coisa que fazem é jogar na cara dela que, se ela tá viva e se tem algum dinheiro, é “porque a mamãe ajudou”. Daí que entra toda a violência psicológica, porque o discurso é tão, mas tão bom, tão perfeito que, no final, você nem lembra mais por que reclamou de alguma coisa. No final, você nem lembra que reclamou porque não te deixaram dormir e te obrigaram a pegar vários programas seguidos mesmo você já tendo batido o caixa do dia, a única coisa na sua cabeça é o quão ingrata você é por ter ousado falar mal de quem te “ajudou”. É isso, falei demais. Chega. Virei puta de rua e acabou.

Entrevistador: E o que tem de tão diferente em estar na rua? Você não tem mais a proteção da Proprietária B e dos tais “homens musculosos”, não tem o convívio com as suas amigas da casa, é você por você. Isso não é mais difícil?

Entrevistada B: Nem é que seja mais difícil, acho que é mais solitário mesmo. Eu tenho muito medo de tudo, Yuri. Mas a prostituição sempre vai ser o meu lugar de conforto, de certo modo. Eu sei que parece contraditório eu afirmar isso, mas virar puta foi o que me salvou.

Entrevistador: Como?

Entrevistada B: O povo acha que estupro é só quando o cara te agarra na rua, enfia a mão na tua boca, rasga as tuas roupas e enfia a pica em ti até você cair. Mas você sabe quantas vezes o meu irmão tocou em mim antes de me estuprar, Yuri? Dezenas, e ele não fazia isso por tesão, ele fazia porque na cabeça dele eu merecia aquilo. Ele sempre soube de tudo, todo mundo sabia. Eu digo que a prostituição me salvou porque se eu ficasse naquela casa, eu ia acabar me matando. Eu sempre digo que o meu irmão levou tudo de mim, mas ele não chegou a levar a minha vida, e é nisso que eu me agarro todas as manhãs.

Entrevistador: E o que levou exatamente de você? Sei que é difícil, mas tenta colocar em palavras, isso expurga fantasmas, queima demônios, dizem. Me conta.

Entrevistada B: Ele levou muitas coisas de mim, mas o que tinha de mais valioso, ele arrancou, que foi um pouco do meu amor por mim mesma. Quando alguém de violenta dessa forma, você passa um tempão achando que foi culpa sua, que você podia ter lutado mais, reagido mais, chutado, socado, gritado. Depois que acaba, tu sente a água cair no teu corpo, mas não adianta, a sujeira não está ali, ela tá lá dentro. Eu realmente achava que, com o cabelo e as unhas, eu veria uma pessoa no espelho, não mais o garoto que foi abusado com 16 anos naquela noite, mas sim uma mulher. Hoje, Yuri, eu me olho no espelho e ainda vejo o garoto, eu ainda sinto a mão na minha boca, o pinto roçando minhas nádegas e as mãos do meu irmão contendo os meus

chutes disparados no ar. Eu ainda vejo o menino que não lutou, não gritou, que não fez nada. E eu odeio esse menino, mas eu sou um pedaço dele, mesmo sendo mulher, eu nunca, jamais, serei capaz de me amar sabendo que eu deixei alguém me machucar dessa forma.

(Diálogo não transcrito).

(Leitura do artigo 229 do Código Penal e elucidação do tema).

Entrevistador: Tendo por base o que eu acabei de ler e te explicar sobre esse crime, o que, pra você, é a exploração sexual? Pensando que você precisa dizer pro legislador, o cara das leis, o que é essa exploração para que ele possa saber como trabalhar. O que você diria?

Entrevistada B: Exploração sexual, pra mim, é quando a prostituição deixa de ser uma escolha e se torna a sua única saída. A partir do momento em que aquilo não te diverte, não te arranca uns risos ou vira um bom assunto na mesa do boteco, você está sendo explorada.

Entrevistador: Eu entendi a sua resposta. Mas eu vou precisar ser um pouco mais técnico e chato. Um juiz não tem como condenar alguém só porque você não está conseguindo tirar nada de bom da prostituição, concorda? Relembrando o que eu disse quando te expliquei o artigo: o problema que eu vou discutir no trabalho é a dificuldade de saber quando eles estão explorando vocês. Na sua fala, me pareceu que você estava falando mais de quando a vida, em si, está fazendo essa exploração. Por isso eu vou te pedir pra me responder outra vez, mas vou reformular a pergunta: o que é a exploração sexual que, pra você, caracteriza e marca um puteiro?

Entrevistada B: Ah, tá bem. Bom, aí eu acho mais complicado. É que isso parece meio relativo pra mim. Mas, se eu tiver que te dar uma resposta objetiva, eu acho que, se tem violência, se rola xingamento, punição, coça, então tem exploração. Além disso, o que eles cobram da gente é muito alto lá dentro, pra mim, aí também tá a exploração.

Entrevistador: Existe um Projeto de Lei hoje que propõe que a profissão de vocês seja regulamentada. Eu não vou explicar aqui exatamente o que é um Projeto de Lei, até porque, agora, eu só preciso que você saiba uma coisa: pensa que é uma proposta, como se fosse uma sugestão, de lei, só isso. E a sugestão, aqui, é conseguir alguns direitos pra garotas e garotos de programa. Um dos pontos desse projeto é mudar um pouco o artigo que eu li pra ti. E, no projeto, tem um pontinho que diz que, se a casa cobrasse 50%, ou seja, a metade, ou mais do que isso, do que você ganha num programa, então você estaria sendo explorada. Você concorda com esse valor? Acha um parâmetro justo?

Entrevistada B: Não, não acho. Não acho porque o valor do programa não é padrão, Dr. Yuri. Você já contratou um garoto de programa na vida? Eu acho que não, pela sua cara. Não tô

ofendendo, nem te elogiando, tá? Tô querendo dizer que não dá pra lançar um valor qualquer porque o preço do serviço, ele varia. Uma puta nova, dependendo da casa em que está, tira uma miséria num programa. Agora, aquela que já tá trabalhando faz tempo, tem clientes fixos, pode cobrar mais. Por esse motivo, pra mim, não dá pra falar num valor desses, não. Metade da grana pra menina que tira 60 reais no serviço, não tem o mesmo peso de metade da grana pra outra menina que tira o dobro disso.

Entrevistador: Seu ponto faz sentido, ficou bem claro pra mim. Existe muita diferença em termos de lucro, grana no bolso, sabe, entre quem tá na rua, como você atualmente, e quem fica em Casa de Prostituição?

Entrevistada B: Tem, e tem muita! Um dos grandes atrativos de fazer ponto na rua é o fato de que, até certo nível, você é a sua própria cafetina. Basicamente: você escolhe quem atende e quem rejeita, quanto vai cobrar (...) você pode até fazer as suas próprias regras. Tipo, “ah, eu não faço anal”. Se você tá na rua, por conta própria, tu tem a liberdade de virar pro cliente e falar que não faz e ponto final. Agora, se você tá no puteiro, não tem essa de “isso eu faço, aquilo eu não faço”, isso não existe! Você faz o que o cliente quiser e acabou, eu até já te disse isso. Em termos de grana, como você cobra o seu valor, dá pra ganhar mais, claro. Só que as ruas aqui no Rio que são boas pra gente, todas estão com donas já.

Entrevistador: Donas de rua? O que são donas de uma rua?

Entrevistada B: Não é “dona de rua”, o certo é “dona de ponto”. Nem sei se é certo, na real o nome surgiu na rua, eu acho, então é certo pra gente (risada). Quando você tava lá na rua e foi falar comigo, você percebeu que tudo ali tinha um desenho? Para pra lembrar com calma! Existem regras na rua, senão a parada foge do controle e as meninas todas saem no tapa. Daí, pra não dar merda, as ruas, que pra gente são os “pontos”, acabam tendo donas. É tipo uma cafetina do ar livre, entendeu? Ela que mantém a ordem ali, então ela que fica de olho pra ver se as meninas estão se respeitando, se tem uma distância boa entre elas pra que não role dúvida se o cliente parou pra puta X ou pra puta Y. E, o mais importante: a dona do ponto que escolhe quem pode esperar ou não os clientes naquele local.

Entrevistador: E pra você ganhar essa “autorização”, você deve pagar. Acertei?

Entrevistada B: Na mosca! É o mesmo esquema das casas, em tese. Só que, no caso, você vai, pode usar o ponto, pega teu cliente, faz o serviço e volta. E, no programa, você já separa o valor que precisa dar pra dona. Ela recolhe e, enquanto você fizer tudo direitinho, ela te garante lá. Só que nem sempre a rua é mais vantajosa do que a casa, por isso eu digo que isso tudo é

relativo. Dependendo da rua, vão te cobrar tão caro pra poder fazer o ponto lá que, num puteiro, você ganharia mais.

Entrevistador: A gente tá está encerrando. Só tenho mais algumas perguntas. Imaginando que a exploração sexual seja algo relativo, como você disse, você acredita que é possível existir uma Casa de Prostituição em que realmente não tenha esse tipo de exploração?

Entrevistada B: Acredito e, ao mesmo tempo, não acredito. Desculpa, mas nem eu sei o que eu acho disso. É que, assim, essas casas, boates e tudo mais, elas precisam lucrar, senão elas fecham as portas. E o que dá dinheiro lá dentro não é a pinga que eles vendem no bar, é o sexo. Isso é um fato. Mas, pra mim, uma casa em que nós não fossemos nem um pouco exploradas seria meio que um sonho impossível, porque, se isso acontecesse, elas iriam à falência. Ia quebrar! Pra gente não ser explorada, eles iam ter que respeitar um certo de número de programas seguidos. A gente não ia poder sair de um e entrar em outro logo depois, concorda? Porque, pra mim, isso é ser explorada. Eles não iam poder pegar tanto do nosso dinheiro como costumam pegar. Iam precisar pagar imposto, cuidar de vistoria (...) isso tudo custa grana, meu amigo. E eles iam pagar como? Ao mesmo tempo, eu acho que poderia dar certo. Eu acredito que as Casas de Prostituição poderiam ser uma opção bem melhor do que a gente ir pra rua.

Entrevistador: Mas você não sabe como fazer isso acontecer, certo?

Entrevistada B: Isso, é isso mesmo. Trabalhar na rua é mais perigoso, Dr. Yuri. A concorrência na rua é pauleira. Todo mundo se vê como inimiga, é uma tentando usar uma roupa mais curta que a outra, uma tentando pegar o cliente da outra, é tipo selva. Nas “casinhas”, não. Lá a gente acaba meio que se acolhendo, o convívio é maior, a gente termina se conhecendo, cria afeto e carinho. A gente se protege. Fora que é mais seguro, o controle é maior de quem entra e quem sai. Só que é mais seguro de um lado e mais perigoso do outro, ao mesmo tempo, nas ruas a gente apanha de cliente, isso acontece volta e meia. Agora, no puteiro, além de se preocupar em apanhar do cliente, a gente ainda precisa viver com o medo de apanhar da cafetina, dos seguranças, do gerente e tal.

Entrevistador: O maior problema das ruas, então, seria a exposição? Já que você nunca sabe o que pode acontecer e não tem a quem pedir ajuda.

Entrevistada B: Pra mim, sim, o perigo é o pior. A rua também tem outras coisas que são ruins, mas não tanto quanto o perigo. Na rua, se chove muito, cai uma tempestade, por exemplo, fica foda pra gente. Dificilmente um cliente vai pra rua catar puta, e a gente também não tem como ficar na rua embaixo de um temporal esperando cliente, saca? Eu ia ficar gripada, aí se eu gripar preciso de hospital, preciso comprar remédio, deixo de trabalhar, perco grana, é uma merda

seguida da outra. Puteiro, nesse ponto, é mais fácil, tu tem um telhado ali, o cliente pode ir, se tiver muito a fim, estacionar e entrar. Óbvio que o movimento cai e o lucro também cai, mas é diferente da rua, que a gente nem consegue ir quando a chuva é forte demais. Fora que quando tá frio também é complicado. A gente não pode usar roupa grande, isso brocha homem e dificulta identificar a gente. Ainda bem que é raro fazer frio aqui (Cidade do Rio de Janeiro), mas quando faz a gente passa é frio mesmo, porque não dá pra fazer ponto de moletom.

Entrevistador: Uma última pergunta: se você tivesse o poder, o que você gostaria de fazer as pessoas entenderem a respeito das profissionais do sexo, sua vida, seu trabalho, suas dores? Pode ser qualquer coisa.

Entrevistada B: Ih, “bicha”, tanta coisa! Mas, só pra dizer algumas, vamos lá. Primeiro, queria que entendessem que é uma profissão como outra qualquer. Mas, ao mesmo tempo, a gente precisa de coisas que não são dadas para as outras profissões, então eles precisam entender que, pra falar de prostituta, de garoto de programa e tal, eles precisam ter preocupações que não são tão comuns assim, porque as necessidades são diferentes. Eu não tô querendo ser doida de dizer que ela tá ali no mesmo nível do cirurgião que salva vidas nos hospitais. O que eu quero dizer é que, ser garota de programa, aliás, ser puta, que é como a gente é conhecida, não faz mal pra ninguém. A gente não obriga as pessoas a buscarem o nosso serviço. Não tem nenhum mal no que a gente faz, não estamos ferindo ninguém. E a gente faz porque precisa! Precisa viver, comer, pagar contas, ajudar parente, sabe? Eu queria que não tratassem a gente tão mal, que não olhassem feio, xingassem e tal. Porque já é muito doloroso ser mulher, ser mulher e ainda ser puta, caralho, é uma barra ainda maior. E outra coisa: eu queria que as mulheres, principalmente, parassem de colocar a gente no papel de demônio, porque isso é tipo veneno, e é veneno pra nós mesmas, e só ajuda eles!

Entrevistador: E quem são eles?

Entrevistada B: Os homens, Dr. O Brasil é machista, todo mundo sabe disso, não é novidade pra ninguém. E, volta e meia, quando a mulher de um cliente casado descobre que ele tá vindo atrás dos nossos serviços, ao invés de ela reconhecer a culpa dele, ela coloca a culpa na gente! E que culpa tenho eu, meu deus? Eu gosto de dar pra homem casado? Não, cara, não curto, acho horrível. Mas a maioria dos homens que chegam pra gente, tem nome em certidão de casamento. E eu vou fazer o que? Vou adotar um critério de seleção e decidir que agora eu só vou dar pra homem solteiro? Não posso fazer isso, se eu pudesse, eu faria, mas não posso, senão eu vou perder 70%, no mínimo, dos meus clientes, isso, por baixo. Só que a mulher não tem que me odiar, não tem que catar o meu número no celular do babaca do marido dela e enviar

mensagem e áudio me ameaçando. Ela tem que lidar com o cara que foi infiel e traidor com ela, porque eu tô aqui fazendo a única coisa que eu sei, pra poder sobreviver, sabe? E quando a própria mulher prefere colocar a gente, que é puta, como vilãs, fica ainda mais difícil de acabar com esse machismo. Isso, pra mim, só dá mais poder pra eles. E aí, quando você é puta, o machismo só te fode, porque é por causa dele que a gente apanha, que eles não tratam a gente bem na hora do programa, que se recusam a pagar depois da gente fazer o serviço. E aí eu não posso ligar pra polícia pra pedir ajuda, se o cara não quer pagar e você tá na rua, o único jeito é você gritar no lugar em que estiver e ameaçar barraco, mas aí tem que dar sorte de ter gente em volta, de ser num motel, porque se for na casa dele, ele te coloca pra fora e acabou, e você não ganhou nada. É foda. A gente que é mulher precisa se unir. Não tô falando que a esposa traída tem que vir até mim e me abraçar e agradecer porque eu abri os olhos dela, não. Só não quero ser colocada como destruidora de lares, porque eu não prometi ser fiel com ela, o marido que prometeu.

(Agradecimento pela entrevista).

(Encerramento da transcrição).

APÊNDICE D

ENTREVISTADO C

Entrevistador: Então, acho que já podemos começar. Me conta uma coisa: você é um menino de programa, certo? Aliás, qual termo você prefere: garoto de programa, puto, gigolô, prostituto ou outro nome? Isso é importante de saber pra que eu não acabe te ofendendo sem querer. E me diz, também, com que público você trabalha: homens, mulheres ou ambos?

Entrevistado C: Olha, eu prefiro “garoto de programa”; acho menos pesado, sacou? Mas fica suave que nada me ofende, eu sou blindado e sei que você não faria isso por mal. Quanto à sua pergunta, você quer saber se eu como as coroas, né? Não, eu sou homossexual, eu trabalho só com o público masculino.

Entrevistador: Me diga da forma mais completa possível, por favor, quais você acredita que sejam as principais diferenças entre estar na prostituição sendo um homem ou uma mulher: é a mesma coisa, é a mesma vida? Eu li muito sobre gigolôs, mas me parece um universo totalmente diferente.

Entrevistado C: Não é a mesma coisa, não. Eu acho que a diferença é que, quando se é um prostituto, você vende romance. Tem quem contrate a gente só para um bom sexo. Mas o homem gay que recorre aos garotos de programa é carente, ele quer mais do que uma foda apenas.

Entrevistado C: Às vezes pinta um tipo raro, meio “diferentão”. Mas normalmente são homens mais velhos, que passaram por um casamento meio merda e agora estão livres. Eles não querem só uma foda, isso eles conseguem com os ex-maridos numa noite de “rememórias”. Eles desejam mais. Querem alguém que elogie o corpo, que coma a comida que eles fazem, que foda bem, é claro, mas que seja mais do que isso.

Entrevistador: Eu achei a sua fala curiosa porque eu nunca ouvi alguém falar sobre a prostituição dessa forma. Pra ser sincero, eu tenho um pouco de dificuldade de acreditar que você realmente venda amor. Tem como vender amor? Acho que você vai ter que suar pra me provar isso até a nossa conversa terminar.

Entrevistado C: Eu tenho um cliente muito rico, sabe? Vamos fingir que o nome dele é Agenor. Ele tem quatro filhos lindos, uma mulher bem-sucedida e devota a ele e à casa, e ele ainda comanda uma grande empresa de congelados. Mas você sabe o que acontece, Yuri? Ele é infeliz. O casamento estava falido por causa do passar dos anos e o trabalho é cansativo demais

pra alguém da idade dele. Antes de me conhecer ele era um homem todo triste e “borocoxô”. Hoje, ele goza, Dr. E eu não tô falando de porra, porque gozar, qualquer um goza. Eu estou falando é de gozar a vida. Ele ri, ele cozinha, me leva a eventos como “o grande amigo” dele (...) A verdade, meu camarada, é que eu passo 10 minutos de quatro pra eles, e eles passam a vida inteira de quatro por mim.

Entrevistador: E qual o porquê de tudo isso? Eu já entendi que, segundo você, o seu produto não é sexo apenas, você vende um pacote completo. E que pacote! Mas me explica por que você entrou nesse mundo. Mesmo que você comercialize um sonho doce e romântico, não deixa de ser prostituição, né?

Entrevistado C: Eu entrei nisso porque eu sou incrível no que eu faço. E eu preciso da grana. Vê se você entende a diferença: eu não sou um prostituto “rampeiro”. Não dou o cu por causa de um trocado que mal paga o perfume que eu borrifo na nuca, eu só vou pra cama com quem sabe o meu valor. Eu não tenho vergonha de dizer que eu já superei essa fase, mas eu já trabalhei em puteiro, sim. Mas eu cresci. Eu faço isso porque eu quero, porque eu sou bom demais e, quando eles gozam, eu gozo junto.

Entrevistador: Então você está assumindo que o seu trabalho é o de prostituição de luxo? Eu te peço desculpas, mas é que isso não é, exatamente o que eu estou estudando. Eu quero saber da sua época de puteiro, essa que você fez menção, também quero entender suas dores. Não me interessa muito ouvir sobre os velhotes ricos, não em primeiro lugar.

Entrevistado C: Eu sou um profissional do romance de alto padrão. Se você quer chamar isso de “prostituição de luxo”, tudo bem. Agora, se você quer saber sobre aqueles tempos negros, eu falo pra ti, irmão, não tem problema. Mas, acredita em mim, tu parece meio fraquinho pra ouvir o que realmente acontece dentro de um puteiro (sorriso).

Entrevistador: Sou jovem mesmo, mas você também é, e sou pequeno e com cara de frágil, mas vamos lá, me conta tudo, nenhuma história escabrosa vai me abalar, eu juro.

Entrevistado C: Eu sou filho de puta, moço. Puta mesmo. Desde os 14 anos de idade, até a doença não permitir mais. Minha mãe morreu de HIV. Na época ninguém sabia como tratar direito quando se é muito pobre, a gente nunca teve informação ou acesso à porra nenhuma. Eu fiquei com uma tia por muitos anos. Com dezessete eu percebi que não merecia aquela vida insuportável. Minha tia via em mim a figura da minha mãe, daí a gente nunca teve uma relação boa, até que a Proprietária D me ofereceu abrigo.

Entrevistador: E quem é essa Proprietária C?

Entrevistado C: Ela era a dona da boate onde eu fui parar. Era amiga da minha mãe e sempre soube da minha relação com a minha tia. Me encontrou, por acaso, na rua, percebeu que eu virei um jovem “boa pinta” e me chamou pra trabalhar com ela. Eu disse que não iria morrer por causa de um vírus, como aconteceu com a minha mãe. Ela disse que o sexo lá dentro era só com camisinha, mas que não tinha essa de “só dar a roda” ou de “só ficar por cima”. O cliente que mandava, você “encapava o pinto ou pinto dele e daí só obedecia”. Parecia fácil. Eu odiava a minha tia, queria o dinheiro e gostava de foder; daí eu aceitei.

Entrevistador: Ok. Você falou em “tempos negros”. Por que você usa essa expressão? O que acontecia na boate de pior? Não me fala que eles eram grosseiros contigo. Essa parte eu não quero saber. Você falou de um “thriller de terror”, tô aqui segurando uma tapioca e esperando. (Silêncio).

Entrevistado C: Eu acho que a pior coisa que eu posso falar sobre a “casinha” era a política de atendimento aos clientes. A Proprietária C era uma mulher de origem boa, Yuri. Pra ser cafetina, embora ela gostasse de ser chamada de “administradora”, você precisa ser muito sagaz. Não é suficiente saber dar ordem, é necessário ter lábia e uma certa manha. Senão, ninguém fica naquilo lá, não. Só se precisar muito, e põe muito nisso.

Entrevistado C: A casa era muito rígida sobre o tratamento dos nossos clientes. O problema é que todo mundo entra em um puteiro, Yuri. Entra policial fardado, entra agente sanitário, jovem, velho, homem, mulher e menor de idade. Mas não entra ética, bom senso e nem a moral. Lá existia uma lei máxima: se o cliente concordou em usar o preservativo, a sua obrigação é concordar com tudo que ele pedir, como uma forma de “agradecimento”. Daí eu simplesmente virava um animal, era como se o cara me desse um biscoitinho e, só por isso, eu fosse abanar o rabo para ele por horas adentro. Mas eu não sou animal, nunca fui; só que na época eu precisei aprender a ser, até não suportar mais e poder me dar ao luxo de partir.

Entrevistador: E o que mais?

Entrevistado C: Daí eu posso te contar tudo, absolutamente tudo de bizarro que existe quando o assunto é sexo. Na minha primeira semana lá, eu dei sorte. Peguei uns coroas sarados que estavam aqui na cidade, a transa era boa, eu sabia gemer alto e eles ficavam loucos. Na semana seguinte, eu descobri que sorte de principiante morre em dois tempos. Chegou um cliente meio gordo, até aí tudo bem, e ele me disse que tinha uns gostos meio “diferentes”. Eu logo pensei que era um “mijão”.

Entrevistador: Um “mijão”? Tipo o que eu estou pensando? Literalmente um “mijão”?

Entrevistado C: Não, meu amigo. Ele tinha era tesão em estátuas. É, parceiro, em estátuas. Eu nem sei se essa porra tem nome, aliás, tem sim, chama “bizarrice”. Ele me disse que gostava de pés, também. Fomos pro quarto, ele tirou a roupa, colocou a camisinha e disse que queria ser ativo. Eu dei graças a Deus, já que o Viagra tinha acabado no kit pessoal e seria difícil sustentar uma ereção por muito tempo com aquela pança gigante e as axilas cabeludas. Não tivemos preliminares, ele só me pediu pra ficar parado e disse que “estátua não se mexia”. O problema é que o pênis dele era enorme, longo e largo. Ele me dizia a posição, eu me preparava e tentava ao máximo não me mover; só que a penetração doía, e muito, meu amigo. Resultado: ele começou a ficar agressivo.

Entrevistado C: No meu terceiro “erro”, ele empurrou meu peito em direção à parede. Foi uma dor alucinante, ele estava inteiro dentro de mim e aí eu acabei batendo a cabeça na parede. Aquele dia eu apanhei tanto, mas tanto, que eu esqueci a dor do sexo. Eu errava, ele me batia, mas o cliente tinha razão e eu não. Chegou uma hora que eu aprendi a ficar imóvel, não porque o bumbum não estivesse doendo, mas porque o corpo já estava repleto de hematomas e eu não suportava mais ser xingado e humilhado.

Entrevistador: Sinto muito por isso. Isso não seria, na verdade, culpa do próprio estabelecimento, da “casinha”, como você disse? Você poderia sair e colocar ele pra fora, ou não podia? Desculpa, mas eu não sei nem ao certo do que estou falando, é uma suposição a mais. O fato é que, pelo eu li e ouvi até agora, isso entraria na classe dos “ossos do ofício”, mais do que como uma exploração propriamente dita.

Entrevistado C: Calma, garoto. Até aí, você está certo, isso faz parte da profissão, é comum que caras com taras estranhas procurem garotos e garotas de programa para fazer aquilo que toda a convenção do casamento não permite. Mas, quando o programa completou uma hora, ele finalmente ejaculou. Eu estava acabado, o sangue do meu lábio tinha estancado, o meu ânus doía e meus braços estavam mostrando os roxos já. Eu fui até a Proprietária C e o Funcionário C, que era o responsável por recolher o dinheiro e passar a nossa parte depois do programa. Disse que eu nunca mais atenderia aquele cliente e que ele tinha me batido. Falei que aquilo era um absurdo e que, da próxima vez, eu chamaria a polícia. O Funcionário C me chamou pra falar melhor e “com mais calma” num canto, e eu fui. Ele chamou dois seguranças da casa e mandou que me trancassem na dispensa do bar. E ali eu fiquei, sem comida e sem sair por algo que eu acredito ter durado um dia inteiro. Eu me urinei e cheguei a defecar um pouco nas minhas calças, vomitei bile porque a dispensa era o lugar mais nojento daquela casa, e meu estômago estava vazio. Quando finalmente me tiraram de lá, me disseram que tinham sido “leves”

comigo, mas aquilo era pra eu aprender a nunca mais falar em polícia lá dentro. Hoje, eu entendo que deveria ter sumido naquele dia, mas a Proprietária C era sedutora e eu precisava de uma figura materna. Ela vendia a imagem de mãezona de nós, os profissionais, só que era meio que uma mãe tihosa, sabe? Daquelas que brigam, mas só porque amam muito. A Proprietária C foi o meu único relacionamento abusivo da vida, Yuri, pena que eu só fui ver isso muito tempo mais tarde.

(Diálogos não transcritos a pedido do entrevistado).

Entrevistador: E como você saiu de uma casa de horrores como aquela e chegou nesse mercado da prostituição de luxo?

Entrevistado C: Eu sempre soube fazer o meu caixa. Durante o tempo no puteiro, eu juntei uma grana legal. Não era uma fortuna, mas era alguma coisa. E, pra conseguir vingar nesse tipo de negócio, assim como em qualquer outro, você precisa investir no seu empreendimento. No meu caso, eu sou o meu próprio empreendimento. Daí eu fui fazendo pequenos avanços. Fui pagando umas aulas de português pra corrigir meus erros e aprender “palavras difíceis”. Eu precisava saber me colocar, como me portar e surpreender as pessoas com um vocabulário forte, robusto, elegante, de classe A. Fui malhando, primeiro no meu quarto, comprando as coisas aos poucos, e depois numa academia que cabia no meu orçamento. Entrei pra luta, não só por causa do visual, mas também pra poder me defender, isso é muito importante pra quem vende amor, ou apenas sexo. Quando eu fiquei “zero bala”, catei uma agência de modelo que eu já sabia através de uns amigos que também oferecia nos bastidores uns serviços de acompanhantes de luxo.

Entrevistado C: Eu gosto de sexo. As pessoas têm vergonha de falar isso, e eu acho uma coisa ridícula. Qual o problema em gostar de transar? Eu sempre achei decepcionante isso de ter que ficar “cozinhando alguém em banho-maria” e nunca colocar a boca na botija. Aí eu acabei saindo da agência. Lá eles eram uma coisa meio mal decidida. Você podia servir de acompanhante, podia beijar e tal, mas nada de sexo. E não dá pra lucrar com beijo só. Mas eu fui inteligente e esse período foi essencial pra minha vida. Mesmo sabendo que eu tinha regras pra respeitar, eu sempre fiz o melhor trabalho possível, fui estabelecendo meus contatos, criando vínculos e tudo mais. Assim que eu saí, segurei um tempinho, pra não chamar atenção e parecer desesperado, e logo depois que comecei a anunciar pra esses caras que não estava mais na agência, mas que, agora, eu trabalhava com serviços maiores. Só que, agora, eu faço a pessoa conhecer Deus, ter um orgasmo, voltar pra Terra e, isso tudo, só usando a língua, as mão e meu pinto.

Entrevistado C: Você é homem e acredito que não muito mais novo do que eu. Quero te fazer uma pergunta. Se eu gostar da resposta, você continua me entrevistando, mas, se eu não gostar, você vira o meu entrevistado, beleza?

(Entrevistador concorda).

Entrevistado C: Me diz, em 5 minutos, contados no relógio, 3 motivos pra não sair com alguém como eu. Vai!

Entrevistador: Primeiro: eu não tenho qualquer preconceito com profissionais do sexo. Se eu tivesse, não teria iniciado esse trabalho, nem estaria me endividando com 4 tapiocas que eu nem sei como vou pagar, só pra te ouvir falar, exatamente, sobre a sua profissão. Não tenho motivos ligados a isso que me façam não sair como uma pessoa “como você”. Não tô nem aí pra com quem você se deita ou como paga as suas contas, desde que isso não faça mal a ninguém. Eu sairia com você, da mesma forma que eu sairia com as duas pessoas que entrevistei antes, se eu gostasse da fruta. Mas, se você insistir em pelo menos um motivo, eu te digo. Não sairia com você porque não acho que você valha tudo o que eu acredito que cobra. Se eu posso pagar mais barato e gozar do mesmo jeito, vou pagar mais caro por que razão?

(Entrevistado ri).

Entrevistado C: Mas você sabe que eu não sou como eles, né?!

Entrevistador: Me diz uma coisa, retomando o assunto da época em que você trabalhou no prostíbulo: você acha que trabalhar lá foi, de alguma forma, bom ou importante pra você?

Entrevistado C: Eu tenho certeza que sim. Só que esse é um assunto que é delicado, na minha opinião. Não dá pra tratar desse tema como se viver em um puteiro fosse, em alguma hipótese, uma “coisa boa”. Nunca é, não de forma total. Mas, eu acho que é um ponto de partida importante e, talvez, necessário. A questão é saber acertar na dosagem, e é aí onde mora o perigo.

Entrevistador: Não entendi, pode explicar melhor?

Entrevistado C: Posso. A prostituição está, muitas vezes, em lugares que você sequer imagina, meu camarada. Sério mesmo, ela tem diversas formas, caras e jeitos. Mas, pra simplificar, pensa comigo em apenas dois deles, além da prostituição que acontece lá nos prostíbulos. Além desse tipo, os dois mais comuns, hoje, são: a prostituição nas ruas, com os pontos, que todo mundo conhece como “rodar bolsinha” e a prostituição de luxo. Tá com isso em mente?

Entrevistador: Sim.

Entrevistado C: Então, pra você chegar na rua, se não tiver uma outra espécie antes, o baque é grande demais e você não aguenta a barra. Nunca fui de fazer amizades enquanto um garoto de

programa. Essas pessoas não são aquelas que eu tenho como amigas. Mas, inevitavelmente, eu fiz um ou outro colega da área. Quase todos que trabalharam em puteiro viveram situações semelhantes às que eu vivi. Alguns em um nível menor, outros num nível maior. A questão é que o puteiro é onde você realmente aprende as manhas que, se você não souber, você não sobrevive, nem na rua, nem na prostituição de luxo.

Entrevistador: Calma, acho que ou eu estou te entendendo, ou estou completamente perdido. Então uma Casa de Prostituição serve como uma escola? Um curso de sobrevivência? Isso não te parece um pouco louco?

Entrevistado C: Parece pra você, que não viveu, mas não é, vai por mim. Se você cai direto na rua, sem ter passado pelo puteiro antes, você acaba tendo que aprender tudo na marra. Mas tem coisa que, se você vacilar, você não tem chance de aprender e não errar de novo, porque te apagam, parceiro. Principalmente se for mulher. O prostíbulo é ruim, é onde tem mais violência, onde você é mais pisado, tratado que nem bosta, nem animal de rua sofre tanto. O ponto é que lá você tem gente por perto que tá na mesma situação. Tem concorrência? Tem, mas é muito menor do que na rua. Lá, mal ou bem, você consegue aprender com os outros também. E aí você vai descobrindo como agir em determinadas situações que você nem sabia como são comuns nesse mundo. Você descobre como lidar com um cliente que se recusa a pagar, como lidar com as taras que te dão nojo, com tudo. Agora, se você mergulhar direto na rua, é informação demais. Tem mil garotas e garotos querendo o mesmo cliente. A rua é vitrine, Yuri. Cada um vende o seu. O puteiro é menu, mas tem um garçom que olha pro cliente e sabe se ele quer carne ou frango. Tu tem que se vender, mas não depende só de você, e na real, tá todo mundo ali torcendo pra ficar no mesmo cardápio e acaba se ajudando.

Entrevistador: E para o mercado de luxo, o puteiro importa por alguma outra razão?

Entrevistado C: Sim. Você não tem como já sair entrando no mundo que eu trabalho hoje. Tem até uns que conseguem, mas esses já tem contato. Pro resto, que é a maioria, você precisa lutar, real. E não dá pra já começar por cima se você é pobre, o desodorante tá acabando e teu dente tá precisando de um canal. Você precisa ir subindo cada degrau aos poucos, até chegar no topo. O puteiro é bom pra isso porque, dependendo do local, tu consegue cliente grande lá também. Tem muito homem rico que eu já conheci que só gostava de mim quando eu tava na “casinha”. Depois que eu fiquei até mais bonito, mais elegante, mudei as roupas, a fala e tal, eles não quiseram mais. Você ia ficar surpreso se soubesse quanto empresário “pica” frequenta pulgueiro pra caçar macho de 18 anos que mal consegue arrastar um móvel de tão magrinho.

Entrevistador: Ok, agora eu realmente entendi. A Casa de Prostituição é um lixo, porém, é um passo inicial importante pra que você consiga ir pra outros lugares, no mesmo trabalho, em que você consiga passar por situações menos horrendas. É isso?

Entrevistado C: Agora sim, você entendeu. É difícil cair na rua de cara, ou você é engolido ou você perde a cabeça e pode ir parar atrás das grades ou até na vala. Puteiro é um lixo, exatamente como você entendeu, mas é tipo um primário, sem passar por ele, você não vai chegar na formatura do médio. O maior problema é que, às vezes, a gente leva muito tempo até conseguir perceber que já tá pronto pra sair. Eles fazem muita chantagem emocional, ao mesmo tempo que batem, espancam, colocam pra baixo, eles fazem um carinho e jogam logo um discurso de que é pro nosso bem. Fazem questão de falar que “na rua é muito mais difícil”. E é, mas pelo menos você tem um pouco mais de controle.

(Leitura do artigo 229 do Código Penal e elucidação do tema).

Entrevistador: Partindo do que eu acabei de te explicar, se você fosse o responsável por dizer ao legislador o que é necessário pra caracterizar a exploração sexual, o que você diria? Em outras palavras: se ele te perguntasse: “E aí, o que eu coloco aqui pra explicar exploração sexual?” o que você diria?

Entrevistado C: Exploração sexual é alguém te falar que o cliente está certo, mesmo que ele te ofenda, te bata, te machuque ou até leve a sua vida num rompante de agressividade. Exploração sexual é quando te tiram o prazer de tocar o seu corpo, explorar os seus limites, prazeres e sabores. É quando você não consegue se masturbar, porque os traumas não deixam. Eu acho que tem exploração quando te arrancam o direito de dizer o “não”. Rola exploração quando o sistema brasileiro dá tanta grana nas mãos do pastor, mas não dá na mão do cara que passa a noite inteira no ponto, com frio, flertando com senhorinhas de idade, carentes, na esperança de ganhar um troco e, com sorte, levar uns anéis pra penhorar. Exploração mesmo é ser pobre e não ter como fugir dessa merda, mesmo que você mereça algo melhor.

Entrevistador: Na sua fala, eu reconheço alguns pontos que pra mim, fazem total sentido. Mas tem outros que eu não consigo entender ainda. Quando você sofreu aquele episódio do cliente que curtia estátuas, que você me contou faz um tempinho, ali te arrancaram o direito de dizer “não”. Ok, isso eu identifiquei. Mas você acha que perdeu o prazer em si mesmo, no seu corpo, em se tocar e tudo mais?

Entrevistado C: Eu não, mas eu sou uma exceção e eu sei disso. Sempre gostei de sexo, gostei muito, acho que mais do que a maioria esmagadora dos homens, até. Eu sempre tive sorte com os clientes. Já passaram uns horríveis, como eu contei, mas, em geral, eu dei sorte. A questão é

que a rotina é maçante, não tem “direitos” ou “respeito” ali. É lucro, lucro, lucro. E até pra quem gosta de transar, tem uma hora que tu não aguenta mais ver rola. A única forma, pra mim, de a prostituição não te fazer, com o tempo, odiar o sexo e tudo relacionado a ele, é se você continuar fazendo ele por prazer, quando der, mesmo que seja pouco. E isso, eu sempre fiz. Por isso eu acho que ficou mais fácil pra mim. Mas os colegas que eu fiz nessa época, meu deus, eles tinham pavor só de pensar em ter que sair com alguém e foder. Afinal, eles já tinham dado pra muita gente só naquele dia, estavam exaustos, de saco cheio, queriam dormir e mais nada.

Entrevistador: E o que mais é exploração pra você?

Entrevistado C: Apanhar porque recusou cliente. Te forçarem a fazer um programa com um cara que você não quer, porque sabe que é agressivo, ou porque você tá com as pernas bambas já porque o dia foi movimentado é tu já fez uma penca de programa. Exploração também é eles botarem a gente pra fazer coisa que não é nossa. Meu trabalho é ser garoto de programa, não limpar balcão de bar depois que cliente alcoólatra vomitou e deixou tudo sujo, só porque na hora eu tô sem cliente. Pra mim, se não te dão condições de se proteger do serviço, também, isso é uma forma de exploração. É um absurdo porque, nas casinhas que não são de alto nível, de luxo mesmo, muitas vezes as meninas e os meninos sequer recebem um KIT. As casas pequenas mesmo, que vai pinguço, gente de pouca grana, não têm como oferecer um KIT do caralho, mas pelo menos o básico eu acho que é uma obrigação. E, na prática, quando dão, fazem questão de insinuar que é um favor, como se eles fossem bonzinhos só por te dar uma sacola com aquilo que você precisa pra fazer um trabalho decente. E é o básico mesmo: lubrificante, camisinha, algum remédio pra fazer subir, se for homem, porque muitas vezes não sobe com alguns clientes e produtos de higiene. Puteiro não dá tempo pra garoto de programa tomar uma ducha depois de 2 programas seguidos, e é sacanagem, com ele e com o cliente, ele ter que atender o terceiro seguido estando fedendo. É o básico só, desodorante, um sabonete pra gente usar quando raramente dá pra tomar um banho e alguma coisa pra disfarçar quando o cheiro já tiver ruim. Até porque se a gente não tiver legal, o cliente pode achar que a culpa é nossa, que é falta de higiene e descuido, e sobra pra gente, não pra eles. Aí quando dão, a gente ainda é obrigado a fazer durar um tempo que eles mesmo determinam, que sempre é absurdo. E, se não durar, espera chegar o KIT novo ou tira do teu bolso. Em casas grandes, não é assim, porque lá o cliente paga caro, e ele não vai pagar caro pra comer puta que tá com sebo, então é mais regrado. Mas os puteiros mais pobres, que são a maioria, eles tem condições muito ruins pro profissional. Ter que comer correndo, muitas vezes em pé, em alguns lugares até mesmo num quarto fechado, pra já entrar num outro programa. É foda.

(Elucidação sobre o Projeto de Lei Gabriela Leite).

Entrevistador: Pensando no que eu falei agora sobre esse Projeto de Lei, você acha que o que ele traz pra classificar “exploração sexual” é suficiente? Te agrada?

Entrevistado C: Não é que tenha me desagradado, mas também não achei completo, não. Falta muita coisa aí. Mas tem uns pontos que eu acho bons, claro.

Entrevistador: Então começa me dizendo o que você achou positivo? Por favor.

Entrevistado C: Eu acho que, se regulamentarem, isso ajuda a classe inteira, não só quem tá nos puteiros. Digo isso principalmente em relação à questão do preconceito. A gente precisa encarar que, na nossa sociedade, a galera nunca vai aceitar prostitutas e garotos de programa, pelo menos nunca de verdade, de peito aberto. Então, se não vão aceitar, vão engolir, na marra mesmo. E, pra quem ainda vai nascer, talvez a coisa seja diferente. Porque já vão crescer num país em que o trabalho tem mais proteção e tal. Isso, eu acho, pode ajudar a diminuir o preconceito, as ofensas e os xingamentos. Eu gostei do que você falou sobre aposentadoria também, é uma questão importante de ser discutida. É bom que eles proíbam menores de idade de trabalhar nos puteiros também, porque isso tem aos montes! Que eu me lembre, isso foi o que eu gostei.

Entrevistador: E agora me diz o que você não gostou, por favor?

(Nova leitura da redação do projeto, a pedido do entrevistado).

Entrevistado C: Eu não gosto muito da parte que fala do valor que as cafetinas e os donos podem pegar dos profissionais. Acho muito alta a porcentagem. Sendo realista, em muitas casas, o que eles retém já é metade do valor do programa ou até mais. Se você levar isso em conta, essa regra seria boa, sim. Mas, se é pra realmente defender a gente, então teriam que colocar um valor realmente justo, ao meu ver. Seria bom porque, como eu acabei de dizer, tem puteiros em que eles pegam mais da metade do pagamento, mas, ainda assim, eu acho que 40% ou 45%, por exemplo, ainda é muito alto. Além disso, eu honestamente não acredito nesse discurso de que esse projeto daí vai substituir a corrupção que existe por um processo forte de fiscalização e tudo mais que você explicou.

Entrevistador: E por quê?

Entrevistado C: Ué, mas isso é óbvio, não é? O Brasil é um país ridiculamente corrupto. Eu acho que as pessoas não fazem ideia de quanta sujeira rola dentro dessas boates, de verdade. Os bastidores são sombrios, assustadores! E tem muita autoridade envolvida nisso tudo. Acho que é uma ilusão acreditar que uma lei nova vai realmente, sozinha, gerar uma fiscalização digna e correta nas “casinhas”. Não vai. Talvez funcione com um ou outro fiscal que tá lá, levando o

trabalho a sério, fazendo tudo corretamente (...) Só que poucos fazem isso. Pra mim, o que realmente iria acontecer é só uma mudança na forma de burlar a lei. Os proprietários continuariam explorando, sugando os profissionais e sendo abusivos, mas dariam um jeito de negociar e pagar pela cegueira dos fiscais. Não estou sendo pessimista, estou sendo realista.

Entrevistador: E a respeito do seu futuro, o que você pensa? Seja daqui a 2, 5 ou 10 anos. Você faz planos, projeções ou é um dia de cada vez?

Entrevistado C: Não tenho pretensão de sair, não. Eu sou garoto de programa, Dr. Eu nasci isso, nasci de barriga de puta, de uma “mulher da vida”, que me deu à luz um dia depois de “dar a perereca”, mesmo estando grávida. Caso contrário, ela não teria fralda pra me vestir no dia do parto. Não tenho vergonha de quase nada na minha vida. Tenho minha moto, um “telefone do momento” e minhas roupas caras. Eu vendo projetos de vida, como eu te falei. Ofereço um estilo de viver, vendo uma lente nova pra mirar o mundo. Eu queria poder parar, mas querer não é poder, né não?! Se eu pudesse pedir só uma coisa, meu parceiro, era que me respeitassem. Porque o sistema já derruba a gente que nasceu pobre e ganha a vida com sexo, mas o preconceito que afunda a gente na terra áspera, debaixo de trinta estacas, sem ar e sem chances de emergir.

Entrevistador: Pra finalizar, igual na TV: Você por você mesmo!

Entrevistado C: Meu nome é Entrevistado C, nasci aqui no Rio de Janeiro. Fui abandonado pelo meu pai quando eu ainda tinha 2 anos de idade e criado pela minha mãe. Já fui derrotado pela AIDS, por ser gay e por ser garoto de programa. Já perdi a pessoa mais importante do meu mundo, mas eu luto todo dia pra não perder quem, com sorte, um dia vai ser o mundo de alguém: eu mesmo!

(Agradecimento pela entrevista).

(Encerramento da transcrição).

APÊNDICE E

ENTREVISTADA D

Entrevistador: Olá! Bom, começa contando pra mim, por favor, por que você se tornou profissional do sexo e há quanto tempo está no ofício.

Entrevistada D: Eu trampo como puta deve ter uns dois meses só, Dr. Num sei te dizer por que eu vim parar nesse mundo com certeza, não. Mas, o culpado, eu digo com certeza que foi o calhorda do meu pai.

(Interrupção).

Entrevistador: Você falhou no “calhorda” do seu pai. O que ele fez pra você considerar ele como “culpado”? Obrigou você a transar por dinheiro, tipo seu aliciador? Ele te inseriu diretamente nesse mundo?

Entrevistada D: Não, ele não me obrigou diretamente, não. Meu pai era um homem de espírito bom, na verdade, Yuri. Quando eu era pequena, ele me levava até a praia e a gente brincava de pular ondinhas juntos. Era só a porra de uma marolinha, mas ele fazia eu me sentir a maior super-heroína do planeta, como se eu fosse capaz de tudo, forte e invencível. Mas ele era fraco, perdeu a vida inteira pra bebida e me fez perder a minha também. Minha mãe morreu de desgosto, Seu Bacana. E eu, bom, eu tô morrendo já tem dois meses.

Entrevistada D: “Sepá” seja até meio babaca da minha parte falar que ele é o culpado. Mas, poxa, se ele não passasse tanto tempo debruçado numa garrafa de pinga, eu não teria perdido a minha mãe. Se ela estivesse viva, doutor, eu com certeza não estaria dando a buceta pro trinta “conto” lá na Quinta.

Entrevistador: E como foi a infância com um pai alcoólatra? Se você não se importar de revirar essas memórias.

Entrevistada D: Ah, ele começou a encher o cu de pinga quando eu tinha uns 7 anos de idade. Meu pai era jornalista e trabalhava numa editora grande aqui do Rio. Nós não éramos ricos, a gente era tipo classe média baixa, sacou? Só que um dia a editora entrou numa crise fodida, Dr. Dessas que fazem metade da galera ser demitida. Com o meu pai não foi diferente, não. Ele dançou já no segundo dia de cortes. Daí ele ficou uma eternidade até conseguir um outro emprego e, nisso, ele descobriu a nova melhor amiga dele: a maldita garrafa de 51!

Entrevistada D: O ruim da bebida é que ela é um bicho muito traiçoeiro, Dr. Você uma hora está ali, todo contente, rindo alto, nadando num oceano de gargalhadas e bem-estar. Na outra

hora, você está no banheiro com a sua filhinha de 9 anos no batente da porta vendo a bebida te tornar agressivo com a sua própria esposa.

Entrevistador: Quando você fala sobre o poder da bebida de tornar a pessoa agressiva, é mais um exemplo geral ou você está falando propriamente do seu pai? Se estiver, ele em algum momento chegou a encostar em você ou na sua mãe por causa da bebida? Só fala se quiser.

Entrevistada D: Ele nunca chegou a machucar mesmo a gente. Vez ou outra ele segurava o braço da minha mãe com mais força, mas nunca deixou marca, não. É aquela parada, né: cão que late, não morde. Meu pai era um bom homem, dizia as coisas mais bonitas e sensíveis do mundo pra mim quando eu ainda era garota. Mas depois a boca dele só passou a abrir pra colocar um cigarro a cada 5 minutos ou pra entornar um pouco de cachaça.

Entrevistador: E como as coisas mudaram na sua vida?

Entrevistada D: Aquela onda de desemprego fez do meu pai um alcoólatra. Minha mãe era costureira para umas madames de bairro de gente rica que nem você (risos). Num tinha muita renda, mas conseguia segurar as pontas até ele se reerguer. O problema era a criação do meu pai. O meu avô era militar, o pai dele. Era um homem todo duro, sem afago, carinho, sem beijinho. Criou o meu pai colocando todo tipo de merda na cabeça dele. Falava que tinha que sustentar a casa e que homem encostado era uma vergonha. Era um velho babaca e machista, desses que tem aos montes por aí dentro do exército. Daí o meu pai cresceu achando que tudo aquilo era verdade. Preferia entrar em cheque especial do que deixar a minha mãe pagar as contas da casa. Nisso, ele foi ficando mais e mais amargo. Descobriu o bar, o dono e começou a afogar as dores num copo de birita.

Entrevistador: E como uma coisa dura, como o alcoolismo, foi terminar contribuindo para uma outra realidade dura, que é a prostituição?

Entrevistada D: A bebida foi correndo a gente dentro de casa. Minha mãe era uma mulher submissa, não tinha voz dentro das 4 paredes. A gente meio que acatava as bebedeiras, os vômitos e as brigas em que ele se metia na birosca. Até que uma hora a vida veio cobrar o seu preço. Meu pai fumava tanto que os dentes dele não eram amarelos, Seu Yuri, eram quase um marrom “meio cor de bosta”. Ele bebia garrafas inteiras de pinga num mesmo dia. Daí era meio óbvio que, de duas uma: ou ele ia se meter numa confusão e iam dar uma garrafa nele, ou ele ia morrer do fígado e daqueles “pulmão”. Num deu outra: meu pai morreu de cirrose com 48 anos. Minha mãe ficou tão devastada, Dr. Eu nunca vou entender, mas, mesmo com toda aquela merda de vida, ela amava pra caralho aquele velho. Era amor mesmo! Mas tanto amor que ela ficou doente dos rins e morreu um tiquinho mais que um ano depois. E eu? Eu fiquei sem pai,

sem mãe e sem um puto no bolso. Não consegui entrar pra faculdade porque eu sou um pouquinho burra, e o dinheiro que eles deixaram pagava nem a cantina. Nisso, eu acabei virando puta. Eu vi naquele filme da atriz gostosona ruiva que ser puta podia ter até o seu lado bom, daí fui ver na prática, né.

Entrevistador: E agora, mesmo com apenas 2 meses, o que você está achando de ser puta? Existe lado bom?

Entrevistada D: Eu sou nova nisso, né. Eu não sei se vou durar muito tempo assim, não. Ser puta é complicado porque você tem que ser duas coisas muito opostas ao mesmo tempo: tu tem que ser forte pra porra, porque é cada situação, Dr. Mas tem que ser fraca também, todo dia, toda hora e a cada segundo. Eu falo “fraca” porque puta é o ser mais sem opinião do universo. Não pode deixar de gemer mesmo se o sexo estiver um lixo. Você tem que ficar ali gemendo tão alto que parece que quem está te comendo é aquele deus do Evaristo Costa (risos), quando na verdade é um pingüço que trabalha na guarita de um condomínio e economiza na pasta de dente.

Entrevistada D: Eu num vou mentir e dizer que num tem um lado bom, porque tem sim. Eu gosto de foder, acho uma coisa maravilhosa. Deus não fez a buceta com um rombo e o pinto como uma vara longa à toa. Se encaixa é pra meter bala, Seu Yuri! E eu me divirto muito também nessa profissão. Claro que tem dias que a gente pega uns caras nojentos. Nem é só pelo cheiro de cecê, pelo suor ou pelo bafo. Isso a gente mete logo um sabonete, um Rexona e um tubo de Sorriso. São nojentos porque acham que eu sou só uma perereca, porque é todo mundo um bando de egoísta. Tu sabe quantos homens já me esperaram gozar em 2 meses? Nenhum, Dr. A sorte é que Deus me deu 10 dedos, 5 em cada mão e um vibrador que treme em 4 níveis diferentes, que eu ganhei de uma colega do ponto. Mas tem gente engraçada e tem uns com umas manias toscas. Você acredita que eu tenho um cliente que me encontra toda semana, mas nunca me pediu nem uma mamada? Ele vai lá só pra mostrar o projeto de decoração da casa nova. A gente fica lá, vendo preços de móvel, escolhendo cor de tinta, ele de quebra ainda leva um litrão de Antarctica e me compra chocolate. Tem um outro que ele não consegue foder por muitos minutos, tem “não-sei-o-que-precoce”, daí sobra muito tempo do horário dele e, nisso, ele agora nem me come mais, ele vai lá só pra gente ficar fungando um no outro. Isso aí não é nem metade do que eu já vi em 60 dias. Meu amor, eu me divirto, sim. Ser puta pra mim é brincar de roda gigante: uma hora você está em cima, em segundos, você está lá embaixo.

Entrevistador: Você falou bastante agora sobre você conseguir se divertir, sobre esse suposto “lado bom” do trabalho. Mas e o ruim? Qual é o lado ruim?

Entrevistada D: O lado ruim? Ah, Dr. Tem coisa ruim aos montes nisso tudo. Mas se o senhor quer saber da pior, eu diria que é a insegurança. A gente que é puta nova não pode ter muito critério; caiu na rede, é “pirocada”. A real é que a gente nunca sabe o que vai pegar. Pode ser uma coisa que seja só estranha. Um cara que gosta de chupar o dedão do nosso pé ou que curte transar ouvindo um bom louvor. Mas tem tanta gente ruim nesse mundo, e tem tanta gente que, além de ser assim, acredita que a gente merece coisa ruim também. Daí você soma uma coisa com a outra e dá merda. A gente apanha sem pedir, todo dia. Eu gosto de levar uns tapas, mas, uma coisa é um tapa, a outra é um chute! E a humilhação?! Nossa senhora, como a puta é humilhada! Tem homem que sente tesão e parece que para segurar um pinto duro precisa esculachar quem está dando pra ele. Nisso, a gente escuta “tu gosta, não gosta?” de uma pessoa que a gente nem conhece. E quem é você, seu filho da puta, pra saber o que eu gosto? Jaula das Gostosudas?

(Risos).

Entrevistador: Voltando só um pouco na sua infância agora. Tudo isso que você acabou de falar pode entrar num grupo de experiências dolorosas. Porém, são experiências novas pra você, são coisas inéditas. Das experiências de crescer com um pai doente, qual mais te marcou?

Entrevistada D: A pior coisa que eu vivi foi no meu aniversário de 10 anos de idade. Meu pai já tinha virado escravo da cachaça e de qualquer bebida com álcool no meio. Minha mãe tinha convencido ele a tentar ficar pelo menos durante a semana das minhas comemorações sem beber. Ele disse que pela menininha dele, ele faria isso. No dia da minha festinha de aniversário, eu tava muito feliz e contente, sabe?! Meu pai já tava há uns quatro dias, quase uma eternidade, sem beber. Mas ele tremia, parecia nervoso e qualquer coisa tirava ele do sério. Eu ignorei isso. Eu tinha 10 anos agora e tudo que me importava era que as minhas amiguinhas do colégio iam lá em casa comer bolo e brincar de boneca e pique. Minha mãe pediu ao meu pai que saísse pra comprar as velas do bolo, isso ainda era começo da tarde e a festa tava marcada pro início da noite. Meu pai precisava ir na vendinha, mas, pra isso, tinha que passar pelo botequim. Aí você já viu, né, carne de adicto é fraca porque o álcool já comeu tudo. Ele sumiu a tarde toda e só foi aparecer de noite, no meio da festa. Minha mãe tava preocupada com o sumiço dele, mas os convidados estavam lá em casa e a gente tentava esconder o que tava acontecendo. Ele chegou completamente bêbado. Eu consigo sentir até hoje o cheiro da pinga barata em que ele meteu os córneos naquele dia. Bêbado, ele começou a gritar na frente das minhas amigas que aquele era o dia mais feliz da vida dele. Até aí ele era um alcoólatra animado, mas um alcoólatra, né. Só que ele logo perdeu o equilíbrio e caiu em cima da mesa. Meu pai abriu o supercílio e

quebrou a mesa do bolo. Os docinhos ficaram no chão, junto com o glacê do bolo, tudo molhado no sangue que tava jorrando da cara do meu pai. Mas o pior foi o dia seguinte. Minhas amigas do colégio não podiam mais pisar na minha casa pra sempre, além de que elas espalharam pra turma inteira que “o pai da Entrevistada D é maluco.

Entrevistador: Eu realmente sinto muito por você ter vivido situações desse tipo. Vamos deixar essas histórias um pouco de lado, acho melhor pra ti. Sobre o seu trabalho atual, me esclarece uma coisa: como funciona na rua pra você? Tem um cafetão ou cafetina? Ou é tipo Roberto Marinho da Rede Globo? Acima de você no seu trabalho, só o céu.

Entrevistada D: Eu não tenho uma cafetina propriamente dita, não, senhor. Tem a Dona de Ponto D, que cuida lá do ponto onde eu pego os clientes. O que rola na verdade é que as ruas movimentadas são disputadas, então acaba que os lugares bons já têm dono. Normalmente é uma mulher, raramente eu vi homem ser dono de ponto de prostituição. É bem simples de entender: ela me deixa ficar ali, junta das amigas, esperando os clientes. Eu vou, faço o programa, volto pra lá e dou 1/3 do que eu ganho pra ela. Aí, se eu faço 10 programas de meia hora num dia, ela tira uns cem reais e eu o resto. Por isso ela não é minha cafetina, sacou? Ela ganha uma merreca comigo em um dia. Ela é mais uma gerente.

(Explicação do que é, para o Código Penal, a figura do Rufianismo).

Entrevistador: Eu lembro que na rua você me falou sobre preconceito. E por que você acha que as profissionais do sexo sofrem tanto preconceito por parte da “mulherada”? Afinal, são todas mulheres, uma deveria apoiar a outra, certo?

Entrevistada D: Eu acho que a “mulherada” em geral se sente muito ameaçada por quem é puta, Dr. O que distingue a puta da namorada, por exemplo, é que a puta dá, obrigatoriamente, uma gozada, a namorada ela dá envolvimento, mas não é obrigatório ela dar o sexo. A gente acaba sendo uma “escapadinha” para quem vive um relacionamento frio dentro das 4 paredes. Às vezes uma relação tem tudo, tem amor, tem carinho e respeito, mas na cama parece um iceberg. Daí o homem é apaixonado pela mulher que tem em casa, mas vai pra rua procurar aquilo que falta no relacionamento dele: uma trepada.

Entrevistador: Mas então você acha que a culpa é delas? Assim, eu entendi que em algumas relações tudo pode funcionar perfeitamente, mas a relação sexual não; tudo bem, mas pela sua fala ficou parecendo que isso é culpa delas, e eu acho meio tosco afirmar isso.

Entrevistada D: Não, Dr. De forma alguma! A culpa é do que eles ensinam pra gente quando a gente é pequena. Vê pela minha história: sabe quantas vezes a minha mãe conversou comigo sobre sexo? Nenhuma. Ela nunca falou comigo sobre preservativo, sobre como dar prazer ou

sobre a importância do meu prazer. Só que tem milhões de mães que são iguais à minha foi. Daí as meninas se tornam mulheres sem consciência do seu próprio corpo e do seu gozo. Ninguém ensina a gente que num é vergonha alguma falar com o nosso parceiro sobre o que a gente gosta na cama. Falar que a transa foi ruim ou boa pra caralho. Por isso que o trampo da prostituição é o mais antigo do mundo e existe até hoje, porque a sociedade não ensina a gente a resolver dentro de casa os problemas que a gente tem sobre aquilo que deveria ser só uma fonte de prazer, e não de dor de cabeça.

(Leitura do artigo 229 do Código Penal e elucidação do tema).

Entrevistador: Você entrou nesse universo da prostituição logo, de cara, nas ruas. Eu já ouvi, de outros profissionais, que isso é muito mais complicado do que, antes, ter trabalhado dentro de um prostíbulo. Você sabe algo sobre essa realidade, conhece a respeito?

Entrevistada D: Conheço o que me falaram. Na rua é difícil fazer amizade, né. Eu chamo de “amiga” e tudo mais, mas eu sei que ali ninguém é amiga de ninguém. E tá tudo bem! Todas estão tentando fazer o seu dinheiro pra conseguir fechar as contas, não tem cliente pra todo mundo, pelo menos não os bons. Mas, de vez em quando, a gente troca uma ideia, principalmente quando o movimento tá fraco e tal. Eu já ouvi algumas coisas, mas poucas.

Entrevistador: E o que você ouviu que te marcou? Ou nada te marcou?

Entrevistada D: Como eu falei, eu ouvi pouca coisa. Duas das meninas com quem eu tenho algum tipo de “intimidade” (sinal de aspas com as mãos) gostaram dos lugares em que ficaram. Assim, elas nunca falaram muito e eu também não era de perguntar, mas elas disseram que, mesmo com muita regra pra respeitar e você tendo menos controle do que na rua, elas se sentiam mais protegidas. E nem era só a proteção da casa, pelo que eu entendi, era mais a proteção de uma rede mesmo. Elas falaram já que lá a barra pode ficar pesada, mas que é melhor do que na rua.

Entrevistador: E você nunca cogitou ir para uma dessas Casas de Prostituição?

Entrevistada D: Sim, no início era até isso que eu queria. Mas eu nunca li, nunca pesquisei sobre esse mundo. Eu nem sabia onde achar um lugar desses, não sabia como fazia pra entrar e eu também não tinha pra quem perguntar. A rua é mais fácil porque ela é pública, né, mesmo que tenha dona de ponto. Você chega, vai indo de boca a boca, até conseguir chegar em quem importa. Hoje eu não iria pra puteiro, não. A rua é difícil, a gente fica muito exposta, mas eu acho que lá a gente tem mais controle. O puteiro pode ser bom, eu imagino, mas você depende muito da sorte. Na rua você também depende, óbvio, mas se você olha pro cliente e o santo não bate, você mente, sei lá. Joga o preço lá em cima e o tempo de programa lá embaixo, porque

sabe que ele não vai pagar. No puteiro não tem isso pelo que as meninas já me falaram, lá, se o cliente puder pagar o preço, você vai ter que aceitar, não tem essa de “não tô afim”.

Entrevistador: Mesmo nunca tendo trabalhado num prostíbulo, imagina que você estivesse fechando um acordo pra começar a trabalhar em um. Imagina que você ia sair da rua e ficar só lá, mas, antes, você tivesse que definir aquela “exploração sexual” do artigo que eu li pra você agorinha. O que você diria?

Entrevistada D: Exploração sexual pra mim é quando alguém te obriga a fazer uma coisa que você não quer. Se você não quer a prostituição e alguém te obriga a viver disso, então você está sendo explorada. Mas, se você abre as pernas porque quer e gosta, como eu, em certa medida, não é justo falar em exploração. Se vai contra aquilo que você quer, então é exploração. Para mim é bem simples, Dr.

Entrevistador: Eu imagino que você ainda não tenha planos de sair da prostituição por afinal, afinal não faz nem 3 meses que você começou no ofício. Mas, pensemos que você já vai completar um ano nessa função. Depois disso, você gostaria de parar, você tem sonhos pessoais e profissionais?

Entrevistada D: Ih, colega, se tem uma coisa que ninguém pode tirar do pobre é o direito de sonhar! Eu quero muita coisa dessa vida. Não vou ser puta pra sempre, não. Eu detesto quando as colegas falam pra mim que estão presas a isso. Eu paro a hora que eu quiser. Eu morro de fome, mas eu paro. Sonho? Acho que o maior é entrar pra uma universidade. Como eu falei, meu pai era jornalista, formado pela UERJ, e ele enchia a boca pra falar disso. Eu também quero encher a minha boca, um dia, para falar sobre um diploma. Não vou viver enchendo ela só de porra.

Entrevistador: E você quer encher a boca pra falar de um diploma em qual área? Você, Entrevistada D, se pudesse ser qualquer coisa nesse mundo, seria o que? Você pode ser advogada, médica, designer, engenheira (...) escolha uma ou duas coisas.

Entrevistada D: Queria fazer Serviço Social, Dr. A gente que é puta de viela precisa das assistentes sociais volta e meia. E eu acho tão bonito o que elas fazem. E eu sou puta, né, Dr. Depois que você é puta um dia, morre puta. Mas eu não estou falando que vou morrer fazendo isso. Estou falando que eu vou ser puta, aqui dentro, pro resto da minha vida. Num tem borracha que apague a dor de ser prostituta, mas tem borracha que apague a parte legal disso. E com o tempo só vão ficando as lembranças ruins. Daí eu queria ser assistente social, pra ajudar mulheres como eu a se lembrarem todos os dias que elas não estão sozinhas e que é melhor ter um trabalho do que viver pedindo esmola na estação da Super Via.

Entrevistador: E o que você acha que, hoje, te impede de se tornar assistente social. Levando em conta que existem programas de financiamento de bolsas para pessoas de baixa renda, cursinhos de pré-vestibular para população sem condições de arcar com os custos de um privado e tudo mais.

Entrevistada D: Ah, o que me impede é o Governo. Esses cursos aqui que o senhor falou até existem, e eu sei disso. Mas é difícil pobre entrar na Universidade. E tem que pensar além também, Seu Yuri. Vamos dizer que eu conseguisse aquele programa que financia as bolsas de estudo (acho que é o ProUni). Como eu vou pagar isso depois com o salário de uma assistente social? E se eu passasse para uma faculdade pública? Eu não tenho pai e mãe pra pagar livros, xerox e alimentação. Eu ia ter que estudar pela manhã, estagiar de tarde e ser puta de noite. O Brasil não quer pobre na universidade, quer pobre empacotando compras no mercado, como trocador, lixeiro, manicure (...) eu não tenho como lutar sozinha contra o sistema, Dr.

Entrevistador: Uma última pergunta para encerrarmos: o que a puta que trabalha no Brasil precisa? Do povo e dos legisladores? Digo, do Estado, Presidente, Deputados, Senadores, Governadores e Prefeitos.

Entrevistada D: Do povo, é fácil! A gente é de mais respeito. Acho que ainda falta as pessoas entenderem que a maior parte das mulheres que estão se prostituindo, ou que já pararam, tão fazendo isso porque realmente precisam. E não é pra comprar blusinha! É pra comprar mão, um refrigerante – e dos mais baratos – uma farinha, um feijão e, se sobrar, uma blusinha! Tem gente que faz só porque gosta, Seu Yuri. Eu sei que tem, não conheci, mas tem. Não é o meu caso. Eu faço porque eu preciso, mas eu também gosto. Tô falando que tem gente que até tem outras oportunidades, mas faz porque curte. É uma minoria ridícula, mas tá lá. E tudo bem também! Todas nós merecemos ser respeitadas. As mulheres, principalmente, precisam entender que a gente não destrói casamento de ninguém, não. Elas gostam de ver a gente como culpadas, mas a gente não é. Nenhuma puta obriga o cara casado a transar com ela. Ela dá pra ele porque ele foi até o ponto, abaixou o vidro do carro e perguntou quanto custa o programa. E ela deu, deu porque ela precisa, mas ele comeu porque ele quis. A gente precisa ser respeitada enquanto gente, a gente é ser humano, porra. O brasileiro é hipócrita demais nisso. Por que quando a mulherada tá quase nua no carnaval, mostrando o auge da sexualidade e do corpo, isso é bonito, mas viver do próprio corpo é errado? Hipocrisia, cara!

Entrevistador: E dos políticos?

Entrevistada D: Dos políticos? A gente precisa que eles queiram ver a gente. Ver mesmo! Num é só olhar. Eu não quero que só se preocupem com a gente na hora de fazer reportagem pro

Profissão Repórter. Você já parou pra perceber que quando aparece puta na televisão é sempre da mesma forma? Repara só! Ou a gente aparece nesse tipo de programa, como se a gente fosse um animal perigoso ou em extinção, e aí eles acompanham a gente na rua, fazem umas imagens escuras, colocam aquelas manchas pra nossa cara não aparecer e lucram com isso, porque o povo não gosta de puta, mas o povo é curioso. E, se não for nesses programas, a gente aparece em novela, mas sempre como a puta engraçada, que vai dar pro cara rico do Leblon e ele se apaixona por ela, ela se apaixona por ele (...) romance proibido e lenga-lenga. As pessoas olham a gente, os políticos olham, mas ninguém vê! Tem que sacar que pra falar do que a gente faz, eles tem que pelo menos tentar entender que a nossa profissão é não uma profissão qualquer. A gente faz uma coisa que só a gente faz, então precisamos de coisas específicas pra gente, precisam querer entender, e querer mudar a nossa vida de verdade! A gente precisa de apoio, precisa que falem sobre sexo, que ensinem a respeitar uma mulher, o nosso corpo, que garantam direitos pra gente, proteção, segurança. Isso quem faz é político, não é? Ou eu tô errada?!

Entrevistador: E você acha que um dia eles verão vocês ou continuarão só olhando?

Entrevistada D: Eu tenho certeza de que só vão olhar. Acho que isso é bom pra eles, né. Mas aí não é comigo.

(Agradecimento pela entrevista).

(Encerramento da transcrição).

APÊNDICE F

ENTREVISTADA E

Entrevistador: Bom, você quer que eu te chame de Entrevistado E ou de Entrevistada E?

Entrevistada E: Agora você pode me chamar de Entrevistado E mesmo. Entrevistada E é o meu nome da noite, meu “nome de puta”, como eu costumo dizer. Na verdade, é uma história engraçada, mas eu costumava ser a Entrevistada X. Eu acho esse nome tão chique, Seu Doutor. Acho imponente, meio forte, mas também “meiguinho”, sabe?! Só que aí eu tive que virar puta, e esse nome não é nome de travesti puta. Aí eu pensei em um nome que você ouvisse e falasse: “Ih, isso aí é puta, hein”, nisso, eu tornei a Entrevistada E. Pode me chamar assim se a gente se esbarrar pelas noites.

Entrevistador: Então está bem! A Entrevistada E tem um apelido da noite, e o Entrevistado E?

Entrevistada E: Também tem um apelido, você pode me chama por ele, talvez, que é como o “falecido” me chamava (aperto de mãos).

Entrevistador: E como você virou travesti? Na real, eu preciso dizer a verdade: eu conheço muito pouco sobre esse seu mundo em particular. Você é a primeira travesti com quem eu falo na vida. E eu não quero ser desrespeitoso, mas sei que a minha ignorância, em algum momento, vai soar como uma ofensa pra ti. Já até te peço desculpas de antemão. Afinal, alguém vira travesti ou você nasce travesti?

Entrevistada E: Eu não sei as outras meninas, mas eu me tornei trava. Fui assim por muito tempo, como você está vendo agora (aponta pra si). Eu era um meninão até uns 11 anos de idade, mandava bem no pique, jogava pelada com os meninos (risos) e até fui do time de Handebol lá do Souza Pinto, o meu colégio.

Entrevistada E: Só que com uns 11 anos eu descobri que queria jogar bola maquiada! Queria sentir os cabelos no rosto enquanto brincava de pique-pega. Queria me preocupar se a bola de handebol não ia acabar quebrando uma unha (risos). Eu queria ser o Entrevistado E, mas queria ser a Entrevistada E, também. Eu gostava de “gongar” as meninas quando eu estava com os meninos, mas a verdade é que eu morria de inveja delas!

Entrevistador: Então você está me dizendo que com 11 anos de idade você percebeu que era tipo várias pessoas em uma só? Isso não é, na prática, algo puramente fantástico? Sei lá, mas me parece fascinante poder viver várias vidas ao mesmo tempo, deve ser muito interessante, no mínimo.

Entrevistada E: Ih, Doutor, “liga o pisca-alerta” logo; não é interessante só, não, é o “babado”! O legal em ser trava é que de manhã eu molho o pão no copo de café pra ver se ajuda a descer mesmo sem a margarina que eu não comprei, porque estava caríssima. De noite, eu converso sobre vinhos, eu sonho com viagens, eu falo sobre restaurantes que eu nunca vou poder pisar, essas coisas. Não é que eu esteja vivendo uma mentira, mas essa é a vida da Entrevistada E, não é a vida que o Entrevistado E leva, e cada um sabe de si, né?

Entrevistador: Eu acho que entendi o que você está querendo dizer. Mas queria compreender por que o Entrevistado E não pode discutir sobre vinhos e viagens, mas a Entrevistada E pode. O que separa essas duas pessoas? Por que existem tantas coisas que só ela é capaz de fazer, mas ele, não é? Eu entendi que o Entrevistado E talvez seja mais fraco ou menos sonhador que a Entrevistada E.

Entrevistada E: Não é sobre ser capaz ou não, é que o Entrevistado E e a Entrevistada E são os dois lados de uma mesma moeda, Seu Yuri. Só que é impossível você ver as duas faces ao mesmo tempo, então eu cuido de uma, e depois eu cuido de outra. Responde à sua pergunta, eu acho que a principal diferença entre eles é que ele não tem coragem. Eu sou meio covarde pra vida, sabe? De manhã, eu trabalho como entregador num restaurante. É simplesmente o trabalho menos emocionante do mundo. Eu passo o dia inteiro sozinho, montado numa bicicleta, mal falo com as pessoas, dou troco, pego peso e ninguém me valoriza. Agora, a Entrevistada E, não. Ela sabe que tem um valor, porque existem milhares de homens que gostam exatamente do que torna ela única. Ela é corajosa, valente, fala o que pensa, é valorizada e sabe se valorizar. A Entrevistada E é um Entrevistado E que deu certo.

Entrevistador: Em termos de reconhecimento de gênero, você, enquanto travesti, se reconhece enquanto homem, mulher ou não binária?

Entrevistada E: Eu não sou uma grande fã de rótulos, por isso eu não gosto de falar que sou X ou que sou Y, nem que sou Z. Acho que esse próprio reconhecimento pode mudar, então eu prefiro não me colocar numa caixinha que eu sei que, daqui a um tempo, eu posso entender que não combina mais comigo. Não sou uma mulher. Se eu me reconhecesse mulher, eu seria transsexual, não travesti. Não é tudo a mesma coisa, como as pessoas costumam pensar. Porém, eu também não sou homem. Eu sei que existem termos específicos pra nomear o meu caso, mas eu não os uso. Não por resistência ou por algum problema com eles. A questão não é o termo, e sim o fato de que eu prefiro me ver como um trabalho que ainda não está pronto, eu preciso me explorar mais, me conhecer mais, até me sentir realmente confortável para me colocar em algum tipo de definição.

Entrevistador: E qual a diferença entre ser uma mulher cis na prostituição é uma travesti nesse ofício?

Entrevistada E: Eu acho que com a gente tem muito mais preconceito envolvido, sabe? Isso é até meio óbvio. Porque a mulher, ainda tem gente que sabe que ela merece ser tratada com carinho, que ela pode ser frágil e mais delicada. Eu acho que o povo vê a mulher como um animal mais arisco, mas que pode ficar acuado vez ou outra. Já a travesti, eles veem como se fosse um cavalo, um bicho truculento que está ali pra servir aos interesses do outro. Talvez seja porque tem trava que parece uma égua mesmo (risos). Mas todo mundo trata mal a travesti porque acha que é falta de vergonha na cara. Uma vez, um cliente me disse que eu era uma “em cima do muro”, porque eu não era homem, mas também não era mulher, nem transsexual. Por isso que a gente é a classe mais marginalizada dentro do mundo LGBTQ+, e isso é foda.

Entrevistador: Sendo um pouco sonhador: se o cliente procura o seu serviço, é de se esperar que ele goste de você por quem você é e pelos atributos que só você tem a oferecer. Ou eu estou romantizando muito o ato do sexo?

Entrevistada E: Normalmente, o homem que procura travesti pra transar faz isso por 2 motivos: a trava costuma custar mais barato do que pra comer o mulherão da Revista Brasileirinhas, o nosso mercado é reduzido, a gente cobra menos que é pra poder fazer mais programas num dia, com menos tempo e lucrar mais. Além disso, procura a gente porque acredita que a gente merece sexo violento. Sabe quantas vezes eu não fui xingada por um cliente, Doutor? Uma. E eu me casei com esse cliente, pra tu ver o grau de desespero dessa puta aqui.

Entrevistador: Então você é uma mulher casada? Pelo amor de Deus, me conta tudo.

Entrevistada E: Ele morreu, Seu Yuri. Morreu de infarto do mio (miocárdio, acredito), sabe? É muita dor falar sobre isso, mas eu vou ser pra sempre casada com o Esposo E. Eu conheci ele num dos meus programas faz uns 6 anos. De cara eu notei que com ele a coisa ia ser diferente. Ele era cortês, educado, mas queria transar isso é óbvio. Mas a questão nem era o que ele queria, e sim a forma com a qual ele foi atrás disso. Você acredita que ele me perguntou até que posição eu preferia? Enquanto tem cara que já me colocou pra foder em cima de vaso sanitário, ele não, ele me tratou com gentileza, com carinho e afeto. Ele não me achava uma bizarrice, ele me via com os olhos de uma pessoa boa e humana. Ele foi o homem da minha vida e será para todo sempre.

Entrevistador: Então você está me dizendo, nas entrelinhas, que é possível encontrar o amor da sua vida até mesmo dentro da prostituição? Se sim, meu deus, você está confirmando a minha ideia bem doida sobre o amor.

Entrevistada E: Vou te dizer uma coisa bem pessoal que eu aprendi com o Carlos. O amor é, realmente, um bicho meio burro. Ele não sabe o que é classe social, contracheque, cor, raça ou orientação sexual. O amor é a coisa mais ignorante que o mundo tem. Não importa se você conheceu a pessoa na baia ao lado da sua, numa grande empresa, ou se foi no ponto de prostituição. Se é pra ser, vai ser, moço. Amor é você saber que aquela pessoa que está do seu lado precisa colocar a comida na mesa para a família e pra si, e respeitar o que ela faz pra isso. Amor é acordar de manhã, cheio de problemas, mas ser capaz de sorrir para o dia do outro ser melhor. Amor é saber que sua mulher é puta, mas que, antes do seu julgamento, ela merece respeito. E isso, Doutor, eu sempre tive de sobra com o Esposo E. Ele respeitava o Entrevistado E, a Entrevistada E, a puta. Ele me amava, e eu nunca vou ter um amor assim de novo, não porque eu não possa, mas porque eu não quero.

Entrevistador: E qual a pior parte de ser puta e travesti? Você acha que em termos de exploração, ela é maior quando se é “trava”?

Entrevistada E: Depende muito, Yuri. Ser puta na rua é uma coisa, ser puta em casa é outra completamente diferente. Eu já fui puta de puteiro, mas lá eu num era explorada, não. Eles me respeitavam e até cuidavam de mim, eu tinha toda liberdade pra recusar um cliente, desde que tivesse um bom motivo pra isso. Eu sou meio cavalona, então ninguém nunca se meteu à besta comigo e levantou um dedo pra mim. Mas as meninas lá da casa apanhavam toda hora, e elas nunca mais eram colocadas com aquele cliente. Na verdade, ele era até banido lá de casa. Agora, ser puta na rua é muito pior, por um lado. Tu tira mais dinheiro, é claro, já que não tem que dividir o teu ganho com ninguém, mas é bem mais perigoso. Não dá pra ficar gritando e esperando alguém pra te socorrer. É você e Deus, isso se você tiver fé nele. Por ser travesti, eu acho que a exploração é, sim, bem maior. A verdade é aquilo que eu falei. Quem procura travesti, normalmente, é meio mal resolvido sexualmente. Ou são homens gays que não aceitam a sua homossexualidade, ou são homens heterossexuais que, graças ao bom deus, descobriram o prazer anal. Eu tenho cliente que me procura só pra receber uma dedada, Doutor. Não tem penetração de pinto, mas eles descobriram o prazer lá do cu e têm vergonha de pedir pra mulher, aí eles procuram a trava, que meio que une os dois mundos. Só que quando a pessoa é mal resolvida com si mesma, ela acaba sendo mal resolvida com os outros. Daí a gente é muito humilhada e pisada. Chamam a gente de lixo, de aberração e de coisa estranha. Tem muito mais exploração por parte da freguesia quando se é trava e puta.

Entrevistador: Mas se a Casa de Prostituição era um lugar tão “agradável”, dentro dos limites do possível, por que você saiu de lá e foi parar nas ruas? Eu fiquei curioso.

Entrevistada E: Eu tive que sair lá de casa porque eu fui tentar uma vida melhor. Eu juntei um dinheiro e já tinha conhecido o Carlos, que ia me ajudar com as contas de casa e com os meus familiares que dependem de mim. E eu realmente não quero ser puta para sempre. Então eu larguei a casa e fui tentar achar um emprego que fosse tão digno quanto o da prostituição. Emprego digno, pra mim, é aquele em que você não faz mal para o outro, e a prostituição não faz mal para ninguém, Doutor, só pra gente mesma.

Entrevistada E: O problema é que eu logo percebi que ninguém emprega travesti. Naquela época, eu não era o Entrevistado E de manhã e a Entrevistada E só de noite. Eu acordava Entrevistada E e ia dormir assim. Eu ia procurar emprego toda elegante, maquiada e usava até um conjuntinho que é o auge da cafonice que eu comprei lá no mercadão só pra parecer mais respeitável. Só que não importa. Você pode ter graduação, mestrado, seis idiomas, saber soprar e assobiar ao mesmo tempo e, mesmo assim, tu vai ouvir que não se encaixa no perfil que a empresa está procurando naquele momento. É verdade, a minha maior habilidade é que eu sou boa no “cunete” e excelente nas preliminares, meu pinto é grande e eu sou limpinha. Mas eu ia colocar isso no currículo, Doutor?

Entrevistador: Então eu acho que estamos entrando num assunto bem delicado. Não existe mercado de trabalho para quem é travesti. Isso você me afirma a partir das experiências que já viveu na própria pele, correto?

Entrevistada E: Não existe mercado de trabalho para quem é pobre, favelado, preto que nem eu, trava, trans, “caminhoneira”, não existe mercado de trabalho para quem foge dos padrões que a sociedade falou que são certos, Yuri. Você é gay, você não sabe do que estou falando? Seja honesto.

Entrevistador: Sei, claro que sei. Mas eu acho que nunca vivi isso “tão na pele” assim. Eu ainda não sou formado, mas já fiz alguns estágios até hoje. Eu nunca fui menosprezado, maltratado ou vítima de um preconceito muito direto por causa da minha orientação. Mas eu sei o que é precisar se podar, sei que a caminhada é muito mais difícil para quem não se encaixa nos padrões, como você mesma falou. Só que eu acho que esse próprio preconceito e encolhimento do mercado é menor para questões de orientação sexual do que para questões de gênero. Existem pessoas que já passaram anos trabalhando em um único lugar e ninguém sequer soube da real orientação sexual delas. Mas o gênero é muito mais visual, não é uma coisa fácil de camuflar. Você me entende?

Entrevistada E: Sim, óbvio que eu entendo. Ser gay, ser sapatão, ser bissexual (...) tudo isso é mais fácil de esconder, mas ninguém deveria ter que esconder nada disso. É claro que se eu sou

uma travesti ou uma transsexual, a situação fica muito pior e mais difícil. Não tem emprego pra gente. E, quando tem, são sempre as mesmas vagas. Então é como se a gente nunca pudesse ter a chance de “subir na vida”. E, se a gente tiver a sorte de conseguir um emprego que não seja o de puta, pode ter certeza de que vai ser algo bem pequeno, bem “no escuro” e que, no final das contas, não aumenta as nossas chances de realmente mudar de vida.

Entrevistador: E por que você acha que tem tanto preconceito com puta? Independente se é puta cis, trans, se é travesti (...) com a classe, de forma geral.

Entrevistada E: Acho que as pessoas têm medo. E acho que o medo vem do fato de que a puta não esconde coisas que as pessoas acham até hoje que a mulher tem que esconder: que ela faz sexo e gosta de sexo. Acho que tem essa coisa ainda de olharem a gente como se a gente fosse bicho porque não é mais a mulher do lar, a que fica cozinhando o dia inteiro e vendo dever de casa do filho, sabe? Ainda tem esse medo da mulher que assume a sua vida sexual. E se já tem preconceito com a mulher que só diz que gosta de sexo, tem ainda mais com aquela que gosta e vive disso, ganha por isso. E também tem muita imagem que as pessoas criaram na cabeça delas, de que puta é piranha, talarica e por isso que não se pode ter amiga puta porque ela vai furar teu olho. A gente é muito vista como se fosse viciada em sexo, como se só quisesse isso. E isso fode muito quem vive do sexo. Porque com o preconceito, ninguém vai querer olhar pra gente, porque as outras pessoas não querem que olhem.

Entrevistador: Você mencionou que, de dia, trabalha como entregador em um restaurante. Isso significa então que, uma hora, a sua busca por trabalho foi frutífera, quero dizer, ela deu certo, não é?

Entrevistada E: Deu certo só depois de muitos meses, Seu Yuri. Uma hora eu desisti de tentar catar trampo e tentei voltar lá para o prostíbulo. Mas a casa estava cheia e a dona falou que não tinha lugar para mais uma do meu tipo. Ela gostava de mim e me deu uma sugestão. Falou pra eu tentar “deixar a Entrevistada E só para as noites especiais”. Basicamente, o que ela me disse pra fazer foi pra catar emprego vestida de homem, e a noite colocar o meu batom, minha saia e meu salto. Eu num queria isso, não. Queria ser a Entrevistada E do jeitinho que eu era, desde manhã até a noite. Só que tem uma hora na vida que a gente aprende que precisa passar por cima do orgulho se a gente tem outras pessoas que dependem de nós pra viver. E eu tinha um problema que não dava pra contornar: os seios.

Entrevistador: Mas que seios? Pela roupa que você está usando eu não vejo nada.

Entrevistada E: Os peitos são meus, misericórdia, eu amo esses dois!

(Levantou a blusa, faixa branca contornando o peitoral).

Entrevistador: E esse belo par de seios, você conseguiu como?

Entrevistada E: Ah, Doutor, eu amo esses dois, mas talvez um dia eu até morra por causa deles.

Entrevistador: Por qual motivo exatamente?

Entrevistada E: No início, quando eu comecei a me vestir de mulher, eu sentia falta dos seios. Não dá pra se sentir realmente uma mulher se você não tiver os seios ali, sabe? Mesmo com a maquiagem, as unhas, cabelos e tudo mais. Aí eu comecei com as próteses de encaixar e fui mudando com o tempo, de acordo com o que eu podia pagar mesmo. Já usei seios falsos de tudo que é tipo, desde alguns feitos de plástico, pano, tudo que é tipo mesmo. Mas um “peitão” de plástico não rola na hora do sexo, né, não tem o mesmo apelo que aquele que tá dentro de você. Aí eu decidi que ia botar silicone. Mas é caro demais, Yuri, muito caro mesmo. Digo, caro pra quem vive a nossa vida e tem o pouco de dinheiro que a gente tem. Daí eu fui no industrial mesmo. Um amigo enfermeiro conseguiu um lugar e ajudou pra colocar; fiz peito e bumbum. Mas é perigoso demais, né. Tem gente que morre até, mas também tem gente que acaba saindo ileso.

Entrevistador: Nossa, eu sinto muito que você tenha tido que correr um risco tão grande pra sua saúde em nome da sua identidade. É doloroso pra burro ter que se colocar em risco a todo momento para provar quem você é de verdade, né, eu te entendo bem.

Entrevistada E: O silicone foi só uma das besteiras que eu fiz. Eu já fiz foi muita merda nessa vida, Seu Yuri. A maior delas foi ter virado puta, talvez. Não porque eu tenha um preconceito com a minha profissão, mas porque eu tenho muito medo de não conseguir deixar ela nunca mais. Tenho uns parentes lá no Maranhão que dependem do meu dinheiro, e o que eu ganho como entregador não dá nem pro começo. Eu tenho pesadelos pela noite em que eu estou velha, morrendo por causa do silicone e ainda na ativa como uma puta menosprezada.

Entrevistador: E o seu falecido esposo, ele teria sido o seu maior acerto?

Entrevistada E: Ele foi o meu maior presente. Nós dois nunca brigamos por ele estar com ciúmes de algum cliente meu ou coisa desse tipo. Gostar da profissão é óbvio que ele não gostava, seria até estranho se gostasse. Só que nós dois nos conhecemos por causa dela, então meio que se eu não tivesse começado a me prostituir, nós dois jamais teríamos tido o que tivemos, né. Ele não gostava da profissão porque sabia dos riscos que eu corria, ficava aflito sempre, mas respeitava. Ele entendia as necessidades que eu tinha, entendia que eu precisava dar conta das coisas e não queria depender de ninguém pra conseguir ficar viva. Ele via a mulher, mas também via o lado doce do homem, do Entrevistado E.

Entrevistador: E o que você acha que precisaria para poder sair da prostituição? Não me diz que 1 milhão de reais resolveriam a sua vida. Não é bem o tipo de resposta que eu busco. Eu quero saber de algo mais viável do que ganhar no Roda a Roda Jequití (risos).

Entrevistada E: Eu precisaria, primeiro, só de uma coisa bem simples, mas difícil para quem leva essa vida: coragem. Eu precisaria de coragem para abandonar os clientes que eu já tenho, de deixar para trás as certezas que a profissão me deu e tentar uma coisa nova. Provavelmente, eu teria que cortar o cabelo e deixá-lo na altura da orelha. Ia precisar achar um jeito segurar os peitos que não seja essa faixa horrível que me aperta toda. Mas, pra isso tudo tem uma solução. Para deixar de ser puta, você precisa que o mundo te dê uma segunda opção, e desde que o Esposo E se foi, eu só tenho recebido porrada de presente da vida.

(Entrevistada sinaliza ter hora marcada para outro compromisso e não poder ficar por muito tempo ainda).

Entrevistador: Eu vou fazer então as perguntas finais mais importantes, ok?

Entrevistador: Você disse que não quer ser prostituta para sempre. Mas, se o Governo começasse a cuidar mais e melhor de vocês, da classe inteira, você acha que desistiria de sair dessa vida ou que o desejo seguiria o mesmo?

Entrevistada E: Depende. Na verdade, eu acho que continuaria querendo sair. Não quero viver disso pra sempre, isso é um fato. Mas, se eles realmente dessem direitos pra gente, segurança, carteira e tudo mais, isso me ajudaria a viver melhor enquanto não conseguisse sair, né. O meu medo com esse discurso todo de “melhorar a vida da puta” é que isso acabe fazendo as pessoas acharem que é normal viver vendendo o próprio corpo. Não é normal ter que fazer isso porque você não tem nenhuma outra opção. Eu digo sempre e repito: não tem nada de errado em ser puta, mas é muito errado ser obrigada pela vida a ser puta. Então eu acho que não dá só pra melhorar a nossa vida, tem que melhorar as condições, as oportunidades pra gente como a gente, pra quem ninguém tenha que ser puta, mas que seja puta só se quiser isso. Precisa regulamentar, mas não é só isso. Acho que, primeiro, as pessoas precisam aceitar que temos que falar das prostitutas, ao invés de só fingir que a gente não existe. E aí eu tô falando de todo mundo: das mulheres, dos homens, do Governo, principalmente. Porque se continuar essa cegueira toda, a classe vai continuar aumentando, vai continuar morrendo puta pra caralho todo dia, como já morrem, e a gente não vai sair dessa nunca. Não dá pra mudar algo que você não fala sobre. Pra mudar, você precisa conhecer a realidade. Não se muda o que não se sabe. Se você não fala de prostituição, você não consegue atender as demandas que só a classe tem. Aqui, não dá pra tratar como outro trabalho qualquer. Se você coloca no mesmo saco que outra profissão

qualquer, fica pobre, porque não é uma ajuda completa, e, às vezes, aquele tema que ficou faltando é o que tá fazendo a gente morrer. E toda vez que não lembram que o que a gente faz é diferente, não é a mesma coisa que entregar rango, que vender roupa e tal, a gente fica mais descoberta, mais exposta. Não dá pra fingir que o nosso trabalho admite tudo que os outros admitem, nem que o que a gente realmente quer é o que todo mundo que tá lutando por direitos quer. Tem que ouvir!

Entrevistador: E falando de Governo, por que você acha que não ele não ouve vocês? Por que não querem realmente falar em puta?

Entrevistada E: Depende, ué. Depende de quem tá lá pra fazer as coisas. Tem gente que não fala (sobre a classe) e não ouve a gente porque acha que a não vale a pena, porque é preconceituosa mas foi eleita. E tem gente que até quer falar, eu acho, mas ou não é eleita, ou, quando chega lá, não consegue fazer ir pra frente. Fora que eu imagino que deve ser difícil ter culhão pra chegar lá no governo e falar de puta. A sociedade não quer que eles falem, o brasileiro não quer. E que político vai comprar briga com o povo? Pra ter chance de ser derrubado? Não vai. Mas, se num mundo ideal isso fosse possível, se eles, os homens (políticos) estivessem do nosso lado, a nossa vida melhoraria muito. Enquanto eles não “verem” a gente, a gente vai seguir humilhada, indo pra vala e sofrendo.

Entrevistador: Em poucas palavras, me diz o que significa, pra você, ser uma prostituta, uma comerciante do sexo no Brasil.

Entrevistada E: Ser prostituta, pra mim, é ser, ao mesmo tempo, liberdade e prisão. Liberdade porque talvez a puta seja a pessoa no mundo que melhor sabe dos seus gostos, seus prazeres e seu próprio corpo. Ela sabe bem sobre a sua intimidade, sobre o que faz ela gozar, por dentro e por fora! É ser prisioneira também, literalmente e no outro sentido da palavra (figurado). Prisioneira de uma sociedade que num sabe dar o valor que a gente merece, que acha que ser puta torna a gente menor e com menos valor do que as outras pessoas do país. É ser prisioneira de uma realidade muito triste, Doutor. É, eu sou puta, Doutor, eu sei bem o quão presa e livre eu me sinto nessa vida.

Entrevistador: E, pra você, o que é ser explorada sexualmente?

Entrevistada E: Eu acho que exploração sexual é a gente ter que viver do sexo, mas não ter direitos. Sabe, eu não entendo isso de puta não ter direito a nada. Ninguém quer regulamentar a nossa profissão, e ninguém quer dar alguma coisa pra gente que não sejam ofensas e pisões. Exploração é a gente colocar a nossa vida em risco toda noite e não ter um hospital público de qualidade pra falar se a gente pegou uma DST, por exemplo. Exploração é a gente apanhar de

um policial ou cliente, ir numa delegacia e ser mal-recebida, não ser tratada como gente e ainda ouvir que a gente queria aquilo de ruim que aconteceu. Exploração é tratar puta, preto, pobre, gay, sapatão, favelado e bissexual com indiferença. A sexual, pra mim, é fazer do nosso corpo o sustento de outra pessoa.

Entrevistador: Quanto à sexual, você poderia me dar uma resposta um pouco mais completa? Dizer cenários objetivos, claros, que qualquer um possa bater o olho e falar: “isso é exploração sexual”. Pensando em tudo que você sabe que existe nesses lugares, mesmo que não tenha ocorrido tão forte onde você trabalhou.

Entrevistada E: Posso tentar. Acho que o fato de que a gente não controla nada nesse mundo é uma forma de exploração. Assim, no puteiro, por exemplo, você não controla quantos clientes atende por dia. Nesses lugares você entra num programa, mal toma um copo de água e já entra em outro. Ninguém tá nem aí se você já fez 4 ou 5 seguidos e precisa descansar. Não poder fazer o teu próprio horário e ficar na mão deles, é ser explorado, porque é abuso. Ser obrigada a foder com cliente num lençol que tá todo sujo de porra, é ser explorada também, porque é desumano, coisa de bicho. Imagina ter que passar um dia com a cara metida num travesseiro com a fronha gozada e cheia de lubrificante. É exploração porque você não tem saída pra isso. Lavanderia nesses lugares é coisa séria. Tem limite pra usar, não dá pra mandar roupa pra lavar toda hora. Se você for trocar a roupa de cama sempre que ela estiver suja e não der mais pra virar ao contrário, você vai ser cobrada pelos donos desse lugares, e a puta mal ganha o suficiente pra pagar as contas da casa, quem dirá pra pagar conta de lavanderia. E aí vira uma rua sem saída, porque ou você paga do teu bolso, ou espera o cliente reclamar com os caras da situação do quarto. Só que aí eles trocam, afinal ninguém vai falar pro cliente que ele tem que foder em cima da porra do homem que veio antes, mas depois a gente é descontada ainda mais se der mole. Exploração é apanhar, seja no puteiro ou na rua. Exploração também é não ter proteção e ninguém vendo os nossos direitos, ninguém se preocupando com o que a gente vive, indo ver se tá todo mundo bem. Exploração é não poder ir na polícia, num hospital, tudo isso. Onde eu trabalhei eu nunca apanhei, nunca encostaram em mim. Mas eu sei que em muita casa não é assim. Tô falando de casa de pobre, de prostíbulo de viela, não de puteiro chique que cobra só pra entrar.

Entrevistador: Falando de polícia e de saúde, especificamente: o tratamento é diferente com vocês?

Entrevistada E: Claro que é, mas é óbvio que é. Nas delegacias, você tem que ter muita coragem pra pisar. Se o policial bate em mim na rua, por que diabos ele vai me ajudar na delegacia? No

máximo vai preencher um papel, jogar lá meia dúzia de palavras, me dar uma cópia e, assim que eu sair, vai jogar a que ficou com ele (a cópia) no lixo. E não vai acontecer mais nada.

Entrevistador: E na área da saúde?

Entrevistada E: Depende de onde tu vai cair pra ser atendido. Nunca me negaram atendimento e tal, isso eu não posso falar. Mas a gente acaba evitando hospital porque muitas vezes a gente acaba sendo escorraçada lá dentro. Principalmente por quem atende, desde a primeira pessoa até a última. Não são todas, claro. Só que se a gente foi estuprada, dão a entender que a gente tava pedindo, afinal, tava vendendo o corpo na rua. Se a gente foi espancada, falam que a gente deve ter provocado. A gente nunca é totalmente vítima pra eles, eles sempre dão algum jeitinho de fazer com que a gente saia como vilã, mesmo que seja um pouco, mas eles fazem. E o pior é que tem menina que, numa dessas, começa a acreditar que realmente tem culpa. Que realmente pediu, que realmente merece, daí se mata, cai deprimida, essas coisas. É difícil porque a gente que é puta não tem ajuda, e aí os poucos lugares em que a gente poderia pedir a ajudar, a gente não só não consegue ela como ainda é esculachada. A gente não fica calada porque quer, a gente tapa a nossa boca porque, se a gente tentar abrir, ninguém vai acreditar. Ou, o que é ainda pior: vão tentar virar o jogo contra a gente, e o povo acredita. Ninguém fica do lado da puta. Puta ou policial? Puta ou médico? Você acha que alguém vai preferir acreditar na puta?

Entrevistada E: Nossa, tô me sentindo nua aqui.

Entrevistador: Não sei se isso é bom, te peço desculpas se pareceu que eu arranquei algo de você que você não queria.

Entrevistada E: Doutor, lembra que eu sou puta, eu adoro quando gente boa tira as minhas roupas (risos).

(Agradecimento pela entrevista).

(Encerramento da transcrição).

APÊNDICE G

ENTREVISTADA F

(Entrevista realizada em residência domiciliar).

(Entrevistada ainda labora com o sexo, mas operou por anos como cafetina).

Entrevistador: Como você se tornou uma cafetina? Assim, tem coisas mais óbvias no mundo, eu entendo como alguém se torna garçonne, por exemplo: vai até o Café, entrega um currículo, faz um teste (...) E para ser cafetina, faz como? Sorteio?

Entrevistada F: Primeiro, Doutor Yuri, eu queria que você soubesse que eu não gosto desse termo “cafetina”, eu acho muito pejorativo e acho ofensivo também. Prefiro ser chamada de uma “administradora do amor”. Eu gosto de pensar que fui uma gestora de mulheres. Mas, bom, como eu comecei nesse ramo? A minha mãe foi administradora e trabalhava numa casa de show bem grande ali na Zona Sul, que hoje já fechou. Eu praticamente cresci lá dentro, fazia as minhas lições de casa no balcão do bar e ensaiava com as meninas para os shows de talentos. Nasci e cresci dentro de uma casa de shows. Meu futuro não poderia ser em outro lugar.

Entrevistador: E você substituiu a sua mãe no trabalho dela, eu imagino. É isso?

Entrevistada F: Em tese, sim. Ela faleceu em 2008, deixou todo o dinheiro que juntou com o tempo e também tudo que me ensinou do trabalho de uma administradora.

Entrevistada F: Mas eu não comecei lá do alto não, primeiro eu fui garota de programa, como todas as outras. Minha mãe dizia que um chefe que não sabe o que é estar na pele dos empregados não cria empatia e nem vínculo com os funcionários. Claro que eu não era uma prostituta qualquer, eu só atendia alguns clientes muito bem escolhidos pela mamãe. Mas o tempo, o valor e a divisão dos lucros do programa eram os mesmos.

Entrevistador: E você lida bem com o fato de a sua mãe ter te colocado pra virar prostituta? Assim, não tô fazendo julgamentos, mas é importante eu saber disso.

Entrevistada F: No início, não. Mas ela sempre foi honesta e disse que era um “estágio inicial” para, depois, eu passar a fazer o que ela fazia. A minha mãe tinha uma ótima visão de negócios. Ela sabia muito bem a hora de ver as garotas como funcionárias e a hora de tratar todas ali como filhas dela, iguais a mim. E os clientes que eu peguei eram só aqueles que a minha mãe conhecia muito bem, então era mais tranquilo. Além disso, eu já sabia que era só uma fase necessária para poder fazer algo melhor depois.

Entrevistador: E quando você percebeu que era a hora de deixar o “estágio inicial” e partir para a administração em si.

Entrevistada F: Chegou uma hora que a idade começou a pesar muito para a minha mãe. Ela reclamava constantemente das dores na lombar, do peso da coluna, do inchaço nos pés e essas coisas. Aí um dia ela me disse que ia passar o ponto pra mim. Eu comande a casa de mamãe por uns 2 anos, até que juntei dinheiro e abri a minha, num lugar mais barato.

Entrevistador: E qual era a diferença entre as duas casas?

Entrevistada F: Eu acho que a minha mãe quis construir uma casa de shows com a ideologia dela, mas com o dinheiro dos outros. E era óbvio que isso jamais daria certo. Eu fiz diferente porque na minha quase tudo saiu do meu bolso. Eu que investi, parcelei e peguei emprestado. Aquilo tudo foi arte minha e mérito meu também.

Entrevistador: E o que uma “administradora do amor” como a senhora faz? Quais as incumbências do dia a dia e as tarefas que desempenha?

Entrevistada F: Primeiro, Doutor, Yuri, senhora é a casa do caralho.

(Pedido de desculpas – pausa).

Entrevistada F: Entenda de uma vez, para o bem da nossa conversa, que eu não sou uma puta caquética. Sou uma puta um pouco mais velha do que a maioria que está espalhada pelas ruas, mas isso não faz de mim uma múmia. Enfim, eu acho que o que eu faço (fazia) é combinar interesses. O interesse do rapaz que deseja amor com o interesse da menina que tem amor pra dar. É simples. Eu manejo (segue falando no presente) interesses e vontades, caso uma coisa com a outra. Eu brinco de quebra-cabeça.

Entrevistador: E você acha que a vida de uma administradora pode ser considerada fácil?

Entrevistada F: Porra nenhuma. Eu já passei maus bocados por causa daquelas meninas. Já fui parar muito em delegacia, já tirei dinheiro do meu bolso para pagar clínica de aborto, já paguei médico quando ficavam doentes. Meu deus, como eu gastei com aquelas meninas! Mas eu falo só pra pontuar, viu? Não falo reclamando, não, porque tudo que eu fiz, eu fiz porque quis proteger elas.

Entrevistador: Você acabou de falar em clínicas de aborto clandestino. Era muito comum as meninas engravidarem de clientes e depois pedirem a sua ajuda?

Entrevistada F: Olha, os clientes lá da casa sabiam que o programa só aconteceria com camisinha. Mas tem muito homem babaca que tira a camisinha só pra poder gozar dentro. Além disso, tem camisinha que estoura, né? É raro, mas tem. Daí era até meio comum, volta e meia, algumas delas bater lá na minha salinha com um teste de gravidez nas mãos, a maquiagem toda

borrada e aquele rosto de desespero. O problema é que eu não podia me dar ao luxo de ter uma menina grávida lá dentro, e também não queria que a mulher fosse mãe sem desejar ser. Eu não gosto de aborto, Doutor, mas eu gosto muito da liberdade que as pessoas têm. Então, se elas pediam ajuda, eu dava até não poder mais. Tinha uma conhecida que era médica numa clínica clandestina lá em Botafogo, daí eu ligava pra ela e ela ia lá fazer o procedimento por um preço um pouco menor. Mas é sempre muito difícil por causa da Profissional F.

Entrevistador: E quem é ela?

Entrevistada F: A Profissional F foi a única menina que eu perdi pro aborto. Menina nova, uns 18 anos, cabelos cacheados pretos, formosos. Ela trabalhou pra mim já faz uns anos. Um dia chegou e disse que estava grávida. Só que eu não podia ficar tirando dinheiro do caixa da casa só pra salvar a pele dessas meninas, eu tinha que tirar do meu bolso mesmo. E a minha colega era o melhor dentro do que eu podia pagar. Só que, dessa vez, ela estava viajando. Me indicou uma conhecida dela. O problema é que o feto lá já não era tão pequeno. Na hora de “sugar a criança”, acabaram fazendo uma fissura na parede do útero, ela teve uma hemorragia na mesma noite e morreu lá dentro. Todas as meninas ficaram desesperadas naquele dia.

Entrevistador: E como as meninas costumavam ficar depois de passar pelos procedimentos de aborto?

Entrevistada F: Ah, Doutor. Dependia muito da menina. Tinham umas que já estavam abortando, sei lá, pela 8ª vez, sabe? E não tinha muito o que fazer, elas já sabiam, daí era tranquilo por demais. O problema é quando a menina era muito novinha, porque aí normalmente ainda sonha em ser mãe e não quer que o primeiro filho seja de um desconhecido; nisso, não tem outra opção que não seja abortar. Só que depois elas entravam em depressão, algumas se recusavam a sair da cama e ir trabalhar, aí era muito difícil, eu sentia que eu tinha destruído a vida delas.

Entrevistador: Você se sentia culpada por elas terem chegado a engravidar? Já que elas engravidavam nos programas e você que administrava tudo?

Entrevistada F: Próxima pergunta, Doutor.

(Pausa).

Entrevistador: Bom, partindo então pra como funcionavam as coisas na sua casa de shows então. Eu queria falar de polícia primeiro, se você não quiser, tudo bem, mas eu preciso pelo menos tentar. Como era comandar um lugar em que as meninas se prostituíam e lidar com a polícia com isso? As batidas eram frequentes, eles apareciam já fardados, ninguém nunca tentou fechar a casa?

Entrevistada F: Já entrou em uma casa dessas?

Entrevistador: Não, talvez você possa me explicar ou descrever.

Entrevistada F: Tudo é uma questão de saber com quem fechar o “esquema” correto, a quem pagar e como e quando pagar. Primeiro, vou te explicar como era lá na casa de shows. A entrada era “pomposa”, mas discreta ao mesmo tempo, não podíamos chamar muita atenção, mas não dava pra parecer uma boate qualquer. Lá dentro, em compensação, era uma festa só! Tinha um palco enorme no centro da casa, rodeado de luzes amarelas, com alguns poucos holofotes no teto que me custaram os olhos da cara. Na frente do palco, ficava o bar e algumas mesas ao redor. Atrás do palco tinham 7 suítes. Os quartos tinham seu próprio banheiro, era mais pra higiene do que pra transar, porque o chuveiro era minúsculo. Tinha duas cabeceiras ao lado de cada cama, uma com uma luminária e a outra ficava vazia pra profissional poder colocar o seu kit. O kit eu mesma dava toda manhã, vinha com roupa de cama, lençol, fronha, estimulador (sexual) e camisinhas. A profissional que decidia quando trocar a roupa de cama, afinal aquilo lá não era uma lavanderia!

Entrevistador: Tá, mas então você subornava os policiais, é isso?

Entrevistada F: Eu nunca explorei ninguém sexualmente, se é isso que você está insinuando, Doutor. As minhas meninas estão de prova, o problema é que na hora do vamos ver, ninguém quer ouvir as putas. Só querem ouvir eles (os policiais, eu acho). E eu sabia que se alguém batesse lá na porta acusando a gente de explorar as meninas, ia todo mundo em cana, ninguém ia me dar o direito de falar e muito menos das meninas falarem, por isso eu preferia pagar pela segurança de cada mês.

(Entrevistada pede licença para ir ao banheiro).

(Diálogo não transcrito – Entrevistada mostra alguns porta-retratos da residência. Entrevistador pergunta quem é uma das meninas das fotos que parece muito com a Entrevistada F. Ela sai novamente e diz que vai buscar algo).

(Entrevistada retornou e pediu que o Entrevistado fosse para o sofá ver o que havia trazido – caderno com a cartilha ficou na mesa, apenas computador acompanhou).

(Mostrou algumas fotos da menina do porta-retrato e disse se tratar de sua filha. Momento de dor e falas pausadas).

Entrevistada F: Eu não sei dela, acho que deve estar bem (...) assim espero, na verdade. Ela era uma criança muito doce e muito meiga comigo até 8 anos de idade. O problema foi que nessa idade ela apareceu em casa com uma tarefa da escola que pedia pra falar da profissão “do papai e da mamãe”. Eu nunca fui boba nem nada, mandei ela colocar que eu geria recursos humanos,

afinal, eu administrava problemas diários de uma dezena de putas, né? Só que conforme o tempo passou, ela foi descobrindo que não era bem assim e que eu fazia algo considerado “errado”. E, quando eu finalmente expliquei pra ela, ela passou a me odiar. Nunca mais me tratou da mesma forma, com o mesmo toque ou afeto. É como se a minha filha tivesse visto algo morto dentro de mim e decidido matar o que a gente tinha só de vingança, como se eu não merecesse ter alguma coisa boa na minha vida, porque a minha essência já estaria comprometida.

Entrevistador: Mas ela não parece ter idade pra estar distante assim há tanto tempo. O que aconteceu?

Entrevistada F: Com 16 anos ela me disse que queria ir morar com o pai, só que a bicha é traiçoeira e tem um senso de justiça exacerbado, daí eu tinha medo de que ela fizesse alguma besteira. Sei lá, ligar pra polícia, falar das drogas (...) essas coisas. Aí deixei ela ir pra Belo Horizonte e morar com o pai.

Entrevistador: Que drogas? Elas são muito frequentes nessas casas de show? Queria saber se as meninas costumam usar muito algum tipo de entorpecente, de droga, ou se é algo que fica mais por conta dos clientes mesmo.

Entrevistada F: Olha, as drogas estão lá em todos os lugares! Seja na casa de shows, na rua, não importa o lugar (...) sempre tem droga quando o assunto é mundos assim (submundos). A droga é um (submundo), assim como a prostituição. E eles se misturam. O que eu mais vejo é menina super novinha que nunca experimentou droga e acaba experimentando por causa do cliente. O cliente diz que gosta de “foder na onda” e acaba convencendo a menina a entrar também, tem uns que até oferecem mais dinheiro se a menina topa usar algum tipo de droga. Acho que a pior coisa é quando a droga que motiva o trabalho delas, sabe?

Entrevistador: Não entendi muito bem, como assim?

Entrevistada F: Muitas vezes a história começa assim: a menina entra pro mundo das drogas, aí começa a gostar de uma em específico. Ela gasta todo o dinheiro que tem, ou pega emprestado com os pais, com os amigos, ou vende o celular, TV, computador... Aí ela percebe que vai ser ter uma moeda de troca pros traficantes nojentos da favela: o próprio corpo. Nisso, ela começa a se prostituir só para poder sustentar o próprio vício. Além disso, tem muito pó e maconha dentro das casas, mas as minhas meninas nunca usaram não! Era expressamente proibido por mim usar drogas lá dentro da minha casa, só que eu não sou idiota e sei que elas usavam na rua.

Entrevistador: Mas se você tem tanta certeza de que “as suas meninas” nunca usaram drogas dentro da casa, como a sua filha sabia que tinha droga metida nisso tudo?

Entrevistada F: A garota não era burra, né. As meninas podiam não usar, mas os clientes usavam, como eu falei. Era difícil esconder tudo que eu não queria que a minha filha visse, então era melhor ser honesta e dizer que aquilo existia e explicar o porquê de ela precisar ficar longe. Mas ela tinha um jeito muito rigoroso, quando ela foi entendendo o que eu fazia, ela foi querendo saber mais e mais, e óbvio que ela não entendia que eu não era como as outras (cafetinas). E, também, antes de eu cair nisso tudo de novo, eu entrei né.

Entrevistador: Agora que eu me toquei que eu ainda não sei como você deixou de ser uma “administrado” de pessoas e se tornou profissional do sexo novamente. Me esclareça isso, por favor?

Entrevistada F: Exatamente por causa daquilo que estávamos falando agora. Eu entrei pros números, Doutor Yuri, virei estatística mais uma vez. Hoje eu consigo falar sobre a minha filha abertamente, mas teve uma longa época em que eu mal conseguia pensar no nome dela. E eu acabei encontrando conforto no cigarro. Depois no tabaco, na maconha, até que eu cheguei no pó. Cocaína mesmo. Nunca usei “docinho” ou “balinha” de nada, não sou criança para chupar besteira, né, porra! Mas o pó quase levou minha vida. Primeiro era só uma “napada” pra começar o dia bem; depois viraram duas, e depois eu já nem contava mais, Dr. Fui emagrecendo cada vez mais, até virar uma vareta de tão magra. Meu nariz sangrava do nada de tão machucado que ele estava por causa de todo aquele “cheira-cheira”. Eu comecei a ficar endividada porque não tinha dinheiro pra pagar pela droga, até que eu comecei a tirar do dinheiro das meninas. Quando eu fiz isso pela primeira vez, eu decidi que era hora de sair e me tratar.

(Entrevistada emocionada e ameaçando choro).

Entrevistada F: Eu não tenho carteira de trabalho, não tinha direito a férias com salário (remuneradas) ou entrar com pedido de licença. O jeito foi passar o ponto pra outra pessoa comandar a casa. Agora você imagina: eu não tinha um puto no bolso quase, tinha uma casa pra sustentar e ainda tinha que me tratar, tudo isso sendo que eu tinha largado a minha única fonte de renda. Pobre não larga vício em drogas com facilidade porque não tem oportunidade pra isso. Aqui, no Brasil, não tem quem ajude o pobre. E eu nunca tinha sido pobre, mas aí eu já tinha virado. E ser pobre é uma merda!

Entrevistador: E como foi pra você isso de ter que voltar depois de tanto tempo?

Entrevistada F: Acho que foi a coisa mais degradante da minha, Seu Yuri. Não porque eu considere a prostituição como algo menor ou que não tenha valor próprio. Mas sim porque eu passei anos tentando convencer as minhas meninas de que elas poderiam ser outra coisa, de que o mundo não era de todo ruim e que a prostituição não era o único caminho. E o que foi que eu

fiz quando o dinheiro apertou e eu perdi a casa? Eu fui pra prostituição sem nem pestanejar, ou seja, sou uma grande hipócrita. Passei anos falando pra aquelas meninas que elas precisavam lutar pra conseguir alguma outra coisa, que não podiam se acomodar, falei tudo isso para anos depois, eu mesma chegar e fazer tudo diferente. Eu sou uma hipócrita.

Entrevistador: Não entendi uma coisa. Você disse que “passou o ponto”. Você simplesmente deu a casa pra outra pessoa comandar? De graça?

Entrevistada F: Não, claro que não. Eu dei um preço, mas não dava pra ser nada muito alto. Eu consegui o suficiente pra quitar dívidas mesmo, pagar coisa que tava atrasada e devendo. Mas só pra pagar o que eu devia eu tive que usar quase tudo, o que sobrou não ia ser suficiente por muito tempo, eu tinha que me virar.

Entrevistador: E qual a diferença entre ser uma prostituta aos 20 anos de idade e fazer a mesma coisa hoje com mais de 50?

Entrevistada F: A puta novinha, ela aguenta qualquer coisa. Tapa na cara, chute, humilhação, fetiche estranho. Tudo. Ela tem sede de sair disso logo, de ganhar dinheiro e meter o pé pra bem longe desse mundo. Eu já sou burra velha, eu não me disponho a qualquer coisa, tem muito cliente que recebe um “não” meu. Não vou chupar dedo, não vou enfiar braço em lugar nenhum, não vou transar com outras 14 mulheres. Normalmente, são os ex clientes da minha casa que me permitem pagar, mal, as minhas contas. Eles me procuram, eu durmo com eles e assim vou vivendo. É prostituição. Sou puta de novo, Doutor, só que uma quenga velha.

Entrevistador: Vamos voltar nesse tópico logo mais, mas deixa eu entender uma outra coisa que não ficou clara pra mim e eu preciso perguntar antes que eu me esqueça. Você se chamou de hipócrita e tal. Disse que sempre falou para as suas meninas “não se acomodem” e procurarem algo melhor. Isso não é uma estratégia péssima pro seu próprio negócio? Tipo, você tem funcionárias e paga mal, imagina isso, aí você sabe que paga mal e fica falando pra elas procurarem outro lugar que pague melhor. Ótimo, você é um ótimo ser humano, mas péssimo dono de negócio, afinal, se elas te ouvirem, quem vai trabalhar pra você?

Entrevistada F: Não era assim também! É claro que eu não fazia as coisas do jeito que você falou, senão eu iria fechar a casa em 1 mês. O que eu quis dizer é que, como elas chegavam, em sua maioria, muito novas ainda, eu sempre falava que elas tinham que tratar aquilo, o trabalho, como algo temporário. Não incentivava a saírem de lá em 2 semanas, mas eu incentivava elas a terem ambição, a sonhar e acreditar que mereciam mais da vida. Mas, ao mesmo tempo, a agradecer por ter alguma coisa, pelo menos. Eu não queria que elas durassem

1 semana lá na casa, mas também não queria uma menina comemorando aniversário de 8 anos como minha funcionária. Eu não queria isso pra elas, eu te juro!

Entrevistador: Mas você tinha oferta? Digo, se uma menina saísse depois de 1 ano, por exemplo, você demoraria muito pra ocupar a vaga dela?

Entrevistada F: Não mesmo! Mas não mesmo! Yuri, toda semana batia alguém lá na casa querendo uma chance. Eu ocupava um lugar vago em dois tempos, era fácil. E pra mim só não era tão fácil porque eu era bem seletiva em relação às meninas.

Entrevistador: Entendi. Voltando pro assunto anterior, então, você, por ser uma profissional mais velha, acha que é tratada de forma diferente? Tem mais respeito? A conexão é mais profunda? Pode ir além.

Entrevistada F: Bom, pra começar, eu hoje tenho muito menos vaidades como puta do que quando eu era jovem. Quando eu era mais nova, eu me arrumava toda, passava perfume, parecia que eu ia participar de uma maratona de festas do Celebrare. Hoje não é que eu não me cuido, mas eu parei de hipervalorizar o ato, entende? Eu assumi um mesmo visual que eu uso todos os dias, como se fosse um uniforme, isso é bom porque me dá a sensação de que eu sou mais normal. A puta velha ou ela atende garotão com tara em mulher coroa, ou atende os homens coroas. Eu atendo mais esses últimos, e até que eu suporto, sabe? Eles me tratam razoavelmente bem, são gentis e educados. Isso é bem melhor em ser mais velha. Quando eu era novinha, eu só pegava jovem adulto ou aqueles adolescentes bem asquerosos que eu tenho até arrepios só de pensar.

Entrevistador: Mas a sua mãe escolhia esse tipo de público pra você?

Entrevistada F: Sim. Os adolescentes, em sua maioria, eram garotos de grana e os pais, que eram amigos da minha mãe, que levavam lá na casa pra eles perderem a virgindade. Eu digo “asquerosos” porque eram jovens, bobos demais. Tinham visto muito pornô e achavam que era só agir igual os atores, então era ruim. E os jovens adultos eram amigos dela também. Quando digo que a minha mãe escolhia bem os clientes, não tô dizendo que ela selecionava os mais bonitos, mas sim os que dava pra confiar mais, que me dariam mais segurança, mesmo que fossem um bostas.

Entrevistador: Entendi. Você aprendeu a ser seletiva com as meninas que contratava com a sua mãe? Quais eram os critérios?

Entrevistada F: Era uma outra época. A que minha mãe administrou era uma, a que eu administrei era outra. Mas, a essência do negócio, ela que me ensinou, mas eu fui muito além. Pra minha casa, eu não avaliava só aparência e tempo “na vida”.

Entrevistador: E você avaliava o que? Domínio de idiomas?

Entrevistada F: Avaliava a personalidade, principalmente. Não tem currículo pra ser puta, não tem como eu ligar pro último local de trabalho e pedir referências. Então, diante disso, quando alguma menina passava nos critérios básicos, que eram os de aparência físico mesmo, eu tinha uma conversa muito longa, pra conhecer mesmo. Era aí que eu fazia a última etapa, pra ver se ela entraria ou não. Perguntava sobre tudo, infância, família, experiências, o que estava fazendo lá, se tinha frescura, se não tinha. Eu precisava saber se era uma menina que me daria problemas ou se ia respeitar as regras.

Entrevistador: E que regras eram essas?

Entrevistada F: Regras de trabalho e de convivência, ué. Coisa básica, essencial mesmo. A casa tinha muitas regras, mas muitas eram pra proteger elas, não só os clientes, como na maioria das outras casas por aí. Elas tinham que ter disciplina, tinha regra de higiene, de como tratar o cliente, de como elas deveriam tratar umas as outras. Se eu não criasse as regras, viraria uma zorra, ia sair tapa e puxão de cabelo toda hora lá dentro.

Entrevistador: E se alguém descumprisse uma regra, o que acontecia? Algum tipo de violência?

Entrevistada F: Não, eu já disse que ninguém era explorado lá dentro. Com as regras, era uma coisa bem simples mesmo. Eu ia anotando as ocorrências, pra sempre ter um controle do que acontecia. Ninguém era punido com violência, ninguém ficava sem comida ou apanhava, não na minha casa. Mas se alguém violasse uma regra muito grande, das que eu chamava de “tolerância zero”, o jeito era rua mesmo. Eu tinha que colocar pra fora porque senão eu perderia o respeito lá dentro. Só que, comigo, ninguém nunca apanhou.

Entrevistador: Mas você sabe que isso acontece em outras casas, não sabe?

Entrevistada F: Sim, claro que eu sei, por isso eu estou te dizendo que comigo era diferente.

Entrevistador: E por que você acha que com você era diferente e com outros a história acaba sendo tão parecida?

Entrevistada F: Porque esse tipo de lugar acaba sendo uma caixinha de surpresas, mesmo, pra elas que eu digo. Todo prostíbulo tem regras, eu já te disse a importância de que elas existam e sejam bem claras, senão o trabalho não funciona. A questão é que, se lá dentro vai ter violência ou não, isso vai depender muito de quem tá no controle, quem comanda mesmo a casa.

(Leitura do artigo 229 do Código Penal e elucidação do tema).

Entrevistador: Partindo do artigo que eu acabei de ler pra você e da explicação que eu te dei sobre o assunto. Se a polícia bate numa Casa de Prostituição, leva todo mundo pra Delegacia e abrem uma investigação dizendo que lá dentro ocorria o crime que eu acabei de te explicar. O

juiz está em dúvida, ele não sabe o que é exploração sexual porque a própria lei não é clara, como eu disse. Então, pra ti, ele deve fazer o que? Quem ele ouve?

Entrevistada F: Meu filho, é óbvio que é só a puta que pode responder sobre isso! Eu fico possessa de raiva. Como esse povo quer falar de puta, mas não quer falar com a puta? Até assassino quando mata alguém é procurado, mas a profissional do sexo, não! Ela tem que morrer sem voz! Amor meu, só a puta pode falar o que faz ela se sentir explorada, usada, invadida ou humilhada. O cara (legislador) não pode, no conforto da sua sala com ar-condicionado, dar pitaco numa coisa que ele nem sabe como funciona. Você quer saber o que é exploração? Exploração é ter boca, saber falar, mas ser muda pra ele (o sistema).

Entrevistador: Só as perguntas finais pra fecharmos logo e eu não ocupar mais o seu tempo. Como você podia ter tanta certeza de que, na sua casa, as suas meninas, como você fala, não se sentiam exploradas? Dá pra um prostíbulo funcionar, ficar aberto, ou seja, ser lucrativo, sem exploração lá dentro?

Entrevistada F: Dá, eu acredito que dá. Mas é claro que isso é complicado de dizer já que eu só conheci a realidade da minha casa. Quando você tá falando de uma casa menor, em um bairro em que os clientes têm menos grana, as condições são piores e tal, aí é uma outra história. É caro manter uma casa, então não dá pra tirar só uma “tasquinha” do dinheiro dos programas, senão você quebra. Isso é duro. Mas eu acho que a exploração maior vem quando tem porrada, violência mesmo. Isso não tinha comigo, nunca teve. Dá pra manter uma casa de shows e respeitar as meninas, mas prostituição é uma profissão que não admite corpo-mole, ela é dura, dura por si só, é do ofício.

Entrevistador: Se proibissem uma dona de uma dessas casas de tirar mais de 50% do valor de cada programa para ela, de contratar menor de idade, se obrigassem a dar algumas garantias (...) daria pra continuar aberto e ainda ter lucro?

Entrevistada F: De novo: depende de que tipo de casa você está falando.

Entrevistador: Última pergunta agora. Se você pudesse voltar atrás na forma que tratou suas meninas quando administrava a casa, você mudaria alguma coisa?

Entrevistada F: Não sei se eu teria tido a casa, Doutor. Essa talvez fosse a real mudança.

(Agradecimento pela entrevista).

(Encerramento da transcrição).

APÊNDICE H

ENTREVISTADA G

Entrevistador: Vamos começar pelo início de tudo. Como foi a sua infância? Você diria que foi uma infância feliz ou não?

Entrevistada G: Olha, “dotô”. Foi uma infância boa. Eu sinto muitas saudades daquela época sem preocupações e sem grandes problemas. Meu pai trabalhava em um jornaleiro e minha mãe é costureira até hoje. A gente nunca teve dinheiro, muito pelo contrário. Sempre vivemos com pouco, mas a infância foi feliz sim. Eu brincada de boneca por demais! Normalmente eram de pano, porque a gente não tinha dinheiro pra comprar bonecas de plásticos, Suzy e essas coisas. Eu gostava muito de ler, ficava horas com o meu pai do meu lado lendo comigo. É (...) foi uma infância bem boa, sim.

Entrevistador: E como você foi de uma infância que você julga tão gostosa e boa para uma realidade atual tão dolorosa como a da prostituição?

Entrevistada G: Eu queria muito ser famosa um dia quando eu era pequena. A minha tia era meio que uma mulher de grana e bem-sucedida. Ela é irmã do meu pai e eles nunca se deram muito bem. Eu via ela uma ou duas vezes por ano e os filhos dela, meus primos, faziam questão de me lembrar toda hora que eu jamais ia ter a vida que eles levavam. Era bem humilhante, “dotô”. Disso eu acho que surgiu uma vontade enorme de um dia conseguir tudo que ela conseguiu. A fama e o sucesso principalmente, o dinheiro era até o de menos. Eu sempre fui uma menina bonita. Os peitos apareceram muito rápido e meu cabelo sempre foi liso e longo. Mas sempre fui baixa demais pra ser modelo e nunca levei jeito pras fotos. Nunca soube atuar e a minha voz é de taquara rachada, ou seja, eu tinha que fazer sucesso por ser bonita. Só que ninguém fica famosa só por ser bonita, precisa ter alguma outra coisa para oferecer também. Aí um dia eu conheci a Agente G, a moça de uma agência de filmes adultos. Ela me deixou um cartão e eu passei dias ali, encarando ele, até que uma hora eu liguei e tudo começou.

Entrevistador: Você ligou e aconteceu o que?

Entrevistada G: Ela me pediu pra ir até o prédio onde ficava a sala dela. Eu fui lá e, pela primeira vez, fui tratada como o pedaço da carne mais escrota do mercado. Ela olhou meus peitos, minha barriga, lá (a vagina) e até meus pés. Perguntou da origem dos meus pais e quase desenhou a origem (árvore genealógica) da família toda. Depois perguntou meus atrativos e se eu era uma moça envergonhada como parecia. Eu era, Yuri. Era muito envergonhada, sim. Mas queria

demais vencer na vida e ganhar algum reconhecimento. Só tinha um problema: eu era virgem e não dava pra contar isso, né.

Entrevistador: Mas você foi buscar uma carreira em filmes adultos sendo virgem? Isso não parece loucura? Não daria pra esconder por muito tempo. No primeiro dia, de cara, já daria pra perceber seu desconforto, incômodo, falta de prática e o sangue, óbvio. Como você ia contornar isso tudo?

Entrevistada G: Calma. Vou explicar. Depois de uns dias, a Agente G me ligou, disse que tinha um filme pequeno pra mim, mas não significava que eu estava contratada, não. Era mais um teste, uma coisa pra ver se eu funcionava no trabalho. Era pequeno e mal pago, já que seria a primeira vez. Só que aí que eu me desesperei porque a mulher não sabia que eu era virgem ainda, eu não contei isso. Aí eu comecei a correr contra o relógio mesmo.

Entrevistador: E o que você fez?

Entrevistada G: Ah, tinha um menino que eu conheci no Ensino Médio e sempre foi apaixonado por mim. Mas ele tinha namorado uma das minhas melhores amigas. Por isso, nunca dei muita bola, era zona proibida. Só que naquela situação não dava pra eu me dar ao luxo de colocar a amizade lá em cima. Eu tinha que transar logo e acabar com aquilo. Passei a mão no telefone, fui “diretona”. Sem rodeios mesmo, se depender eu disse um “oi” e um “bora transar”. Ele topou.

Entrevistada G: Fui pra casa dele, já que na minha não dava. Era uma quarta-feira, eu lembro direitinho. Falei pra minha mãe que ia resolver coisas na rua e que talvez demorasse. O sexo foi horrível, mas isso foi até bom. Se eu tivesse gostado, o trabalho depois teria sido muito mais difícil pra mim. Ele era bem bonito, já tinha ficado com outras meninas, mas o desempenho dele foi deplorável. E não foi ruim só porque foi a minha primeira vez, mas porque ele era uma lebre trepando.

Entrevistador: Uma lebre?

Entrevistada G: Seu Yuri, o menino parecia um animal galopante transando comigo. Ele se tremia todo e não para de se contorcer. O pior de tudo é que ele gemia umas coisas muito estranhas. Por exemplo, ele falava toda hora “fode, minha princesinha”. Isso é estranho, porque ou você é um canalha na cama ou você é um doce. Não dá pra chegar no ouvido da mina e falar “fode essa piroca, meu docinho de coco”. Não tem sentido algum, fica uma coisa contraditória, quebra o clima e corta o tesão.

Entrevistador: E como foi aquele primeiro trabalho pro qual você foi chamada?

(Entrevistada revira os olhos).

Entrevistada G: A merda, “dotô”, é que eu corri nem uma louca à toa, o primeiro filme era um solo, ou seja, não tinha sexo com ninguém. Eu cheguei no set e lembro que não tinha um ar-condicionado sequer. Tinha no máximo um ventilador de chão daqueles de plástico branco vagabundo e de ventoinha bem suja com cotões que já se formaram há meses. Ela (a agente) estava lá e me disse que eu seria maquiada, mas que tinha que ser algo simples e básico, nada chamativo. Eles até me perguntaram se eu tinha tomado um banho decente. Eu tinha, óbvio! Simplesmente me jogaram na frente de 4 homens com uns olhares asquerosos. Um câmera, o cara da luz, o do microfone e o diretor. Eles falavam num ponto (eletrônico) o que eu deveria fazer. Mas eu tava morrendo de vergonha, aquilo era meio repulsivo. Foi um dos dias mais desconfortáveis da minha vida. O vídeo até que ficou bom porque eu sempre fui “sonsa”, então, embora estivesse querendo morrer, eu parecia até estar curtindo muito a hora da filmagem. Mas, enfim, foi horrível.

Entrevistador: Por pura curiosidade: como é a vida de uma atriz pornô no Brasil? O dia a dia no trabalho, você pode resumir pra mim?

Entrevistada G: Olha, “dotô”, a primeira coisa que você precisa entender é que a sociedade tem uma ideia toda errada de quem é atriz pornô. A gente não é esse bando de mulher louca e com sede de sexo que as pessoas acham. Na verdade, todo mundo acredita que a gente é viciada em sexo, nem todas são. Na realidade dos fatos, somos apenas mulheres bonitas, com corpos bem cuidados e que precisam pagar as contas da casa como todo mundo.

Entrevistador: E quando você trabalhava com isso, você explicava isso para as pessoas?

Entrevistada G: Jamais. Nunca poderia dizer uma coisa dessas nos meus dias de ativa. Simplesmente porque essa ideia toda é parte do trabalho e é o que faz os homens verem e, naquele tempo, comprarem ou alugarem os filmes. No filme adulto a gente vende uma história que quase sempre é grotesca e meio escrota. Mas isso não é à toa, não. Existem ótimos roteiristas que trabalham nesse ramo, “dotô”! A questão é que quanto mais viciada em sexo você parecer e quanto maior o desespero que você vender, mais louco fica o homem, e daí maior a chance de ele recomendar o seu filme ou falar bem de você para alguém.

Entrevistador: Mas e a vida real então, como é?

Entrevistada G: Responde à tua pergunta, a vida de uma profissional desses filmes (adultos) não tem muitas regras ou formalidades. Na verdade, a gente fica muito é nas mãos da produtora. Tem que esperar um trabalho pintar e dar a sorte de a produção estar sendo feita com uma personagem que se encaixe nas suas características. Aqui no Brasil eles vendem muito a asiática, a mulata e a novinha, do tipo: bem menininha religiosa da Igreja Salomão. Eu me

encaixa bem nesse estereótipo. Normalmente a minha agente recebi a ligação da produtora, eles me convidavam para o filme, eu lia o roteiro e, se não fosse nada esdrúxulo, eu topava fazer. A vida é comandada pelos produtores. Basicamente, a gente fazia tudo que o produtor desejasse. “Fode na mesa”, eu fodia. “Cara de piranha”, eu fazia. “Esfrega a buceta na cara dele”, eu esfregava. Uma coisa que é bem real pra mulher prostituta e pra atriz pornô é que as duas não tem opinião e nem direito próprio. Uma tá nas mãos do cliente, da cafetina ou do cafetão, a outra está nas mãos do produtor, que costuma ser um assediador nojento e um grande babaca. Entrevistador: E como você saiu de atriz pornô para prostituta? Os filmes pornôs não deram certo?

Entrevistada G: Que?! Os filmes deram mais do que certo. A verdade é que a minha timidez com as câmeras passou rapidinho. Eu me tornei quase uma estrela pornô da época. Agora eu já tô com 39, na época parei com 36. Acontece que pra fazer pornô, se você não tiver envelhecido bem, o fim da carreira vem num pulo. E eu me descuidei muito, “dotô”. Nunca usei creme, pasta, máscara. Usava muita maquiagem e pegava sol demais sem proteção. A idade foi chegando e eu passei a ser chamada para cada vez menos filmes. Uma hora começou a bater o desespero e eu precisava urgente de algo pra completar a renda. Daí eu só sabia fazer uma coisa: foder, e a outra pessoa que sabia foder e viver disso era a prostituta, então, era isso, ia virar puta.

Entrevistador: Os filmes te deram sucesso, fama ou dinheiro então?

Entrevistada G: Mais ou menos. Talvez “estrela pornô” tenha sido um pouco de exagero. Mas me permitiram melhorar de vida, isso sim. A indústria em si não paga bem, mas as grandes produtoras podiam te dar cachês muito bons às vezes. A coisa também foi mudando com o tempo. Quando eu comecei, o produto era o filme, hoje você não vai encontrar filme sendo produzido da mesma forma. Hoje, as produtoras estão todas focadas na internet, quase ninguém compra pornô em TV e locadora é uma coisa que ficou no passado. Como os filmes são pra internet, eles são mais curtos, então o pagamento ficou menor também. Eu não ganhei rios de dinheiro, mas eu ganhei algum respeito dentro do ramo, e isso era o que eu via na minha tia e eu queria pra mim.

Entrevistador: E como foi pra você isso de ter que entrar na prostituição?

Entrevistada G: No início eu achei que virar puta seria uma tarefa mais simples. Mas, Deus do Céu, foi muito mais difícil do que eu pensava e ainda é até hoje, na realidade. A mulher atriz pornô sofre, e como sofre. O problema é que a mulher prostituta sofre 10x mais e de forma muito mais intensa. Claro que são sofrimentos diferentes, né.

Entrevistador: E por que são sofrimentos distintos? O que torna eles diferentes?

Entrevistada G: A atriz pornô sofre porque o trabalho dela é de médio reconhecimento. Sempre que alguém me encarava na rua por muito tempo eu já ficava toda vermelha. Era inevitável pensar que aquela pessoa já tinha visto meu rosto em alguma das produções que eu tinha participado. Você sofre porque a indústria é um nojo e porque todo mundo é muito cruel e te trata como um pedaço de corpo, de carne barata, sabe? Agora, a prostituta sofre muito com a insegurança. Sempre que eu vou fazer um programa eu faço uma reza para Ele (Deus, eu suponho) e peço pra que eu saia viva daquilo tudo. É muito difícil porque não tem ninguém pra proteger a gente de verdade, salvo em prostíbulo ou outro desses que estão espalhados por aí.

Entrevistador: E você já cogitou entrar em um prostíbulo ou foi de cara para as ruas?

Entrevistada G: De forma alguma! Eu não queria puteiro porque falam muito mal de lá. A única coisa que o puteiro é melhor do que a rua é que lá dentro costuma ter segurança e você faz o programa num lugar fixo, então não corre o risco de ser levada pra um lugar que não vai ter ninguém pra te ouvir gritar se algo de ruim acontecer. Mas eu nunca quis prostíbulo, não. Quem me ajudou a entrar nesse mundo foi a minha própria agente, na verdade.

Entrevistador: E como ela te ajudou nisso exatamente?

Entrevistada G: Muitas meninas que entram no mundo do pornô vieram da prostituição. Da mesma forma que muitas meninas que saem dele, entram na prostituição. Minha agente já era “macaca velha” no negócio, mal ou bem, ela conhecia muito sobre a prostituição, como fazer, como começar e tal. Ela que me deu as primeiras dicas, que me passou possíveis clientes. E foi tudo pra me ajudar, ela nunca me cobrou por isso e nunca ficou com nada pra ela, não. Nunca foi minha amiga de verdade, de ser íntima, sabe? Mas ela era humana, percebeu que a cada mês eu fazia um número menor de filmes, e eu falava pra ela que estava difícil de conseguir sobreviver com o que eu ganhava. Aí no início ela que me ajudou. Eu só fui para na rua mesmo depois de um bom tempo. Eu tinha medo de ir pra rua porque não queria decepcionar de novo os meus pais.

Entrevistador: E você já conheceu alguém que trabalhou em puteiro? Sabe algo a respeito?

Entrevistada G: Sei pouco, mas sei o suficiente pra não querer colocar meus pés num lugar desse. Conheci meninas nas ruas né, muitas delas vieram de puteiro. O mais comum, pelo que eu vejo, é começar nos puteiros e depois ir para as ruas, porque o contrário é muito mais complicado. Posso dizer por mim. Mas as meninas falaram que tem que dar sorte com o dono do lugar, mas que em muitos eles até batem nelas, que em muitos também eles mesmos não chegam a bater, mas protegem os clientes que batem. Ou não protegem diretamente, mas

impedem elas de procurar a polícia porque tem medo de que acabe sujando a coisa pra eles (os donos do prostíbulo). Enfim, sei pouco, mas isso basta.

Entrevistador: Mesmo jamais tendo desejado tentar exercer a profissão dentro de um puteiro, você acha que se tivesse começado em um, as coisas teriam sido mais fáceis pra você?

Entrevistada G: Ah, talvez, sim! Nas ruas a solidão bate mais forte, bem mais forte. É que na rua a concorrência e a disputa elas são muito na cara, não tem como fingir que não existe. Nunca trabalhei em puteiro, como eu já disse, então o que eu posso falar é mais o que eu acredito, não posso dizer com certeza. Pelo que eu sei, hoje em dia, as cafetinas costumam alugar quartos, tudo num mesmo prédio, e alugar um só para as meninas ficarem. Daí uma puxadinho ou um conjugado acabam servindo de “sala de espera” pras meninas aguardarem os clientes, e os quartos ficam pra fazer o serviço mesmo. Isso eu acho que torna o contato mais próximo e acaba disfarçando mais a disputa entre a gente.

Entrevistador: Mas por que isso teria facilitado a sua vida?

Entrevistada G: Porque se você não tem uma disputa tão absurda, fica mais fácil de conhecer as meninas, de fazer alguma amizade, mesmo que não seja nada de outro mundo, sabe? Se a outra menina não te vê como uma ameaça tão grande, você consegue trocar experiências, desabafar sobre o teu dia, pedir ajuda. Na rua não tem isso. Na rua você tem que ser a sua própria professora, você precisa aprender por si mesma. Acho, mas posso estar errada, que começar na rua de cara faz com que você fique mais exposta, porque você não sabe como agir. Aí muitas meninas já vão pro primeiro programa falando que fazem tudo o que o cliente quiser, acabam passando por situações perigosas e se colocando em riscos que, na verdade, poderiam evitar. Não tem muito quem ajude. Isso, pra mim, não é suficiente pra me fazer pensar que seria melhor ter começado em puteiro, mas eu não posso negar que se tivesse começado assim, poderia ter evitado muitas situações desconfortáveis e até perigosas. Além disso, também tem o fato de que, na rua, é mais fácil apanhar por causa de preconceito. Dificilmente alguém vai entrar num puteiro pra te meter a porrada porque tem preconceito com puta. Não tô falando que não acontece, porque eu sei que acontece, só que nesses casos o preconceito tá junto de outra coisa. Na rua, tem gente que vem pra cima só por preconceito mesmo, por ódio, por achar que “mulher da vida” é animal e tudo mais. Na rua a gente tem que lidar com o preconceito de forma muito pior, porque ele tá muito na nossa cara, diferente da casa, sabe? Agora, no calçadão, a galera grita, tem gente que passa com o carro correndo, abaixa o vidro e fala pra gente se matar, grita piadinha, essas coisas. Quando você vem de um puteiro antes, você sente esse impacto, porque lá não tem tanto isso, mas você não sente ele junto de vários outros, então é menos uma

dor de cabeça, fica mais fácil de suportar. Tanto como atriz quanto como puta, eu tive que aprender muito sozinha, não tem manual, não tem livro, ninguém fala sobre e não tem como pedir ajuda pros seus pais, sabe?

Entrevistador: Você tinha falado sobre os seus pais antes também, eles sabiam que você trabalhava com filmes adultos?

Entrevistada G: Eu nunca contei e jamais contaria. Meu pai era cardíaco (cardiopata) e eu tinha pavor que ele morresse se descobrisse uma coisa dessas. Bem, ele descobriu e não morreu, mas não foi por mim.

(Entrevistada pede para não anotar na hora e anotar depois – Resumo da fala: a Entrevistada disse que gravou um filme com a temática de “Festa na Selva”, que foi o de pior gosto na sua vida e carreira. Disse que o filme tinha várias cenas de sexo, algumas de casal, outras em trio e outras em grupo. Nenhum dos atores possuía falas, já que interpretavam animais. As falas eram os sons característicos dos animais que interpretavam. A Entrevistada G fez uma gatinha que apenas miava e ronronava. Disse que era muito “escroto” ver uma mulher negra ter que fazer sons de uma macaca. Disse que onde morou com seus pais só havia uma locadora próxima. O filme, depois de pronto, chegou até a locadora. Um amigo de seu pai acabou, por coincidência, pegando o referido filme. Ele percebeu que a Entrevistada era uma das atrizes e entregou o DVD para o pai dela assistir sem falar nada. Ela disse que o pai teria pausado o filme assim que viu a filha, ainda com roupa. Disse que imagina ter sido muito traumatizante para ele).

Entrevistador: Dessa época dos filmes, você carrega algum trauma específico? Tipo, se tem uma coisa que te marcou muito, algo que você vai carregar pra sempre.

Entrevistada G: Tem uma coisa que eu vou levar pra sempre, eu acho, mas eu queria muito que um dia passasse e se tornasse um passado distante na minha vida. Eu comecei a usar drogas depois do meu 5º filme. Já era a segunda vez que eu contracenava com aquele ator, bem famoso na época nos filmes heterossexuais no Brasil. E ele me disse que tinha ficado viciado em remédios de tanto Viagra que ele usava pra fazer os filmes. Disse que foi a porta de entrada pra usar outros remédios. Ele tomava potencializador sexual com Rivotril, era Viagra, Paracetamol (...) se era comprimido, ele tomava. E daí ele foi me mostrando aqueles de ansiedade (ansiolíticos) que abaixavam a minha pressão, sei lá o que eles fazem na verdade, só sei que me relaxam. Hoje eu sou viciada mesmo em uma série de remédios. Eu misturo tudo de uma vez e engulo numa porrada só. Depois disso eu ia e fazia os filmes. Hoje, eu tomo entre um programa e outro. Eles me deixam bem anestesiada e como se eu estivesse meio bêbada. É muito bom o

efeito que eles têm em mim, mas é horrível ter a dependência. Fora que eu sei que estou me matando aos poucos. E eu tenho outros traumas que são sobre o sexo mesmo.

Entrevistador: Mas você consegue fazer os programas mesmo estando tão anestesiada e sob o efeito dos remédios? Os clientes não percebem ou reclamam?

Entrevistada G: Eu sei exatamente o quanto e o que eu posso tomar antes de começar o serviço. Quando eu digo que fico anestesiada, não é que eu fique molenga ou caindo pelos cantos do quarto. O que eu quero dizer é que eu não consigo processar muito as coisas, sabe? Então é mais fácil de não viver aquele momento de uma forma tão real, que eu com certeza vá me lembrar de tudo. E os clientes nunca reclamaram. Na verdade, “dotô”, nas ruas têm muito cliente que usa droga, muitos mesmos, só que não são remédios. Muitos até oferecem e pedem pra gente usar. Como alguns ficam meio agressivos quando a gente diz não, eu digo que já usei antes do programa, aí eles ficam felizes e eu ainda me protejo. Ou eu aceito.

Entrevistador: E quanto aos traumas com o sexo, me diga um, por favor.

Entrevistada G: Eu já te contei sobre o meu primeiro contato com o sexo na vida. Eu comecei mal, segui mal e estou mal nesse ramo até hoje (risos). Brinco com as minhas amigas que eu sou virgem, porque eu quase não tive relações sexuais íntimas e verdadeiramente pessoais na minha vida. Eu já devo ter transado mais de 10 mil vezes pelos meus cálculos (acho estranho). Mas eu só transei por vontade própria umas 18 vezes em muitos anos, é número meio absurdo e você pode até achar que eu estou mentindo, mas eu juro que não estou! Eu desenvolvi um certo trauma com isso de sexo por prazer, porque eu tô tão acostumada a fazer sexo por obrigação e pra pagar as minhas contas, sacou? É uma merda, porque foram 18 vezes e só uma valeu à pena. Eu só me apaixonei uma vez, foi uma merda, e foi uma transa só, acredita?

Entrevistador: E nesse submundo da prostituição, o que você considera a pior coisa pra sua vida?

Entrevistada G: Acho que a pior coisa, pra mim, Entrevistada G, é que eu estava começando a largar os remédios bem quando eu virei puta. Daí antes eu usava os remédios porque precisava filmar. Hoje eu preciso usar os remédios porque eu tenho que dar a buceta. Amanhã eu vou ter que tomar os remédios porque vou estar velha e sem aposentadoria, triste demais e com muita idade pra baforar um loló. É uma merda. A prostituição é um universo cheio de drogas e, até então, eu só tinha usado os remédios, daí eu comecei a usar outras coisas mais pesadas também.

Entrevistador: Em termos de pior experiência com algum cliente, você saberia me dizer com rapidez qual foi?

Entrevistada G: O pior cliente que eu peguei foi aquele que mais me humilhou. Tem cliente com taras e manias estranhas, que gosta de dedo do pé e de transar com mulheres fantasiadas, mas nada dói mais do que uma palavra mal-dita. Óbvio que eu nunca apanhei de forma mais grave nem nada, senão a minha resposta seria outra. Mas um dia eu peguei um cliente que se recusou a usar camisinha, sendo que eu já tinha dito que meus programas são apenas com preservativo. Ele não aparentava ser agressivo, mas ficou. A verdade mesmo, Seu Yuri, é que sou HIV+. O vírus não se manifesta mais em mim, eu tô com a doença controlada faz um tempo e faço meus exames direitinho. Só que eu, burra, expliquei pra ele que tinha essa DST e que não podia fazer sexo sem preservativo até pra segurança dele mesmo. Daí ele me chamou de “poço de doença venérea”, disse que eu ia “morrer uma aidética”, que eu era uma “putinha de merda” e que ia morrer assim. Falou que meus pais deviam ter vergonha de mim, e tem mesmo, e que eu nunca conseguiria ser mãe porque Deus jamais puniria uma criança com uma mãe puta.

Entrevistador: E a relação com o seu pai nisso tudo, com o HIV e os filmes?

Entrevistada G: Ah, depois de toda aquela situação com o filme, o meu pai passou a mão no telefone imediatamente e me ligou. Nessa época eu morava na Lapa, longe dele, com duas amigas. Ele falou que já sabia de tudo e que eu não precisava mais ficar mentindo sobre o meu real emprego. Falou que nunca ia aceitar aquele trabalho, que aquilo não era coisa de “gente decente”. Disse que sentia nojo daquilo e do que tinha feito comigo. Que eu não tinha compaixão e nem empatia, que eu era uma mulher fria e que a partir daquele momento era pra eu esquecer que já tive uma família. Passei meses tentando conquistar o perdão dele e o da minha mãe também. Mas eles nunca voltaram atrás. Eu acho que mais por causa dele, um cara muito machista, do que por causa dela. Depois de um tempo, eu cedi e deixei pra lá. Então eles nem sabem de tudo, né.

Entrevistador: E o HIV, você descobriu como?

Entrevistada G: Eu descobri no meu 4º ano como atriz de filmes adultos. A verdade, Seu Yuri, é que a indústria toma os seus cuidados, mas eles não são suficientes. Eu tinha que fazer exames de DST todos os meses do ano, mas uma hora ficava meio impossível de continuar intacta e sair ilesa. Daí um dia eu fui fazer o exame de rotina e, quando eu entrei na sala da médica, eu sabia que alguma coisa estava muito errada. Eu não sei te dizer como eu sabia, mas eu apenas sabia. A expressão no rosto da “dotôra” não era boa e eu podia sentir a tensão lá (no local). Não deu outra, meu teste pra HIV deu positivo e a minha cruz já tinha sido fincada no chão. Me deram a minha sentença pra uma vida infeliz ali, naquela terça-feira.

Entrevistador: Me surpreende que você não tenha perdido seu trabalho como atriz pornô depois do diagnóstico do HIV. Eles foram compreensíveis?

Entrevistada G: De forma alguma. Eu meio que subornava o laboratório com uma pequena quantia por mês e eles mudavam o resultado do exame. Até hoje ninguém lá sabe que eu tenho HIV.

Entrevistador: E você continuou fazendo filmes, sem proteção e com HIV? E achou tudo bem fazer isso?

Entrevistada G: Não, calma aí! Quando eu comecei a mudar os exames e tudo mais, eu passei a aceitar apenas os filmes com preservativo, não ia colocar ninguém doente, isso seria errado. Mas aí as opções também diminuíram, né. E eu tinha uma mesma pessoa, num mesmo laboratório que era a única que fazia as mudanças pra mim. Eu fiz tudo direitinho desde o começo, comecei rápido os remédios, o coquetel que fala, né, e acompanhei tudo até a carga viral ficar zerada. Mas ou eu mudava os exames ou era chutada.

Entrevistador: Você já ouviu falar em um Projeto de Lei chamado Gabriela Leite? Sabe alguma coisa ou pelo menos do que se trata?

(Primeira pergunta direta sobre o Projeto de Lei em 7 entrevistas).

Entrevistada G: Eu sei tudo que se pode saber sobre isso. Eu li uma vez no jornal sobre. Mas esse “projetinho” daí é tão errado que, a gente, que é o público-alvo, nem conhece ele direito. Não tem nada (políticas) pra classe se conscientizar e se envolver com o projeto. O pouco que a gente sabe sobre isso é o que a gente consegue ler nos jornais ou na internet. Eu fico puta com isso! É um projeto sobre puta, mas que liga o foda-se pra puta, na realidade. Eu tô farta do discurso moralista que os “homens da lei” usam pra montar em cima da gente).

Entrevistador: E o que você acha dele, dentro desse “tudo” que você pode saber?

Entrevistada G: Eu não sei muita coisa porque não permitem e nem ajudam pra que a gente passe a saber muita coisa. Puta normalmente não tem muita escola, a maioria nem completou o fundamental. Essas coisas a gente precisa que expliquem pra gente. Eu sei que o Projeto lá diz que vai dar direitos pra gente. Eu acho isso ótimo, mas não sei se eles sabem que direitos a gente realmente precisa.

(Leitura do artigo 229 do Código Penal e elucidação do tema).

Entrevistador: Dentro dessa lógica, o que é, pra você, exploração sexual?

Entrevistada G: Olha, eu acho que exploração é quando tiram mais da metade do que a gente ganha no programa. Uma coisa é a cafetina ou a dona do ponto cobrar 1/3 do que a gente pede pelo programa. Outra coisa completamente diferente é cobrar metade do que a gente tira. A

verdade é que eu, por exemplo, ganho muito menos como puta do que eu ganhava como atriz. E com o valor total do programa já é difícil manter uma vida digna. Quando você tem alguém ali tirando uma parte enorme do que você ganha, isso é exploração. É muito difícil fechar as contas no final do mês quando o seu produto é o corpo, Doutor.

Entrevistador: Algo específico em relação aos puteiros?

Entrevistada G: Acho que quando você é obrigado a fazer no programa uma coisa que não quer, você tá sendo explorada. Puta não pode ficar com muita frescura, óbvio, se colocar critério demais acaba não conseguindo atender ninguém e morre de fome. Mas se você é obrigada a transar sem camisinha porque o cliente quer, tão explorando seu corpo, tua vida. Se você é obrigada a dar o cu mesmo dizendo que é uma coisa que dói muito pra você, isso é explorar. Não tô dizendo que num lugar desses a puta deve poder dar pitaco e fazer mil regras, porque senão ia quebrar. Mas ela precisa pelo menos ser respeitada. Tem cliente que, tanto na rua quanto no prostíbulo, chega com uns pedidos nojentos, realmente horríveis. Eu acho que uma puta falar que tá sendo explorada porque era obrigada a fazer boquete só que ela não gostava, não dá pra levar a sério. Mas com essas coisas que são muito ruins, que são degradantes mesmo, a gente deveria ter pelo menos o direito de falar que não faz e ter a nossa fala protegida, reforçada. Na rua você pode se dar mais a esse luxo. Óbvio, corre o risco do cliente te matar. Mas no puteiro não tem isso, não, e todo mundo sabe, não precisa trabalhar lá pra saber. Não tem cabimento eu ir trabalhar num lugar em que eu não vou apanhar tanto como numa rua, mas onde eu vou precisar deixar o cara mijar em cima de mim, por exemplo. Não compensa. E nas casas em que essas coisas não são tratadas como normais, o que eles fazem é colocar um preço maior pra quem tem esses gostos, raramente proíbem. Tudo bem não proibir, mas acho que se obrigam a puta a fazer, é uma exploração. Isso não é pra proteger a gente, isso é pra eles ganharem mais. Acho que você não poder estabelecer os seus limites é ser explorado, porque tudo tem limites.

Entrevistador: Um dos pontos do Projeto de Lei é exatamente o que você falou antes. Ele proíbe que as pessoas que mantêm os prostíbulos tirem mais da metade do que vocês ganham com o programa. Mas, no seu caso, não tem uma cafetina, então não teria a mesma aplicabilidade.

Entrevistada G: Então o Projeto acertou em uma coisa, pelo menos, mas tem que pensar na gente que tá na rua, também.

Entrevistador: Além da questão do dinheiro e de quanto fica para cada um, o que mais você acha que precisam dar pra vocês?

Entrevistada G: Primeiro, precisam dar mais segurança, né. Além disso, acho que um direito de se aposentar, isso é muito importante porque a prostituição vem com prazo de validade, né, quanto mais velha, mais difícil fica de arranjar cliente, todo mundo sabe. Aí a gente vai viver do que, se foi puta a vida inteira mas tá velha demais e eles só querem as novinhas? Seria bom se a gente tivesse algum auxílio também, pelo menos pra ajudar na profissão, sei lá.

Entrevistador: O que significa ser puta pra você?

Entrevistada G: Ah, “dotô”, na prática eu sou quenga desde que comecei o primeiro trabalho da vida. Eu diria que ser puta é ser a mulher mais forte e mais frágil do mundo ao mesmo tempo. É ter que encher a dispensa e a geladeira mesmo que, pra isso, você tenha que pagar o maior preço da sua vida em suadas e gordas parcelas. Ser puta é tipo viver numa montanha russa, você tá sempre à toda e, de repente, sofre pequenas paradas muito bruscas. Eu acho que ser puta é, basicamente, ter que sobreviver.

(Agradecimento pela entrevista).

(Encerramento da transcrição).
